

Abril 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

- 1.Redução da Pobreza e economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimento Publicos e Transparencia
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Basicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação: Heliana Santos, Ilda Sebastião e Domingas Mota.

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Gelson Gaspar, Azancoth Ventura e Helga Silveira

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

Cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Governo angolano promove a disciplina para aumento da produção nas empresas	1
1.2 Produto Interno Bruto cresceu nove por cento	1
1.3 Soyo de olhos postos na indústria do gás	2
1.4 Acordo de cooperação no sector turístico reforça Relação entre Angola e o Brasil	3
1.5 Refinaria do Lobito acaba com importações	4
1.6 Primeiro-Ministro quer apoio da banca para manter a estabilidade monetária	5
1.7 Defendida intervenção mínima do Estado nos países africanos produtores de petróleo	6
1.8 Os desafios da diversificação da economia	7
1.9 Ministério forma agentes do Estado no licenciamento da comercialização	8
1.10 PIB pode ter crescido 15,6 por cento	8
1.11 Criados milhares de empregos devido ao crescimento do sector	10
1.12 Apresentado programa ambicioso de relançamento do sector industrial	10
1.13 Criados milhares de empregos devido ao crescimento do sector	11
1.14 Implementação do programa vai envolver avultadas somas	11
1.15 Cenário macro-económico nacional é positivo	11
1.16 Joaquim David destaca importância do evento	12
1.17 Programa do Governo visa amenizar ameaças à indústria transformadora	12
1.18 Banco Mundial identifica sectores para manter estabilidade economica	13
1.19 Governo disponibiliza verbas para incentivar a agricultura	13
1.20 Banco Mundial e Unicef têm USD 9 milhões para o IBEP	14
1.21 Bancos angolanos vão financiar o programa executivo da indústria	15
1.22 Preço aos consumidores em Luanda teve variação de 0,93% de Fevereiro a Março	16
1.23 Reservas em África crescem 38 biliões de barris	17
1.24 Produzir mais para combater a fome	18
1.25 O sector agrário e a economia	19
1.26 Angola está a preparar entrada no sistema de comércio da região	20
2 MICROFINANÇAS	21
2.1 Remessas dos imigrantes portugueses triplicaram nos últimos quatro anos	21
2.2 Kixi-Crédito está a financiar os empresários de Cabinda	22
2.3 Crédito: o calcanhar de Aquiles	22
2.4 Crédito aos camponeses melhora condições de vida	22
2.5 Fundo de Fomento Habitacional para construir um milhão de casas	23
2.6 Fundo de fomento arranca em breve	23
2.7 Banco Sol concede crédito para compra de motorizadas	24
2.8 Crédito aos Jovens	25
2.9 Sector agrícola absorveu menos de dois por cento do crédito	26
2.10 Fundo de investimento imobiliário	26
2.11 Financiamento à habitação condicionada por falta de garantia	27
2.12 Bancos garantem credito à Agricultura	28
3 MERCADO INFORMAL	29
3.1 Comércio normal	29
3.2 O medo nos olhos da zungueira	29
3.3 INADEC combate irregularidades no mercado	29
3.4 Polícia fiscal avisa comerciantes para pagarem taxas de importação	30
3.5 Mercado informal de Massabi deve ir para uma zona neutra	30
3.6 Venda de carros sem intermediários domina ruas de Luanda	31
3.7 Gás está mais caro na capital	31
4 OGE, INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA	33
4.1 Petróleo segue "animado" antes da revisão do OGE	33
4.2 Funcionários de baixo salário estão isentos do pagamento	33
4.3 Julião António quer ver a sociedade no controlo dos dinheiros públicos	34

4.4	Governo prepara revisão do Orçamento para combater reflexos internos da crise	35
4.5	Emissão de Obrigações do Tesouro para ser segurada a moeda nacional	35
4.6	Repartição fiscal do Namibe aumenta montante de receitas	36
4.7	Governo aprova mecanismos para revisão do OGE	36
4.8	Regras de gestão do Orçamento passadas em revista no Cunene	37
4.9	Desactivadas milhares de minas	37
4.10	Orçamento amputado em 70% asfixia investimentos públicos em Benguela	37
5	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	38
5.1	Nasce um mercado internacional na fronteira	38
5.2	Soba da Ilha reclama “Aqui há muitos estranhos”	40
5.3	Assembleia Nacional dá passos para angolanização da indústria petrolífera	40
5.4	As autoridades estão empenhadas na melhoria das condições sociais	41
5.5	A relação de Bouteflika e o voto dos argelinos	42
5.6	“Estado não pode demitir chefes tradicionais”	43
5.7	Joana Lina no Uíje para travar clima de tensão	44
5.8	Protecção Civil trabalha intensamente no Cunene	44
6	URBANISMO E HABITAÇÃO	45
6.1	Fundo de investimento imobiliário	45
6.2	Financiamento à habitação condicionada por falta de garantia	46
6.3	Mamãs da Ilha pedem “Queremos hospital, supermercado e escola	46
6.4	SME e MINSA vão para a Maianga	47
6.5	Prenda pode ser desocupado brevemente	47
6.6	Programa de Urbanismo e Habitação é analisado em Conferência Nacional	49
6.7	Discutir os problemas da habitação	49
6.8	Conferência nacional debate problema da habitação	50
6.9	A quem se destinam as políticas habitacionais?	50
6.10	Debate sobre habitação	51
6.11	Mais de 50 mil milhões para habitação	52
6.12	Presidente da República preside à abertura da Conferência no Palácio dos Congressos	52
6.13	Construção cresce em proporção indirecta à população	54
6.14	Tecnologias relacionadas com tipologias dos edifícios	54
6.15	A vida corre lenta no bairro papelão	55
6.16	Défice de casas sempre a aumentar	56
6.17	Engenheiro defende importação de materiais de construção civil	56
6.18	Casas para a juventude prontas no fim do mês Jornal de	57
6.19	Posse dos novos membros do Governo	57
6.20	Presidente reafirma aposta governamental de construir 1 milhão de casas até 2012	58
6.21	Casa própria	58
6.22	Estado deve assumir um papel dinamizador	59
6.23	Garantia de acesso à habitação adequada	59
6.24	Ministro das Finanças assegura que o Governo vai financiar programa habitacional.	60
6.25	Minha terra, minha casa!	61
6.26	Governadores dão apoio ao Governo na execução do programa habitacional	62
6.27	Governo Provincial e Ministério da Cultura analisam desenvolvimento urbano de Luanda	62
6.28	O rosto do país	63
6.29	Um milhão de habitações	64
6.30	Modelos do tipo Zango com nota negativa	64
6.31	Aqui só entra paga bem	65
6.32	Falta poder de compra	65
6.33	Teremos (?) um milhão de casas em quatro anos	66
6.34	Urbanismo acelerada de terrenos e aposta em novas tecnologias	67
6.35	Conferência sobre urbanismo e habitação	69
6.36	A requalificação urbana do Cassenda!!!	70
6.37	A guetização de Angola	71
6.38	Há défice de materiais de construção	72

6.39 A renda da nossa desgraça	73
6.40 As prioridades de Luanda	74
6.41 Como é isto possível?	75
6.42 Novo Panguila a crescer	75
6.43 Conferência sobre habitação não travou o preço duro do cimento	76
6.44 Moradores do Benfica na Ilha de Luanda hoje já não lhes precisam!	77
6.45 Haja dinheiro para a auto-construção	78
6.46 Empresários com práticas especulativas fazem encarecer os preços do imobiliário	79
6.47 Remoção de grua preocupa população	80
6.48 Nasce no lugar dos canaviais uma cidade desportiva	80
6.49 Sete edifícios para moradores estão a ser erguidos defronte à Filda pela Tecnisa	81
6.50 Construção de um milhão de casas é uma falsa	82
6.51 Governo quer especialistas no ordenamento territorial	83
7 TERRA	84
7.1 Iniciativas para a gestão sustentável da terra	84
7.2 Esquecidos nos campos de acolhimentoA Capital 18 de Abril de 2009	84
7.3 A génese da terra prometida	85
7.4 Moradores da Camuxiba recusam casas no Zango-4	86
7.5 Terras	86
7.6 Demolição do bairro Benfica	87
7.7 As demolições são crime	89
8 SERVIÇOS BASICOS	91
8.1 Projecto "Água para Todos" chega a comuna da Munenga	91
8.2 Conduta de gásóleo rompeu na Boavista	91
8.3 Unidades hospitalares em Angola devem ter capacidade operacional	91
8.4 Secretário das águas visita instalações	92
8.5 Milhares de habitantes recebem água canalizada	93
8.6 Um problema que mata sobretudo crianças	93
8.7 Moradores reclamam a imediata recolha do lixo	95
8.8 Abastecimento de água melhora em Saurimo	95
8.9 Moradores do Bairro ANDA passam vicissitudes	95
8.10 Banco Mundial investe nas águas	96
8.11 Electrocussão mata quatro pessoas	96
8.12 O acesso à água é um direito fundamental	97
8.13 Comissão Europeia financeira projectos para melhoria da água e desminagem	97
8.14 Investidos milhões de dólares na reabilitação da rede eléctrica	99
8.15 Benguela sem dinheiro para água e luz nas reservas fundiárias	99
8.16 Escassez de água em Mbanza-Congo	99
8.17 Sistema de captação de água está a ser restaurado no Dundo	100
9 AMBIENTE	101
9.1 Cheias comprometem ano agrícola	101
9.2 Critérios de avaliação do impacto ambiental	101
9.3 Chuvas destroem casas e inundam as estradas	101
9.4 Mbanza Congo tem três mil hectares de reservas fundiárias	101

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Governo angolano promove a disciplina para aumento da produção nas empresas

Jornal de Angola 1 de Abril de 2009

O Governo pretende, nos próximos tempos, aumentar os níveis de disciplina nas empresas, com vista a garantir um aumento da produção, produtividade e qualidade dos serviços prestados à população;

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, através dos serviços de Inspeção-Geral do Trabalho, lançou um programa sobre a melhoria da disciplina laboral, para todo o território nacional. Com a campanha, sob o lema "Mais Disciplina, Mais Produção para uma Vida Melhor", o Governo tenciona sensibilizar empregadores e trabalhadores para o cumprimento da legislação laboral e contribuir para o aumento da produção, estabilidade, crescimento económico e paz social.

Durante o período em que o programa estiver a ser executado, vão ser feitas palestras e seminários nas empresas, distribuído material pedagógico, realizadas acções de inspecção de trabalho e atribuídas de menções honrosas às empresas que mais se destacarem.

Em Luanda, a campanha foi lançada na Fibrex (Fábrica de Artigos de Fibras Sintéticas), localizada no município de Viana, numa cerimónia presidida pelo vice-governador de Luanda para a Esfera Económica, Francisco Domingos, que a sublinhou a importância de elevar os níveis de disciplina laboral.

1.2 Produto Interno Bruto cresceu nove por cento

Jornal de Angola 7 De Abril de 2009

O produto interno bruto (PIE) do país cresceu cerca de nove por cento nos primeiros dez meses de 2008, numa taxa esperada de crescimento em redor dos 15,6 por cento, anunciou ontem, em Luanda, a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço.

Ana Dias Lourenço, que falava no acto de abertura do ciclo de palestras sobre eficiência e eficácia no sector empresarial, explicou que, apesar de ainda não estarem

disponíveis dados oficiais sobre o provável comportamento da economia nacional no ano passado, o crescimento registado nos primeiros dez meses é um bom indicador de um desempenho aceitável para todo o ano, na medida que o Fundo Monetário Internacional estimou uma taxa real de variação do PIE. Em 12 por cento.

"As taxas de crescimento da nossa economia têm sido robustas. Em 2007, o PIE cresceu 23,3 por cento a preços correntes e as projecções para 2008 davam conta duma taxa esperada de crescimento em redor dos 15,6 por cento. O mesmo comportamento tendências tem sido verificado na economia não petrolífera, 25,7 por cento, em 2007, e estima-se para 2008, 18,6 por cento", explicou.

O principal foco de reflexão sobre o crescimento económico futuro de Angola está centrado na produtividade e no seu reflexo na competitividade, disse a ministra do Planeamento. Por isso, acrescentou, o crescimento económico entre 2002 e 2008 – embora com uma menor intensidade em 2007 e 2008 - foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou duma

Com (1)ença nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro directo, com destaque para os sectores do petróleo, diamantes e Construção civil.

O défice de competitividade estrutural da economia angolana, onde se compra mais ao exterior do que se vende, só não é maior devido aos processos de modernização dos sectores dos petróleos e dos diamantes e do sistema bancário.

Para a ministra, o aumento da competitividade da agricultura, da manufactura e das pescas, depende, em grande medida, de incrementos significativos na produtividade do trabalho.

Ana Dias Lourenço frisou que o aumento anormal de custo de produção e transacção tem provocado transtornos sobre os esforços do Governo em controlar a inflação nos limites impulsadores de mais crescimento económico.

"Conhecem-se quais são as formas de se criar uma competitividade estrutural, que passam pela inovação de produtos e processos, pela qualificação dos empresários e da força de trabalho, pela qualidade das instituições públicas e privadas, mas os resultados só são visíveis a médio prazo", explicou.

Ana Dias Lourenço disse ainda que a indústria

transformadora apresenta um índice elevado de concentração da sua malha industrial. As bebidas e a alimentação, frisou, representam praticamente 75 por cento de toda a actividade de transformação do país.

Para a ministra do Planeamento, a diversificação da produção nacional está dependente da obtenção de uma malha de relações inter-industriais forte, relacionada com a produtividade dos factores, os recursos e os meios usados nos processos de fabrico.

De acordo com a ministra, com a crise financeira internacional, deixaram de estar disponíveis créditos para as empresas e para as famílias, bem como o abrandamento ou recessão das economias mais avançadas e emergentes.

Para contrariar os efeitos da crise, explicou, o Governo adoptou já uma série de medidas para prosseguir com a realização dos seus objectivos programáticos, tendo eleito como prioridades as acções que contribuam para a garantia da estabilidade macroeconómica, para promoção das actividades económicas produtivas geradoras de emprego e rendimento, aumento da produção alimentar, melhoria da qualidade de vida das populações e para o alargamento da formação e qualificação profissionais.

1.3 Soyo de olhos postos na indústria do gás

Jornal de Angola 10 de Abril de 2009

O Soyo completou 35 anos desde que ascendeu à categoria de cidade. As festas começaram no passado dia 5 e continuam num ambiente de contenção por causa da crise económica.

No programa estão incluídos dois espectáculos do músico Ferre Gola, da República Democrática do Congo, para além de actividades desportivas.

Apesar da crise que afecta o sector dos petróleos, a actividade económica no Soyo continua. O sector privado da economia, nos últimos anos, ganhou uma dinâmica tal que já é o principal empregador. Mas a grande esperança da população, sobretudo dos jovens, está depositada no projecto de construção da grande indústria de gás natural liquefeito. O "Projecto Angola LNG" vai garantir milhares de postos de trabalho.

A cada dia que passa instalam-se na cidade mais agências bancárias.

"O Projecto Angola LNG e a banca são os catalizadores do desenvolvimento do município do Soyo", disse o administrador municipal, Manuel António. "O ramo hoteleiro também cresce com a

construção de vários empreendimentos por iniciativa privada. As pequenas unidades hoteleiras e pensões têm albergado os turistas e homens de negócios que visitam a cidade".

Retrato da Educação

A área da Educação, apesar do seu crescimento, ainda se apresenta com muitos problemas. O sistema público de ensino tem 25 mil alunos enquadrados em 120 escolas primárias, secundárias e do ensino médio (duas). "As salas de aulas são insuficientes e ainda temos um considerável número de crianças fora do sistema de ensino", disse o administrador municipal do Soyo. "Mas o governo do Zaire tudo está a fazer para atenuar a situação. Mais salas de aulas estão em construção", revelou.

Manuel António deu igualmente a: conhecer que os professores, nos vários níveis de ensino, são insuficientes em quantidade e qualidade. "Com os investimentos que estão a ser feitos no sector, aguardamos que cheguem dias melhores", disse.

Saúde inspira cuidados

O sector da Saúde no Soyo inspira cuidados. Para corresponder ao crescimento populacional e ao alastramento das zonas habitadas, o governo do Zaire está a construir nas comunas e aldeias do município centros de saúde com residências para os enfermeiros.

Os medicamentos na rede sanitária são escassos, o que obriga os pacientes a recorrerem a farmácias de reputação duvidosa, cujos medicamentos são de origem desconhecida.

"O sector da saúde está entre as prioridades do governo do Zaire. O corpo clínico do município é constituído por 12 médicos, incluindo dois nacionais, e por um vasto número de enfermeiros formados localmente", afirmou Manuel António.

Energia e Água

A nova central térmica com geradores a gás, que produz 6,6 mega watts de energia eléctrica; está longe de satisfazer a procura. O fornecimento de electricidade à cidade e arredores tem algumas restrições. O problema reside na pouca capacidade dos Postos de Transformação (PT).

De acordo com o administrador Manuel António, o governo vai adquirir PT de maior capacidade para substituir os velhos. "Vamos adquirir novos Postos de Transformação mais adequados à quantidade de energia produzida pela nova central térmica. Já foram localizados. Alguns membros da administração tra-

balham para o seu pagamento e conseqüente transporte para a cidade do Soyo".

A cidade tem uma central de captação, tratamento, bombagem e distribuição de água que funciona normalmente, apesar dos mil e um problemas. O administrador elucidou que o sistema está obsoleto e incapaz de suprir as necessidades da população.

"O Governo contratou uma empresa para ampliar o actual centro de captação e distribuição de água".

Manuel António garantiu que nas comunas e aldeias estão a ser montados pequenos sistemas de abastecimento de água. São furos artesianos e sistemas de captação, tratamento e distribuição...

Comércio a passo

O sector comercial no município cresce de forma lenta. Surgiram pequenas lojas que abastecem a população de produtos essenciais. Os preços dos produtos vendidos nestas lojas não estão ao alcance de qualquer bolso. O velho problema da especulação desenfreada por parte de comerciantes sem escrúpulos.

O administrador Manuel António reconheceu que em termos comerciais a população do Soyo ainda não está devidamente servida. O ideal, na sua óptica, era que surgissem grandes supermercados. "A semelhança do que acontece noutras cidades do país, isto reduziria o elevado custo de vida", disse. Aqui está uma boa sugestão para o PRESILD abrir no Soyo o Nosso Super e lojas de proximidade Poupa Lá.

Pesca com fartura

No capítulo da pesca, o município registou boas novidades. O governo entregou 50 embarcações aos pescadores, para além de redes de diversos tamanhos, anzóis, linhas, navalhas, agulhas, bússolas e caixas de conservação do pescado.

Manuel António disse que o Governo quer dar mais formação profissional aos pescadores "para que eles passem de uma actividade artesanal ou de subsistência para a pesca industrial, de modo a satisfazerem a grande procura de pescado".

O município do Soyo tem 5.722 quilómetros quadrados e cerca de 116 mil habitantes distribuídos em cinco comunas, a sede, Sumba, Pedra do Feitiço, Que10 e Mangue Grande. Tem como principais actividades económicas a agricultura, a pesca e a caça.

A região situa-se a Noroeste da província do Zaire, estando limitada a Norte pelo Rio Zaire, a Este pelo município do Nóqui, a Oeste pelo Oceano Atlântico e a

Sul pelo município de Tomboco. O clima caracteriza-se por duas estações, uma de chuvas com nove meses e outra de cacimbo com a duração de três.

O Soyo é um dos principais pilares da exploração petrolífera em Angola...

1.4 Acordo de cooperação no sector turístico reforça Relação entre Angola e o Brasil

Jornal de Angola 11 De Abril de 2009

O ministro brasileiro do Turismo, Luís Barreto, chega segunda- Feira a Luanda.

Uma nota da Embaixada do Brasil em Angola diz que Barreto vai rubricar com o seu homólogo angolano, Pedro Mutinde, um acordo de cooperação bilateral.

Luís Barreto lidera uma importante delegação empresarial, integrada por representantes de vários sectores e segmentos industriais.

A nota da Embaixada do Brasil afirma que a visita constitui uma oportunidade para o incremento da cooperação bilateral entre os dois países, no que toca ao estabelecimento de parcerias nas áreas de planeamento e qualificação em turismo, marketing e investimento.

Segundo o comunicado, o governante brasileiro virá a Angola com uma delegação de 22 representantes do governo e empresários, que também participam no fórum. Promovido pela Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola, com apoio da embaixada do Brasil, o fórum é dirigido a um público de 100 convidados, entre empresários de áreas ligadas ao turismo – hotéis, restaurantes, empresas de transporte terrestre, marítimo e aéreo, construção civil, comércio geral, autoridades governamentais, profissionais do ramo e imprensa.

Uma delegação de técnicos brasileiros ligada ao ramo do comércio encontra-se em Luanda, para contactar a Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA).

Os técnicos brasileiros procuram vias de investimento mútuo entre empresários dos dois países no sector farmacêutico.

O responsável do grupo, Daniel Estêvão, disse à Angop que Angola é um país de grande mercado a nível

Do continente africano. A delegação brasileira encara como "uma grande aposta" a procura de parcerias com empresários angolanos para investir na indústria farmacêutica. Angola oferece boas oportunidades de negócios que os seus cinco colegas vão aproveitar para explorar e prospectar, disse Daniel Estêvão.

"É muito importante haver parceria com Angola, nesta etapa de paz, de forma a contribuir no seu processo de afirmação", sublinhou.

A vinda dos técnicos brasileiros a Angola é promovida pelo Ministério do Comercio de Angola, instituição

Com que vão contactar para realizar, a curto prazo, uma feira internacional em Luanda, envolvendo o empresariado dos dois países.

"Queremos compreender bem o mercado angolano e esperamos que haja interesse da vossa parte oportunidade para dar aos nossos produtos, visto que o mercado brasileiro é bem conhecido em Angola", afirmou chefe da delegação Daniel Estêvão.

A comitiva brasileira vai trabalhar em Angola durante cerca de uma semana para manter contactos com instituições do comércio e investimentos.

1.5 Refinaria do Lobito acaba com importações

Jornal de Angola 13 de Abril de 2009

A Sonangol pretende eliminar nos próximos dois anos a importação de gásóleo e gasolina, com a entrada em funcionamento da refinaria do Lobito. Este projecto visa agregar valor ao petróleo bruto, produzindo combustíveis de transporte de elevada qualidade.

A refinaria do Lobito vai ocupar uma área de 200 hectares, localizados oito quilómetros a Norte da cidade do Lobito e processa "crude" obtido a partir de blocos do offshore e do onshore angolano. Os navios petroleiros devem efectuar a descarga do produto numa ponte cais situada a leste da Baía do Lobito, cuja transferência para a refinaria é efectuada por oleodutos.

A refinaria tem capacidade para processar 200 mil barris dia de petróleo bruto, e produz gasolina sem chumbo, gásóleo, combustível de aviação, petróleo iluminante, LPG e quantidades limitadas de enxofre e coque.

As especificações dos produtos obtidos vão corresponder às usadas nos mercados da Europa e dos Estados Unidos da América. A refinaria vai usar tecnologia de ponta, comprovada em operações comerciais e nível mundial, de modo assegurar confiança e segurança. É auto-suficiente em termos de energia e água.

A Sonangol está a desenvolver as actividades iniciais

que englobam a definição da base de design do projecto. O arranque dos primeiros trabalhos de construção começou no início do ano e ficam concluídos em 2011/12.

Com o início das obras para a construção da refinaria do Lobito, a cidade ganhou uma nova estrada reabilitada e asfaltada, cujo ramal parte do desvio da estrada número 100, nas imediações do controlo da Polícia Nacional, passando pelo novo Instituto Médio Politécnico do Lobito (Zona Alta), até à Hanha do Norte.

Ainda no âmbito do projecto, a equipa de desminagem da Sonangol, composta por 44 sapadores, destruiu no perímetro da refinaria 2.409 engenhos explosivos, 3.487 munições diversas e recolheu 33.050 metais, para que os trabalhos decorram sem incidentes.

Custos do projecto

Com a subida dos preços, principalmente da mão-de-obra e do aço que ocorreu nos últimos anos, a última actualização do custo global do projecto da refinaria do Lobito, efectuada no segundo semestre de 2008, apontava para oito biliões de dólares, o dobro em comparação ao preço inicial.

De acordo com a administradora da Sonangol Anabela Fonseca, a equipa que responde por essa área ainda não fez nova actualização, tendo em conta que a baixa do preço do petróleo fez parar ou adiar vários projectos de engenharia no mundo.

"Isso deu algumas vantagens ao nosso projecto, porque se nós mantivermos os nossos cronogramas vamos ter alguns benefícios, porque os projectos que foram adiados têm mais mão-de-obra disponível e os custos dos bens e serviços como consequência da baixa do preço do petróleo também baixaram", sublinhou.

Adiantou que, não tem ainda informações sobre isso, mas, presumimos que o custo global do projecto venha a sofrer algumas alterações. Sobre o número de trabalhadores necessários para a refinaria do Lobito, Anabela Fonseca disse que tal cifra só pode ser estabelecida quando o empreendimento estiver concluído e a tecnologia definida, mas à partida são criados 800 postos de trabalho nas várias especialidades.

"Adquirimos a refinaria de Luanda há pouco tempo, mas detectámos enormes deficiências em recursos humanos porque os que lá existem estão envelhecidos, o que significa que dentro de alguns anos vamos ter sérios problemas se não investirmos com firmeza nesse

domínio", reconheceu.

Os cursos superiores ao longo destes últimos anos basearam-se apenas em gestão, economia, direito, mas em engenharia há poucos licenciados. "Pode parecer que eu estou a dramatizar, mas na realidade não temos engenheiros e não é um fenómeno só de Angola, mas sim global, por isso é que a mão-de-obra para projectos de engenharia subiu astronomicamente, por falta de engenheiros de processos, de refinação e mecânicos, aquelas especialidades que vão fazer falta à refinaria", mencionou.

Anabela Fonseca referiu que é intenção da direcção colocar o máximo possível de força de trabalho nacional (80/100 por cento) no que diz respeito aos trabalhadores de nível médio e que é nesse plano estratégico de recursos humanos que se está a trabalhar.

"Em termos de gestão e de engenheiros seniores estes formam-se em aproximadamente dez anos e quando digo dez anos, estou a pôr esse tempo por cima de um trabalhador que acaba de sair da universidade", referiu.

A refinação adiantou, é uma indústria necessária, nós não podemos viver sem ela e reconhecemos que é em engenharia há poucos licenciados. "Pode parecer que eu estou a dramatizar, mas na realidade não temos engenheiros e não é um fenómeno só de Angola, mas sim global, por isso é que a mão-de-obra para projectos de engenharia subiu astronomicamente, por falta de engenheiros de processos, de refinação e mecânicos, aquelas especialidades que vão fazer falta à refinaria", mencionou.

Anabela Fonseca referiu que é intenção da direcção colocar o máximo possível de força de trabalho nacional (80/100 por cento) no que diz respeito aos trabalhadores de nível médio e que é nesse plano estratégico de recursos humanos que se está a trabalhar.

"Em termos de gestão e de engenheiros seniores estes formam-se em aproximadamente dez anos e quando digo dez anos, estou a pôr esse tempo por cima de um trabalhador que acaba de sair da universidade", referiu.

A refinação adiantou, é uma indústria necessária, nós não podemos viver sem ela e reconhecemos que é uma indústria de muitos riscos. Embora hoje ela tenha margens positivas, amanhã, pelos mais variados motivos, pode ter margens negativas.

Na sua óptica, as empresas não investem muito em refinarias. "Construir uma refinaria num país como Angola, que não possui bens e serviços e depende

muito da importação, é sempre um risco, não obstante o factor guerra ter sido um dos grandes constrangimentos para o investimento das empresas estrangeiras na refinaria do Lobito", revelou.

Desmatção dos terrenos

A desmatção dos terrenos da nova refinaria já começou. Foram acauteladas todas as questões inerentes à transladação e exumação de corpos do antigo cemitério existente no perímetro da refinaria. Também, foi tida em conta a fauna, flora, espécies especiais e os empreiteiros estão instruídos para conservarem algumas espécies da flora, para que se cumpram as regras determinadas pelo impacto ambiental.

No que diz respeito ao realojamento dos ocupantes de terrenos, tem existido uma óptima colaboração da Administração Municipal do Lobito e da população local, havendo uma equipa preparada para o efeito, que neste momento está a trabalhar na movimentação dos criadores de gado para as áreas indicadas, tendo já sido feitas as respectivas compensações para que tudo ocorra sem litígios.

"E bem verdade que o terreno da refinaria já está indicado para a sua utilização há mais de 10 anos e até agora não houve sequer um único registo de invasão de terreno por parte da população do Lobito, como ocorre quando pretendemos erguer projectos noutras localidades do país, particularmente em Luanda", regozijou-se.

1.6 Primeiro-Ministro quer apoio da banca para manter a estabilidade monetária

Jornal de Angola 15 de Abril de 2009

O Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma, solicitou ontem, em Luanda, o apoio das instituições bancárias na luta contra a inflação e manutenção da estabilidade monetária do país.

Paulo Kassoma, que falava na cerimónia de apresentação do novo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Abraão Gourgel, reafirmou o compromisso do Governo em manter a estabilidade macro-económica do país.

Kassoma defendeu a necessidade da sociedade ter confiança nas instituições governamentais e nas políticas adoptadas pelo Banco Central.

O Primeiro-Ministro disse que o BNA vai adoptar um conjunto de medidas para garantir a estabilidade monetária e cambial, cumprindo com os objectivos

estabelecidos no Programa do Governo.

António Paulo Kassoma destacou a reprogramação dos investimentos públicos, a redução das despesas orçamentais em bens e serviços, a definição de mecanismos de aplicação das reservas do Estado em negócios rentáveis e seguros e a intensificação de acções que visam diversificar a economia, como medidas a executar pelo Governo este ano, no âmbito da gestão macroeconómica.

A criação do Fundo Soberano de Angola com as funções de Fundo de Estabilização e de Poupança, a conversão da Comissão Permanente do Conselho de Ministros em Comité de Gestão da Crise e a aceleração do processo de saneamento financeiro e reestruturação das empresas públicas estratégicas, constam igualmente do leque de medidas a executar pelo Governo este ano.

Para dar maior atenção à estabilidade e tranquilidade do mercado, Paulo Kassoma defendeu para este exercício económico, o ajustamento da lei orgânica do BNA, a adopção da Lei Cambial e da Central de Informação e Risco de Crédito e a institucionalização dos fundos de investimentos imobiliários fechados e abertos.

António Paulo Kassoma reconheceu o esforço empreendido pelo antigo governador do BNA, Amadeu Maurício, na condução das reformas monetárias e cambiais do país, tendo lamentado a sua demissão, que ocorreu a seu pedido. Ao novo governador do Banco Nacional de Angola, Paulo Kassoma pediu que continue empenhado nas "novas e complexas tarefas" com vista ao aprofundamento das reformas e estabilidade macroeconómica do país.

A cerimónia contou com a presença de alguns membros da equipa económica do Governo e representantes de instituições bancárias nacionais e estrangeiras que operam em Angola.

1.7 Defendida intervenção mínima do Estado nos países africanos produtores de petróleo

Jornal de Angola 16 de Abril de 2009

Os países membros da Associação de Produtores de Petróleo do continente defendem a necessidade de uma menor intervenção do Estado na exploração, produção e pesquisa das actividades petrolíferas, segundo o relatório de recomendações saídos do segundo seminário internacional da organização.

A intervenção do Estado deve cingir-se ao financiamento e salvaguarda da propriedade e na

chamada à responsabilidade das companhias privadas. Embora uma questão sensível, refere o documento, os países da Associação de Produtores de Petróleo Africanos devem rever a participação do Estado para providenciar políticas de financiamento, daí que devem incluir mecanismos para a medição do progresso.

De acordo com o documento, a participação do Estado no domínio dos petróleos deve igualmente basear-se apenas nas operações relativas aos carbonetos e tudo que beneficie a exploração. Esta participação não deve ser mantida directamente pelo próprio Estado, havendo necessidade de fazer recurso às concessionárias.

"Os Estados não devem estar envolvidos nas actividades de exploração, que são consideradas bastante arriscadas", lê-se no relatório de recomendações, que apela ainda para necessidade de que as actividades de pesquisa sejam efectuadas por privados. Ao Estado cabe efectuar o reembolso.

A partilha de informação para gestão e estudo conjunto de áreas de interesses comuns e estratégias para tratar da questão das energias não renováveis, a necessidade de discussões no sentido de se partilharem informações relativas ao contrato de petróleo e gestão de recursos petrolíferos, são também recomendações saídas do evento.

A organização contempla o reforço estratégico das políticas ambientais e as questões que têm a ver com as energias não renováveis.

Institutos de formação

A associação pretende criar um instituto de formação em hidrocarbonetos para qualificar funcionários dos países membros da Associação de Produtores de Petróleo.

De acordo com o relatório, a formação deve cobrir questões jurídicas, técnicas e especialmente as áreas directamente ligadas à actividade petrolífera.

Todo este processo devem começar com a identificação das carências registadas nos países como menos experiência, devendo assegurar que o Instituto de Formação faça bom uso das capacidades ao seu dispor.

Deve instituir mecanismos de trocas de informação para fazer uso das experiências dos contratos nacionais. Quanto aos regimes elaborados há alguns anos, refere o relatório, não vão de encontro às flutuações do preço do petróleo dos últimos 15 anos. Por essa razão, há necessidade de fazer mudanças de vários regimes.

Os países membros da Associação de Produtores de Petróleo podem também reunir-se no sentido de recolher as melhores práticas e elaborar os termos de referência para este propósito.

Estiveram presentes, no seminário, cuja abordagem girou em torno do quadro jurídico e dos modelos contratuais que regem as actividades petrolíferas, agências e empresas de consultoria. Países como Nigéria, Congo, Guiné Equatorial, Mauritânia e o Tchad, participaram no seminário internacional.

1.8 Os desafios da diversificação da economia

Semanário Factual 10 a 17 de Abril de 2009

A versificação da economia constitui esta altura a "espinha dorsal" das medidas adoptadas pelo Governo, com vista a combater os efeitos da crise económica que assola a economia mundial.

Paralelamente, outras medidas foram levadas a cabo para formar o pacote contra a crise, com destaque para a compra, pelo Governo, dos diamantes enquanto durarem os problemas no mercado internacional e o financiamento do OGE por via do endividamento junto do público.

As autoridades parecem vender a ideia de que a diversificação é um processo pacífico e rápido. Na prática, o processo de diversificação é mais complexo do que se pode imaginar, porquanto implica a integração territorial da economia e de novos sectores e produtos que sempre têm algum impacto sobre a estabilidade macro-económica que ao longo de vários anos se vêm propalando como sendo o exemplo de estabilidade e crescimento, dadas as taxas de crescimento acima dos 15 por cento.

Diversificar a economia consiste em reequilibrar o Produto Interno Bruto (PIE) de modo a gerar mais produção e distribuição de renda, por via da criação de mais empregos, mas também é de esperar por um maior dinamismo de toda a economia com menos peso do Estado.

Na realidade, a escolha pela diversificação implica uma perspectiva de médio e longo prazo e que pode ficar profundamente afectada, tanto negativa como positivamente, pelos efeitos da crise económica internacional.

A ideia de diversificação não é nova, vem de longa data, mas os mecanismos, medidas e políticas económicas é que parecem nunca ter dado o espaço suficiente à

economia para gerar tal expansão, porque desde há alguns anos que a luta consiste em equilibrar a política monetária a todo o custo, privilegiando o equilíbrio orçamental.

A aposta na reabilitação e expansão das infra-estruturas até aqui foi bem-vinda, porém o atraso e os desaires em muitas delas pouco abonam o estímulo de determinados sectores produtivos.

O principal foco de reflexão sobre o crescimento económico futuro de Angola está centrado na produtividade e no seu reflexo na competitividade, afirmou a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço.

Ela acrescentou que o crescimento económico entre 2002 e 2008 – embora com uma menor intensidade em 2007 e 2008 – foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou duma taxa elevada de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro directo, com destaque para os sectores do petróleo, diamantes e construção civil.

Os pólos industriais, cujas obras andam em curso, ainda estão longe de se constituírem em complexos territoriais produtivos com capacidade de absorver o alto volume de desemprego que, segundo fontes oficiais, ronda os 28 por cento.

O défice de energia enuncia um dos transtornos da economia para levar adiante a diversificação, mas não vem só. Também associa-se a escassez de mão-de-obra qualificada, pelo que a política de importação de técnicos pode gerar alguma tensão social.

Estima-se que o Produto Interno Bruto -a preços de mercado (PIB) tenha aumentado, de 2006 a 2007, a preços constantes em cerca de 23,3 por cento. O Sector Petrolífero, cuja produção total anual de petróleo bruto atingiu os 618,9 milhões de barris (equivalentes a cerca de 1.695,6 mil barris/ dia) cresceu a uma taxa de 20,4 por cento, enquanto o Sector Não Petrolífero cresceu cerca de 25,7 por cento.

Entre os sectores mais dinâmicos do Sector Não Petrolífero destacaram-se a Construção, com uma taxa de crescimento real de 37,1 por cento, a Indústria Transformadora, com 32,6% e a Agricultura, com 27,4 por cento.

Para o ano de 2008, as projecções indicam que o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB) deverá crescer a uma taxa real de 15,6 por cento, sendo

a taxa e o crescimento do sector petrolífero de 11,7 por cento, e a do sector não petrolífero de 20,5 por cento.

Esse desempenho equivale, em comparação com o ano de 2007, a um abrandamento de 7,7 pontos percentuais. No entanto, a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, avançou que a economia cresceu cerca de 09 por cento nos 10 primeiros meses de 2008, o que indicia que a taxa de crescimento do PIB em 2008 pode ter ficado abaixo do estimado.

O défice de competitividade estrutural da economia angolana tem sido, em certa medida, compensado pela modernização do sector petrolífero, dos diamantes, agora em crise, e pela banca. Para a ministra do Planeamento, o aumento da competitividade da agricultura, da pesca e manufacturas passam por incrementos significativos da produtividade do trabalho.

Porém, o aumento anormal de custos de produção e da transacção têm provocado transtornos sobre os esforços do Governo em controlar a inflação nos limites impulsionadores de mais crescimento económico, destacou a ministra, quando falava na abertura do ciclo de palestras sobre "Eficiência e Eficácia no sector empresarial".

"Conhecem-se quais são as formas de se criar uma competitividade estrutural, que passa pela inovação de produtos e processos, pela qualificação dos empresários e da força de trabalho, pela qualidade das instituições públicas e privadas, mas os resultados só são visíveis a médio prazo", sintetizou Ana Dias Lourenço.

A indústria transformadora apresenta um índice elevado de concentração da sua malha industrial. As bebidas e a alimentação, frisou, representam praticamente 75 por cento de toda a actividade de transformação do país.

1.9 Ministério forma agentes do Estado no licenciamento da comercialização

Jornal de Angola 23 de Abril de 2009

Um seminário subordinado ao tema "licenciamento das actividades de distribuição e comercialização de derivados de petróleo" decorre desde ontem até amanhã, em Luanda, organizado pelo Ministério dos Petróleos, com o objectivo de formar os funcionários do Estado responsáveis pelo licenciamento das actividades de distribuição de derivados de petróleo nas várias províncias.

No acto de abertura, o ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, disse que com o alcance da paz definitiva a actividade de distribuição e comercialização do derivados de petróleo registou melhorias significativas, fruto em grande medida, "do gigantesco esforço de reconstrução do país particularmente no tocante à reabilitação e à construção de novas estradas e infra-estrutura básicas, para além do esforço que a Sonangol tem empreendido com vista à melhora dos seus serviços".

Botelho de Vasconcelos reconheceu que falta fazer muito para corresponder ao galopante crescimento social e económico do país, que c lama por uma expansão significativa da capacidade de armazenagem de combustíveis e da rede de postos de abastecimento.

O ministro Botelho de Vasconcelos revelou que nos últimos seis anos, de 2002 a 2008, o consumo de derivados de petróleo no país aumentou em pelo menos 136 por cento. Passou de 1,4 milhões de toneladas/dia para 3,3 milhões, "daí a necessidade de redobrar esforços para atender à procura do mercado consumidor".

Para além dos esforços que estão a ser empreendidos pela Sonangol, "gostaríamos igualmente de contar com o contributo do empresariado nacional na tarefa de reabilitação e ampliação da rede de distribuição," sublinhou Botelho de Vasconcelos.

O ministro apelou igualmente a todos os participante no seminário que se dotem de conhecimentos técnicos indispensáveis para que possam desempenhar cabalmente as suas funções.

Participam no seminário técnicos do Ministério dos Petróleos e funcionários dos Governos das 18 províncias.

1.10 PIB pode ter crescido 15,6 por cento

Semanário Factual 24 de Abril de 2009

O stock da dívida externa angolana atingiu 15 biliões de dólares em 2008, os activos externos líquidos do sistema bancário cresceram em cerca de 49,33 por cento, enquanto os meios de pagamento (M3) tiveram um crescimento nominal acumulado de 104,37 por cento.

A inflação ficou em torno dos 13,18 por cento, a taxa de câmbios variou cerca de 0,19 por cento e as reservas internacionais líquidas foram de mais de 18 biliões de dólares, estimando-se, porém, que o excedente fiscal se situe em 09 por cento do PIE.

"Em 2008, devido, essencialmente, à contratação de novos financiamentos para a reconstrução nacional avaliados em cerca de cinco biliões de dólares, o stock da dívida externa elevou-se para cerca de 15 biliões de dólares.

Contudo, tendo em conta a manutenção do crescimento do PIB em níveis relativamente altos, o stock da dívida externa sobre o PIE decresceu, situando-se abaixo de 20 por cento. A estrutura da dívida externa mostra que ela foi contraída maioritariamente junto de credores comerciais e bilaterais", destaca o relatório, *Evolução Recente da Economia* relativo a Dezembro de 2008, divulgado pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Os activos externos líquidos do sistema bancário registaram uma expansão nominal de cerca de 49,33 por cento, o que correspondente em termos absolutos a 503.042,06 milhões de Kwanzas, graças à expansão dos activos externos líquidos do Banco Nacional de Angola na ordem de 61 por cento, cerca de 514.390,44 milhões de Kwanzas.

De realçar que as disponibilidades externas líquidas da banca comercial se contraíram no ano em análise, devido ao significativo aumento das responsabilidades das mesmas para com o exterior.

"O Crédito Líquido ao Governo Central (CLGC) concedido pelo sistema bancário registou uma expansão de 153.696,33 milhões de Kwanzas, uma vez que a expansão das responsabilidades do Tesouro para com a banca comercial, essencialmente obrigações e bilhetes do Tesouro subscritos pelos bancos, no valor de 610.320,1 milhões de kwanzas superou a expansão das disponibilidades do Tesouro (depósitos) junto do sistema bancário cujo montante foi de 456.623,717 milhões de Kwanzas".

De um modo geral e apesar do cenário de crise, o sistema financeiro angolano manteve no entanto um desempenho acima da média em 2008. O crédito à economia concedido pelo sistema bancário cresceu de maneira substancial, 69,61 por cento para 350.966,32 milhões de Kwanzas. Expresso em dólares norte-americanos o aumento absoluto foi de 4.655,98 milhões de dólares, contra 3.118,15 milhões de dólares em igual período do ano anterior. O aumento significativo do crédito à economia explica-se pela consolidação do processo de estabilização macro-económica e a consequente melhoria do ambiente para a realização de negócios.

"Os meios de pagamento (M3) registaram um crescimento nominal acumulado de 104,37 por cento (80,6 por cento em termos reais). O crescimento do M2 e do M1 foi de cerca 66,2 por cento e 74,16 por cento, respectivamente. O crescimento dos meios de pagamento em moeda nacional (155,38 por cento) foi mais rápido do que o crescimento dos meios de pagamento em moeda externa (58,11 por cento), o que reflecte a confiança que os agentes económicos depositaram na moeda nacional. O rácio M2 sobre o PIB evoluiu ligeiramente, tendo passado de cerca de 15 por cento em 2007 para 22 por cento em 2008, um nível que indica que apesar do crescimento do crédito existem enormes margens para o aumento da intermediação financeira, como suporte das actividades produtivas em Angola".

O crescimento da base monetária resultou da expansão dos activos externos líquidos do BNA cujo efeito foi atenuado pela contracção dos activos internos líquidos provocada pela expansão dos depósitos do Governo junto do BNA. Tal crescimento repercutiu-se tanto sobre os depósitos dos bancos no BNA, crescimento de cerca de 74 por cento, como sobre a circulação monetária que registou uma expansão de 48 por cento. Outrossim, importa referir que apesar da expansão do stock de Bilhetes do Tesouro, os resgates de Títulos do Banco Central em magnitudes muito superiores às novas colocações contribuíram, igualmente, para a expansão da base monetária.

A fonte avança que a aceleração da despesa pública que representou cerca de 39 por cento do PIE foi amparada pelo bom ritmo de arrecadação de receitas, em linha com o aumento do preço do petróleo bruto no mercado internacional. As receitas fiscais arrecadadas em 2008 representaram cerca de 48 por cento do PIB, denotando uma significativa contribuição dos impostos petrolíferos que representaram cerca de 40 por cento do PIB. "Assim, contrariamente às previsões iniciais, os dados sobre a execução fiscal indicam que em 2008 as contas fiscais registaram um excedente estimado em cerca de 09 por cento do PIB, contra 11,3 por cento no ano anterior.

"Os dados preliminares indicam que a economia angolana teria registado em 2008 uma taxa de crescimento de 15,6 por cento, o que demonstra um relativo abrandamento em relação ao desempenho dos últimos anos (18,6 por cento em 2006 e 23,3 por cento em 2007). Face ao contexto de crise económica mundial, o crescimento do PIE em 2008 pode ser considerado positivo, principalmente se tiver em linha de conta que o sector não petrolífero cresceu 20,5 por cento, contra 11,7 por cento do sector petrolífero", revela o

documento.

1.11 Criados milhares de empregos devido ao crescimento do sector

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

O Ministério da Indústria perspectiva criar, até 2012, 29.500 empregos directos em função do crescimento da indústria transformadora, cuja "evolução, numa hipótese optimista, pode atingir 28,5 por cento em 2011 e 13,1, em 2012", disse, ontem, em Luanda, o vice-ministro, Kiala Ngone Gabriel.

Ao dissertar sobre o "Programa executivo do sector da indústria transformadora 2009/2012 – desafios e oportunidades", na Conferência Nacional da Indústria aberta ontem, o Kiala Gabriel afirmou tratar-se de "dados assentes na actual condição de estabilidade macroeconómica angolana e na perspectiva de materialização dos projectos inseridos no Programa Executivo do Governo" para aquele período.

O vice-ministro frisou estar previsto melhorar a "utilização da capacidade industrial disponível, a participação total da -indústria transformadora no Produto Interno Bruto (PIB)" e criar, "massivamente, novas oportunidades de emprego para a juventude, aspectos sempre ligados a iniciativas empresariais privadas".

"As taxas médias de crescimento estão assentes nas intenções de investimentos manifestadas", disse, acrescentando:

"Embora os números pareçam irrealistas, o impacto da maior parte dos investimentos a serem implementados ainda este ano, sem contar com indústrias estruturantes, só começará a surtir efeitos a partir de 2010 com níveis de produção satisfatórios".

Kiala Gabriel afirmou, que para a criação de empregos, no período 2009/2012, estão, também, incluídos outros projectos, ainda fora da lista do programa executivo, mas passíveis de serem realizados no mesmo período, prevendo-se, igualmente, a criação de 1.043 novas empresas industriais.

Em relação a empregos indirectos, afirmou, "perspectiva-se atingir um universo de 230 mil pessoas, considerando apenas a implementação dos projectos inseridos no actual programa executivo".

1.12 Apresentado programa ambicioso de relançamento do sector industrial

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

O Governo angolano apresentou, ontem, o programa de relançamento do sector industrial, que passa por um apoio mais consolidado aos pólos industriais existentes e pela criação de novas áreas nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Cabinda, Uíje, Zaíre, Lunda-Norte, Bié e Cunene.

O Programa Executivo do Sector da Indústria Transformadora para o período 2009 – 2012 reflecte uma série de acções que passam pela a reabilitação das infra-estruturas de fornecimento de água, energia eléctrica, estradas e caminhos de ferro, melhoria da circulação de pessoas e bens, construção de pólos de desenvolvimento, agilizarão dos procedimentos para concessão de terrenos e facilidades na obtenção de créditos para instalação de indústrias.

O programa autoriza a construção dos pólos industriais de Viana, Bom Jesus, Lucala, Futila, Catumbela, Caála, Uíje, Soyo, Dondo, Kunje, Matala e Kassinga, assim como da Zona Económica Especial Luanda – Bengo. Com esta perspectiva, o Governo pretende a reduzir as importações e fomentar a exportação.

No sector agro-industrial, o programa de relançamento realça a construção de várias fábricas, entre as quais quatro de açúcar, uma de álcool, quatro de óleo de palma, duas de óleo vegetal, sete de processamento e transformação de horto-frutícolas, quatro de descasque, branqueamento, e embalagem de arroz, três de transformação de mandioca e oito de descasque, torrefacção e embalagem de café.

A indústria alimentar pode contar com três novas fábricas de chocolates, bolachas e biscoitos, Uma de conservas de peixe, uma de processamento de mel e cera e outra de massa alimentar. No quadro dos materiais de construção estão previstas quatro indústrias de siderurgia, duas cerâmicas de bano branco, 13 de bano, vermelho e quatro fábricas de cimento.

No sector de construção estão programadas construções de várias fábricas: uma de massa fria para preparação de estradas, uma fábrica de asfalto betuminoso, outra de cal, seis de chapas de zinco, cinco de caixilharia de alumínio, três de fios de cabos eléctricos, uma de aglomerados de madeira, três de carpintaria e serração de madeira, três de carpintaria de madeira maciça, duas de mobiliário de madeira, duas de soalhos e pavimentos de madeira e uma de explosivos, além de quatro centros de britagem.

1.13 Criados milhares de empregos devido ao crescimento do sector

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

O Ministério da Indústria perspectiva criar, até 2012, 29.500 empregos directos em função do crescimento da indústria transformadora, cuja "evolução, numa hipótese optimista, pode atingir 28,5 por cento em 2011 e 13,1, em 2012", disse, ontem, em Luanda, o vice-ministro, Kiala Ngone Gabriel.

Ao dissertar sobre o "Programa executivo do sector da indústria transformadora 2009/2012 – desafios e oportunidades", na Conferência Nacional da Indústria aberta ontem, o Kiala Gabriel afirmou tratar-se de "dados assentes na actual condição de estabilidade macroeconómica angolana e na perspectiva de materialização dos projectos inseridos no Programa Executivo do Governo" para aquele período.

O vice-ministro frisou estar previsto melhorar a "utilização da capacidade industrial disponível, a participação total da -indústria transformadora no Produto Interno Bruto (PIB)" e criar, "massivamente, novas oportunidades de emprego para a juventude, aspectos sempre ligados a iniciativas empresariais privadas".

"As taxas médias de crescimento estão assentes nas intenções de investimentos manifestadas", disse, acrescentando:

"Embora os números pareçam irrealistas, o impacto da maior parte dos investimentos a serem implementados ainda este ano, sem contar com indústrias estruturantes, só começará a surtir efeitos a partir de 2010 com níveis de produção satisfatórios".

Kiala Gabriel afirmou, que para a criação de empregos, no período 2009/2012, estão, também, incluídos outros projectos, ainda fora da lista do programa executivo, mas passíveis de serem realizados no mesmo período, prevendo-se, igualmente, a criação de 1.043 novas empresas industriais.

Em relação a empregos indirectos, afirmou, "perspectiva-se atingir um universo de 230 mil pessoas, considerando apenas a implementação dos projectos inseridos no actual programa executivo".

1.14 Implementação do programa vai envolver avultadas somas

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

O Governo prevê aplicar mais de 8,6 mil milhões de dólares norte-americanos na implementação do Programa Executivo do Sector da Indústria Transformadora, no período 2009/2012, revelou ontem, em Luanda, o vice-ministro da Indústria, Kiala Gabriel.

Ao falar na conferência nacional sobre o Relançamento da Indústria Transformadora, aberta ontem pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o vice-ministro disse tratar-se de um valor a ser dividido em vários subprogramas, como o de reconstrução do capital humano, com um orçamento de mais de 86 milhões de dólares, e o de criação de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento industrial, com uma verba de 397,7 milhões de dólares.

Kiala Miguel disse que vão ser, ainda, investidos mais de quatro mil milhões de dólares para a implementação do subprograma de substituição de importações e fomento de exportações, 71 milhões no subprograma de reforço institucional e mais de quatro mil nas indústrias estruturantes.

Relativamente aos fundos para a implementação do projecto, disse a origem dos Fundos do Programa Executivo 2009/2012 será interna e externas.

A nível interno, os recursos provêm do Orçamento Geral do Estado, com 164,8 milhões de dólares, crédito bancário com garantias do Estado na ordem de um 1,6 mil milhões de dólares, perfazendo um mais de 1,8 mil milhões de dólares. As fontes externas, acrescentou, vão participar com mais de 6,8 mil milhões de dólares norte-americanos.

1.15 Cenário macro-económico nacional é positivo

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

Apesar do actual panorama económico de crise mundial, o cenário de Angola, em termos macro-económicos, é positivo, na medida em que continua a crescer e é um dos poucos países que vai continuar a crescer mesmo sob efeito da crise, afirmou o ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior

O titular da pasta da Economia, que fez esta afirmação quando dissertava, ontem, em Luanda, na conferência sobre o tema "Crise no mundo e em Angola, o que é, onde está, quanto custa e como resolver", disse acreditar que o país não vai viver uma recessão económica.

A economia de Angola, sublinhou o ministro da

Economia, não vai entrar numa retracção, embora haja um abrandamento no seu ritmo de crescimento, prevendo-se que a mesma continue a crescer a uma taxa superior à de crescimento da população, que está estimada em três por cento.

O ministro disse que é necessário continuar a dar curso às acções de combate à pobreza e à melhoria da qualidade de vida dos angolanos, sendo essa a orientação do governo para os próximos anos.

Manuel Nunes Júnior disse existirem alguns aspectos positivos no meio da crise, o primeiro dos quais tem a ver com a redução dos custos dos alimentos e outros produtos, factor favorável aos países importadores.

Medidas de austeridade e de rigor

Entre as medidas para mitigar os efeitos da crise, Manuel Nunes Júnior destacou medidas como a redução dos gastos públicos em bens e serviços, desde que salvaguarde as despesas mínimas obrigatórias e a reprogramação dos investimentos públicos, dando prioridade aos grandes projectos já financiados.

Como medidas, reiterou ainda a necessidade de se acelerar o programa de saneamento e reestruturação das empresas públicas, numa altura em que, no âmbito da diversificação da economia, o Governo vai deixar de importar o que é produzido internamente, com vista a melhorar a balança de pagamentos.

O ministro da Economia anunciou que foi realizada uma nova estratégia de comercialização de diamantes, que consiste na sua compra pelo Governo, devido à baixa de preços, a um nível tal, que algumas empresas perderam a capacidade de continuar a operar.

"O Estado manifestou interesse de continuar a comprar os diamantes, enquanto os preços não atingirem o nível esperado e o mercado está a reagir positivamente", referiu. Do conjunto de medidas consta, igualmente, a conversão da Comissão Permanente do Conselho de Ministros em Comité de Gestão dos efeitos da Crise.

Manuel Nunes Júnior afirmou que é preciso não cair em radicalismos nem fundamentalismos. O mercado não resolve tudo nem o Estado. O mercado tem falhas e o Estado também, sendo necessária uma harmonia perfeita entre os dois lados.

1.16 Joaquim David destaca importância do evento

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

O ministro da Indústria, Joaquim David, afirmou

ontem, em Luanda, que a Conferência Nacional sobre o Relançamento da Indústria Transformadora "é oportuna por reflectir sobre as melhores vias para a reactivação do parque industrial do país".

Joaquim David fez esta afirmação quando desejava as boas-vindas aos participantes na Conferência sobre o Relançamento da Indústria Transformadora 2009/2012, que se realizou, ontem, no Centro de Convenções Ta1atona (CCT), em Luanda.

Para o governante, a realização da conferência é uma orientação do Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, para um conhecimento amplo e participativo de todas as forças vivas da sociedade.

O ministro referiu que o Governo aprovou a realização de tal actividade há cerca de dois meses, e agradeceu, por isso, a participação de todos os convidados, pois deste modo o programa terá uma dimensão nacional.

Participaram no encontro, que decorreu sob o lema "O Renascer da Indústria", membros do Governo, de partidos políticos, deputados, sociedade civil, associações empresariais e empresas públicas e privadas.

1.17 Programa do Governo visa amenizar ameaças à indústria transformadora

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, afirmou ontem, em Luanda, que o Governo, ao definir e aprovar o Programa Executivo da Indústria Transformadora, teve como propósito amenizar as ameaças que pairam sobre a indústria nacional devido à concorrência agressiva dos produtos estrangeiros e à debilidade das infra-estruturas de apoio.

Falando na abertura da Conferência sobre o Relançamento da Indústria Transformadora, Ana Dias Lourenço disse que este sector esteve sujeito a um processo de degradação económica, devido ao conflito militar e ao seu arrastamento por mais de 20 anos. Durante esse período, sustentou a ministra, a manufactura nacional foi reduzindo a sua participação no Produto Interno Bruto, acumulando deficiências estruturais, acomodando-se à crescente importação de bens finais de consumo, juntando insuficiências de produtividade e competitividade e utilizando uma mão-de-obra mal qualificada.

Ana Dias Lourenço notou que durante anos consecutivos, a participação da indústria transformado-

ra no conjunto da actividade económica nacional não passou dos 4 por cento e a criação de empregos apresentou uma dinâmica pouco compatível com os objectivos sociais sobre a máxima criação de postos de trabalho e a consequente redução da pobreza.

Sublinhou que, desde 2002, o Governo passou a considerar a indústria nacional como um dos sectores de desenvolvimento estratégico do país, ao acreditar que este pode desempenhar um papel mobilizador das forças produtivas nacionais e ser uma actividade chave para a dinamização e modernização da agricultura.

Os dados apresentados pela ministra do Planeamento dão conta que a indústria transformadora, apesar de ser um dos sectores que mais cresce (32,6 por cento em 2007), apresenta um índice elevado de concentração e realça que as indústrias de bebidas e de alimentação representam, praticamente, 75 por cento de toda a actividade de transformação do país.

Ana Dias Lourenço garantiu que a indústria transformadora nacional tem um potencial de crescimento notável, para o que concorrem a enorme disponibilidade de recursos naturais, renováveis e não renováveis, a posição geoestratégica do país na África Central e Austral, o prestígio internacional do país, a internacionalização de algumas empresas angolanas e a dinâmica do crescimento económico intenso que o país tem registado.

1.18 Banco Mundial identifica sectores para manter estabilidade económica

Folha 8 25 de Abril de 2009

Um dos maiores desafios para a economia angolana é a manutenção da estabilidade macroeconómica ao longo prazo e o aumento da competitividade e produtividade da mão-de-obra a médio. A declaração foi feita, ontem, pelo chefe da missão residente do BM em Angola, Ricardo Gazee, numa mesa redonda com os jornalistas, que teve como tema "Como diversificar a economia".

O economista identificou sectores onde Angola tem vantagens comparativas e deve continuar com o processo desminagem em terras agrícolas, uma vez o país ter condições para relançar a agricultura. "O país tem boas terras, bom regime de chuva e uma população que gosta de trabalhar"; disse. O chefe de missão residente do BM defendeu, também, o realojamento das pessoas que têm tradição de trabalho no campo, criando sistemas de crédito, distribuindo sementes para incentivar os agricultores, identificar barreiras, saber como resolver a falta de energia, água, regular o

transporte, portos, criando centro de treinamentos para reduzir os custos de produção.

O incentivo de reformas como forma de contribuição para a diversificação ainda tem muito que fazer na área fiscal, nos créditos nos sectores não petrolíferos.

No ano passado, de acordo com dados do BM, de Janeiro a Outubro, o PIB tinha uma renda média de três mil milhões, valor que em Novembro passou para 1,5 mil milhões, e em Janeiro de 2009, para 900 milhões de dólares. No ano passado 97 por cento do PIB veio das exportações do petróleo. O preço do petróleo, de dez dólares, o barril, nos anos de 1998, subiu, gradualmente, até 150 dólares em finais de 2008, caindo para 30 dólares. Essas variações deram um impacto negativo ao crescimento da economia angolana.

Por essa razão, o país procura diversificar a produção económica, chegando o sector agrícola a contribuir para o PIB de 2006, com 7,13 por cento, e com 8,2 em 2008. A indústria contribuiu, no mesmo período, com 4,8 por cento e passou para 6,6 em 2008. "Mas ainda é uma diversificação incipiente"; considerou.

1.19 Governo disponibiliza verbas para incentivar a agricultura

Jornal de Angola 25 de Abril de 2009

O Governo tem já disponíveis os 350 milhões de dólares do crédito destinado ao incentivo da produção agropecuária e ao fortalecimento da actividade dos pequenos e médios agricultores rurais, aprovado no ano passado

A informação foi avançada, ontem, pelo ministro da Agricultura, Afonso Pedra Canga, quando anunciava uma conferência nacional, que vai analisar o "Programa Executivo do Sector Agrário, na perspectiva da produção alimentar e o combate à fome", a realizar-se a 28 do corrente.

Na visão do governante, o sistema de crédito é um grande incentivo à produção agropecuária no país, um mecanismo a ser operaciolizado pelos bancos comerciais e pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

O ministro anunciou que as condições para que os mecanismos da concessão de crédito entrem em funcionamento já estão criados, numa altura em que tem se disponibilizado o crédito, embora não na dimensão e profundidade desejadas.

O ministro garantiu que o Governo procederá à

aprovação de outros fundos para incentivo à agro-pecuária, nos próximos tempos.

"Acredito que, com a política do Governo, que visa incentivar a produção, para a criação de parcerias futuras no sector, teremos melhores condições para que os nossos empresários agrários possam ter acesso a esses créditos", referiu.

Afonso Canga, disse que o programa do governo estabeleceu metas, no sentido de até 2012, o domínio da agricultura tenha uma produção acumulada de cereais aproximadamente de 15 milhões de toneladas, o que significa uma média anual de mais de dois milhões de toneladas.

Para assegurar o cumprimento dessas metas, o Governo angolano vai investir 2,5 mil milhões de dólares na produção agro-pecuária, até 2013, à razão de 500 milhões por ano.

"Além do investimento público, que está a ser realizado para viabilizar o investimento privado, haverá também um grande financiamento do sector privado", assegurou Afonso Canga, acrescentando que a agricultura é o sector que mais peso as empregos no país.

O ministro explicou que o Governo angolano pretende, com a realização da conferência nacional do sector agrícola, um maior envolvimento e compromisso da sociedade na execução dos programas e projectos previstos e engajamento no alcance das metas.

O fórum1 visa ainda divulgar as acções do Governo, de modo a cumprir os compromissos eleitorais do partido vencedor das últimas eleições, garantir o estabelecimento de parcerias público privadas, através de modelos participativos.

A conferência é aberta aos responsáveis de ministérios, agricultores e criadores, camponeses organizados através das suas associações e cooperativas, empresários, industriais, bancos, seguradoras, políticos, deputados e ONG.

1.20 Banco Mundial e Unicef têm USD 9 milhões para o IBEP

Jornal de Economia e Finanças 28 de Abril de 2009

O chefe do Departamento de Censos e Inquéritos Especiais (DCIE) do Instituto Nacional de Estatística, Bernardino Domingos Francisco disse haver um orçamento de cerca de USD 9 milhões para executar o projecto do Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP).

"Um montante adicional na ordem de 5% daquele plano orçamental foi criado para acudir àquelas situações não previstas," disse. A continuar, o responsável apontou, a título de exemplo, para as dificuldades que as quedas pluviométricas estão a causar nos trabalhos dos inquiridores envolvidos.

"Basta ver pelos estragos que as chuvas provocaram nas províncias do Cunene, Kuando-Kubango e Moxico", exemplificou.

Apoios importantes

Segundo o coordenador geral do projecto, Bernardino Francisco, o Instituto Nacional de Estatística (INE) conta com o apoio do Banco Mundial e do UNICEF, além da intervenção do Governo.

De acordo com o gestor, 12.500 agregados são os números das amostras no inquérito já realizadas. "E um inquérito por amostragem, cobrindo todas as províncias do país, incluindo as áreas rurais e urbanas.

Em cada província, o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem cerca de 600 agregados, salvo Luanda, que pelo tamanho da população está acima do dobro (mais de 1200).

Para se atingir a meta traça da, o INE, através do DCIE, adoptou o método de recolha directa. Conforme disse Bernardino Domingos, existe um instrumento de recolha directa que, é o questionário que, por sua vez, encerra 4 modelos: A, B, C e D.

"Cada família é visitada por cerca de três inquiridores ao longo de sete dias, sendo oito agregados na zona rural e zona urbana"; disse a fonte. Em seguida, ele concluiu que mais de 6.200 agregados são inquiridos na zona urbana e perto de 6.000 na área rural.

Objectivo do projecto

Bernardino Domingos Francisco afirmou que, de uma forma geral, com IBEP pretende-se conhecer as estruturas de consumo e de receitas dos agregados familiares residentes nas províncias sob investigação, assim como indicadores múltiplos.

De acordo com o gestor, especificamente o IBEP visa saber sobre as despesas das famílias e a sua distribuição nas rubricas de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, tabaco e estupefacientes, vestuário e calçado, habitação, água, electricidade, gás, e outros combustíveis, móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico, despesas correntes de manutenção da habitação, saúde, transportes,

comunicações, lazer, distração e cultura, ensino, hotéis e restaurantes e, outros bens e serviços.

"O que se quer, é obter informação necessária para a revisão dos coeficientes de ponderação do índice de preços no consumidor, analisar a estrutura de despesa para os diferentes níveis de receitas dos agregados familiares e ter dados para as estimações correspondentes ao consumo das famílias para as contas nacionais", explicou.

Importância do trabalho

A fonte que temos vindo a citar considera que o IBEP tem grande relevância na vida dos angolanos em geral, desde os gestores das decisões cruciais para o bem-estar da população, aos empresários ou comerciantes e, até ao simples cidadão.

Permite a actualização da cesta básica, a revisão da base de ponderação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), estimação do consumo das famílias para as contas nacionais e, a elaboração do perfil de pobreza rio país.

"Possibilita por outro lado ao INE, obter dados para a elaboração de indicadores sobre a saúde, trabalho infantil, educação, HIV-SIDA, mortalidade materna e infantil, contraceção, além das características dos agregados familiares que têm actividade agropecuária e pescas. Portanto, disponibiliza informação pertinente para o planeamento do desenvolvimento socio-económico", frisou.

Principais beneficiários

Para Bernardino Domingos, o inquérito IBEP é uma fonte importante de dados para a comunidade universitária, onde os estudantes vão buscar as suas teses de graduação, pós-graduação ou doutoramento.

Ele diz que as universidades precisam de elaborar os programas de investigação, para os investidores encontrarem dados necessários para planear os seus investimentos.

1.21 Bancos angolanos vão financiar o programa executivo da indústria

Jornal de Economia e Finanças 28 de Abril de 2009

O ministro das Finanças, Eduardo Severim de Morais, assegurou que o financiamento, a nível interno, conta com o concurso da banca comercial e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

O governante respondia a algumas inquietações e dúvidas levantadas no seminário sobre a indústria, em

relação à sua exequibilidade, numa altura de crise financeira e económica mundial e quando o país regista já défices orçamentais decorrentes da queda dos preços do petróleo e dos diamantes que constituem as principais fontes de receitas do Estado.

Severim de Morais disse que a questão dos mecanismos de financiamento do programa e as respectivas garantias do "Estado foi assegurada previamente para tornar possível os objectivos do Governo. Por outro lado, pediu a colaboração dos bancos e a participação do empresariado nacional no processo de materialização do programa.

"Haverá certamente reuniões com os bancos comerciais no sentido de se criar protocolos. Temos mecanismos que vão sustentar a protecção da dívida ou dar garantias aos financiamentos", afirmou. O ministro acredita que no momento em que o Estado der as garantias, o empresariado e os bancos irão apoiar sem receios.

Segundo Severim de Morais, embora difícil, o programa é exequível, mesmo que, para já, não haja capital. O governante avançou também a ideia de o Estado poder vir a repassar linhas de crédito aos empresários nacionais, como forma de garantir o dinheiro necessário. "Existe uma panóplia de produtos financeiros que o empresariado pode discutir com o Estado", anunciou.

Ante às limitações nas hipóteses de deslocação de empresas ou do próprio investimento estrangeiro (IDE), o ministro anunciou que só resta o concurso do Estado para o avanço dos projectos e programas previstos.

Adiantou que, além do seu papel de regulador, terá que ser estudada qual das modalidades se poderá ajustar ao momento, relativamente ao aparecimento do Estado em cena, enquanto incentivador, avalista, facilitador, empreendedor, parceiro ou concorrente.

Programa atractivo

A economista Naiole Cohen, que participou do certame em representação do Banco Fomento Angola (BFA), disse que o programa gizado pelo Ministério da Indústria é ambicioso e de louvar, mas é preciso que se salguarde a questão dos mecanismos de financiamento para a sua implementação efectiva.

Por sua vez, o presidente do Banco Internacional de Crédito (BIC), Fernando Teles, afirmou que estava de acordo com as metas do programa. "A indústria precisa de ser reactivada, sobretudo aquelas que produzem bens essenciais às populações. Agora, é preciso que o

Estado dê garantias aos bancos para o seu financiamento, mas também é preciso que essas indústrias que serão criadas tenham de facto rentabilidade", apelou.

De resto, a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, quem presidiu ao encontro, em representação do primeiro-ministro, António Paulo Kassoma, admitiu que a crise pode ser um factor de adiamento de alguns programas públicos ou privados para o curto e médio prazos.

Reafirmou que o tempo de crise que o país e o mundo vivem abre uma soberana oportunidade para se avançar na direcção de diversificação da economia, através do ajustamento de estratégias, o que passa, também, pelo segmento da indústria transformadora.

Garantias aos investidores

O vice-ministro da Indústria, Kiala Ngone Gabriel, disse ao JE que Angola goza de prestígio e garantias junto de investidores internacionais, o que serve de grande incentivo à captação de financiamentos externos para a concretização do programa governamental de relançamento da indústria transformadora nos próximos quatro anos.

O também economista fazia alusão sobretudo aos chamados projectos estruturantes da indústria, para os quais, segundo precisou, muitos desses investidores, com nome e peso na praça internacional, já têm o dinheiro garantido.

Também o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, acha ser possível a implementação do programa do relançamento industrial do país, apesar da crise financeira e económica global. Ele garantiu que os bancos comerciais angolanos têm liquidez para a concessão de créditos.

"O financiamento é importante e a nossa proposta vai no sentido de que os créditos sejam garantidos pelo Banco Nacional de Angola", defendeu.

1.22 Preço aos consumidores em Luanda teve variação de 0,93% de Fevereiro a Março

Jornal de Economia e Finanças 28 de Abril de 2009

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Luanda divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), órgão afecto ao Ministério do Planeamento, indica uma variação de 0,93% entre o mês de Fevereiro e Março de 2009.

Chamado a comentar, o chefe do Departamento de Estatísticas Económicas e Financeiras do INE, Lukoki Artur disse em exclusivo ao JE que isso significa dizer que "cada Kz 100 não gasto no mês de Março em relação a Fevereiro do ano em curso, perdeu um poder aquisitivo de cerca de Kz 1,00". Por outras palavras, Kz 100 não gastos durante este período passou a valer Kz 99,00.

Segundo o responsável, esta inflação de 0,93% representa apenas uma variação média de preços de bens e serviços com cerca de 14.500 observações de preços recolhidos em 20 mercados e cerca de 100 estabelecimentos ~ lojas existentes em Luanda.

"E uma média porque houve classes e produtos que tiveram uma inflação muito superior ou inferior a 0,93%" justificou.

Tal é o caso da classe de Transportes que foi a que registou o maior aumento de preços com 2,58%, influenciado fundamentalmente pela subida de preços do único produto: o táxi colectivo, vulgarmente conhecido por "candongueiro" com 4,30%.

Classificação

De acordo com Lukoki Artur, o INE serviu-se da classificação do consumo individual por objectivos (COICOP) que, é uma classificação de produtos por utilização, sendo a mais frequente mundialmente, dada a possibilidade de comparação dos índices de preços no consumidor.

"Das 12' classes que apresenta, para o nosso caso a que teve maior aumento nesta inflação é a de transportes com aquela percentagem, apesar de a média geral ser de 0,93%", disse.

A classe "habitação, água, electricidade e combustíveis teve urna variação de 1,46%, enquanto as classes de comunicações e educação mantiveram estáveis com 0,00%:

Em conformidade com os indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE), na classe de bens e serviços, além da oscilação do preço do táxi colectivo, a renda de casa registou urna inflação de 3,42%, a margarina 3;03%.

" Por outro lado, produtos corno peixe-espada, carapau seco, conserva de sardinha, botija de gás e corte de cabelo tiveram um equilíbrio de 0,00%.

A alimentação e bebidas não alcoólicas sofreram urna

variação de 0,90%, ao passo que o lazer, recreação e cultura 0,87%.

Variação de preços

Questionado sobre as razões que estão na base da variação de preços, Artur Lukoki disse que tudo obedece a lei da procura e da oferta. "E que, quanto maior for a oferta os preços tendem a baixar, quanto maior for a procura os preços sobem," enunciou.

Acrescentou, explicando porque é que o – "candongueiro" exerceu maior peso sobre IPC "Tudo tem fundamento na maior necessidade que a população enfrenta de utilização desse serviço, infelizmente quando chove, os taxistas fazem linhas curtas e sobem imediatamente o preço".

Esta variação está na ordem de 13,71%, o que significa que houve uma subida de 0,23 pontos percentuais em relação ao mês anterior (Fevereiro).

Artur Lukoki disse que a variação homóloga consiste na comparação do mesmo mês em relação ao ano anterior. "É sempre bom comparar, por exemplo, Dezembro deste ano com o do anterior, é assim porque a variação de preços é sazonal. Isto é, cada período tem o seu comportamento nos preços. Portanto, comparando o mês de Março de 2008 e, o mesmo mês em 2009, - temos uma variação homóloga de 0,23," concluiu.

1.23 Reservas em África crescem 38 bilhões de barris

Jornal de Angola 28 de Abril de 2009

O especialista em petróleo e director comercial da Associação de Produtores de Petróleo Africanos (APPA), Waeil Athrain, mostrou-se satisfeito com a produção petrolífera no continente e realçou que, actualmente, as reservas africanas registaram um aumento de até 38 bilhões de barris.

Waeil Athrain, que falava recentemente em Luanda, no seminário da APP A disse ainda que Angola tem dado um grande contributo para este sucesso da indústria petrolífera africana, pois os 1,9 milhões de barris/dia que produziu até finais de 2008 reflectem exactamente este crescimento.

Ele considera mesmo como níveis históricos as cifras de produção alcançada pela indústria angolana. "A África será responsável em 2010 por um em cada três barris de petróleo produzido no mundo", diz. Segundo ele, isto representa a força da presença africana no mercado mundial de produção do ouro negro.

Athrain destacou a elevada capacidade de produção de hidrocarbonetos do continente, razão pela qual a atenção mundial se tem virado de forma estratégica para África. Lembrou que o continente vai fornecer 25% do petróleo aos mercados dos EUA e da Europa e pretende ainda diversificar, passando também a actuar como importante fornecedor de gás.

Crescimento do sector

Através de um extenso relatório de referência, o director comercial da APPA lembrou que outra área em que se registou um excelente crescimento é a do gás natural.

As reservas africanas ultrapassaram os iniciais 156 bilhões de metros cúbicos para os actuais 196 bilhões. Em África, a Nigéria foi o segundo país do mundo no aumento das reservas de gás com 1,3 trilhões de metros cúbicos, com o desenvolvimento da exploração nas águas profundas.

O director da APP A disse ainda que este desenvolvimento, através do aumento das actividades de exploração e pesquisa, se registou em diversos países do continente, cujas reservas representam cerca de 91 %.

A África Ocidental se destaca, nos últimos tempos, pelo aumento de países produtores no offshore. Nações como Benin, Ghana, Côte d'Ivoire, Guiné Equatorial, Tchad e outros, continuam à procura de reservas de petróleo neste segmento.

Ele lembrou ainda que países como o Sudão, que também se junta a este grupo, têm hoje uma reserva de cerca de cinco milhões de barris.

Para estes índices de crescimento, segundo lembra, também contribui a política de intendência, isto é a dominação das empresas nacionais, iniciadas em 2000 e que tem registado um significativo aumento nestes últimos anos.

Novas leis

Um outro dado, segundo o especialista da APP A, que tem permitido todo este sucesso à indústria africana de petróleo e gás têm sido as políticas adoptadas pelas autoridades africanas e a adaptação das leis ao ponto de permitir que as companhias africanas continuem a demonstrar o seu potencial ante a presença de associações mundiais como as da China e Índia, grandes investidores neste sector de vital importância para a economia mundial.

Athrain cita países como a Nigéria, Angola e Líbia

como aqueles em que a evolução do seu sistema fiscal tem permitido o crescimento da indústria, além de permitir o aumento das reservas apoiadas na sua política de aumento da exploração.

Também faz referência à existência de zonas de exclusão económica, entre São Tomé e Nigéria, Angola e RDC e Angola e Congo, Líbia e Tunísia, Senegal e Mauritânia e as comissões ou projectos transnacionais como os de Camarões e Tchad, países que actualmente produzem cerca de 150 mil barris/dia e comercializam o seu petróleo através do oleoduto de exportação.

Ele conclui que estes e outros projectos, como os de transportes de gás natural, com mais de quatro mil quilómetros a região do Sahara, fazem de Africa um enorme potencial de atracção internacional no sector de petróleo e gás.

Principais decisões

No encontro de Luanda, os participantes da reunião da APPA concluíram que os Estados devem cingir as suas intervenções no financiamento e salvaguarda da propriedade, assim como pela chamada à responsabilidade das companhias privadas.

Deverão ainda os Estados no permitido todo este sucesso à indústria africana de petróleo e gás têm sido as políticas adoptadas pelas autoridades africanas e a adaptação das leis ao ponto de permitir que as companhias africanas continuem a demonstrar o seu potencial ante a presença de associações mundiais como as da China e Índia, grandes investidores neste sector de vital importância para a economia mundial.

Athrain cita países como a Nigéria, Angola e Líbia como aqueles em que a evolução do seu sistema fiscal tem permitido o crescimento da indústria, além de permitir o aumento das reservas apoiadas na sua política de aumento da exploração.

Também faz referência à existência de zonas de exclusão económica, entre São Tomé e Nigéria, Angola e RDC e Angola e Congo, Líbia e Tunísia, Senegal e Mauritânia e as comissões ou projectos transnacionais como os de Camarões e Tchad, países que actualmente produzem cerca de 150 mil barris/dia e comercializam o seu petróleo através do oleoduto de exportação.

Ele conclui que estes e outros projectos, como os de transportes de gás natural, com mais de quatro mil quilómetros da região do Sahara, fazem de Africa um enorme potencial de atracção internacional no sector de petróleo e gás.

Principais decisões

No encontro de Luanda, os participantes da reunião da APPA concluíram que os Estados de vem cingir as suas intervenções no financiamento e salvaguarda da propriedade, assim como pela chamada à responsabilidade das companhias privadas.

Deverão ainda os Estados no li domínio dos petróleos basear-se na exploração dos hidrocarbonetos e de tudo que a beneficie, retirando-se-lhes a actividade de exploração, por serem consideradas bastante arriscadas.

São ainda recomendações do evento a partilha de informação para gestão e estudo conjunto das áreas de interesses comuns e estratégicos para tratar da gestão das energias não renováveis.

Foi debatida ainda a necessidade de discussões no sentido de se partilharem informações relativas ao contrato de petróleos e gestão de recursos petrolíferos, conforme as recomendações saídas do encontro.

Indicadores para 2009

A produção do crude dos países da OPEP deverá representar 34% da procura mundial estimada pelo cartel este ano, indica o boletim mensal divulgado pela organização.

De acordo com as projecções da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a procura mundial da matéria-prima deverá totalizar 84,18 milhões de barris diários (mbd) este ano, menos 1,4 mbd em comparação com o calculado pela OPEP para o consumo do ano passado e 400 mil barris/dia abaixo da estimativa anterior.

Por seu lado, a organização projecta a produção conjunta dos países que integram o cartel em 28,7 mbd, o que corresponde a menos 2,1 milhões/dia face ao ano passado, que responde a cerca de um terço do consumo.

A recessão económica é a principal razão para a quebra da procura mundial pelo segundo ano consecutivo, alega a OPEP, apontando declínios na generalidade dos países.

1.24 Produzir mais para combater a fome

Jornal de Angola 28 de Abril de 2009

Membros do Governo, agricultores e criadores, associações e cooperativas de camponeses, empresários e industriais juntam-se, hoje, no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, para analisarem o Programa Executivo do Sector Agrário, durante a Conferência

Nacional com o tema "Produção Alimentar e o Combate à Fome: uma Prioridade de Primeira Linha".

O encontro tem objectivo de conduzir a um maior envolvimento e compromisso das estruturas do Estado com a sociedade, divulgar as acções do Governo em cumprimento dos compromissos eleitorais e garantir o estabelecimento de parcerias público-privadas através de modelos participativos.

A conferência está dividida em quatro painéis. O primeiro trata do Desenvolvimento da Agricultura

Familiar e Comercial e analisa o Programa de Extensão e Desenvolvimento Agro-Pecuário e Florestal, o Pólo Agro-Industrial de Capanda e os Projectos da Gesterra.

No segundo painel, subordinado ao tema Medidas e Incentivos ao Desenvolvimento Agro-Pecuário e Florestal, são discutidos os Mecanismos e Oportunidades de Crédito para a Agricultura, Oportunidades de Desenvolvimento

Agro-Pecuário das Províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico e o Programa de Comércio Rural. Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico e Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são o tema do terceiro painel, que analisa o Programa de Investigação Agrária e a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O quarto painel é dedicado às Infra-Estruturas Produtivas e de Apoio à Comercialização e Parcerias Público-privadas. Em debate estão as Infra-Estruturas de Irrigação e sua Gestão, Infra-Estruturas de Apoio à Conservação, Benefício e Armazenamento de Produtos Agro-Pecuários e Florestais, Parcerias Público-privadas no Sector Agrário e o Pólo Agro-Pecuário do Planalto da Camabatela.

O Programa Executivo do Sector Agrário, instrumento de programação das actividades do sector, visa "promover o desenvolvimento socio-económico integrado e sustentável" da produção agrícola.

O ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, anunciou, na semana passada, que a produção agrícola familiar, colocada, também, entre os temas de análise, continua a merecer uma atenção especial do Governo. Essa atenção especial é justificada com o facto de criar rendimentos que garantem o sustento de muitas pessoas pobres.

"E preciso transformar a agricultura de subsistência numa agricultura de rendimento virada para o

mercado", afirmou Pedro Canga.

1.25 O sector agrário e a economia

Jornal de Angola 29 de Abril de 2009

O sector agrário e florestal foi ontem objecto de acesos debates numa conferência nacional que reuniu em Luanda várias centenas de especialistas, que se debruçaram sobre diferentes temas, em que avultam a segurança alimentar, o abastecimento interno e o aproveitamento de oportunidades no mercados local, regional e internacional.

O Governo tem vindo a organizar eventos com o propósito de recolher da sociedade civil contributos que possam enriquecer os seus programas para serem executados ao nível de diversas áreas da vida nacional.

O sector agrário e florestal é uma dessas áreas e o Primeiro-Ministro, Paulo Kassoma, considerou-o, na abertura da conferência, como tendo potencial capaz de gerar empregos e rendimentos para garantirem a segurança alimentar e nutricional das populações e absorver os efeitos negativos da actual recessão económica mundial.

A agricultura é tida pelo Governo como um sector que pode servir de alavanca ao desenvolvimento económico do país e permitir o crescimento acelerado, a redução da pobreza e a diversificação da economia.

Na Conferência Nacional sobre o Sector Agrário e Florestal, o Governo apresentou um programa executivo, com o desejo de recolher propostas de diferentes segmentos da sociedade civil, para que os planos a concretizar sejam resultado de um amplo debate nacional, o que constitui garantia de atingir as metas preconizadas.

O sector agrícola, sendo um grande gerador de empregos, precisa de financiamentos para ser relançado, a fim de atingir níveis de produção que possam satisfazer as necessidades do mercado interno e externo.

Tendo em conta este objectivo, o Governo pretende, como anunciou o Primeiro-Ministro Paulo Kassoma, promover, nas zonas rurais, um sector empresarial forte, competitivo e capaz de levar o país aos lugares cimeiros na produção de alimentos e de outros produtos agro-pecuários e florestais ao nível da região e reconquistar os mercados internacionais.

O Governo tem já ideias sobre os rumos que quer dar

ao sector agrário e florestal, pelo que já tomou medidas para viabilizar o financiamento de projectos de pequenos e médios agricultores, o que, a concretizar-se, pode beneficiar milhões de pessoas, que vivem no campo e da exploração agrícola.

O comércio rural é uma das grandes apostas do Governo, que o considera como um factor estimulador do desenvolvimento das produções das comunidades agrárias e que é um poderoso elo de ligação entre as cidades e o campo.

As autoridades querem melhorar o circuito de comercialização entre o campo e as zonas urbanas, o que pode incentivar a produção dos camponeses, que assim conquistam um grande mercado para transaccionar os seus produtos.

A Conferência Nacional sobre o Sector Agrário e Florestal, que ontem decorreu em Luanda, foi uma oportunidade para os especialistas reflectirem sobre o que deve ser feito a partir de agora em prol do desenvolvimento da agricultura, uma área de actividade incontornável, sobretudo agora que estamos empenhados em encontrar soluções para atenuar os efeitos da crise financeira e económica mundial.

Desenvolver a agricultura é a forma mais eficaz de aliviar as grandes cidades de milhões de angolanos que se refugiaram nesses centros urbanos. Angola tem potencial para dar de comer a todos os angolanos e exportar os excedentes para África e para o mundo. Desde que exista vontade política, e esta conferência demonstra de uma forma exuberante essa vontade, os objectivos preconizados vão ser conseguidos.

Mas mais uma vez é bom ter em conta que precisamos de quadros médios e superiores para que este ambicioso projecto tenha sucesso. É mais do que nunca precisamos de arrancar com um programa de Investigação e Desenvolvimento, aproveitando as novas regiões académicas e a existência no mercado mundial de cientistas e investigadores cujos países de origem estão a ser fortemente afectados pela crise.

A mão-de-obra especializada no mercado mundial está barata. É o momento de contratar a massa crítica que nos falta.

1.26 Angola está a preparar entrada no sistema de comércio da região

Jornal de Angola 29 de Abril de 2009

Angola pode aderir, dentro de r cinco anos, ao

protocolo de livre comércio da SADC criadas que I estão as condições para a entrada ç em funcionamento do comité nacional para as questões sanitárias I e fitossanitárias ligadas à segurança alimentar.

Na base dessa afirmação está a realização, de 20 a 24 de Abril, na cidade de Benguela, de um seminário nacional para formadores que t contou com a participações de 30 técnicos ligados à saúde humana, saúde das plantas, saúde animal, laboratórios e segurança alimentar.

A realização do seminário teve como objectivo a formação de formadores visando a criação de equipas provinciais que vão criar as condições para o surgimento do comité nacional que vai cuidar das questões sanitárias e fitossanitárias da produção nacional, condição indispensável para Angola aderir ao Protocolo de Livre Comércio da SADC.

Rugo Reys, especialista em segurança alimentar e fitossanitária da SADC, disse que a acção de formação visou dotar os formadores de conhecimentos para o reforço das suas capacidades em matéria de controlo sanitário e fitossanitário da produção angolana, uma vez que o processo da indústria alimentar começa nos produtores e termina no consumidor que somos todos nós.

Os participantes no seminário analisaram questões ligadas à segurança sanitária e fitos sanitária dos alimentos em Angola, onde foram revistas as fraquezas do sistema e as acções que devem ser adoptadas para o reforço da sua capacidade.

"Vamos criar mais laboratórios para treino e difusão da informação e reforçar o sistema para obter uma harmonização e equivalência com outros países da região e da União Europeia", realçou o especialista da SADC.

Rugo Reys disse que a observação das condições sanitárias e fitossanitárias vai permitir uma melhor troca de produtos alimentares entre os países da região e permitir que o comércio regional e internacional seja mais fluído e transparente, pois a sanidade dos alimentos deve ser garantida para que ofereçam segurança aos consumidores.

O especialista da SADC concluiu que a acção de formação realizada em Benguela visou a criação de um plano de acção que vai dar corpo à formação do comité nacional de coordenação que trabalha com os comités de coordenação de países membros da organização continental uma vez que a formação está a ser igualmente realizada em todos os países membros da

SADC desde Janeiro até Maio, para depois serem apresentados os resultados.

Benguela porta de entrada

Para o director provincial do Ministério da agricultura e Desenvolvimento Rural, Abranekeseke, com esta realização, o país prepara-se de forma adequada para a sua adesão ao Protocolo de Livre comércio da SADC, deixada em aberto através da moratória do último encontro de chefes de Estado realizado em 2007 em Dar-Es-Salam, devido à preparação da economia angolana para o grande desafio.

"Este fórum é igualmente uma grande contribuição para esta caminhada, uma vez que Angola tem que assinar a legislação fitossanitária de modo a adequá-la às exigências da SADC, União Europeia e outros parceiros internacionais", lembrou o director do Ministério da Agricultura.

O facto da província de Benguela representar uma porta de entrada e saída no contexto do mercado internacional em função da existência do Porto do Lobito, Caminho-de-ferro de Benguela e o futuro aeroporto internacional da Catumbela, fizeram da região o local exacto para esta realização.

O engenheiro agrónomo Abranekeseke defendeu que é nestes três locais que vai incidir igualmente a observação de todas as medidas do país no concernente à entrada de produtos que não correspondam às medidas sanitárias e fitossanitárias internacionais que possam ser prejudiciais à saúde humana, "estando o governo a proteger a saúde dos cidadãos e da sua economia", garantiu.

Realizado pelo Codex Angola, o seminário de controlo sanitário e fitossanitário para a segurança alimentar contou como patrocínio da União Europeia em parceria com a SADC.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Remessas dos imigrantes portugueses triplicaram nos últimos quatro anos

Jornal de Angola 4 De Abril de 2009

As remessas dos Imigrantes portugueses que trabalham em Angola triplicaram nos últimos quatro anos para 70,9 milhões de euros, em consequência de um grande aumento do número de trabalhadores lusos no mercado nacional, divulgou o Banco de Portugal.

"Estamos perante uma explosão da presença dos portugueses em Angola e o crescimento em 4 7,3 por cento em 2008 do valor das remessas dos residentes portugueses neste país para Portugal, face a 2007, é extraordinária", afirmou o economista João César das Neves.

As remessas de emigrantes portugueses de Angola registaram um acréscimo de 13,1 por cento em 2005, face ao ano anterior, para 23,4 milhões de euros. Nestes quatro anos triplicaram, de 13,1 por cento em 2005, para 32,9 milhões de euros em 2006, um ano depois para 48 por cento e terminando com

Um crescimento de 47,3 por cento no final de 2008. Segundo o Banco de Portugal, as remessas foram de 11,1 milhões de euros em 2004, passaram para 13,7 milhões no ano seguinte e 11,5 milhões em 2006. Em 2007 e 2008 fixaram-se em 12,2 milhões e 13,1 milhões de euros, respectivamente.

Os dados do Banco de Portugal indicam, que os portugueses radicados no estrangeiro, em termos globais, enviaram 6,8 milhões de euros por dia para Portugal em 2008, menos um terço que o valor das remessas de há oito anos, tendo essas remessas caído de 3, 7.mil milhões de euros em 2001 para 2,5 mil milhões em 2008, uma diminuição de 33 por cento.

A Alemanha, França e Reino Unido foram as origens que apresentaram maiores descidas (13,4 por cento, 4,2 e 26,6, respectivamente) e em termos de grandes países da Europa só a Espanha registou uma tendência crescente nos últimos três anos.

2.2 Kixi-Crédito está a financiar os empresários de Cabinda

Jornal de Angola 10 de Abril de 2009

A agência angolana, Kixi-Crédito, especializada em serviços financeiros, vai conceder este ano, na província de Cabinda, um milhão de dólares em micro-crédito, a empresas e pessoas singulares, no quadro da sua política que visa proporcionar oportunidades de negócios às populações locais, com vista ao desenvolvimento socio-económico da região.

De acordo com o director executivo do Kixi-Crédito, Joaquim Ulisses Catinda, que falava na cerimónia de inauguração da primeira agência em Cabinda, a abertura da instituição na região vai ajudar o desenvolvimento económico e no crescimento das actividades empresariais dos agentes económicos de Cabinda. Referiu que numa primeira fase, ao Kixi-Crédito vai emprestar na província de Cabinda um milhão de dólares, o que representa uma taxa de reembolso na ordem dos 99 por cento.

“Esperamos conceder no primeiro ano da nossa actividade cerca de um milhão de dólares. Temos processos bem identificados e alguns créditos estão aprovados e pertencem a 100 clientes. Temos a certeza que teremos os reembolsos garantidos, porque estamos no mercado angolano há sete anos e Cabinda é a quinta província a ter esta agência realçou.

Em Cabinda, o Kixi-Crédito vai proporcionar aos seus clientes produtos como Kixi-solidário, Kixi-Reforçado, Kixi-Habituação, Kixi-Salário e Kixi-negócio.

Na ocasião, o vice-governador de Cabinda para o sector empresarial privado, Macário Lembe, disse que a abertura do Kixi-Crédito vai contribuir na melhoria da situação socio-económica de muitas famílias da província de Cabinda.

“O governo de Cabinda encoraja a expansão do Kixi-Crédito na província com abertura de agências em todos os municípios para a dinamização da agricultura, pesca e criação de gado, sectores fundamentais para o combate a fome e a miséria. “A província de Cabinda é potencialmente rica e qualquer investimento tem garantia de sucesso”, disse acrescentando que as autoridades de Cabinda têm estado a trabalhar na

criação de infra-estruturas de base para o desenvolvimento desses sectores nos municípios.

2.3 Crédito: o calcanhar de Aquiles

O Independente 11 de Abril de 2009

Com um simples telefonema podemos ter uma percepção de a quantas andamos em termos de acesso a casas. Como sinal de que o negócio vai de vento em popa, agentes imobiliários, num mercado dominado por estrangeiros, anunciam os seus projectos com uma mensagem atractiva.

Mas numa conversa mesmo ao telefone com um agente de vendas chega-se a conclusão que a publicidade que se faz serve apenas para anunciar o que está a ser feito e não conquistar novos clientes, pois as condições exigidas para o acesso às casas são demasiado altas.

A domiciliação dos salários no banco financiador do projecto deita por terra toda e qualquer expectativa. É curioso que as reclamações sobre as dificuldades de acesso aos projectos habitacionais não se restringem àqueles que não têm emprego, que mesmo nesta condição (falamos dos subsídios de desemprego), podiam ter condições para pagar a renda de uma casa a mais modesta que fosse.

Mas não é assim que tem acontecido. Hoje vemos funcionários públicos com salários razoáveis ou até altos, se atendermos às médias salariais, sem condições de aceder ao mais modesto pacote de um projecto habitacional.

2.4 Crédito aos camponeses melhora condições de vida

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

Camponeses de 165 cooperativas dos municípios do Sumbe, Porto Amboim, Seles, Conda, Amboim, Ebo, Kilenda e Cassongue beneficiaram de micro-crédito, durante o segundo semestre de 2008, para melhor desempenharem as suas actividades agrícolas.

O presidente em exercício da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias do Kwanza-Sul, David Nunes, disse que no quadro do protocolo assinado entre as cooperativas do Banco de Poupança e Crédito (BPC) foi destinado um montante de 595 mil dólares para crédito.

David Nunes disse que cada grupo de cinco camponeses recebeu de 100 a 12.500 dólares. O reem-

bolso vai ser efectuado num período de 18 meses, dos quais seis de carência e com uma taxa de juros de oito por cento.

O responsável da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias do Kwanza-Sul considerou positivo o crédito aos camponeses, sublinhando que visa combater a fome e a miséria. "Os resultados já são visíveis entre os camponeses beneficiários, em tão curto espaço de tempo", disse David Nunes.

A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias do Kwanza-Sul continua a desenvolver contactos com outras instituições financeiras e garantiu que a agência do Banco Sol, na Kibala, está pronta a dar resposta ao pedido de concessão de crédito aos camponeses.

A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias do Kwanza-Sul no Kwanza-Sul tem inscrito 112 cooperativas e associações de camponeses.

2.5 Fundo de Fomento Habitacional para construir um milhão de casas

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, defendeu ontem a instituição do Fundo de Fomento Habitacional para promover e financiar habitações a custos controlados. Disse também ser necessário "pôr termo à actual especulação desenfreada do sector imobiliário".

Na cerimónia de abertura da conferência que juntou, no Palácio dos Congressos, em Luanda, agentes, imobiliários, empresários, académicos e agentes da sociedade civil, o Presidente da República defendeu uma maior regulação do mercado de solos e do imobiliário, enquanto o Estado tem de assumir o papel fiscalizador para tomar o mercado mais transparente e melhor regulado.

Estas medidas, sublinhou o Chefe de Estado, podem ser executadas através da instituição do Fundo de Fomento Habitacional.

José Eduardo dos Santos, que discursava no Palácio dos Congressos, na cerimónia de abertura da primeira Conferência Nacional sobre Habitação, defendeu eficácia no combate à especulação dos terrenos e a simplificação no processo da sua aquisição para urbanizações pensadas e devidamente estruturadas, sob

o ponto de vista técnico.

Um milhão de fogos é uma meta possível o Presidente da República reafirmou que é possível construir um milhão de casas nos próximos quatro anos, "desde que exista vontade, firmeza, capacidade, organização e planeamento".

José Eduardo dos Santos reconheceu que isso é "uma tarefa complexa em termos humanos, logísticos, materiais e de mobilização de recursos financeiros, mas não é impossível" e que o Governo quer assumir este compromisso com os angolanos. "Todos juntos podemos cumprir esta meta se arregaçarmos as mangas e trabalharmos bem", disse o Chefe de Estado.

O Presidente da República defendeu que é imperiosa a adopção de políticas de cidade e de habitação sérias e realistas.

O propósito da conferência, afirmou o Presidente da República, é recolher contribuições para realizar um programa de urbanização de promoção habitacional, com tecnologia adequada e materiais de construção e os mecanismos para o seu financiamento.

Características regionais devem merecer atenção As características próprias de cada região devem merecer atenção especial para facilitar a solução dos problemas ligados à construção de infra-estruturas e de habitações, de modo a facilitar a sua harmoniosa integração no ambiente circundante, defendeu o Presidente da República, na Conferência Nacional sobre Habitação.

O Chefe de Estado defendeu a promoção de uma cultura de respeito pelo interesse público, que acabe com os índices elevados de ocupação ilegal e de construção desordenada e clandestina.

O ordenamento do território deve ser visto como um instrumento fundamental da gestão do ambiente e uma das condições essenciais para um processo de desenvolvimento equilibrado e sustentado.

José Eduardo dos Santos justificou esta necessidade com as rápidas e profundas transformações que estão a decorrer no país.

2.6 Fundo de fomento arranca em breve

Jornal de Angola 15 de Abril de 2009

O Fundo de Fomento Habitacional, criado pelo Governo para apoiar o programa de construção de um

milhão de casas até 2012, arranca ainda no primeiro semestre deste ano, segundo anunciou o vice-ministro das Finanças, Manuel da Cruz Neto.

Ao apresentar os princípios básicos do mecanismo de financiamento à habitação, Manuel da Cruz Neto disse que o fundo, que está a ser estruturado, vai financiar as pessoas de baixos rendimentos na compra directa de casas ou subsidiar o arrendamento; para que as famílias não tenham dificuldades na gestão dos seus orçamentos.

O fundo vai ainda apoiar as cooperativas de habitação, financiar projectos imobiliários e de autoconstrução dirigida, que representam 68,5 por cento do milhão de casas a serem construídas.

Manuel da Cruz Neto disse que o Estado vai manter o papel de orientador, regulador e financiador do programa, dando prioridade no acesso à habitação às pessoas de baixos recursos.

O mecanismo de financiamento do Programa Nacional de Urbanização e Habitação tem duas entidades, o Fundo de Fomento à Habitação e a Instituição Financeira de Gestão, que vão definir os critérios de aprovação, preço e demais condições para as operações de financiamento directo a realizar pelo fundo.

Manuel da Cruz Neto disse que o Estado está a promover a participação dos bancos comerciais no financiamento do mercado da habitação, sem pôr em causa a solidez e estabilidade do sistema bancário. O objectivo é incentivá-los a emprestar dinheiro a quem precisa de comprar casa.

Apostas dos Bancos

O mecanismo criado vai ainda oferecer soluções de financiamento a outras formas de procura por habitação que a banca comercial tenha dificuldade em financiar.

Presidentes de três bancos comerciais, Banco de Fomento Angola (BFA), BAI e BESA falaram dos riscos que as instituições bancárias correm em conceder empréstimos à habitação, mas acreditam no êxito do programa habitacional.

O presidente da Comissão Executiva do BFA, Emídio Pinheiro, admitiu que os fracos rendimentos das famílias têm condicionado o valor dos empréstimos. Outro factor que dificulta é a falta de título dos terrenos onde são construídas as casas.

Emídio Pinheiro diz que é possível emprestar até

80.000 dólares a um funcionário público que tenha um rendimento de 1500 dólares e queira comprar uma casa de 100 mil dólares. Neste caso, o banco exige uma taxa de esforço de 33 por cento. Para um funcionário que tenha um rendimento de 250 dólares, o valor do empréstimo é de 10 mil dólares para pagar uma casa de 12.500 dólares.

Só que existem ainda os problemas da falta de títulos dos terrenos, incerteza dos direitos reais dos imóveis e a falta um historial de crédito de quem pede emprestado, entre outros obstáculos.

José Massano, presidente do BAI, disse que o modelo actual de captação do mercado não facilita a concessão de créditos de longo prazo, como é o caso da habitação, uma vez que os bancos trabalham com recursos de curto prazo e o crédito à habitação é de longo prazo.

Álvaro Sobrinho, presidente do BESA, pediu celeridade na implantação da Central de Riscos, para impedir que os maus pagadores venham a contrair outros empréstimos e a prejudicar os bancos.

Experiências estrangeiras

Experiências de países que tiveram dificuldades na implantação de casas sociais podem servir para cada e fez com que as famílias "mais carenciadas optassem para casas até 21 mil dólares.

Para pagar a casa, o interessado tinha de contribuir com cinco por cento do seu salário para um fundo específico. O dinheiro só podia ser retirado para comprar a casa ou para a reforma, aos 65 anos. O Estado passou a responsabilizar-se pelas casas até ao valor de 40 mil dólares. Acima deste valor, os empréstimos eram garantidos pelos bancos comerciais.

Outra experiência que pode servir para o caso angolano é o do Brasil, que possui um défice de oito milhões de casas e lançou, no mês passado, o programa "Minha Casa, Minha Vida", que prevê a construção de um milhão de casas ainda este ano.

O Governo vai subsidiar o total da casa para o funcionário que ganha até três salários mínimos, o equivalente a 1500 dólares. O funcionário apenas paga mensalmente o equivalente a 20 dólares.

2.7 Banco Sol concede crédito para compra de motorizadas

Jornal de Angola 16 de Abril de 2009

O Banco Sol, a Associação de Motoqueiros Transportadores de Angola (AMOTRANG) e a

TRANSNOV A, Lda celebraram, ontem, em Luanda, um acordo que vai permitir aos moto-taxista do país a compra de 67 mil motorizadas.

O acordo, assinado por Coutinho Miguel, presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Bento Rafael Paulo, pela presidente da AMOTRANG, e Mohamed Diallo, presidente da Transnova, é o resultado da satisfação duma preocupação apresentada ao Governo pela Amotrang, cuja solução ficou sob a responsabilidade do Banco Sol.

Coutinho Miguel considerou o projecto de importante e seguro, quer do ponto de vista social, quer económico, porquanto as três instituições acautelaram-se nas garantias do êxito do projecto.

"Temos confiança no sucesso do projecto, cujo acordo foi rubricado agora, pois todas as questões de risco operacional foram tidas em conta, uma vez que a Amotrang, um parceiro privilegiado, vai seleccionar associados capazes de cumprir com o acordo assinado entre o banco, o beneficiado e a Transnova, designado como concessionário e fiador, dentro dos prazos", garantiu

Coutinho Miguel.

O objectivo fundamental do projecto é, nas palavras do presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, a criação de facilidades aos jovens para a aquisição de motorizadas para o serviço de táxis, actividade que dá sustento a milhares de pessoas em vários pontos do país, principalmente nas províncias de Benguela, Bié, Huambo e Luanda.

Os montantes, a serem disponibilizados em moeda nacional, vão de 1.500 a 2.500 dólares como montante máximo. A taxa de juros é de 14 por cento e o reembolso do valor feito em 12 meses.

Coutinho Miguel esclareceu que o papel que o Banco Sol tem vindo a desempenhar neste projecto de micro-crédito, visa assegurar a promoção da inclusão social, democratizar o acesso ao crédito e contribuir para que o cidadão possa gerar negócios para os micro e pequenos empreendedores, sobretudo aqueles que se encontram no meio rural.

"Nós, recentemente, colocamos no mercado créditos universitários e, no ano passado, colocamos o crédito do taxista e do camionista, e brevemente vamos colocar outros produtos e outros serviços, que devido à concorrência prefiro manter, por enquanto, em sigilo, disse.

2.8 Crédito aos Jovens

Jornal de Angola 16 de Abril de 2009

O combate ao desemprego e à delinquência juvenil continua a ser uma das grandes apostas das nossas autoridades, que, por via de diversas acções, têm proporcionado a possibilidade de centenas de jovens das diferentes regiões de Angola conseguirem empregos.

Uma dessas acções é a formação profissional, que consta de programas que já dotaram muitos jovens, em todo o país, de conhecimentos, o que lhes dá oportunidades de emprego e realização pessoal.

O problema do desemprego não se resolve de um dia para outro. É um processo, em que o Governo, além de promover a formação dos que dela necessitam para serem absorvidos pelo mercado do trabalho, tem estabelecido parcerias, com outras entidades, destinadas à diminuição da taxa de desemprego.

Uma dessas parcerias é a que o Ministério da Juventude e Desportos estabeleceu com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), que permite que jovens empreendedores tenham acesso ao crédito para montarem micro-empresas.

As micro-empresas que têm sido criadas por via do Crédito Jovem estão a gerar oportunidades, permitindo que pessoas desempregadas tenham acesso a um emprego, com todos os benefícios que daí decorrem: mais gente com rendimentos e menos criminalidade.

É também de realçar o facto de muitos jovens se estarem a organizar em cooperativas, que montam diferentes negócios e congregaram centenas de pessoas.

Os jovens que criam essas cooperativas, com o crédito que lhes é concedido, compreenderam que a união faz a força e que sempre vale a pena trabalharem juntos para obterem grande rentabilidade nos seus negócios, para que os seus projectos sejam sólidos, no sentido de, não só reembolsarem o dinheiro obtiveram de empréstimo; mas também maximizarem os seus lucros:

Um país não vive só de grandes e médias empresas. As pequenas e micro-empresas constituem, também; um importante segmento gerador de riqueza e emprego.

No Kwanza-Norte, por exemplo, existem setenta cooperativas compostas por 414 jovens; dos quais 103 são do sexo feminino. Essas cooperativas foram montadas graças ao Crédito Jovem, instituído pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com o BPC, e estão há produzir resultados positivos.

Jovens de Ndalatando, capital da província do Kwanza-Norte, são unânimes em reconhecer que O Crédito Jovem está a resolver muitos dos seus problemas, permitindo-lhes levar uma vida com menos sobressaltos.

Um desses jovens é Noé Domingos Kenga, que apostou na área da fotografia, fotocópias e papelaria e que hoje diz que o Crédito Jovem veio dar solução aos problemas do desemprego.

"Muitos jovens de Ndalatando, como eu, enfrentavam vários problemas para a montagem dos nossos negócios por falta de capital, mas graças a Deus surgiu este programa que nos tirou da agonia" disse Noé Kenga.

As palavras de Noé Kenga podiam ser proferidas por jovens de outras regiões de Angola que também beneficiam de créditos bancários, no quadro da parceria entre o Ministério da Juventude e Desportos e o BPC, os quais vão paulatinamente resolvendo os seus grandes problemas e os das suas famílias.

2.9 Sector agrícola absorveu menos de dois por cento do crédito

Semanário Factual 10 a 17 de Abril de 2009

O crédito concedido em Janeiro ao Sector agrícola sofreu um ligeiro abrandamento de 0,24 por cento em comparação com o mês de Dezembro de 2008 e fixou-se em cerca de 858 mil milhões de Kwanzas.

O sector da agricultura absorveu somente 1,02 por cento do crédito concedido, ficando abaixo dos 09 mil milhões de Kwanzas, uma quebra de 3,38 por cento em comparação com período anterior, enquanto o crédito para o sector das Pescas cresceu cerca de 87 por cento.

Numa altura em que o lema da economia para fugir aos efeitos da crise consiste em diversificar a economia, apostando cada vez mais na produção nacional, os sectores que podem contribuir para o relançamento da economia parecem continuar a ser preteridos em favor do comércio, que no mês de Janeiro ficou com 17, 57 por cento do crédito concedido, um acréscimo de 5,90 por cento em comparação com o último mês de 2008.

O crédito a particulares, essencialmente destinado a financiar o consumo e a compra de automóveis e também a compra de imóveis, sofreu uma desaceleração no primeiro mês de 2009 e representou 48,77 por cento do volume de crédito, uma queda de 2, 84 por cento.

A indústria extractiva, que representou 3,99 por cento do crédito, cresceu aproximadamente 29 mil milhões de Kwanzas para próximo dos 34 mil milhões, um acréscimo de 16,98 por cento. Já a indústria transformadora caminhou no sentido inverso e caiu 0,67 por cento, absorvendo somente 4,41 por cento do total do crédito.

Os sectores relativos à produção e distribuição de electricidade, de gás e de água também sofreram uma forte desaceleração na ordem de 21,91 por cento, enquanto no sector que congrega o alojamento e a restauração (restaurantes e similares) a queda foi de 10,36 por cento.

O sector da construção, que ao longo dos últimos anos vem dando sinais de um forte aquecimento, absorveu 6,69 por cento do volume de crédito e sofreu uma queda de 0,2 por cento. As actividades imobiliárias não resistiram à tendência e também caíram 8,79 por cento.

A estrutura do crédito concedido por actividade à economia continua a evidenciar uma forte concentração no crédito a particulares e no comércio que, juntos, representam mais de 66,34 por cento do crédito concedido e cujo fluxo de produtos que alimentam tais segmentos dão cada vez mais azo às importações em detrimento da produção nacional. Os sectores considerados chaves para estimular a diversificação e a criação de novos postos de trabalho vão cada vez mais dando sinais de abrandamento perante uma conjuntura em que se precisa muito mais da agricultura e da indústria.

Para reforçar a oferta de crédito para o sector agrícola, o Governo criou já uma linha de crédito de mais de 300 milhões de dólares mas que pode se tornar insuficiente para estimular a actividade numa conjuntura de baixa produtividade e competitividade da economia.

O sector bancário conta nesta altura com uma carteira de crédito de cerca de 10 mil milhões de dólares. Salienta-se que em 2008 o Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA) concedeu mais de 100 milhões de dólares para financiar vários projectos agrícolas e industriais.

2.10 Fundo de investimento imobiliário

Novo Jornal 17 de Abril de 2009

A IMPORTÂNCIA E ENQUADRAMENTO DO FOMENTO À HABITAÇÃO

• Direito à Habitação – uma necessidade fundamental de qualquer cidadão para ter uma vida condigna • Objectivos de fomento à habitação:

- Combate à pobreza;
- Melhoria do nível das populações;
- Estabilidade e equidade social;
- Factor de coesão nacional.
- O Governo lançou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, focalizado no fomento à habitação: - Fazer face à escassez de oferta de habitação acessível à grande maioria da população;
- Objectivo de construção de habitações sociais nos próximos 4 anos;
- Necessidade de um plano e de uma estratégia de financiamento adequados aos avultados investimentos necessários para atingir aqueles objectivos.

ENVOLVIMENTO DO SECTOR BANCÁRIO/ FINANCEIRO NO FOMENTO À HABITAÇÃO

- O sector bancário deverá representar um papel importante no apoio às políticas do Governo para o sector da habitação
- Apresentamos duas abordagens típicas de envolvimento do sector financeiro no fomento de programas de habitação promovidas por alguns países de economia de mercado e uma sugestão ajustada aos objectivos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação:
 - Abordagem 1: Bonificação de juros no crédito à habitação;
 - Abordagem 2: Renda garantida;
 - Sugestão sobre o financiamento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação

ABORDAGEM 1: BONIFICAÇÃO DE JUROS NO CRÉDITO À HABITAÇÃO

- Experiência com sucesso no fomento à habitação em economias desenvolvidas;
- Necessidade de selecção criteriosa sobre beneficiários dos juros bonificados;
- Necessidade de eficiência no processo administrativo e legal tendente à constituição de hipotecas;
- Perigo de encarecimento de casas de baixa renda;
- Perigo de exposição dos bancos ao risco de crédito elevado (subprime).

ABORDAGEM 2: MECANISMO DE RENDA GARANTIDA

- Redução do risco de crédito;
- Necessidade de promover eficiência ao nível dos custos;
- Negociação de contratos;
- Fiscalização;
- Aposta em tecnologia com preços mais competitivos;
- Forte necessidade de funding (Fundos);
- Necessidade de selecção criteriosa dos beneficiários de arrendamento;
- Difícil execução financeira;

- Elevada carga administrativa que se reflectirá nos custos.

- Existência de enquadramento legal;

Subscrição do Fundo:

Estado – (10%-25%);

B. Nacionais – (10%- 25%); outros investidores – restante;

- Subscrição por tranches em função das necessidades;

- Rentabilidade do fundo superior aos DP's; Prazo do fundo – a definir;

- Tipo de Fundo – fechado até ao montante total do investimento; DP'S transaccionavam;

- Enquadramento fiscal e cambial favorável;

- Redução do risco de crédito;

- Selecção mais rápida, com menos custos e mais criteriosa dos beneficiários do activo do Fundo;

- Base muito maior de financiadores, o que permite menor esforço financeiro por investidor maior potencial de sucesso na captação dos recursos financeiros;

- Parceria Estado/Soe. Gestora (com competências nas várias fases de desenvolvimento de projectos Real Estate):

- (i) Gestão e acompanhamento dos projectos do Fundo;

- (ii) Promover as melhores práticas ao nível da eficiência nos custos financeiros e administrativos;

- (iii) Apoio ao Estado na estruturação financeira do fundo;

- Necessidade de fixação de rentabilidade do Fundo de forma a atrair investidores (em função da estruturação financeira do fundo);

- Envolvimento de investidores nacionais em projecto de desígnio nacional com rentabilidade e benefícios fiscais atractivos (equidade);

- Possibilidade de introdução de flexibilidade do modelo (aquisição de imóveis, etc.);

- Capacidade de implementação no curto prazo.

2.11 Financiamento à habitação condicionada por falta de garantia

A Capital 18 de Abril de 2009

Os bancos comerciais a operarem no país dizem ser do seu interesse financiar projectos habitacionais, através do crédito afim. Mas gestores bancários referem haver o handicap de tal produto estar envolto de muitos riscos por falta de garantias seguras por parte de quem, muitas vezes, solicita o empréstimo.

O crédito habitacional vai por 550, continuar a ser um dos produtos financeiros mais escassos no mercado angolano, onde a banca comercial parece dedicar-se mais a modalidade de empréstimos de curto prazo.

Pelo menos é o que se deduz das declarações do bancário Mário Mendonça, que apresenta como razões o facto de existirem no mercado factores que «limitam aquilo que pode ser o potencial de um produto tão importante quanto o crédito habitacional».

Mendonça referia-se mais propriamente a factores que se prendem com o facto de serem bastante insignificantes os depósitos de longo prazo, enquanto fontes que à partida, sustentariam os empréstimos para projectos habitacionais.

«A nossa estrutura de depósito é feita por depósitos de curto e media prazos quando o crédito habitacional exige claramente reembolso de longo prazo» disse o bancário que se serve desse mesmo factor para explicar a imaturidade do sistema financeiro face a este aspecto concreta

2.12 Bancos garantem credito à Agricultura

Jornal de Angola 30 de Abril de 2009

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) gere a linha de crédito de 200 milhões de dólares do Governo destinada à Agricultura. Os seus responsáveis anunciaram que, este ano, vão chegar financiamentos à Lunda-Norte, Moxico, Namibe, Zaire e Kuando-Kubango, as únicas onde ainda não há projectos aprovados.

Desde a sua criação, em 2007, o BDA concedeu, ao sector agrícola, créditos no valor de 52,3 milhões de dólares, de um total de 178 milhões concedidos aos diversos sectores da economia. Ao todo, foram financiados 98 projectos, que garantiram 3.244 novos empregos em 13 províncias.

O presidente do Conselho de Administração do BDA, Paixão Franco, diz que, este ano, vão ser criadas cinco novas agências nas províncias. Os agentes do banco têm a missão de ir ao encontro dos operadores para apresentar os serviços do BDA e propor medidas de apoio aos projectos agrícolas, pecuários, agro-industriais, industriais e de pescas.

O total da linha de crédito do Governo ascende a 350 milhões de dólares, para fortalecimento dos pequenos e médios empresários do sector agrícola. Deste valor, 150 milhões estão a ser geridos pelo BPC, para créditos de campanha, operações até cinco mil dólares, sem necessidade de apresentação de garantias reais.

Os 200 milhões de dólares sob gestão do BDA servem para créditos de investimento. Os prazos de reembolso vão até oito anos, com três anos de carência, e as taxas de juro de 6,7 por cento em kwanzas. Os produtores ou criadores individuais devem participar com 10 por cento do valor do investimento. Para as organizações, a taxa de esforço é de 5 por cento.

Gabinete específico

O Banco BIC, que já concedeu créditos avaliados em 75 milhões de dólares ao sector agro-pecuário, criou um gabinete específico para acompanhar e responder rapidamente a pedidos de financiamentos no sector. Com agências abertas em todas as localidades potencialmente agrícolas, o Banco BIC assinou, também, um acordo com o BDA, que lhe garante levar os serviços aos clientes.

O presidente do Conselho de Administração do Banco BIC, Fernando Teles, diz que o objectivo é tornar as localidades agrícolas mais dinâmicas e capazes de contribuir para o esforço de diversificação da economia nacional.

Entre os projectos financiados pelo banco, destacam-se o programa de importação de cinco mil cabeças de gado bovino, localizado na província de Malanje, instalação de aviários no Alto Hama e Luanda, moagens e matadouros, na Huíla e Benguela, além de um projecto de produção de algodão, na província do Huambo, apoiado pelo BDA.

Falta de adesão

O presidente do Conselho de Administração do Banco de Comércio Indústria (BCI), Adriano Pascoal, garante "total disponibilidade" da sua instituição na concessão de créditos para a agro-pecuária, mas lamenta a fraca adesão dos operadores ao processo.

Sem avançar os valores disponibilizados até ao momento, Adriano Pascoal revelou que o total de crédito concedido está muito abaixo das disponibilidades do banco, que também gere uma linha de crédito do BDA. "O problema central é que há fracos níveis de projectos direcção disponíveis para investir na agricultura. Outro constrangimento, disse Adriano Pascoal, está na fraca divulgação dos serviços e produtos direccionados para o sector agrícola. "Estamos a trabalhar para operacionalizar a linha de crédito para o sector agrícola para que consigamos alargar o crédito que concedemos, até aqui, à agricultura", sublinhou.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Comércio normal

Jornal de Angola 6 de Abril de 2009

A rede de distribuição e comercialização do PRESILD acompanha com grande eficácia a normalização da vida económica do país. As grandes superfícies Nosso Super e as lojas de proximidade Poupa Lá fazem parte de uma malha comercial que leva aos consumidores produtos de qualidade e liberta-os das práticas desonestas dos especuladores.

O restabelecimento dos circuitos de distribuição tem uma vertente ainda mais importante. O PRESILD criou entrepostos em várias províncias que vão permitir fazer chegar os produtos de consumo diário a melhores preços ao Centro e Sul do país. Os investimentos do Governo nesta área são fundamentais.

E os benefícios aos consumidores são inestimáveis. Todos sabemos como as camadas economicamente mais frágeis da população sofrem quando os especuladores e açambarcadores sem escrúpulos resolvem enveredar pelo lucro fácil a qualquer preço. Ainda não passaram muitos anos desde que os preços da "cesta básica" eram fonte de riqueza fácil e esmagavam os orçamentos familiares, mesmo da classe média.

De resto, a especulação desenfreada do comércio informal foi responsável pela inflação galopante que se registou em anos recentes. Por isso, a rede Nosso Super e agora as lojas de proximidade Poupa Lá são instrumentos como se sabe, quando atinge níveis elevados, prejudica sempre os cidadãos economicamente mais débeis.

Os entrepostos do PRESILD são igualmente indispensáveis para regular o comércio dos bens essenciais e para manter os preços dentro da tabela estabelecida, para que os consumidores que estão nas áreas mais isoladas do país não sejam duplamente penalizados. Por um lado, com os efeitos negativos da interioridade e do isolamento e, por outro, com o aumento exorbitante dos preços, devido às taxas dos transportes e (b) conservação dos produtos.

O PRESILD está a cumprir um papel fundamental na normalização das actividades comerciais.

O PRESILD está a cumprir um papel fundamental.

Na normalização das actividades Comerciais

Mas as suas lojas de retalho deviam ter uma intervenção mais agressiva para evitar os autênticos assaltos dos especuladores, em situações de excepção. Estamos a pensar nos acessórios obrigatórios nas viaturas, por determinação do novo Código de Estrada. Triângulos, coletes de sinalização, extintores ou cadeiras para crianças são neste momento vendidos e preços inaceitáveis.

3.2 O medo nos olhos da zungueira

Jornal de Angola 7 De Abril de 2009

O mona, nas costas, a bacia de plástico na cabeça, ela era apenas uma no cortejo de mulheres, homens e kandengues que, num repente, encheram a avenida de correrias e encontrões que o som da buzina provocou.

O carro da polícia nem chegou a parar. Não sei, mesmo, se a sirene era para anunciar aos vendedores ambulantes que estava a chegar, se para abrir caminho à camioneta de carga a caminho do porto. Mas sei, porque vi nos olhos da zungueira, que ela, tinha medo.

Os vendedores ambulantes não pagam impostos, alguns, até, especulam nos preços. Sei disso tudo, mas não esqueço que são as circunstâncias que os levam a isso. Desconheço se podem, e como podem, ser legalizados. Mas gostava que fossem. Nunca mais vou esquecer o medo que vi nos olhos daquela zungueira a correr, uma mão no alguidar vermelho com abacates, a outra segurar o monandengue preso nas costas.

3.3 INADEC combate irregularidades no mercado

Novo jornal 10 De Abril de 2009

A CONTRAFACÇÃO de produtos para o país por terra, mar ou até mesmo por via aérea está a aumentar. No país entram diferentes marcas que acabam por se inserir num mercado de bens onde as dificuldades de fiscalização são muitas.

O Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores (INADEC), no âmbito dos esforços de promoção dos direitos dos consumidores angolanos, e de uma garantia de qualidade dos produtos, detectou a venda de diversos bens em mau estado de conservação ou resultado de contrafacção.

Produtos como pasta dentífrica, sabonete e até mesmo algumas embalagens de carne seca engrossam o rol de

mercadoria sem garantias de qualidade ou adulteradas pelos agentes económicos responsáveis pela sua importação.

A falta de conhecimento da origem do produto, bem como a omissão dos componentes que o caracterizam, também fazem parte da lista de irregularidades consideradas de "graves" pelos agentes do mercado.

"A nossa intenção é promover os direitos dos consumidores e combater as várias formas de violação que acontecem em alguns produtos", esclarece Elsa Bárber, directora do INADEC. "Detectámos diferentes tipos de violações, desde a falta de informação a violações que põem em causa a saúde do consumidor", continua.

Não se sabe a quantidade de mercadoria imprópria existente no mercado nacional, mas sabe-se que esta prática tem permitido a que muitos comerciantes - formais e informais - desenvolvam o seu comércio longe da vistoria do órgão de tutela. A confirmar esta realidade, está a dificuldade do INADEC em desenvolver acções de controlo no comércio informal. "O Instituto tem obstáculos na sua actuação no mercado informal por causa do comprovativo que tem que ser anexado às reclamações", disse a directora deste organismo.

A publicidade usada na divulgação de certos produtos faz também parte da lista de falhas detectadas pelo INADEC, que vai criar, em breve, um mecanismo de controlo. "Vamos lançar este mês uma linha telefónica para agilizar as denúncias dos consumidores", que vai facilitar, de "certa forma", o trabalho dos vigilantes em "número insuficiente" no combate à fraude que não para de crescer no país, informa Elsa Bárber. F.D.

3.4 Polícia fiscal avisa comerciantes para pagarem taxas de importação

Jornal de Angola 13 de Abril de 2009

O comandante da Polícia Fiscal I da comuna de Massabi, município de Cacongo, inspector Simão Mangovo, disse ontem que os comerciantes que exercem a actividade na fronteira devem pagar os seus impostos, para legalizarem a mercadoria no trajecto entre Massabi e a cidade de Cabinda.

O inspector Simão Mangovo manifestou-se preocupado em face da constante má fé por parte de alguns comerciantes que se furtam ao pagamento dos impostos na zona fronteiriça de Ponta Negra (Congo Brazzaville) para os mercados de Cabinda.

"Estamos preocupados com a situação, porque continuamos a assistir esta prática negativa", lamentou o oficial. "A Polícia Fiscal está preparada para apoiar esta actividade, reunindo, assim, as condições para que as mercadorias adquiridas no país vizinho, após o pagamento dos direitos aduaneiros, possam circular livremente", explicou o inspector Simão Mangava. O comandante disse que fugir ao pagamento dos direitos fiscais e aduaneiros das mercadorias "implica pagar o dobro do valor da compra e isso acarreta outros custos para o comerciante".

Sobre a situação reinante em Massabi, relacionada com os camiões que pernoitam na zona neutra da fronteira comum entre Massabi e NTiamba Nzazi, o comandante da Polícia Fiscal de Massabi disse que "é uma grande preocupação, por apresentar riscos, como incidentes que podem surgir durante a noite, como roubos de mercadorias e também de alguma insegurança entre as autoridades de defesa e segurança dos dois países".

Simão Casimiro Mangovo disse ainda que a fronteira de Massabi é hoje considerada a principal porta de entrada de mercadorias destinadas à província, assistindo-se ao maior fluxo e movimentação de pessoas de arribos os lados.

O comandante da Polícia Fiscal defende o redobrar das atenções e um controlo rigoroso, eficaz e permanente para se manter intacta a defesa e a segurança da fronteira, no quadro das recomendações dos encontros da Comissão Mista de Defesa e Segurança Fronteiriça entre as duas províncias Congolesas de Ponta Negra e Kouilou e Cabinda.

3.5 Mercado informal de Massabi deve ir para uma zona neutra

Jornal de Angola 20 De Abril de 2009

O chefe do Posto dos Serviços de Migração e Estrangeiros na fronteira comum de Massabi (Angola) e Ponta Negra (Congo Brazzaville), Pedro Cuico, defendeu, ontem, na comuna de Massabi, norte da cidade de Cabinda, que o mercado fronteiriço local deve ficar situado num zona neutra, para permitir um trabalho mais eficaz e consistente no controlo de estrangeiros que se movimentam para o território angolano. Pedro Cuico manifestou esta preocupação, sublinhando que o movimento diário de cidadãos congolese e de outras nacionalidades no mercado fronteiriço que funciona no território angolano, tem dificultado muito o "bom exercício da actividade no controlo de estrangeiros, que a todo o custo querem imigrar para Cabinda". O chefe do Posto dos Serviços de Migração e Estrangeiros de Massabi disse que essa

medida "seria ideal e prudente, porque o mercado fronteiriço a funcionar na zona neutra à semelhança do mercado do Yema, na fronteira com a RDC, permitia o controlo dos estrangeiros", sublinhou. "Com o funcionamento do mercado fronteiriço na zona neutra temos maior controlo e sobretudo visibilidade do movimento dos que tentam entrar nosso território sem documentos", afirmou. O oficial dos Serviços de Migração e Estrangeiros em Massabi disse, ainda, que o funcionamento do mercado fronteiriço na zona neutra permite maior combate à imigração ilegal. Acrescentou que os serviços das Alfandegas e a Polícia Fiscal também teriam maior controlo na fuga ao fisco e no pagamento dos direitos aduaneiros. "O que notamos é que quando a fronteira abre, os comerciantes fronteiriços e outros vendedores ambulantes entram em massa para o nosso território, onde se encontra o mercado e fica difícil saber quais os objectivos de cada um", concluiu.

3.6 Venda de carros sem intermediários domina ruas de Luanda

Agora 25 de Abril de 2009

O AGORA identificou algumas oportunidades para este mercado e que fazem a sua dinâmica. Por exemplo, os vendedores de carros usados nem sequer recorrem a concessionárias ou a jornais para divulgação do produto. O negócio é feito, preferencialmente, sem intermediários. Apesar da queda nos valores médios de venda dos usados, Luanda continua a ser o destino principal de automóveis. Depois vem Benguela e Lubango.

A nova forma encontrada passa pela utilização de telefones. Assim, os vendedores de carros colocam letreiros nos vidros dos seus carros e colocam-nos ao longo das estradas a partir de onde os novos interessados negociam telefonicamente. Há quem diga que agindo assim os traficantes de automóveis isolam-se dos grandes operadores do mercado, das fontes de informação credíveis e actualizadas e dos impostos.

Entre os modelos mais concorridos está a Toyota, seguindo-se a Suzuki. Estima-se que 6 em cada 8 carros vendidos em Luanda sejam usados e que 3 em cada 6 carros de segunda mão podem ser revendidos a qualquer altura mesmo sem a etiqueta de venda. A corrida aos carros de segunda mão é facilitada pela velha regra económica segundo a qual os bens móveis baixam de preço com o tempo. Aqui os vendedores ignoram o factor tempo e seduzem os compradores com expressões como "comprei a 8 mil e estou a vender a 6," esquecendo-se que o uso feito teve custos e

produziu desvalorização.

A ausência de incentivos é apontada como estando, igualmente, a dificultar a compra de carros novos. Dizem os experientes que o governo devia introduzir um plano de incentivos para que os utentes de viaturas antigas as trocassem por automóveis novos.

"Enquanto as concessionárias continuarem a praticar preços para a compra de usados muito abaixo da tabela, a venda directa representa uma boa oportunidade para fechar um negócio com quem está interessado na aquisição dum carro, sem intermediários", explicou Ribeiro dos Santos, um vendedor de carros na FTU.

"Pelos levantamentos feitos, quem vende o carro directamente consegue capitalizar, em média, até 3 mil dólares a mais em relação aos que entregam o carro a uma revendedora", disse a mesma fonte, para quem se trata de uma diferença considerável no bolso, que certamente compensa a tarefa de concretizar a venda por conta própria.

Matoso António, por exemplo, vendeu um Toyota Dina 300 nesta quarta-feira 24, por 19,5 mil dólares. "Apesar de ser abaixo do preço de tabela, 21 mil, o valor superou a melhor proposta que eu havia recebido de uma concessionária, que ofereceu 16 mil pelo carro", afirmou.

Por toda a parte de Luanda onde a gente passe, são visíveis os anúncios de venda. A situação parece caricata, segundo o sociólogo Cristófer Kayombo que viveu longos anos na Namíbia, mas sublinhou que, reflecte um bom momento económico. "Reparamos que a maioria dos angolanos quer ter carro. Isto significa que estão a resolver os problemas mais candentes paulatinamente. É evidente que ao preferirem carros usados exteriorizam ainda alguma pobreza," enfatizou.

A mesma fonte defende a realização periódica de feiras para a venda de automóveis novos subsidiados pelo Estado para se banir a importação de carros em desuso no velho continente e não só.

3.7 Gás está mais caro na capital

Agora 28 de Abril de 2009

Cresce o comércio clandestino de gás de cozinha na cidade e nos mercados da periferia de Luanda. Além de ilegal a actividade, muitas famílias encontraram nela o meio de sobrevivência. Os consumidores assustam-se, porém, com os preços praticados e acreditam que a si-

tuação não reflecte a realidade dum país produtor de petróleo.

As dificuldades de distribuição dos produtos derivados do ouro negro em todo o território ainda se fazem sentir, obrigando famílias no interior a recorrerem ao abate indiscriminado de árvores para utilizar como combustível e confeccionar alimentos.

Estas e outras questões elevaram o fenómeno do comércio clandestino do gás, segundo garantiram os vendedores ambulantes que consideram de negócio rentável, apesar dos riscos que tal actividade acarreta.

Os agentes autorizados pela Sonangol, a comercializar de forma legal o produto dizem que, há um grande número de depósitos clandestinos que atrapalham a regulação dos preços do produto no mercado paralelo.

Este facto, segundo destacam fontes do AGORA, além de prejudicar o mercado com a concorrência desleal, traz perigo para a vizinhança destes depósitos que funcionam de maneira irregular e sem quaisquer meios de segurança.

"O nosso consumidor não está habituado a exigir factura do produto que lhe garante segurança até para a necessidade de haver a troca da botija em caso de problemas com o vazamento do gás".

A Sonangol Distribuidora lembra que o armazenamento de gás deve ser feito de maneira adequada e alerta as instituições da fiscalização, nomeadamente, a Polícia Económica e o Inadec, no sentido de intensificarem as suas acções para diminuir a proliferação desta prática que num passado recente vitimou muitas vidas inocentes.

"Temos agentes revendedores autorizados em quase todo o país, mas as denúncias das vendas fora dos padrões estabelecidos e a existência de estabelecimentos que realizam a venda clandestina, devem ser dirigidas às instituições fiscalizadoras", disse.

Longe de prever o perigo para si e toda a vizinhança, com o armazenamento irregular de gás, como acontece em muitos casos, segundo nos contou Ana da Costa, vendedora na Macambira, as botijas são armazenadas dentro de casa.

"Dependemos do preço de aquisição. Ganho três a sete mil kwanzas por botija", disse. Na Macambira, a botija e o produto está acima dos 200 dólares e são vários os consumidores que procuram comprarem, porque consideram, mais viável por não obedecer a qualquer

tipo de burocracia.

Aguinaldo Jorge disse que comprou uma de 12 quilos cheia a 19 mil kwanzas, porque está desapontado com burocracia que ainda se regista na Sonangol para comprar uma botija e assegurou que "no mercado informal a botija chega a custar o dobro do estabelecido pela distribuidora nacional (9 mil kwanzas)".

Os preços praticados, quer no mercado paralelo ou formal, superam, acima da média, o salário mínimo da função pública do país que actualmente ronda os cerca de 12 mil kwanzas mês.

Nas imediações da escola Ana Ngola, outro ponto de venda ambulante, a realidade é igual. As operadoras clandestinas garantiram ao AGORA que os preços chegam aos 20 mil kwanzas sobretudo em tempo de escassez. "Quando há escassez de gás a procura aumenta e o preço pode chegar aos 20 mil kwanzas", disse a fonte no local.

"Estamos a vender a 18 mil kwanzas uma botija cheia (cerca de 250 dólares), mas durante a quadra festiva os preços variaram entre os 19 e 20 mil kwanzas", notou.

Entre as agências autorizadas, segundo algumas testemunhas, existem aquelas que vendem acima do estabelecido pela Sonangol e o Ministério das Finanças.

"Sabemos que a Sonangol autorizou os seus agentes a vender, mediante uma licença, a botija a nove mil kwanzas e em caso de troca a 500 kwanzas, mas na periferia e em tempos de escassez, só o produto pode chegar a custar os mil kwanzas.

Maria Antónia, 27 anos, teve de pagar multa (gasosa) de 3 mil kwanzas para ser solta e não incorrer a responder em tribunal pelo crime de especulação e evitou 5 anos de prisão.

Teresa já foi presa duas vezes mas valeu a intervenção da família para não permanecer na cela. Por isso, revelou que a comercialização e transporte deste tipo de produtos deve ter maior acompanhamento e aconselha que a actividade seja exercida apenas por estabelecimentos autorizados sob condições específicas de armazenamento e transporte.

Contudo, a concessionária explica que as distribuidoras são responsáveis pelo engarrafamento do gás e distribuem o produto para as revendas que, por sua vez, são as fornecedoras para o consumidor final. Este processo, muitas vezes é defraudado "porque já houve casos em que os trabalhadores da Sonangol foram

apanhados a venderem o gás no mercado informal".

Constitui crime contra a ordem económica; adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas fracções recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na lei.

O país ainda não aproveita cabalmente, o gás natural, útil para energia e aquecimento, limitando-se a ser queimado na produção petrolífera, causando danos ao meio ambiente.

4 OGE, INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Petróleo segue "animado" antes da revisão do OGE

Semanário Angolense 27 a 03 de Abril de 2009

Pela primeira vez nos últimos três meses o petróleo voltou a ultrapassar a barreira dos 50 barril, um preço que a organização dos países exportadores de petróleos (OPEP) considera equilibrado para a actual conjuntura económica mundial. Contudo, o estímulo veio com o pacote americano de salvamento dos bancos da sua economia. Com esta tendência do preço do petróleo aumentam as expectativas de receitas para o Orçamento Geral (OGE) que poderá ser visto em Maio. Para o Ministro da Economia, Manuel Júnior, que falava na semana passada aos deputados, o OGE aprovado em Dezembro último foi baseado em pressupostos que se alteram, em virtude da actual crise financeira. Logo, será preciso rectificá-lo para conformá-lo à nova realidade.

O ministro voltou a descartar a possibilidade da economia angolana entrar em recessão no ano em curso e espera que a taxa de crescimento fique acima dos 02 por cento. "Haverá sim um abrandamento mas com uma continuidade de crescimento". Com a taxa de crescimento perspectivado acredita-se que o Governo poderá continuar a materializar os seus programas de combate à fome e à pobreza, de reabilitação e modernização das infra-estruturas fundamentais e de fomento à actividade empresarial.

Segundo economistas, a revisão do OGE marcada para Maio fica de uma ou outra forma condicionado à tendência do preço do crude no mercado internacional e também pela reunião da OPEP que ficou agendada para Maio, altura em que eventualmente se poderá decidir ou não por mais um corte da oferta. Se o preço do petróleo mantiver esta tendência optimista, então o Governo poderá subir relativamente a fasquia para o preço médio de execução do OGE, já que no primeiro trimestre rondou os 35 dólares por barril.

O preço do petróleo nesta semana ultrapassou os 50 dólares. Nos Estados Unidos o petróleo (WTI) cotado na bolsa de Nova York aproximou-se dos 54 dólares por barril, enquanto o Brent, de referência do Mar do Norte, atingiu os 53 dólares. Segundo especialistas, o pacote económico de cerca de um trilião de dólares para ajudar os bancos foi a principal fonte de estímulo do crude.

4.2 Funcionários de baixo salário estão isentos do pagamento

Jornal De Angola 9 De Abril de 2009

Os funcionários com salários até 17 mil kwanzas estão isentos de pagar o Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), esclareceu ontem, em Luanda, o chefe de secção da Direcção Nacional de Impostos do

Ministério das Finanças, José Baltazar.

Falando durante o seminário sobre "A tributação do Rendimento em Angola", que decorreu numa das unidades hoteleiras de Luanda, José Baltazar explicou que o Estado estabeleceu o valor mínimo de 17 mil kwanzas, após ter chegado à conclusão de que o anterior valor de 8.500 era insuficiente para satisfazer o actual custo de vida dos angolanos.

O funcionário do Ministério das Finanças frisou que o Imposto sobre Rendimento de Trabalho (IRT) recai sobre todas as remunerações recebidas desde salário, avenças, subsídios e prémios, pagos pelas pessoas singulares que trabalham por conta de outrem ou por conta própria.

De acordo com José Baltazar, não incidem sobre o IRT os subsídios de aleitamento, pensão, velhice, de funeral e todas as outras subvenções que estejam em conformidade com a lei. "O Estado estabelece os subsídio e a entidade em

Pregadora atribuir as subvenções aos seus funcionários, de acordo com que estipula a Lei; também estão isentos", explicou.

José Baltazar esclareceu que todos os subsídios superiores ao valor estipulado por lei são descontados no Imposto sobre Rendimento de Trabalho (IRT). Por exemplo, na questão relativa às ajudas de custos, o Governo estabeleceu o valor de 18 mil kwanzas a diária e este valor não é tributado no IRT.

Acrescentou que se a entidade empregadora ao pagar as ajudas de custo ultrapassar o valor estipulado, já é tributado no Imposto sobre Rendimento de Trabalho. Estão isentos igualmente de pagar o Imposto de Rendimento de Trabalho os funcionários das representações diplomáticas acreditadas em Angola, desde que haja reciprocidade para com os cidadãos angolanos a trabalharem nos países de onde eles são originários.

"Estão isentos de IRT pessoas com doenças congénitas, funcionários de organizações internacionais, militares das Forças Armadas Angolanas e efectivos da Polícia Nacional, os subsídios diários, como o de férias, de transporte, de alimentação e ajudas de custo, estão livres do pagamento de IRT até ao limite estabelecido por lei", frisou.

4.3 Julião António quer ver a sociedade no controlo dos dinheiros públicos

Jornal de Angola 10 de Abril de 2009

O presidente do Tribunal de Contas, Julião António, pediu, ontem, a participação da sociedade no controlo dos dinheiros públicos para facilitar a sua actuação.

Julião António, que falava à imprensa por ocasião do oitavo aniversário da entrada em funcionamento do Tribunal Contas, disse que, como órgão fiscalizador, "todos devem sentir a mesma responsabilidade e denunciar à instituição quem lesou os interesses financeiros públicos".

Julião António sublinhou que para o exercício desta acção de controlo do erário público nas instituições do Estado, é necessária a participação de todos para melhor fiscalização.

O Juiz Conselheiro destacou os feitos da instituição que dirige desde a sua criação, há oito anos, frisando que a nível mundial, Angola consta entre os cinco países premiados com a medalha de ouro como reconhecimento do país no combate à corrupção.

"Hoje Angola, através do Tribunal de Contas, faz parte das organizações internacionais de combate à corrupção. Isso é consequência do reconhecimento que a comunidade internacional faz a Angola".

Para o juiz do Tribunal de Contas, falar de transparência governativa é já uma questão habitual. Isso, acrescentou, deve-se ao empenho dos quadros do Tribunal de Contas que procuram servir melhor a população, usando mecanismos de controlo para o combate à corrupção.

Conta Geral do Estado

Julião António garantiu que os preparativos para o parecer da Conta Única 40 Estado estão já na recta final. "E com agrado que a sociedade vai receber ainda este ano a Conta Geral do Estado e o parecer que será dado pelo Tribunal", afirmou. O juiz considerou a Conta Geral do Estado como uma peça fundamental que no quadro de governação transparente, representa a expressão de um governo que se alicerça como padrão de governação de países desenvolvidos.

Troca de experiências

O presidente do Tribunal de Contas afirmou que alguns países do mundo e de África estão interessados em trocar experiências com o Tribunal de Contas.

Referiu que existe uma proposta do Banco Mundial que vai desencadear uma acção formativa através do sistema vídeo-conferência em que Angola, Cabo Verde e Moçambique foram os países seleccionados.

Acrescentou que a eleição de Angola se deveu ao facto do reconhecimento do mérito do funcionamento do Tribunal de Contas de Angola.

O Juiz Conselheiro afirmou que o Banco Mundial e o PNUD tencionam que os projectos por financiados em Angola sejam da responsabilidade do Tribunal de Contas, "por reconhecerem que Angola tem capacidade para dar respostas a todas as questões", afirmou.

Fiscalização dos custos

Julião António garantiu que o Tribunal de Contas fiscaliza as obras que decorrem em algumas províncias do País. "Temos a fiscalização da obra nas estradas Luanda Benguela, Luanda Malanje, Lunda Uíje, porque o Tribunal não está alheio àquilo que se passa no país" realçou. O Tribunal de Contas é o representante do Estado enquanto fiscalizador público.

4.4 Governo prepara revisão do Orçamento para combater reflexos internos da crise

Jornal de Angola 16 de Abril de 2009

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros, reunida ontem no Palácio Presidencial da Cidade Alta, adoptou medidas de gestão macroeconómica para combater os reflexos internos da crise financeira internacional. Uma das medidas para a revisão, orçamental é a emissão de Obrigações do Tesouro; cujo propósito é prover a economia com activos em moeda nacional, que se vão constituir alternativa à aplicação das poupanças pelas famílias e empresas,

Outra medida adoptada é o desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos de médio e longo prazo para dar liquidez às Obrigações do Tesouro e o controlo estrito da observância da legislação cambial do país.

Apesar dos cortes orçamentais, o fomento e desenvolvimento da actividade económica, da construção e melhoramento das vias de comunicação rodoviária, de gestão municipal, de realojamento e desenvolvimento habitacional, de melhoria da capacidade dos serviços hospitalares e o programa nacional de electricidade, no quadro da execução de programas de grande relevo para o desenvolvimento do país, estão garantidos, segundo o comunicado de imprensa saído da sessão de ontem.

A Comissão Permanente do órgão colegial do Governo aprovou a Programação Financeira do Tesouro para o segundo trimestre, que garante o funcionamento das instituições da Administração do Estado, os recursos pontuais para as actividades de carácter permanente e a

execução de programas de grande relevo para o desenvolvimento nacional.

N a sessão de ontem foi também aprovado o Plano de Caixa do mês de Abril e os pressupostos para o Plano de Caixa do mês de Maio.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou, ainda, medidas referentes à gestão das reservas internacionais, nomeadamente no domínio fiscal, monetário e cambial e outras de carácter institucional, com vista a garantir a sua protecção.

O órgão restrito do Conselho de Ministros tomou conhecimento da Reprogramação para 2009 dos Projectos de Investimentos Públicos. O Governo admitiu, em Janeiro último, que os efeitos da crise mundial já se reflectem. Esta conclusão foi tornada pública depois da primeira abordagem que o Conselho de Ministros fez ao cronograma das principais medidas de gestão macro-económica e estruturais para execução este ano.

Em função desta constatação, o Governo defendeu que é necessário monitorar a execução das medidas contidas no Plano Nacional de 2009 e adequá-las à actual situação de crise mundial.

4.5 Emissão de Obrigações do Tesouro para ser segurada a moeda nacional

Jornal de Angola 21 de Abril de 2009

O Governo angolano vai emitir, ao longo deste ano, Obrigações do Tesouro (OT) até ao limite de Kz 60 mil milhões, num processo iniciado a 8 de Abril de 2009. De acordo com o ministro das Finanças, Eduardo Severim de Morais, a medida visa dar maior estabilidade à moeda nacional, o Kwanza.

"É uma medida que visa a estabilidade dos mercados. Queremos dar às populações um sinal inequívoco de que, apesar da crise, o Governo pretende continuar a defender a estabilidade macroeconómica", disse Severim de Morais a jornalistas, em conferência de imprensa realizada a semana passada.

Em declarações ao JE, o economista angolano Leão Peres esclareceu que a emissão das OT é uma forma de o Estado pedir emprestado algum dinheiro para financiar ou dar continuidade ao seu Programa de Governo.

As OT são títulos de dívida de médio e longo prazo que o Estado contrai ao vendê-los. Os cidadãos ou empresas que adquirirem este produto financeiro

estarão a emprestar dinheiro ao Estado por um período que varia de um a quatro anos. No final desse período, o comprador recebe de volta o dinheiro investido, acrescido dos respectivos juros, que são contabilizados de seis em seis meses.

As Obrigações do Tesouro têm a vantagem de ajudar o Estado a conseguir realizar o seu objecto social, numa fase em que o país começa a registar um défice orçamental devido à redução de receitas do sector petrolífero e diamantífero que foram significativamente afectadas pela crise financeira.

Por outro lado, trata-se de uma medida de política fiscal que tem também como objectivo combater os efeitos negativos da crise, estabilizar os preços e o Kwanza. Por isso, o ministro Severim de Morais apelou às instituições bancárias e não bancárias a aderirem a este produto financeiro como forma destes contribuírem no combate à crise.

"Apelamos à população em geral, às empresas, aos fundos de pensões, aos institutos de segurança social, à Caixa de Segurança Social das FAA e todas as instituições financeiras para apoiarem o Governo nesta medida que visa atenuar a crise clamou.

Vantagens do novo produto Segundo o ministro Severim de Morais, o grande elemento de atractividade deste novo produto financeiro, cuja emissão foi iniciada no passado dia 8 são o facto dele estar protegido da variação da taxa de câmbio.

Os OT são emitidos em Kwanzas, mas indexadas ao dólar norte-americano (USD). Isto significa que se em algum momento o cidadão ou empresa comprar as OT no valor em Kwanzas equivalente a USD 1.000, na data em que o dinheiro lhe for devolvido receberá o mesmo montante em Kwanzas, equivalente a USD 1.000, mais os respectivos juros que têm por base a taxa USOR (London Inter Sank Offering Rate), que é a taxa interbancária de referência na praça financeira de Londres.

Severim de Morais anunciou que as taxas de juros serão contabilizados de seis em seis meses e pode-se reembolsar o valor antes do fim do prazo estipulado, ao contrário do que acontece com os depósitos a prazos dos bancos comerciais.

A aplicação em obrigações do tesouro apresenta-se como a melhor opção de aplicação financeira no mercado, se comparado com a taxa, de juros médios oferecido pelos bancos comerciais locais.

"Os cidadãos e -empresas têm hoje uma alternativa segura e rentável para aplicação de médio e longo prazo das suas poupanças em Kwanzas e dólares. Quem tiver as poupanças em dólares basta convertê-los em Kwanzas para poder aplicá-los em Obrigações do Tesouro", rematou Severim de Morais.

O apelo resultou numa massiva aderência, com o Banco Nacional de Angola a vender, na última quarta-feira (15/04), títulos no valor de USD 560 milhões.

4.6 Repartição fiscal do Namibe aumenta montante de receitas

Jornal de Angola 22 De Abril de 2009

A repartição fiscal da delegação provincial das Finanças do Namibe arrecadou, durante o primeiro trimestre deste ano, mais 2,2 mil milhões kwanzas para os cofres do Estado.

A informação foi dada, na segunda – feira, a Angop pelo chefe de departamento de imposto da delegação provincial das Finanças.

Mateus Tchiweyengue disse que, em relação ao período anterior (Outubro, Novembro e Dezembro 2008 de a repartição fiscal arrecadou cerca de mil milhões de kwanzas.

O valor colectado é resultante da cobrança de impostos sobre património, produção e consumo e taxas diversas.

Tchiweyengue disse que para este aumento contribuiu o crescimento da base tributária reflexo do desenvolvimento económico em curso na província, como consequência da instalação de pequenas e médias empresas.

4.7 Governo aprova mecanismos para revisão do OGE

Semanário Factual 24 de Abril de 2009

Os pressupostos de base preconizam a adopção de um conjunto de medidas de gestão macro-económica, refere o comunicado da segunda sessão ordinária da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Destas medidas, segundo o documento, destaca-se a "emissão de Obrigações do Tesouro a fim de prover a economia com activos em moeda nacional que se constituirão numa alternativa para a aplicação das

poupanças pelas famílias e empresas".

Contemplam ainda o desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos de médio e longo prazo para dar liquidez às Obrigações do Tesouro e o controlo estrito da observância da legislação cambial do país.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou, igualmente, a programação financeira do Tesouro para o segundo trimestre de 2009, bem como o plano de caixa do mês de Abril e os pressupostos para o plano de caixa de Maio próximo.

A programação financeira do tesouro assegura o funcionamento das instituições da administração do Estado, provê recursos pontuais para as actividades de carácter permanente e garante a implementação de programas de grande relevo para o desenvolvimento do país.

O fomento e desenvolvimento das vias de comunicação rodoviária, de gestão municipal, de realojamento e crescimento habitacional, de melhoria da capacidade dos serviços hospitalares e o programa nacional de electricidade, destacam-se no plano financeiro do tesouro.

O encontro aprovou ainda um conjunto de medidas referentes à gestão das reservas internacionais, nomeadamente nos domínios fiscal, monetário e cambial e outras de carácter institucional, com vista a garantir a sua protecção, sublinha o comunicado.

Acrescenta que a Comissão Permanente do Conselho de Ministros tomou conhecimento da reprogramação dos projectos de investimentos públicos para 2009.

4.8 Regras de gestão do Orçamento passadas em revista no Cunene

Jornal de Angola 26 de Abril de 2009

Gestores públicos e contabilistas do Cunene analisaram sexta-feira, em Ondjiva, as regras e procedimentos sobre a gestão financeira do Orçamento Geral do Estado (OGE), para a observância rigorosa da legislação sobre a matéria.

O encontro decorreu na sala de reunião do palácio provincial, sob orientação do delegado provincial das Finanças, António Candeiro, com o apoio do governador provincial, António Didalelwa.

Os 69 gestores e contabilistas de organismos e

empresas públicas, que participaram no encontro, debruçaram-se sobre o tema "As Regras e outros procedimentos sobre a gestão orçamental e financeira do OGE-2009".

António Candeiro disse que o certame visa melhorar a política de gestão orçamental e patrimonial do sector público.

Tendo em conta a crise económica e financeira mundial, é necessário observar com rigor as disposições legais sobre a execução, controlo e disciplina orçamental, referiu.

Sublinhou, ainda, que a implementação do programa de melhorias e aumento da oferta dos serviços básicos à população nos sectores da saúde, educação, energia e água estão garantidos e equilibrados.

4.9 Desactivadas milhares de minas

Jornal de Angola 27 de Abril de 2009

A oficial de informação da Comissão Nacional de Desminagem Isabel Marcela revelou, ontem, que - 29.000 minas foram removidas na província do Kuando-Kubango, durante o ano de 2008. A remoção dos engenhos tomou seguros mais de 2,5 milhões de metros quadrados de terrenos, tomando possível a prática da agricultura sem o receio de detonação de engenhos explosivos.

Isabel Marcela afirmou que, no ano passado, se registaram 16 acidentes com minas no Kuando-Kubango, causando a morte de 10 pessoas.

A oficial de informação da Comissão Nacional de Desminagem afirmou que esta situação se deve à fraca campanha de sensibilização contra o perigo de minas.

Na província do Kuando-Kubango, a Comissão Nacional de Desminagem tem 11 operadoras, distribuídas em diferentes aéreas.

4.10 Orçamento amputado em 70% asfixia investimentos públicos em Benguela

Agora 28 de Março de 2009

Para o presente ano, o executivo da "praia Morena" previa executar cerca de 120 acções inscritas no Programa de Investimentos Públicos (PIP), mas devido à crise financeira mundial, o Governo Central apenas aprovou 78. Fonte do AGORA indicou que o corte orçamental relativo ao PIP representa cerca de 36% a 40% do valor global ao passo que para as despesas de bens e serviços a redução está fixada em 70%.

O corte drástico nas despesas dos organismos do Estado criou alguma celeuma no seio dos respectivos gestores que viram assim frustradas as diversas "engenharias financeiras" que ao que se comenta têm sido prática constante através de rubricas que favorecem o enriquecimento ilícito.

Os vice-governadores Basílio e Felizardo com o protagonismo que o cargo lhes confere depois de apagados na gestão de Dumilde Rangel, são citados pelas nossas fontes como tendo sido demasiado "duros" na programação do "emagrecimento" das despesas dos organismos do Estado, mas tiveram o "agrement" do governador Armando da Cruz Neto.

Para uns os efeitos da pesada diminuição orçamental, vai debilitar ainda mais o funcionamento das estruturas locais, incluindo a manutenção dos meios. Outros defendem porém que "este orçamento de austeridade" vai criar novos hábitos de gestão sobretudo em termos de disciplina e métodos de actuação.

O governo provincial deliberou na sua primeira reunião ordinária que vai priorizar, no quadro da actual contingência financeira o acabamento das obras sociais do ano transacto e as acções de impacto social com visibilidade, como a construção de vias rodoviárias no interior da província, residências para os professores e médicos, escolas e hospitais.

O executivo de Armando da Cruz Neto decidiu ainda implementar um sistema de controlo e acompanhamento da despesa pública que será coordenada pelo vice-governador Agostinho Felizardo, o assessor para a área económica e por responsáveis do gabinete do planeamento.

5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 Nasce um mercado internacional na fronteira

Jornal de Angola 3 de Abril de 2009

Massabi, comuna fronteiriça do Município de Cacongo, é uma terra que faz parte da história recente da província. A aldeia de Tchicamba, foi palco da assinatura, em Julho de 2006, do acordo de cessar fogo entre as chefias militares das F AA e do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD).

Desde então Massabi tem vindo a ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento, graças aos inúmeros projectos sociais que o Governo desenvolveu na região e que têm

um impacto positivo na vida das suas populações.

Massabi tem 5.000 habitantes, quase todos camponeses. A fronteira é porta de entrada das mercadorias descarregadas no porto congelês de Ponta Negra e os direitos aduaneiros das mercadorias reforçam os cofres do Estado. O administrador, José Daniel Pemo, tem motivos de sobra para manifestar a sua alegria face ao crescimento que Massabi evidencia, marcada por obras de impacto social, como escolas, centros de saúde, infra-estruturas rodoviárias, sistema de telefonia móvel.

José Daniel Pemo diz que para tudo ficar bem só é necessário melhorar o fornecimento de água potável e de energia eléctrica.

José Pemo é administrador de Massabi há mais de sete anos. Disse à nossa reportagem que a guerra não poupou as infra-estruturas da localidade e obrigou as populações das aldeias a fugirem para os centros urbanos. Por isso, diz o administrador de Massabi, "a primeira coisa que tivemos de fazer foi criar condições para o regresso das populações".

No domínio da água potável, onde a população conhece maiores dificuldades, José Pemo revelou que está em curso um projecto do Governo Provincial ligado à captação e dessalinização. As obras estão em marcha e já foram instalados os reservatórios, o sistema contentorizado de tratamento de água e a canalização desde a lagoa de Tchukse à aldeia de Tchibwete, desembocando na fronteira de Massabi.

Outro projecto, que está a ser executado na aldeia de Ngomongo, vai produzir água para abastecer as populações da aldeia de Buzinda e das aldeias na periferia da estrada de Massabi.

A energia eléctrica é produzida por um velho grupo gerador, que pela sua fraca capacidade fornece apenas electricidade à noite, a Massabi e às aldeias vizinhas.

Áreas de sucesso

Os sectores da educação e saúde têm infra-estruturas na maior parte das aldeias e são a verdadeira mola impulsadora do desenvolvimento de Massabi.

As escolas são novas e foram construídas pelo Governo Provincial no âmbito do Programa de Investimentos Públicos. Os estabelecimentos escolares foram construídos segundo a densidade populacional das aldeias. As primeiras nasceram em Buzinda, Ngomongo, Tchicamba da Buala, Manenga, Chicaca e Simulinkonde.

O administrador José Pemo disse que as infra-

estruturas escolares construídas de raiz em Massabi puseram fim a crianças fora do sistema de ensino: Este ano lectivo, informa José Pemo, estão matriculados 1.050 alunos da iniciação à quarta classe, para além de centenas de outros estudantes da 5ª à 9ª classe.

Em cada aldeia onde foi construída uma escola, há uma casa com vários quartos para os professores, uma iniciativa que tem atraído vários quadros.

Na área da saúde, a situação é "muito razoável" e, segundo o administrador José Pemo, as poucas carências que existem "têm os dias contados". O Governo está a construir um centro médico na aldeia de Manenga e num futuro breve é construído outro em Simulinkonde. Está tudo preparado para o início das obras.

Água sem sal

A estação de captação, tratamento, dessalinização e distribuição de água que está a ser construída pelo Governo Provincial, há cerca de ano e meio na comuna de Massabi, tem como fonte a lagoa de Tchukese, onde as águas têm uma percentagem elevada de sal.

A estação tem equipamentos de, alta tecnologia no domínio do processamento de água salgada para água doce e é a primeira em Cabinda. Entre os vários equipamentos, destacam-se dois sistemas contentorizados de processamento de água e dois tanques reservatórios, um para água tratada e outra para água bruta, com a capacidade de 300 metros cúbicos.

Filipe Barros, chefe de Departamento Provincial de Águas, considera o projecto de relevo, já que vai dar resposta às necessidades de abastecimento das populações da comuna de Massabi.

Filipe Barros garante que o projecto prevê ainda a construção, em cada margem da estrada principal até à fronteira, de vários fontanários, para proporcionar água potável às populações. Filipe Barros não revelou os custos do empreendimento, mas foi peremptório em afirmar que, dada a dimensão e o impacto que o projecto tem na vida das populações, o Governo fez um excelente investimento.

Trocas comerciais

A comuna de Massabi é um verdadeiro entreposto comercial, devido ao volume de mercadorias que ali circulam, quer em direcção a Ponta Negra, na República do Congo (Brazzaville), quer em direcção a Cabinda. As transacções são feitas por agentes económicos privados e instituições públicas, que recorrem ao mercado de ambos os países na busca de

melhores preços e oportunidades de negócios. O negócio mais frequente é o dos géneros alimentícios, madeira serrada, materiais de construção e de viaturas.

Para além dos benefícios que os promotores desses negócios conseguem, o Estado também arrecada receitas consideráveis, através dos direitos alfandegários.

Dado esse grande movimento mercantil, que aumenta nos dias em que há mandioca, dendém, saca folha, banana, óleo de palma e café, produzidos em grandes quantidades em Cabinda, o mercado de Massabi recebe comerciantes oriundos de Cabinda, Ponta Negra, Luanda, Benguela, Uíje e Zaire.

As trocas comerciais são feitas em hasta pública, uma situação que deixa as autoridades preocupadas. O administrador José Pemo já projecta a construção de um mercado de raiz, com fundos da descentralização financeira às administrações municipais.

O escoamento de produtos das zonas de cultivo nas aldeias para o local das vendas é feito três vezes por semana.

Para além da estrada internacional de Massabi, recentemente reabilitada pelo Governo, o sistema viário que liga a sede comunal às aldeias do interior tem sido periodicamente beneficiado de trabalhos de manutenção, para garantir a fluidez na circulação de pessoas e bens até ao mercado da fronteira de Massabi.

5.2 Soba da Ilha reclama “Aqui há muitos estranhos”

Angolense 28 a 04 de Abril de 2009

O Soba da Ilha chama-se Sebastião Manuel Napoleão tem 86 anos, nasceu no centro da Ilha, na área do Lelo, é pai de 24 filhos, tem 71 netos, 21 bisnetos e 10 trisnetos.

Para o ancião, a principal preocupação é o facto de a Ilha estar a ser invadida por estranhos. O responsável falou, inclusive, daqueles que fazem da Ilha de Luanda o seu "pombal de amor".

"A Ilha não está como foi no tempo dos nossos avós, está mais frequentada por estrangeiros. Um Ilhéu vê-se de longe, tem características próprias. Aqui estamos mal, depois das vinte e uma horas isso fica cheio de carros de pessoas que vêm fazer a sua vida particular e chateiam os outros e, por isso, somos obrigados a ter sempre aqui polícia", explicou o responsável.

O soba disse, por outro lado, que certos jovens mostram-se interessados em conhecer e guardar os valores tradicionais.

"Todos os dias recebo na minha casa moradores que se mostram preocupados com alguma coisa e queriam conhecer o meu parecer, inclusive jovens. Os assuntos mais frequentes são os casos de morte e luta. Quando posso ajudar, faço. Os Ilhéus são uma família unida", frisou.

O nosso interlocutor falou também sobre a criminalidade que na sua opinião está a aumentar. "A malandrice, o roubo, os assaltos, estão demais, mas há um chefe que me garantiu que isso vai acabar. As duas da madrugada ando por toda a Ilha para poder ver e falar com verdade quem são os bandidos", informou.

No final, deixou uma mensagem para todos os Ilhéus. "Comportem-se bem, tantos as pessoas da minha idade como os estudantes. Temos que ajudar o Estado, aqui havia muita gente que não estudava, hoje até os velhos cá na Ilha do cabo estão a estudar", concluiu.

5.3 Assembleia Nacional dá passos para angolanização da indústria petrolífera

Angolense 28 a 04 de Abril de 2009

Água mole em pedra dura tanto bate até que fura", diz a sabedoria popular. Isto vem a propósito da Assembleia Nacional ter autorizado, esta semana, o Governo a legislar sobre o recrutamento, integração, formação e desenvolvimento do pessoal angolano na indústria petrolífera, um assunto há muito badalado pelos sindicatos do ramo e pela Central Geral de Sindicatos Livres e Independentes de Angola (CGSILA).

A casa das leis aprovou ainda duas autorizações, uma sobre a concessão, pesquisa e produção de gás não associado e outra de natureza fiscal, no âmbito das concessões petrolíferas dos blocos 9/08 e 21/08.

A autorização tem por objectivo promover os quadros nacionais nas empresas estrangeiras e nacionais ligadas ao sector diploma ora aprovado vai obrigar as empresas petrolíferas a contribuírem para a constituição de um fundo de formação e desenvolvimento dos recursos humanos do referido sector, sob gestão do ministério de tutela.

Por outro lado, o Parlamento recomendou ao Governo que na execução do programa formativo proceda a uma avaliação sistemática e com objectividade do real

impacto dos fundos disponibilizados para a formação e desenvolvimento do pessoal angolano do ramo.

No quadro das suas recomendações, chamou atenção para a necessidade da melhoria da qualidade do ensino do sector petrolífero, para que se possa garantir a compatibilidade de formação dos quadros aos níveis dos padrões internacionais.

5.4 As autoridades estão empenhadas na melhoria das condições sociais

Angolense 28 a 14 de Abril de 2009

Apesar de caracterizar a Ingombota como um município que reúne as melhores condições de habitabilidade, Suzana de Melo não deixou de mencionar os problemas que enfermam o seu município, onde se destacam os de circulação rodoviária, da falta de colaboração da população, constrangimentos na execução e conclusão das obras de acordo com os prazos, devido vários factores, muitas das vezes imprevisíveis. "Nalguns casos, apesar de se trabalhar em coordenação com todas as empresas, às vezes não se sabe se num determinado local onde está a decorrer a obra há uma rede de água ou de telefones. São estes constrangimentos que impedem o avanço das obras e a sua conclusão imediata", disse.

Nas notas negativas, falou insistentemente na falta de colaboração dos munícipes pelo facto de contribuírem para a danificação dos bens públicos, como por exemplo, deitar água nas estradas e não reparar o condutor. Pequenos gestos, que, segundo Suzana de Melo, contribuiriam para o desgaste dos bens públicos e para a melhoria das condições de vida dos habitantes de Luanda. "O asfalto é inimigo da água, enquanto persistir este comportamento dos munícipes, vamos continuar a ter buracos nas estradas, mas depois irão dizer que ela foi mal feita, que o empreiteiro não vale para nada", reclamou.

Mostrando conhecimento profundo do município que dirige, Suzana de Melo referiu que outro grande problema prende-se com as estações de lavagem e manutenção de viaturas, que no exercício da sua actividade não têm redes de separação da água do óleo. "Há muito óleo a circular pela rede de esgotos, pelos colectores, o que acumula gorduras", afirmou. O mesmo, realçou, se passa com os restaurantes, com os hotéis, que regularmente atropelam as normas que estipulam que devem ter condições que permitam separar o óleo de cozinha da água, porque o óleo depois se transforma em lixo que, se correr pelo colector, seca e impede a circulação da água.

Para se debelar este mal, a administração municipal tem estado a trabalhar com a Direcção Provincial do Comércio, para a chamada de atenção aos gestores hoteleiros. "Alguns hotéis e estações de serviço têm sido multados ou mesmo forçados a fechar as portas".

Às vezes, explicou, quando se vai fazer a leitura de um colector encontram-se objectos que aí não deveriam estar, como painéis, tampas, sapatos e outros. "As pessoas ao fazerem uso de uma sanita deveriam saber se o papel higiénico pode ou não ser introduzido na pia. É que põem tudo, até cuecas descartáveis", deplorou.

Suzana de Melo não deixou de falar das construções anárquicas. "Os proprietários constroem, mas, de repente, querem construir uma piscina e escoar toda a água para a rua ao invés de fazê-la sair pela rede de esgotos", exemplificou.

No universo de problemas, Suzana de Melo não consegue compreender como é que o terraço de um edifício ou o espaço de um elevador pode servir de local para a construção de casas. "Devido a estas alterações, a rede de esgotos não suporta e acontecem coisas inimagináveis. Colocam um tubo e, da janela do edifício, deitam a água para baixo. O objectivo é ter a casa limpa, mas não pode ser desta forma", desencorajou.

As soluções têm de ser comuns

Em entrevista a este jornal, a "número um" da Ingombota mostrou-se irritada com aquilo que chamou "cada um si e Deus por todos". Para Suzana de Melo, os problemas dos munícipes que residam em edifícios exigem soluções comuns não só das autoridades, mas dos próprios moradores. "Hoje, cada um procura ter uma solução individual: um compra o seu gerador, põe o seu tanque de água e o outro faz exactamente a mesma coisa.

Depois não há espaço para mais nada, daí que encontramos geradores e electrobombas nas placas dos edifícios, nas varandas", condenou. A administradora deplorou, igualmente, a colocação excessiva de antenas parabólicas nos edifícios, pois, segundo a mesma, poderiam usar um sistema colectivo para aceder aos canais por satélite.

Para desencorajar esta prática, disse que vai sugerir ao Governo a cobrança de uma taxa pela afixação de uma antena parabólica individual ou de um gerador. "Pelas multas que irão pagar, acredito que as pessoas vão preferir ter uma única antena no edifício e um gerador com maior capacidade para todos", notou Suzana de

Melo.

Os geradores de energia eléctrica, tão usados devido às falhas constantes de energia eléctrica também foram alvo de reclamação. "Se o aparelho tiver no corredor, os gases podem ser prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.", lamentou, frisando que a ligação de geradores em terraços pode causar problemas futuros nos edifícios.

A utilização das garagens para outros fins, segundo aquela responsável, está a contribuir para a falta de locais de estacionamento na capital.

o manuseamento indevido do lixo

A administradora da Ingombota reprovou o método que a população usa para tratar do lixo. De acordo com as suas palavras, os municípios, na maioria das vezes, estão mais preocupados com a limpeza do interior das casas, dos quintais do que com o exterior, de onde saem os vectores das doenças, as moscas, ratos, baratas e mosquitos.

Os baldes colocados debaixo dos edifícios para a recolha do lixo, segundo contou, estão a ser mal usados pelos moradores pois não fazem a selecção do mesmo, misturam tudo no respectivo saco, o resto é trabalho das operadoras. "Os baldes não são bem cuidados, ficam totalmente sujos, mas o de limpar o chão em casa fica limpo", disse, descontente.

A responsável apontou também o dedo aos agentes económicos pelo facto de não colaborarem e deixarem o lixo que produzem à mercê da via pública ou dos locais onde funcionam. "Não têm o mínimo de cuidado de rasgarem os papelões e colocar no contentor ou num balde. Há um horário específico para a recolha do lixo, mas se as pessoas não cumprem com isso, a cidade fica permanentemente suja", acrescentou.

O lixo hoteleiro é outra das preocupações que inquietam Suzana de Melo. "O lixo hoteleiro é perigoso, porque são restos de comidas e quando não estão em estado de conservação, tornam-se em veneno. Deixam o lixo à deriva, no chão e sabemos que há pessoas ávidas de alimentos", frisou.

Os baldes dos hotéis, segundo disse, têm que estar protegidos, sob pena de se violar a lei. "Eles têm que ter sítios para a arrecadação do lixo, só depois é que o retira, na hora exalta em que a operadora chega", lembrou.

5.5 A relação de Bouteflika e o voto dos argelinos

Jornal de Angola 17 de Abril de 2009

Como já era esperado, mais de 90 por cento dos argelinos chamados a votos deram a Abdelaziz Bouteflika a possibilidade de exercer o terceiro mandato como o mais alto dignitário do país.

Uma decisão contestada, como de costume, pelos seus mais directos rivais nas eleições, mas que marca, de forma clara, a opção popular pela continuidade da luta contra o terrorismo e que, nos últimos tempos, tem conhecido algum êxito.

Para se poder recandidatar a este terceiro mandato, Bouteflika, 72 anos, teve de verti Parlamento aprovar uma emenda constitucional numa acção, também ela, vivamente contestada pela oposição, sobretudo pelos partidos de inspiração radical islâmica, que não lhe perdoam a sua pouca tolerância quanto aos excessos que vinham sendo cometidos um pouco por todo o país.

Ao longo dos seus anteriores mandatos, Bouteflika usou uma política baseada numa dureza extrema, contra esses grupos fundamentalistas, tendo estado na linha da frente, por exemplo, no combate à Al Qaeda que tinha na Argélia o quartel-general para o desencadeamento de acções no Norte de África.

Essa intransigência valeu-lhe a simpatia do Ocidente, sobretudo dos Estados Unidos e da União Europeia, que não questionaram quando ele anunciou a decisão de concorrer a um terceiro mandato.

Abdelaziz Bouteflika tem vindo a aprovar leis que reforçam o poder das suas forças de segurança interna, muitas das vezes criticadas pela oposição, mas que a população reconhece como válidas para travar o flagelo do terrorismo que, há cerca de cinco anos, chegou a colocar em perigo a própria democracia argelina.

Para combater esse flagelo, sem grandes hesitações, chegou a decretar o estado de emergência nas regiões mais afectadas com as inevitáveis restrições democráticas que a aplicação de tal medida implica.

Quando a situação voltava à normalidade as medidas de excepção eram levantadas, ao mesmo tempo que era aplicado um programa de ajuda social à população mais desfavorecida, o que dificultava o recrutamento de jovens por parte desses grupos terroristas.

Actualmente, a situação na Argélia ainda conhece alguns constrangimentos próprios de uma nação

enorme, pobre, com poucos recursos económicos, mas que faz questão de manter uma relação de estreita cooperação mútua com os países amigos, entre os quais Angola tem um papel de grande relevância.

Membro influente da OPEP, a Argélia, mantém excelentes relações com as grandes organizações internacionais, tendo, mesmo, em finais de 2001, assinado um acordo de aproximação com a União Europeia, que lhe valeu a obtenção de preciosa ajuda financeira para alguns programas de carácter social aplicados nas zonas mais afectadas pelo terrorismo.

A Argélia, sendo o segundo maior país africano, logo a seguir ao Sudão, possui cerca de 32 milhões de habitantes, o que dá bem a ideia da unanimidade que existe em redor da figura do reeleito Presidente da República.

No que respeita aos assuntos do Mundo Árabe, a Argélia tem mantido uma posição de não-alinhamento com as outras potências regionais, casos do Egipto e da Arábia Saudita, por exemplo.

As posições argelinas são, quase sempre,..de alinhamento com as decisões da União Africana, e no seio da Liga Árabe mantém um certo pragmatismo que lhe evita a assumpção de protagonismos que não se enquadram com a forma como o seu líder está na vida política.

De personalidade discreta, Abdelaziz Bouteflika apenas aparece em público nas grandes ocasiões. Por exemplo, num atentado bombista ocorrido há cerca de dois anos nos arredores de Argel esteve, ele próprio, a comandar as operações de apoio às vítimas um gesto na altura muito apreciado pela população e agora frequentemente recordado na recente campanha eleitoral.

Foi, pois, sem nenhuma surpresa, que os argelinos deram um novo voto de confiança ao seu presidente para um novo mandato de cinco anos. Um mandato que, finalmente e salvo imprevisível surpresa, vai ser cumprido num ambiente menos conturbado e mais virado para "a criação de medidas que possibilitem à população melhores condições de vida.

Para os argelinos, e para o mundo, a grande dúvida que se levanta é se Abdelaziz Bouteflika, um vitorioso da guerra contra o terrorismo, saberá escolher os meios e os homens para esta nova: "batalha", que se adivinha igualmente dura. Farta de passar privações, a população argelina aspira agora a um futuro melhor e confia no seu velho presidente para o conseguir. Ninguém, na

Argélia, acredita que Bouteflika possa perder esta "batalha".

Mas, medidas urgentes precisam de começar a ser imediatamente aplicadas sob pena do actual estado de graça do Presidente argelino começar a perder brilho e com isso abrir caminho para acções que possam, de alguma forma, desestabilizar de novo o país.

5.6 “Estado não pode demitir chefes tradicionais”

Folha 8 18 de Abril de 2009

O Estado angolano não deve intervir no exercício do poder tradicional, procedendo a nomeações e exonerações de Sobas e Regedores de regiões do País, afirmou o secretário-geral do Fórum Nacional das Autoridades Tradicionais Angolanas (FNATA), António Mbazela, que já apresentou à Assembleia Nacional o Projecto-lei elaborado pelo respectivo instituto.

O Projecto-Lei produzido pela FNATA, segundo António Mbazela, visa contribuir para a elaboração da futura Lei Constitucional, bem como ratificar o exercício do poder tradicional e as suas instituições, obrigando as entidades estatais a aceitarem-nas com naturalidade e respeitar os valores socio-culturais de cada região.

"As autoridades tradicionais são entidades soberanas que adquirem o seu estatuto social e dignidade, através do exercício do Poder Tradicional e não da filiação em Partidos Políticos", explicou o soba Mbazela, secretário-geral da FNATA.

Questionado sobre a possível contradição do referido Projecto-Lei, apresentado pelas autoridades tradicionais, com a constituição angolana, o secretário-geral do FNATA descartou tal intenção. O mesmo foi peremptório em afirmar que se pretende resgatar incondicionalmente as práticas provenientes dos ancestrais.

O soba lembrou da posse de terras por parte das autoridades tradicionais, consubstanciada no direito costumeiro como uma das condições básicas no exercício do poder tradicional, mas hoje não respeitado pelo Estado, apesar de estar consagrado na Lei Constitucional, nos artigos 33º e 37º.

O documento, segundo o líder da FNATA, serve, igualmente, para reclamar um direito de cidadania e repudiar a forma como as autoridades tradicionais têm sido tratadas. "Em consonância com o princípio de

separação de poderes, as autoridades administrativas de Estado não podem nomear nem demitir das suas funções as autoridades tradicionais, sob pena de esta interpor recurso às instituições tradicionais e aos tribunais", disse António Mbazela.

Na opinião do secretário-geral daquele instituto, a soberania do poder tradicional emana da vontade soberana dos membros de cada realeza ou aristocracia local, enquanto, no poder estatal, a mesma é exercida pela vontade absoluta do Povo por intermédio do voto expresso nas urnas.

As autoridades tradicionais são chefes de clãs ou Aristocracia de família, tribo e etnia que representam e exercem o poder de forma hereditária e vitalícia no seio das suas comunidades, de acordo com as normas consuetudinárias de cada região.

A FNATA é o órgão máximo do Poder Tradicional em Angola, possui um Conselho Nacional composto por 230 Membros. Caberá ao referido conselho convocar duas reuniões por cada ano, sendo uma ordinária e outra extraordinária; fazem parte das mesmas cerca de dois terços dos seus membros.

5.7 Joana Lina no Uíje para travar clima de tensão

Semanário Factual 24 de Abril de 2009

Joana Lina tem uma missão difícil a enfrentar numa província onde o relacionamento entre o Governo e o partido não é "salutar".

As remodelações no aparelho governamental local levadas a cabo pelo governador Mawete João Baptista, "apreciadas por uns e odiadas por outros", criaram um "clima de tensão que esta a preocupar o Bureau Político do MPLA.

Informações vindas do Uíje, a que Factual teve acesso, indicam que depois de Mawete tomar posse encontrou uma lista de propostas feitas pelo partido, tendo em vista a remodelação do executivo local, mas este ignorou-a priorizando apenas alguns casos.

A direcção do partido propôs alguns nomes para ocuparem cargos de direcção a nível do governo, tendo em conta o seu contributo durante a campanha eleitoral que permitiu ao MPLA vencer as eleições na província do Uíje com cinco deputados.

Fontes próximas do governador dizem que a introdução de novo sangue no executivo do Uíje é "inevitável", alegando que "existem muitos quadros vitalícios nos cargos de direcção".

"Os novos quadros que fazem parte do actual executivo são todos filhos desta província, portanto, não há motivos para tanta preocupação", asseguram as fontes. A nova coordenadora do grupo de acompanhamento terá uma outra grande empreitada para "desminar um terreno com fortes indícios de tribalismo, o que tem vindo a prejudicar o desenvolvimento da região.

5.8 Protecção Civil trabalha intensamente no Cunene

Angolense De 18 a 25 de Abril 2009

A província do Cunene conheceu pela segunda vez cheias que preocuparam o governo angolano.

Com vista a minimizar sofrimento das populares face às inundações que verificam na periferia da cidade de Ondjiva, o Conselho Nacional de Protecção Civil reuniu sob presidência do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, tendo decidido, na altura, o envio de um grupo de representantes dos membros da Comissão Nacional de Protecção Civil a fim de constituir um Posto de

Comando Operacional na Província do Cunene e proceder ao reforço da Comissão Provincial de Protecção Civil, que desde o início da calamidade até à data actual continua a trabalhar para a protecção e ajuda aos sinistrados.

O grupo, coordenado por Bênção Cavila Nyoka Abílio, Chefe Principal Ajudante do Serviço Nacional de Protecção Civil, do Ministério do Interior, integra, além de outros, um oficial general, representantes do Estado-Maior Geral das Forças Armadas Angolanas, do MINSA, MINAGRI, Obras Públicas e outros sectores.

Importa realçar que, a Comissão Nacional de Protecção Civil é coordenada pelo General Roberto Leal Monteiro "Ngongo", Ministro do Interior, e tem sido coadjuvado pelo Comandante Eugénio C. Laborinho, Coordenador Executivo que lidera também o Grupo técnico e operativo da Comissão Nacional de Protecção Civil.

O trabalho da Protecção Civil continua intenso.

O grupo reúne-se diariamente no final do dia, com o Vice governador do Cunene, para traçar os planos estratégicos que visam salvar a vida dos sinistrados, para além de se ocupar da distribuição, em toda a província, de bens alimentares e não só para acudir as populações.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Fundo de investimento imobiliário

Novo Jornal 17 de Abril de 2009

A IMPORTÂNCIA E ENQUADRAMENTO DO FOMENTO À HABITAÇÃO

- Direito à Habitação – uma necessidade fundamental de qualquer cidadão para ter uma vida condigna
- Objectivos de fomento à habitação:
 - Combate à pobreza;
 - Melhoria do nível das populações;
 - Estabilidade e equidade social;
 - Factor de coesão nacional.
- O Governo lançou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, focalizado no fomento à habitação:
 - Fazer face à escassez de oferta de habitação acessível à grande maioria da população;
 - Objectivo de construção de habitações sociais nos próximos 4 anos;
 - Necessidade de um plano e de uma estratégia de financiamento adequados aos avultados investimentos necessários para atingir aqueles objectivos.

ENVOLVIMENTO DO SECTOR BANCÁRIO/ FINANCEIRO NO FOMENTO À HABITAÇÃO

- O sector bancário deverá representar um papel importante no apoio às políticas do Governo para o sector da habitação
- Apresentamos duas abordagens típicas de envolvimento do sector financeiro no fomento de programas de habitação promovidas por alguns países de economia de mercado e uma sugestão ajustada aos objectivos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação:
 - Abordagem 1: Bonificação de juros no crédito à habitação;
 - Abordagem 2: Renda garantida;

- Sugestão sobre o financiamento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação

ABORDAGEM 1: BONIFICAÇÃO DE JUROS NO CRÉDITO À HABITAÇÃO

- Experiência com sucesso no fomento à habitação em economias desenvolvidas;
- Necessidade de selecção criteriosa sobre beneficiários dos juros bonificados;
- Necessidade de eficiência no processo administrativo e legal tendente à constituição de hipotecas;
- Perigo de encarecimento de casas de baixa renda;
- Perigo de exposição dos bancos ao risco de crédito elevado (subprime).

ABORDAGEM 2: MECANISMO DE RENDA GARANTIDA

- Redução do risco de crédito;
- Necessidade de promover eficiência ao nível dos custos:
 - Negociação de contratos;
 - Fiscalização;
- Aposta em tecnologia com preços mais competitivos;
- Forte necessidade de funding (Fundos);
- Necessidade de selecção criteriosa dos beneficiários de arrendamento;
- Dificil execução financeira;
- Elevada carga administrativa que se reflectirá nos custos.

- Existência de enquadramento legal;
- Subscrição do Fundo:
 - Estado – (10%-25%);
 - B. Nacionais – (10%- 25%); outros investidores – restante;
- Subscrição por tranches em função das necessidades;
- Rentabilidade do fundo superior aos DP's; Prazo do fundo – a definir;
- Tipo de Fundo – fechado até ao montante total do investimento; DP'S transaccionavam;
- Enquadramento fiscal e cambial favorável;
- Redução do risco de crédito;
- Selecção mais rápida, com menos custos e mais criteriosa dos beneficiários do activo do Fundo;
- Base muito maior de financiadores, o que permite menor esforço financeiro por investidor maior potencial de sucesso na captação dos recursos financeiros;
- Parceria Estado/Soe. Gestora (com competências nas várias fases de desenvolvimento de projectos Real Estate):
 - Gestão e acompanhamento dos projectos do Fundo;
 - Promover as melhores práticas ao nível da eficiência nos custos financeiros e administrativos;
 - Apoio ao Estado na estruturação financeira do

fundo;

- Necessidade de fixação de rentabilidade do Fundo de forma a atrair investidores (em função da estruturação financeira do fundo);
- Envolvimento de investidores nacionais em projecto de desígnio nacional com rentabilidade e benefícios fiscais atractivos (equidade);
- Possibilidade de introdução de flexibilidade do modelo (aquisição de imóveis, etc.);
- Capacidade de implementação no curto prazo.

6.2 Financiamento à habitação condicionada por falta de garantia

A Capital 18 de Abril de 2009

Os bancos comerciais a operarem no país dizem ser do seu interesse financiar projectos habitacionais, através do crédito afim. Mas gestores bancários referem haver o handicap de tal produto estar envolto de muitos riscos por falta de garantias seguras por parte de quem, muitas vezes, solicita o empréstimo.

O crédito habitacional vai por 550, continuar a ser um dos produtos financeiros mais escassos no mercado angolano, onde a banca comercial parece dedicar-se mais a modalidade de empréstimos de curto prazo.

Pelo menos é o que se deduz das declarações do bancário Mário Mendonça, que apresenta como razões o facto de existirem no mercado factores que «limitam aquilo que pode ser o potencial de um produto tão importante quanto o crédito habitacional».

Mendonça referia-se mais propriamente a factores que se prendem com o facto de serem bastante insignificantes os depósitos de longo prazo, enquanto fontes que à partida, sustentariam os empréstimos para projectos habitacionais.

«A nossa estrutura de depósito é feita por depósitos de curto e media prazos quando o crédito habitacional exige claramente reembolso de longo prazo» disse o bancário que se serve desse mesmo factor para explicar a imaturidade do sistema financeiro face a este aspecto concreta

6.3 Mamãs da Ilha pedem “Queremos hospital, supermercado e escola

Angolense 28 a 04 de Abril de 2009

Logo à entrada da Ilha, ao lado do hotel Panorama, encontramos um desvio à direita que dava para casa de uma das conhecidas mamãs da Ilha. Francisca António, mais conhecida por Mabunda, de 65 anos, estava sentada, escamando peixe, mas não deixou de nos receber. "Sou nata da Ilha, nasci na área do Calumbo. Antigamente trabalhava como peixeira e doméstica", apresentou-se a anciã.

Velha Mabunda comparou a Ilha de ontem à de hoje e disse que antigamente não havia tanta criminalidade. "Nós dormíamos na rua. As casas não precisavam de gradeamento, comprávamos o peixe aqui na praia e vendíamos na praça de Angola. O dinheiro naquela altura era muito difícil, mas tinha peso. Hoje há muitos bandidos aqui e assaltam até nas casas, isso porque a maioria das pessoas que vivem aqui hoje não são ilhéus", lamentou.

A nossa interlocutora garantiu também que desde a Chicala I até o ponto final, todas as mamãs da Ilha conhecem-se. "Nos encontramos sempre quando há óbito, na missa e nas reuniões que fizemos de tempo a tempo, para saber o que os moradores estão a precisar para falarmos com o soba e ele transmitir as nossas preocupações à administração", explicou. Para além destes encontros, também recebem moradores em casa, de forma individual. "Sempre que um jovem tem problemas ou precisa de conselho nos procuram e nós aconselhamos, porque temos experiência e a nossas tradições", realçou.

Quando olha para a realidade do bairro, velha Mabunda lamenta, por fim, o facto de não terem na Ilha um supermercado e pediu aos governantes que vão lá colocar um. "Precisamos de um supermercado, um talho de carne. Tenho 65 anos, mas por falta de uma loja sou obrigada a ir fazer compras no Roque. Com tantos bandidos por aí, um dia vão me dar uma bassula. Não quero mais essas lojitas de senegalenses e malianos aqui, porque eles fazem preços muito caros e eu não tenho esse dinheiro", reclamou.

Otília Carvalho e Catarina de Carvalho, natas da Ilha e filhas de uma mama da Ilha, lamentaram o facto de não existir um hospital que pudesse atender os moradores. "Não temos um hospital aqui, há apenas um centro de saúde que não tem condições nenhumas. Para além do mau atendimento, grande parte dos exames não fazem ali, mandam-nos desenrascar para fazer certos exames, ou ir para as clínicas ou então para os hospitais grandes, na cidade, nunca têm os medicamentos que precisamos, enfim, esse Centro é um caos", lamentou.

Otília disse, em seguida, que dada a falta de escolas de

ensino médio e superior são obrigadas a estudarem na cidade. "Aqui só temos uma escola de ensino de base, que já não consegue albergar todas as crianças. Estudo no Futungo, na faculdade de Letras, diariamente apanho cinco táxis para chegar até "lá e igual número para voltar para casa. Gasto mil Kwanzas, mas quando há dificuldades de táxi o preço aumenta, porque eles começam a fazer linhas curtas; aí gasto o dobro", frisou.

A falta de parques infantis também foi apontada pelas nossas interlocutoras como um dos principais problemas. "As crianças não têm sítio para brincarem. Quando crescemos tínhamos muito espaços para brincar, mas hoje tudo foi ocupado. Os nossos filhos são obrigados a brincar na praia e se nos descuidarmos pode ser fatal", realçaram.

Quanto a criminalidade, as jovens são de opinião que o fenómeno tem piorado. Segundo apurámos no local, outrora os moradores davam lição aos bandidos e sempre que aparecesse algum delinquente, os moradores se juntavam e espancavam-no e, em alguns casos, os marginais não resistiam e acabavam por morrer. Depois, jogavam o corpo do bandido na praia.

"Antes, os poucos bandidos que apareciam aqui morriam, mas a polícia foi se apercebendo e nós tivemos que deixar o caso ser resolvidos por eles, mas isso fez com que a criminalidade aumentasse. Na semana passada uma jovem foi morta por causa de um portátil no largo da peixeira", contou um rapaz, que preferiu falar sob anonimato.

6.4 SME e MINSA vão para a Maianga

Semanário Angolense 28 a 04 de Abril de 2009

A decisão está tomada, e a sua aplicação já se nota. Quem por estes dias for ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) ou ao Ministério da Saúde (MINSA) - com muita sorte - terá que deixar a viatura à porta do Baleizão, no que resta da antiga fábrica de sabão, ou nas redondezas. O acesso por carro a estas duas instituições está limitado.

Nos próximos dias o expediente já nem aí será tratado. Ambas deixarão a Calçada dos Enforcados para um edifício recentemente acabado, localizado num terreno contínuo à pensão Alcobaça, ao largo da Maianga.

As instalações até aqui ocupadas por ambas farão parte do perímetro de segurança da presidência da República, Segundo o que apurou o Semanário Angolense, preocupações relativas ao ângulo que se tem a partir da sede

do SME, de cujo topo se vêm as traseiras do palácio presidencial, levaram os serviços de segurança de José Eduardo dos Santos a determinar a evacuação tanto do SME quanto do Ministério da Saúde.

Pelos vistos a decisão de transferir os dois serviços alivia os temores que animaram o «staff» do PR resolve o problema decorrente do crescimento tanto do MINSA quanto do SME, mas coloca os quadros de ambas instituições perante um problema de que até aqui estavam precariamente a salvo: estacionamento, Vão partilhar áreas de estacionamentos para 300 viaturas, sendo que só o SME tem aproximadamente 1500 funcionários, mais de metade dos quais vai trabalhar no carro próprio.

Além disso, a nova localização do SME constituir-se-á num verdadeiro cabo das tormentas para os milhares de cidadãos que diariamente solicitam os seus préstimos. A área que circunda o largo da Maianga não tem a menor disponibilidade de espaço para estacionamento.

Na Calçada dos Enforcados de onde vão ser «expulsos» o SME e o MINSA funciona a embaixada do Reino Unido da Grã-Bretanha a respeito da qual o Semanário Angolense desconhece se também será evacuada ou não.

A dois passos do SME nomeadamente no Beco do Balão estão localizadas as residências oficiais do presidente da Assembleia Nacional e do primeiro-ministro que ao que apuramos não serão sujeitas às acções decorrentes da expansão do perímetro de segurança do Presidente da Republica.

Segundo apurou o Semanário Angolense de boa fonte o SME e o MINSA deverão transferir-se para as novas Instalações já no próximo mês de Abril.

6.5 Prenda pode ser desocupado brevemente

O País 10 de Abril de 2009

O plano de requalificação e ordenamento do bairro Prenda já foi autorizado administrativamente e poderá ter início ainda este ano com a construção das residências onde serão abrigados os actuais ocupantes. Esta informação foi avançada esta quinta-feira, 9, a O País pelo director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGU), Hélder José.

Neste momento, está a ser finalizado o pacote publicitário por parte da empresa de construção civil Pedi Urbana e Tanix, que vai executar os trabalhos, bem como os mecanismos de relacionamento com os

actuais ocupantes desse perímetro.

Segundo Hélder José, a maquete do local para onde serão transferidos os moradores já foi aprovada, os técnicos já têm em sua posse os equipamentos de construção e, neste momento, os parceiros do Governo estão a envidar todos os esforços necessários para conseguirem o capital financeiro para arrancarem com as obras.

A primeira fase do projecto do bairro Prenda abarca a Avenida Revolução de Outubro, a Comandante Arguelles, a Rua da Samba e toda a zona da vala de drenagem que passa pelo antigo dispensário de tuberculose.

"Serão realojamentos de qualidade numa área já seleccionada, com edifícios dentro dos padrões estabelecidos que vão servir de moeda de troca com os actuais ocupantes ou titulares de direito de apartamento", explicou Hélder José, recusando-se a avançar outros detalhes sobre o assunto, alegando que o público terá mais informações quando o mesmo for lançado ainda este ano.

O interlocutor deixou claro que o Governo pretende implementar naquela zona o primeiro produto de requalificação urbana no âmbito dessa parceria público-privada, ou seja, o Estado como facilitador na cedência do espaço e a empresa privada que vai buscar os fundos para fazer com que a zona deixe de ser um ponto negativo da cidade.

O segundo projecto a ser implementado será o de renovação urbana dos Lotes do Prenda, que consistirá na manutenção da estrutura dos edifícios actualmente existentes, o melhoramento das fachadas e da qualidade da arquitectura, não deixando de parte toda a parte do térreo dos edifícios que se encontram degradados.

Atendendo às dificuldades que encontraram para localizar os antecedentes das edificações, visto que a mesma era em número de três no programa de ordenamento do plano director do período colonial, os técnicos do GPL estão a fazer um novo levantamento dos imóveis, "Estamos a tentar recuperar toda a informação possível para trabalharmos com as empresas que vão elaborar os projectos directores da zona, bem como criar uma base de dados com toda a informação para melhor preservar os documentos em papéis existentes", frisou.

Hélder José declarou que a única pessoa autorizada a fazer a concessão de terreno para vários fins é o Estado, mas para talos interessados devem formalizar a

sua solicitação através da administração municipal. Depois de aprovada, o administrador remeterá ao instituto para verificar se a mesma está de acordo com as grandes manchas de ordenamento previstas pelo macro-plano de ordenamento do território provincial.

"Uma vez autorizada a concepção, passamos para outros mecanismos quase que faseados, que começa com uma construção precária no início, mas que poderá ser alterada em junção de um título que determina as regras estabelecida entre a pessoa que recebe o espaço e a administração", explicou.

Atendendo ao programado Governo Central, o GPL cancelou a expansão de terrenos no Benfica e está a ponderar a emissão de qualquer documento que garanta a propriedade de uma parcela de terra naquele local.

"Vamos dar terrenos sim, mas terrenos com infra-estruturas, ou seja, com espaços reservados para aplicação de passagens de condutas, de ruas e de colocação de equipamentos sociais", precisou.

Na esperança de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de alguns bairros que foram organizados na perspectiva de autoconstruções dirigidas, o GPL está a procurar encontrar mecanismos financeiros para torná-los como uma estrutura ou modelo recomendável em todo o mundo.

"No meu ponto de vista não temos autoconstruções dirigidas, o que acontecia até aqui era que, como o Estado tinha dificuldade em dar terrenos infra-estruturados na sua plenitude, fê-lo com infra-estruturas mínimas. Abriu algumas ruas, determinou as áreas para ocupação com residências e as pessoas começam a construir. Mas o problema é que cada um começou a construir a sua maneira desrespeitando o ordenamento previamente estabelecido", disse.

No princípio deste ano, o Governo lançou um concurso público para que a elaboração de projectos executivos de infra-estruturação de algumas zonas da cidade, nomeadamente, Benfica, Palanca, Golfo n, entre outros, tendo em consideração a matriz territorial da habitação.

Comparando os bairros erguidos nas áreas formais e informais, Hélder José esclareceu que existem poucos formais, como são os casos do Panguila, Zangu e o Projecto Morar.

"Registou-se a urbanização de algumas zonas como o trajecto do Morro Bento ao Talatona, mas há outras zonas que também surgiram dentro de um contexto,

como o caso dos loteamentos do Benfica, do Kapalanca (Viana) e o bairro Vila Académica (Cacuaco)", rematou.

6.6 Programa de Urbanismo e Habitação é analisado em Conferência Nacional

Jornal de Angola 10 de Abril de 2009

A estratégia e os caminhos por onde vai passar o processo da construção de um milhão de casas e a adopção de um novo plano urbanístico e habitacional para o país, começam a ser debatidos, na próxima segunda-feira, na Conferência Nacional sobre Habitação, a decorrer no Palácio dos Congressos, em Luanda, anunciou ontem, o ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro.

Falando no final da reunião da comissão organizadora do evento, o ministro das Obras Públicas disse que a conferência, que termina no mesmo dia, é uma iniciativa do Governo e insere-se no âmbito da estratégia de desenvolvimento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

"O Governo propõe-se conduzir neste programa com a participação _ de todos os angolanos interessados neste amplo movimento, de maneira que, no período do quadriénio 2008/2013, possamos alcançar a meta da construção de um milhão de habitações conforme anunciou o Presidente da República", disse.

A conferência tem como lema "Habitação: Um Desafio para Todos" e é constituída por três painéis. O primeiro painel vai abordar "O Programa de Urbanização para a Promoção Habitacional e Estratégia de Implementação" e é presidido pelo ministro do Urbanismo e Habitação, Sita José. O segundo painel é apresentado pelo ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, e vai tratar de "Tecnologias Construtivas, Infra-estruturas Básicas e Materiais de Construção". O terceiro e último painel abordam o tema "Os Mecanismos de Financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano e Promoção Habitacional", a ser presidido pelo ministro das Finanças, Severim de Moraes.

"Já existem prelectores e moderadores para os diversos temas que compõem os três painéis que estão em discussão", frisou o ministro Higinio Carneiro, sublinhando que vão participar na conferência mais de 700 pessoas ligadas à promoção imobiliária, produção de materiais de construção, elaboração de projectos urbanísticos e a sociedade civil interessada em contribuir para melhorar o programa no sentido de se

atingir o grande objectivo que é a construção de um milhão de casas para os angolanos.

"Os órgãos responsáveis pela organização, asseguramento, credenciamento e de outros serviços de apoio à conferência estão já disponíveis para credenciar, distribuir documentação e material de apoio a partir das 9h00 e até às 20h00 de sábado e também no domingo, no mesmo horário, no Palácio dos Congressos" explicou o ministro das Obras Públicas.

Higinio Carneiro disse que, além dos convidados residentes em Luanda, a organização decidiu trazer responsáveis das províncias, encabeçadas pelos governadores provinciais e acompanhados dos administradores municipais, principalmente os considerados de nível "A", num total de 54. Para Luanda, acrescentou, abriu-se uma excepção. Além dos administradores municipais, participam também os administradores comunais, porque existem em Luanda maiores problemas no domínio da habitação.

6.7 Discutir os problemas da habitação

Novo jornal 10 De Abril de 2009

É o PRIMEIRO e principal objectivo do 10 Congresso Nacional da Habitação e Urbanismo, que vai decorrer em Luanda, no Palácio dos Congressos, no próximo dia 13, segunda-feira: discutir a problemática da habitação, chamando todos os que quiserem participar, sejam eles pessoas individuais, empresários ou dirigentes políticos. A mensagem foi divulgada ontem, 9, pelo ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro.

O evento vai servir também para se discutir a estratégia de implementação do programa do governo, que preconiza a construção de 1 milhão de casas pelos países fora. Por isso, Higinio Carneiro reforçou que são bem-vindos os contributos de diferentes entidades e actores, estejam eles ligados à promoção imobiliária, aos projectos urbanísticos ou à comercialização de materiais de construção", disse em conferência de imprensa.

O titular da pasta das Obras Públicas deixou também um repto a quem quiser contribuir para a discussão:

"Todos os angolanos estão convidados a apresentar propostas e a contar a sua experiência". Este encontro vai ter a presença de cerca de 700 pessoas, entre delegações provinciais oficiais (Governador e Administrador), sendo que Luanda vai também levar ao encontro os responsáveis comunais.

A actividade terá 3 painéis: Urbanização (dirigido pelo

ministro do Urbanismo e Ambiente, Diakumpuna José; Tecnologias de Construção, Infra-estruturas e Materiais (dirigido por Higinio Carneiro) e Financiamentos, que será coordenado por Severim de Moraes, ministro das Finanças.

O lema do Congresso é "Habitação, um desafio para todos" e Higinio Carneiro frisou que "é também uma oportunidade para discutir a necessária harmonização do crescimento imobiliário" em Angola e o Deixou também um repto a quem quiser contribuir para a discussão:

6.8 Conferencia nacional debate problema da habitação

O Independente 11 de Abril de 2009

Por orientação do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, tem lugar na próxima semana, no Palácio dos Congressos, em Luanda, uma conferência de âmbito nacional que se propõe discutir a política habitacional do Estado, nomeadamente o acesso das famílias que vivem nos meios urbanos e rurais a casas condignas construídas ou somente financiadas à luz do programa de investimentos públicos.

A orientação foi "baixada" em sede do comité central do MPLA, no mesmo foro em que se deu o primeiro impulso para que os "camaradas" começassem a preparar as condições para o seu sexto Congresso Ordinário, que à partida tem tudo para ser histórico. Mas o assunto de agora é a política habitacional. Sobre o VI Congresso do MPLA e as suas implicações falaremos em próximas ocasiões.

Dizíamos que na próxima semana, precisamente no dia 13, teremos então a conferência sobre a habitação proposta por José Eduardo dos Santos, em que se espera, como foi também sua sugestão, a participação de representantes do Governo, das empresas, das cooperativas e de todos os actores sociais que intervêm na execução da política habitacional do Estado.

Sob o lema "Habitação: um desafio para todos", a conferência será dividida por três painéis temáticos, sendo o primeiro que vai tratar do programa de urbanização para promoção habitacional e estratégia de implementação, o segundo sobre "Tecnologias construtivas e infra-estruturas básicas e materiais de construção" e o terceiro sobre "Os mecanismos de financiamento do programa de desenvolvimento urbano e promoção habitacional".

Pelas palavras de José Eduardo dos Santos, por altura da reunião do CC em que foi "baixada" a orientação,

não se quer mais um encontro em que se vai somente discutir teses. Aliás, o chefe de Estado teve o cuidado de utilizar um discurso o mais pragmático possível, dizendo claramente que o que pretende com a conferência é auscultar opiniões e recomendações e identificar operadoras interessadas em contribuir para a resolução do problema habitacional em Angola, tanto na cidade como no campo.

O quadro actual da habitação em Angola é crítico e as autoridades, ao que parece, não andam tão distraídas assim. Um problema que atinge a todos os angolanos, directa ou indirectamente, e não é por acaso que um dos pontos fortes do manifesto eleitoral do MPLA, nas legislativas de Setembro de 2008, foi o projecto-programa de construção de mais de um milhão de casas em todo o país.

Não estamos de maneira nenhuma a dizer que foi este o motivo do sucesso dos "camaradas" nas legislativas de 5 de Setembro. Mas podemos afirmar, sem medo de errar, que foi este compromisso assumido pelo MPLA na véspera do pleito um factor mobilizador poderoso, pois o problema da habitação, tal como o dissemos acima, atinge a todos e a cada um, directa ou indirectamente.

É por isso que a conferência sobre habitação em Angola deve ser encarada com grande responsabilidade, pois pode sair daí, segundo a expectativa dos seus promotores, um conjunto de instrumentos que ajudarão a remover eventuais pontos de estrangulamento de uma política habitacional bem conseguida.

6.9 A quem se destinam as políticas habitacionais?

O Independente 11 de Abril de 2009

O mais elementar conceito de política habitacional indica que é o nome atribuído aos vários processos de urbanização adaptados pelo poder público para atendimento à população de baixa renda.

Posto isso estão os em condições de perceber então o que se quer com a realização de uma conferência nacional sobre habitação, conforme determinação do presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, na mais recente reunião do Comité Central.

Ao convocar representantes do governo, das empresas, das cooperativas, e da sociedade civil, com o propósito de se recolher subsídios para enriquecer a política habitacional do Estado, através da qual se pretende dar luta a um dos maiores problemas da nossa sociedade: a falta de casas.

É certo que a velocidade em que se constroem casas em Angola não acompanha a necessidade de habitação dos cidadãos. Ou seja, a procura é muito, mas muito maior que a oferta, daí a dificuldade que se tem em conseguir a preço justo uma habitação condigna.

E o problema se agrava na medida em que se entende por complexa a sociedade angolana. É que não existem elementos que nos garantam, com a fidelidade desejada, uma estratificação social que sirva de guia para uma política habitacional em sentido lato, pelo que quaisquer que sejam as medidas a adoptar nesta conferência, terão como primeira dificuldade a relativa difusão do público alvo.

Daí as muitas interrogações.

Quem poderá ter acesso a casa construída ou simplesmente financiada pelo Estado? Qual a política ideal para se distribuírem as casas? Quem em Angola é considerado cidadão de baixa renda? Enfim. Um cortejo de quês e porquês que só um elevado sentido de responsabilidade social poderá levar a que os diferentes actores que concorrem na execução da política habitacional do Estado saíam com nota positiva, dia 13, no Palácio dos Congressos.

6.10 Debate sobre habitação

Jornal de Angola 11 De Abril de 2009

A questão da habitação constitui um dos grandes temas que Governo, políticos e sociedade civil têm regularmente debatido, sendo muitas as ideias sobre a melhor forma de resolver um dos problemas mais complexos que Angola enfrenta e que afecta particularmente a nossa juventude.

O Governo já gizou uma estratégia de Desenvolvimento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, mas quer continuar a colher subsídios da sociedade civil e da comunidade académica, para se traçarem os melhores caminhos na execução de tarefas que têm a ver com o processo de construção de um milhão de casas no quadriénio 2008-2013 e da adopção de um novo plano urbanístico e habitacional para o país.

As autoridades, ao pretenderem que diferentes segmentos da sociedade participem em debates à volta da estratégia de construção de um número tão elevado de habitações, estão a dar um sinal de que levam muito a sério a questão da habitação e querem que todos dêem a sua contribuição para que esse grande projecto vá realmente ao encontro dos interesses dos cidadãos.

Na próxima segunda-feira, vai decorrer em Luanda uma conferência nacional sobre habitação, que junta no Palácio dos Congressos 700 especialistas na matéria, para debater temas pertinentes como "o Programa de urbanização para a promoção habitacional e estratégia de implementação", "Tecnologias construtivas, infra-estruturas básicas e materiais de construção" e os "Mecanismos de financiamento do programa de desenvolvimento urbano e promoção habitacional".

A meta para a construção de um milhão de casas está traçada. Resta agora encontrar as melhores vias para se chegar a essa meta. Isto sem perder de vista que desde a tomada de posse do Governo até ao final do primeiro trimestre deste ano, já foram construídas milhares de habitações sociais, para jovens e comunidades de baixos rendimentos.

O Governo tomou a iniciativa de realizar a conferência para obter contributos que possam melhorar o programa nacional de urbanismo e habitação. No palácio dos Congressos vão estar técnicos e gestores ligados à promoção imobiliária, industriais da produção de materiais de construção e especialistas na elaboração de projectos urbanísticos. A sociedade espera que os debates que vão decorrer sob o sugestivo lema "Habitação, um desafio para todos", produzam ideias que vão no sentido de ajudar as autoridades a encontrar as melhores opções para a resolução do problema da habitação no nosso país.

O Governo tomou uma decisão acertada ao avançar para a execução da sua estratégia para o urbanismo e habitação auscultando a sociedade civil e especialistas, porque assim é possível encontrar melhores e mais fáceis soluções num processo dinâmico que está sujeito a correcções permanentes.

O debate de ideias gera progressos. E sempre bom ouvir todos os que têm voto na matéria, mesmo que tenham opiniões contrárias às nossas. O contraditório é bem-vindo. Nem sempre a unanimidade nos leva às melhores soluções para os problemas.

E de louvar a iniciativa do Governo de mobilizar centenas de especialistas para melhorar uma estratégia que se destina a promover o bem comum. O Governo deseja que a sua estratégia de Desenvolvimento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação seja também uma estratégia de todos os angolanos interessados na criação de condições de vida condignas para todos os angolanos.

6.11 Mais de 50 mil milhões para habitação

Jornal de Angola 12 De Abril de 2009

O Governo está a mobilizar 50 mil milhões de dólares para investir em habitações sociais nos próximos quatro anos. O dinheiro vai ser aplicado na construção de um milhão de casas em todo o país, um compromisso que consta no programa de fomento habitacional para o período 2009 a 2012.

O valor, que representa gastos anuais de 12,5 mil milhões de dólares, equivalente a 24 por cento dos gastos do Estado para o ano de 2009, confirma a preocupação do Estado em reduzir o défice de habitação no país e proporcionar aos cidadãos uma vida condigna.

Para a execução do programa, o Estado vai urbanizar 100 mil hectares, o equivalente a 100 mil campos de futebol. Até ao final deste ano, fica concluída a urbanização de 3.600 hectares de reservas fundiárias nas capitais das 18 províncias do país. O plano incide no loteamento dos terrenos, armamentos, iluminação pública, água canalizada e valas de drenagem.

Foi já iniciada a elaboração de planos directores municipais e de ordenamento do território. O objectivo é definir uma estratégia destes territórios e da rede urbana nas vertentes social, económica e, também, na sua interacção com os sectores agrícola, industrial, de logística, turismo e infra-estruturas aeroportuárias, ferroviárias, e outras.

O Governo está também a incentivar a auto construção dirigida que, além de contribuir para a inclusão social, vai acabar com as construções precárias e garantir que as novas casas sejam erguidas em zonas com infra-estruturas básicas, água, luz, saneamento, arruamentos, acessibilidades.

Dados indicam que mais de 50 por cento dos angolanos não têm habitação condigna e cerca de 60 por cento não têm acesso à água tratada e à energia. No seu pronunciamento durante a visita do Papa Bento XVI a Angola, o Presidente da República considerou a habitação como um dos principais desafios do Governo que procura "os melhores caminhos para a reconstrução do que foi destruído no passado recente e para a construção de uma sociedade moderna".

O programa da habitação, a executar entre 2009 e 2012, prevê a mobilização dos promotores públicos, assegurando a construção de mais de metade das unidades habitacionais necessárias nas zonas urbanas e rurais. O plano visa, também, combater a especulação

Imobiliária que se regista no mercado nacional, com maior incidência em Luanda.

O Ministério do Urbanismo e Habitação garante prestar assistência técnica aos Governos Provinciais na elaboração de instrumentos de gestão territorial, execução de programas de requalificação do Musseques e regularização da ocupação dos terrenos nas zonas suburbanas. A estratégia de execução e mecanismos de financiamento para promoção habitacional esta amanhã em abordagem, na conferência Nacional sobre Habitação, a decorrer no Palácio dos Congressos, em Luanda, sob o tema " Habitação um desafio para todos".

Na presença de 700 participantes, especialistas dos diferentes sectores vão apresentar soluções para o problema e algumas experiências de sucesso.

6.12 Presidente da Republica preside à abertura da Conferencia no Palácio dos Congressos

Jornal de Angola 13 de Abril de 2009

O Presidente da República abre esta manhã a Conferência Nacional sobre Habitação no Palácio dos Congressos.

O desafio de materializar o Programa de Urbanismo e Habitação gizado pelo Governo, no quadro da sua política e estratégia para o período 2009-2012, junta hoje em Luanda especialistas, agentes imobiliários, empresas e cooperativas habitacionais para mobilizar vontades sobre a melhor forma de participar activamente na resolução dos problemas da habitação.

Em reunião a decorrer durante todo o dia de hoje no Palácio dos Congressos em formato de conferência nacional, Governo e parceiros sociais vão estudar as melhores vias de equacionar a problemática habitacional no país.

A par de outros, como a saúde, a educação, a agricultura, a indústria e as infra-estruturas, o sector da habitação tem sido dos que particular atenção tem merecido do Chefe de Estado, com intervenções públicas sobre a necessidade de o país ter para estas áreas uma estratégia coerente de médio-longo prazo com, metas claras e de modo auto-sustentado, por um lado, e por outro, com acções concretas que espelham a celeridade com que o Governo quer avançar na sua aplicação.

A execução do Programa de Urbanismo e Habitação,

visto à luz dos vários projectos habitacionais em curso em todo o país, assume-se como da maior importância para o Governo nesta legislatura. A atenção suplementar que o executivo quer prestar ao assunto está reflectida na criação, sábado, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, da Comissão para a Implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que tem no Primeiro Ministro, António Paulo Kassoma, o seu coordenador, e vários ministros como coordenadores adjuntos:

A Conferência Nacional sobre Urbanismo e Habitação é também uma oportunidade para o Governo fazer o balanço do que já foi executado neste capítulo.

O anúncio da construção de um milhão de fogos feito pelo Presidente da República no Dia Mundial do Habitat, celebrado em Luanda no ano passado, quando respondia à então sub-secretária geral das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Anna Tibaijuka, é apontado como uma das mais fortes apostas do Governo no que diz respeito ao seu empenho em reconfigurar o quadro urbanístico e habitacional actual do país.

A mobilização de recursos financeiros e materiais levou o Governo a identificar e fazer interessar parcerias estratégicas para materializar o projecto. Nas visitas de Estado que tem feito ao estrangeiro José Eduardo dos Santos não tem deixado de colocar ênfase na questão da habitação. Na deslocação que fez à China em Agosto do ano passado, o Presidente da República conseguiu mobilizar empresários interessados em investir no sector.

Em Luanda, para uma visita oficial, o vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da China, Gião Jian, manifestou a disponibilidade daquela instituição financeira financiar a construção de habitações sociais, requalificação das zonas degradadas e na oferta de habitação social.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, defendeu no encontro como bancário chinês a necessidade de aumentar a oferta de habitação social a custos acessíveis à grande maioria da população. José Eduardo dos Santos frisou as grandes carências que a população mais desfavorecida tem em matéria de habitação social e de infra-estruturas e as necessidades sociais que existem na sociedade angolana.

O desafio de construir habitações sociais juntou-se a outro anunciado em Malanje há dois anos pelo Presidente da República: melhorar a imagem das cidades do país, através da recuperação e elaboração de planos

directores urbanísticos. O lançamento nacional do projecto começou no Cazenga, em Luanda, no ano passado.

A requalificação no município do Cazenga, em Luanda, inclui novas habitações sociais, espaços verdes, áreas de comércio, lazer, rede de esgotos e a melhoria de estradas, inicialmente em três zonas.

O método de execução do projecto chama-se "Bola de Neve", a urbanização começa num espaço livre do município e, posteriormente; a população é enviada para este local concluído, sem que os residentes abandonem o município.

O projecto de requalificação vai garantir o realojamento das comunidades nos seus locais de habitação, construção de casas e serviços com infra-estruturas, evitando ao mesmo tempo as especulações geradas nestas ocasiões.

A coordenação do projecto pretende fornecer às pessoas melhores condições de vida nos bairros, sem descaracterizar o seu aspecto histórico. As três zonas escolhidas para a execução do projecto são musseques com cerca de 130 mil habitantes, ocupadas actualmente por construções que não têm as mínimas infra-estruturas de saneamento básico.

Em todas as províncias do país o Governo quer determinar um novo surto de urbanização, em moldes modernos e com construção de casas que garantam o mínimo de condições de habitabilidade aos cidadãos, daí ter rubricado mesmo um memorando de cooperação com o organismo da ONU para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), que prevê, entre outros, o apoio a programas de desenvolvimento urbanísticos em Angola.

O acordo permite a abertura de um escritório da UN-Habitat em Luanda, o apoio às políticas ligadas ao assentamento humano, a capacitação de técnicos nacionais e contempla ainda o envio de peritos ao país para assessorar o desenvolvimento do programa nacional da habitação em curso em Angola.

Rubricado pelo vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoty, e pela então sub-secretária geral das Nações Unidas e Directora Executiva do Programa para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), a tanzaniana Anna Kajumulo Tibaijuka, o convénio constitui uma resposta das Nações Unidas a uma solicitação do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, feita por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Habitat, cujo acto central decorreu em

Outubro do ano passado, na capital angolana.

6.13 Construção cresce em proporção indirecta à população

Jornal de Economia e Finanças 14 de Abril de 2009

A população angolana ronda na actualidade os 15 milhões de habitantes, com uma terça parte de cinco milhões - a residir na província de Luanda, na maior parte dos casos em condições de habitabilidade deploráveis.

O país registava, em 2008, um défice habitacional de 1 milhão e 700 mil fogos, com a projecção de chegar a 1 milhão e 900 mil, em 2012.

A redução gradual desse défice habitacional é um dos pilares do programa do Governo, que, além da projecção de construção de novas casas, passa pelo melhoramento das condições de habitabilidade nos bairros de génese ilegal, onde residem cerca de 80% da população urbana do país, ou seja, aproximadamente 7,2 milhões.

Quanto às casas projectadas para construir, até 2012, elas serão 1 milhão, para alojar 6 milhões de pessoas. Desse total de fogos, 115 mil (11,5%) estarão a cargo do sector público, 120 mil (12%), da iniciativa privada, 80 mil (8%), das cooperativas, e 685 (68,5%), para beneficiar a auto-construção assistida nos meios urbano e rural.

A implementação do programa prevê a criação de cerca de 600 mil empregos directos no sector público e 100 mil na parceria público-privada e outros tantos na iniciativa privada.

É objectivo específico do programa a produção estatal de conjuntos habitacionais, baseando-se em modelos de casas com padrão económico pré-definido e a realizar-se em regime de custos controlados.

Os projectos serão executados através de operações de loteamentos urbanos e de construção de obras de urbanização, devidamente equipados com infraestruturas. Haverá, também, um sub-programa chamada habitação de mercado, pensada para famílias de renda média, média alta e alta.

As casas sociais destinam-se, preferencialmente, a realojamentos induzidos por obras de requalificação e dotação de infra-estruturas básicas de cidades, cheias e outros riscos naturais. Os antigos combatentes e a juventude são dois outros segmentos sociais a ter em conta na hora de distribuição das moradias.

Outra prioridade tem a ver com a construção de habitações para atrair e fixar os funcionários públicos, em especial os jovens recém-formados, nas áreas onde sejam necessários" reforçando a capacidade de gestão das administrações provinciais e municipais.

O acesso às casas será feito em regime de compra, renda resolúvel ou arrendamento, mediante regras definidas em diploma específico.

Questões técnicas

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação é o instrumento legal que se propõe a atacar o problema no seu todo, com vista à concretização do grande objectivo de construção de 1 milhão de casas em todo o país, nos próximos quatro anos.

Nesta batalha, deixa de haver a simples intervenção do Estado no processo, através do financiamento directo das unidades habitacionais, para dar lugar a parcerias estratégicas com promotores do fomento habitacional, nacionais e estrangeiros, sobretudo privados e cooperativistas.

O processo que se vai dinamizar passa pela observação de uma série de questões técnicas, como, por exemplo, o quê, como, onde, quando e para quê construir. Acrescentam-se ainda outros aspectos, que têm que ver com as próprias tecnologias construtivas, os padrões e modelos de casas a edificar, tendo sempre a preocupação de aliar a qualidade ao preço, as infra-estruturas básicas e os materiais de construção.

Um outro aspecto que se reveste de importância capital no processo está relacionado com os mecanismos de financiamento do programa de desenvolvimento urbano e a promoção habitacional.

6.14 Tecnologias relacionadas com tipologias dos edifícios

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

O docente universitário e arquitecto português Troufa Real defendeu, ontem, em Luanda, uma relação entre as tecnologias a adoptar no programa habitacional do Governo e as tipologias dos edifícios.

O arquitecto, que falava na Conferência Nacional sobre Habitação, disse que as tecnologias são variadas, destacando as construções em alvenaria de blocos de adobe, de tijolo cerâmico ou de cimento, de madeira, de betão armado, em gesso cartonado, em painéis pré-fabricados e metálica.

Troufa Real disse que a construção em blocos de adobe, internacionalmente conhecida como "arquitectura da terra", é muito utilizada no mundo, pelo facto ser amiga do ambiente, fácil de produzir em regiões onde os solos o permitem, e por ser barata.

A construção em alvenarias de tijolo cerâmico ou de cimento, acrescentou, estão totalmente banalizadas, pois até se fabricam e vendem ao longo das estradas.

Troufa Real disse haver um "uso e abuso descontrolado" da construção em betão armado, com muita má qualidade e riscos de segurança. Neste tipo de construção, acrescentou, regista-se ainda o mau uso, infiltrações de água, esgotos, fragilização de fundações.

. "Todo o cuidado é pouco", alertou o arquitecto, sublinhando, também, que este tipo de construção está sujeito a custos especulativos pelo excesso de utilização e consequente procura.

O conferencista considerou haver uma grande variedade de tecnologias, parte delas já adaptadas, mas sublinhou que há, em alguns casos, uma certa dificuldade selectiva quanto à qualidade, origem das patentes e sistema de coordenação modular, o que, frisou, cria dificuldades na construção, pela "descoordenação na combinação com outros materiais", como mosaicos, azulejos e tectos falsos.

N a óptica de Troufa Real, as coberturas são outro elemento importante na construção, pois, afirmou, constituem matéria a acautelar quanto às tecnologias a adoptar devido à insolação (inércia térmica) e às chuvas. As coberturas, lembrou, podem ser forma de terraço ou inclinadas. Para certas regiões, disse, recomendam-se inclinações e fixações adequadas.

6.15 A vida corre lenta no bairro papelão

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

O Papelão é um dos maiores e mais antigos bairros periféricos do município do Uíje. Situado a Oeste da cidade, ocupa uma superfície de cerca de quatro mil metros quadrados e possui mais de 35 mil moradores.

O bairro é delimitado a Norte com o Caquiuiã, a Sul com os bairros Mbemba Ngango e Dunga. A Este termina no centro da cidade e a Oeste com as aldeias KondoBenze e Quilevo.

Criado a partir da década de 1940, o bairro Papelão reúne pessoas provenientes de vários pontos da província do Uíje. Miguel Sebastião, regedor, conta que

no princípio o bairro era conhecido como Katalambanza, para mais tarde vir a ser baptizado com o nome de Matadi. Actualmente, está dividido em três zonas e 32 blocos.

Miguel Sebastião disse que o Papelão precisa de mais atenção do governo por ali se encontrarem localizadas várias infra-estruturas e instituições importantes, como o aeroporto provincial, o Centro Universitário do Uíje, a diocese Episcopal e o Quartel-general da Região Militar Norte.

O regedor do Papelão realçou a construção, nos últimos anos, de escolas, postos de saúde, residências e a perfuração de poços para fornecimento de água potável à população do bairro. Neste momento, referiu, está a ser instalada a rede de distribuição de energia eléctrica. A implementação desses projectos pelo Governo tem trazido melhorias substanciais no nível de vida dos moradores, afirmou Miguel Sebastião.

Mas o regedor quer mais e pede que o "bairro de lata" seja transformado num verdadeiro centro urbano, proporcionando uma melhor imagem à cidade. "Quem vem à província por via aérea, ao chegar ao aeroporto do Uíje, a primeira coisa que vê é o bairro Papelão, o que deixa muitas das vezes os forasteiros com uma imagem negativa da cidade".

O regedor clama por mais projectos de urbanização no bairro. "A maior parte das residências e estabelecimentos comerciais com estrutura arquitectónica moderna que aqui existem são fruto de iniciativas dos moradores", sustentou.

Energia e Água

O bairro Papelão não possui energia eléctrica. Nalgumas ruas do subúrbio foram colocados postes de iluminação pública com painéis solares que, apesar de funcionarem apenas das 18 horas às 00 horas, facilitam a mobilidade das pessoas.

Manuel Pedro Ndongala, residente no bairro há mais de cinco anos, disse que a energia eléctrica da rede pública deixa muito a desejar. "A falta de energia causa grandes constrangimentos aqui no bairro, temos de suportar o barulho dos geradores e a escuridão em algumas ruas onde não existem postes de iluminação pública, beneficiando muitas vezes os amigos do alheio", desabafou.

Marta Samuel nasceu e vive no Papelão há 28 anos. Afirmou que as lâmpadas da sua residência há muito que já não são acesas. Mas lembra que teve um sinalzinho no fim do ano passado, quando a ENE

efectuou um teste para verificar se os trabalhos estavam a decorrer com normalidade. "De lá para cá, não aconteceu mais nada", asseverou.

Marta referiu que os geradores de corrente eléctrica têm sido a "bóia de salvação" para muitas famílias. Para quem não tem capacidade financeira para os adquirir, a luz de velas ou de candeeiros a petróleo tem sido a solução.

O bairro possui dez fontanários, construídos pelo Governo da província, onde a população se abastece, mediante o pagamento de uma pequena quantia monetária. Mas o regedor Miguel Sebastião disse que tais reservatórios não oferecem quantidade de água suficiente para os moradores do Papelão.

De acordo com Miguel Sebastião, a falta da rede de abastecimento de água potável e o reduzido número de fontanários faz com que muitas famílias ainda consumam água das cacimbas.

Gelson António vive a escassos dez metros de um fontanário. O jovem afirma que a construção deste reservatório reduziu o sofrimento das populações, pois antes as pessoas eram obrigadas a percorrer cerca de um quilómetro para conseguir água.

Diariamente, segundo Gerson António, os habitantes locais gastam 10 Kwanzas, valor cobrado para suportar as despesas com a manutenção e comprar combustíveis para o gerador de corrente eléctrica, que assegura o funcionamento diário dos fontanários.

"Já não percorremos longas distâncias para conseguir água e o preço que pagamos para podermos acarretar a água no fontanário é praticamente insignificante", reconheceu.

Saúde e educação

O bairro Papelão possui apenas um posto de saúde e um número reduzido de enfermeiros. O regedor Miguel Sebastião referiu que a situação é ainda mais grave quando o doente necessita de cuidados especiais. Os moradores recorrerem ao Hospital Provincial, para onde são levados, nalguns casos, em tipóias, pelos seus familiares. O único posto de saúde existente no Papelão não possui ambulância.

"A situação sanitária no bairro é precária. O único posto de saúde que aqui existe não tem capacidade para dar resposta ao problema", disse. Casos de malária, doenças diarreicas, respiratórias e cólera são muito frequentes no bairro, registando-se uma elevada taxa de mortalidade.

Desde 2006, foram construídas no bairro Papelão 49 salas de aulas. "É satisfatório saber que os meninos do bairro, incluindo os meus irmãos, já não precisam de sair daqui para estudar", disse o morador Panzo Daniel. "Os miúdos da minha infância, tinham de se deslocar para o bairro Caquiua ou ao centro da cidade para aprenderem a ler e a escrever".

O Jornal de Angola apurou que mais de 12.700 alunos estão matriculados nas escolas do Papelão, onde leccionam mais de 300 professores. O regedor Miguel Sebastião fez saber que o número de alunos deverá crescer ainda mais com a entrada em funcionamento de mais salas, cuja inauguração acontece durante o presente ano lectivo.

A juventude do bairro Papelão clama por espaços de lazer e entretenimento. Não há discotecas, salas de jogos, bibliotecas e recintos desportivos. Aos fins-de-semana, Ndongala enfrenta o medo da escuridão para se deslocar à cidade e dar um pé de dança nas discotecas Ngando ou Diamante Negro. "Espero que o Governo ou pessoas singulares com possibilidades financeiras investem em infra-estruturas que propiciem o lazer e o entretenimento no verdadeiro sentido da palavra, precisamos de salas de Internet, bibliotecas, salas de jogos, esplanadas ou discotecas para aproveitarmos melhor os nossos tempos livres", rematou.

6.16 Défice de casas sempre a aumentar

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

O Primeiro-Ministro, Paulo Kassoma, calculou em cerca de dois milhões de unidades o défice de habitações nos próximos quatro anos. Kassoma, que discursava no encerramento da conferência, afirmou que o desafio do Governo em matéria de desenvolvimento habitacional é a redução gradual da "enorme procura". Kassoma anunciou a aprovação de mecanismos que incluem a instituição do Fundo de Fomento Habitacional, a actualização do cadastro imobiliário urbano e rural, a revisão dos mecanismos de concessão de terrenos e a aprovação de regulamentação da actividade imobiliária. As conclusões da conferência são "referência obrigatória" para as políticas do Estado em matéria de desenvolvimento urbano e habitacional.

6.17 Engenheiro defende importação de materiais de construção civil

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

O engenheiro Molares D' Abril defendeu, ontem, em Luanda, o recurso à importação de materiais de construção para a concretização da primeira fase do programa habitacional do Governo.

Molares D' Abril, que dissertava sobre "Infra-estruturas básicas adequadas" e "materiais de construção: desafios e oportunidades", inserido no segundo painel da Conferência Nacional sobre Habitação, disse que "há uma grande diferença entre a capacidade produtiva instalada e as necessidades", pelo que, defendeu, "terá de ser equacionado o recurso à importação, numa primeira fase do programa".

O orador, serviu-se de um quadro para fazer a comparação entre o que classificou ser a oferta actual de alguns materiais de construção e a necessidade do mercado. E deu exemplos: a oferta actual do cimento portland é de 1,56 milhões de toneladas por ano, quando a necessidade é de 12 milhões de toneladas.

A oferta de tijolos, prosseguiu, é de 91,344 milhões de unidades por ano e a necessidade é de 2.540 milhões unidades. A oferta de tinta e vernizes é de 16.060 milhões de litros, enquanto a necessidade é de 36.5 milhões de litros. O quadro ilustra ainda que a oferta de telhas é de 396 mil e a necessidade é de mais de sete milhões de unidades por ano.

Quanto à brita, a necessidade é de 24 milhões de metros cúbicos e a oferta é de pouco mais de nove milhões de metros cúbicos. A oferta de aço para betão armado é inexistente, quando a necessidade é de 720 mil toneladas.

Molares D' Abril disse que estão em curso algumas acções para inverter o actual quadro, nomeadamente a concessão de facilidades e incentivos ao sector privado para o aumento da capacidade produtiva local e a criação de novas unidades de produção, com recursos financeiros públicos e/ou privados.

Outra operação em curso é a inventariação de um vasto programa de importação de materiais de construção, tendo em conta os vários sistemas recomendados para cada zona do país.

No leque de acções, salienta-se, ainda, a promoção de uma ampla utilização de materiais locais de baixo custo, o auxílio e acompanhamento da autoconstrução dirigida, a reabilitação e construção de unidades fabris com base em projectos sectoriais e a promoção e enquadramento dos produtores informais de materiais de construção na rede de fornecedores.

6.18 Casas para a juventude prontas no fim do mês

Angola 14 de Abril de 2009

As chuvas constantes e a chegada tardia dos materiais de construção comprometeram a entrega da primeira fase das 100 casas da juventude em Ndalatando, província do Kwanza-Norte. As primeiras 50 casas deviam ficar prontas hoje, Dia da Juventude, mas os atrasos levaram a que o empreiteiro apenas as entregue no final do mês de Abril.

As casas para jovens estão a ser construídas no bairro Catome de Baixo, em Ndalatando e as obras começaram em meados do ano passado e cada habitação custa 35 mil dólares.

De acordo como projecto as vendas são feitas através do sistema de crédito bancário, financiadas pelo Banco de Poupança e Crédito, e os beneficiários são jovens empregados, com idades compreendidas entre os 18 e 35 anos.

Para além das 100 casas para juventude, estão em construção mais dois centros comunitários nos municípios de Cambambe e Golungo Alto e uma casa da juventude no Cazengo, no âmbito do Programa Angola Jovem.

O chefe do departamento da Juventude, Manuel Martins, disse que para a aquisição das casas está em execução o regulamento que será estendido a todo o país, mas o processo de inscrições já começou. Os critérios de atribuição das casas são claros e imparciais. Os concorrentes que não forem contemplados não ficam excluídos, podem aguardar a segunda fase do projecto.

6.19 Posse dos novos membros do Governo

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

(Esta notícia deveria estar enquadrada na Governação)

O novo ministro do Urbanismo e Habitação e o novo governador do Banco Nacional de Angola, José Ferreira e Abraão Gourgel, nomeados sábado pelo Presidente da República, foram ontem empossados, no salão nobre do Palácio Presidencial da Cidade A"á. Tomaram também posse os novos embaixadores de Angola em Espanha, Victor Lima, em Portugal, Marcos Barrica, na República do Congo, Emílio de Carvalho Guerra, e na República de S. Tomé e Príncipe e na República do Gabão, Evaristo Domingos Kimba. À

imprensa, no final da cerimónia, o novo governador do BNA, Abraão Gourgel, anunciou que o banco central vai reforçar o diálogo inclusivo e permanente com os bancos comerciais. O governador passa a integrar a equipa económica coordenada pelo ministro da Economia. O novo ministro do Urbanismo e Ambiente, José Ferreira, assumiu que o desafio da sua gestão é garantir a construção de um milhão de fogos.

6.20 Presidente reafirma aposta governamental de construir 1 milhão de casas até 2012

Jornal de Economia e Finanças 14 de Abril de 2009

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, reafirmou ontem, em Luanda, a aposta do Governo angolano de prosseguir com a implementação do seu Programa de Urbanismo e Habitação, cuja meta se traduz na edificação de 1 milhão de casas, com incidência para os segmentos de média e baixa renda, no período de 2009 a 2012.

O Chefe de Estado e do Governo discursava na sessão de abertura da I Conferência Nacional sobre a Habitação, realizada ontem no Palácio dos Congressos na capital angolana, que visou, fundamentalmente, mobilizar os diversos actores políticos, económicos, técnicos e sociais para o alcance daquele objectivo, numa altura em que o défice habitacional em Angola se estima em 1 milhão e 700 mil casas.

José Eduardo dos Santos afirmou ainda que a grave crise financeira global obriga à tomada de políticas adequadas em relação ao programa habitacional no país, ao mesmo tempo que apelou à concretização de "políticas de habitação sérias e realistas" com vista à consumação do grande desafio a que se propôs o Governo.

O Presidente acrescentou que o programa habitacional traçado pelo Executivo é ambicioso e complexo, mas não impossível de se cumprir, desde que haja vontade, firmeza, capacidade, organização e planeamento.

Ainda de acordo com o Chefe de Estado, "o problema habitacional é um dos mais difíceis com que o Governo se confronta", na medida em que, sublinhou, "o crescimento populacional não tem sido acompanhado do correspondente desenvolvimento habitacional".

Em declarações ao JE, o arquitecto Trofa Real, um dos vários convidados ao encontro e que dissertou sobre "Tecnologias adaptadas", pronunciou-se optimista quanto ao sucesso do programa habitacional do, Governo angolano. "Acredito que, com o empenho de

todos, tudo sairá como programado", disse.

Com uma participação recorde de cerca de 700 delegados nacionais e convidados estrangeiros, caso inédito no país, o encontro versou sobre três questões fundamentais, que, conjugadas, irão atacar a questão habitacional em Angola, nomeadamente o programa de urbanização para a promoção habitacional e a estratégia para a sua implementação; tecnologias construtivas, infra-estruturas básicas e materiais de construção; e mecanismos de financiamento do programa de desenvolvimento urbano e a promoção habitacional.

6.21 Casa própria

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, referiu-se ontem no discurso de abertura da Conferência Nacional sobre Desenvolvimento Urbano e Habitacional a um sonho que é de muitos angolanos em todo o país ter casa própria.

Os angolanos tomaram boa nota das palavras a este respeito do Presidente da República, segundo as quais "para todos, o sonho de ter casa própria pode ser realidade se trabalharmos juntos".

José Eduardo dos Santos foi preciso ao afirmar que "a política que vamos aprovar prevê a obtenção de casa própria pelos cidadãos de várias formas, designadamente a compra a pronto pagamento ou a prestações, a compra através da renda resolúvel, a construção com recursos próprios através de um empreiteiro, a auto-construção dirigida ou simples arrendamento, devendo ser revista neste caso a legislação em vigor sobre o inquilinato para adequá-la à realidade actual".

Estas declarações do Presidente da República terão enchido de grande alegria e esperança os angolanos que, por razões diversas, não vivem ainda em condições habitacionais condignas. O mais alto magistrado da Nação fez entretanto questão de salientar que o problema habitacional é hoje um dos mais difíceis com que o Governo se confronta, mas referiu que o Estado não vai abdicar das suas responsabilidades, desempenhando "um papel orientador, dinamizador e regulador, que é o de priorizar a solução do problema habitacional dos grupos mais vulneráveis e o de criar as infra-estruturas básicas de saneamento, de abastecimento de água e energia eléctrica, de vias de acesso e de investimento na saúde e na educação".

O Presidente da República deixou claro que, no quadro da implementação do Programa de Urbanismo e Habitação, o Estado vai intervir no sentido de haver

uma maior regulação do mercado de solos e do imobiliário. "O Estado, disse o Presidente da República, tem de assumir o seu papel fiscalizador para tomar este mercado mais transparente e melhor regulado. É necessário pôr-se termo também à actual especulação desenfreada no sector imobiliário".

O Governo, ao intervir no mercado dos solos e imobiliário e ao pretender avançar para um quadro jurídico que se ajuste à realidade actual, para facilitar o acesso a habitação de milhares de angolanos, vai dar um passo importante no sentido da melhoria das condições de vida de um número considerável de cidadãos, na cidade e no meio rural.

O Chefe de Estado está convicto de que a resolução dos difíceis problemas da habitação no país vai permitir que se criem "as condições indispensáveis para o bem-estar material e espiritual de todos os cidadãos, com vista a permitir a sua progressiva evolução económica e social".

A actividade do Governo, no quadro da implementação do seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, está centrada no melhoramento da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, com prioridade para os grupos mais vulneráveis e de baixa renda.

E de destacar o facto de o Chefe de Estado ter abordado no seu discurso todos os grandes problemas que têm a ver com o urbanismo e a habitação e ter sugerido a discussão e reflexão de assuntos pertinentes (entre os quais a instituição de um Fundo de Fomento Habitacional) por parte dos conferencistas, que produziram ideias para ajudar as estruturas do Governo encarregadas de implementar o referido programa a concretizar um grande desígnio do Executivo e dos angolanos, que é acabar com a carência de habitações, um desafio que é, não é demais repetir, de todos.

6.22 Estado deve assumir um papel dinamizador

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

Os participantes da primeira Conferência Nacional Sobre Habitação recomendaram que o Estado deve assumir o seu papel orientador, dinamizador e regulador na solução do problema da habitação no país.

Um comunicado lido pela ministra do Comércio, Idalina Valente, refere que o Estado deve dar prioridade às soluções de habitação dos grupos mais vulneráveis, criando as infra-estruturas básicas, de saneamento, abastecimento de água, energia eléctrica, vias de acesso e de investimentos na, saúde e na educação.

O estabelecimento de regras para compatibilizar o desenvolvimento económico com a utilização racional dos recursos naturais, de forma a responder às necessidades e aspirações individuais e colectivas no uso dos solos, é outra conclusão da conferência.

Os bairros de Origem ilegal devem ser dotados de infra-estruturas técnicas de serviços, visando garantir a posse Jurídica sobre os terrenos, frisou uma das conclusões.

Outra das recomendações saídas da conferência é a simplificação do processo, por parte das administrações locais, na aquisição de terrenos para urbanização e construção de casas, devidamente estruturadas. A harmonização dos vários planos existentes, a nível do país e um <i>atitudo sistemática de avaliação da sua aplicação prática e dos custos de investimento, constam igualmente das conclusões da conferência.

O documento recomenda a promoção, pelos governos provinciais, das áreas definidas como reservas fundiárias para fins habitacionais nas conservatórias competentes.

Os participantes realçaram o reforço das políticas ambientais tendentes a valorizar a conservação do património natural e paisagístico e a necessidade de observância da legislação ambiental na realização de estudos de impacto e licenciamento ambiental.

6.23 Garantia de acesso à habitação adequada

Jornal de Angola 14 de Abril de 2009

Os Governos Provinciais têm como prioridade o atendimento das necessidades que têm repercussões na promoção social e económica, em particular das famílias de menores recursos e as consideradas vulneráveis.

Em declarações ao Jornal de Angola, à margem da conferência sobre habitação, o governador do Kuando-Kubango, Eusébio Teixeira, informou que para o quadriénio 2009-2012 está planificada a construção na província de 4.500 casas, das quais 614 para este ano.

Numa primeira fase, as casas vão beneficiar as camadas de baixos rendimentos, antigos combatentes, juventude e funcionários. O objectivo, segundo Eusébio Teixeira, é atrair potencial humano para a província.

Prioridade no Bié é para os técnicos Cândida Celeste, governadora do Bié, anunciou que, para a sua

provincia, está prevista a construção até 2012 de 2.300 casas, que vão beneficiar 16.200 pessoas.

A governadora sublinha que a prioridade é para os técnicos. "O Bié é uma das províncias que sofreu muito com a guerra, daí a necessidade da criação de condições para os técnicos e profissionais."

Cândida Celeste recorda que as calamidades que se abateram sobre a província do Bié destruíram cerca de 7.000 casas. Mas garante que o governo provincial vai construir um condomínio, com casas de rendas baixas, para distribuir às populações sinistradas; e vai promover a auto-construção dirigida.

No Bié já foi feita a reserva fundiária e estão indicados os locais para a construção das casas de baixas rendas. Segundo a governadora, uma das preocupações da província prende-se com a falta de água e energia: "embora o Bié seja uma província cercada de água, a água potável ainda não chega a toda população".

No Huambo é a requalificação

O governador Albino Malungo revelou que para o Huambo está prevista a construção de 4500 casas. Numa primeira fase, o governador vai dar prioridade à requalificação dos bairros mais pobres e criar melhores condições nos municípios.

A província do Huambo tem mais de 1.500 hectares reservados para habitação social. "O Huambo tem uma população juvenil muito alta. Por isso, as expectativas quanto a estes projectos é grande", afirma Albino Malungo, salientando que a província precisa de crescer e, para tal, precisa de atrair mais quadros para a província.

A província do Cunene, segundo o seu governador, António Didaleua, prevê a construção de mais de 4.000 casas, sendo 2.500 da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, 1.200 do Ministério do Urbanismo e Habitação e 92 do Ministério da Juventude e Desportos.

Com a execução do Programa Nacional de Habitação, o Governo pretende mobilizar e fazer intervir as instituições públicas e os agentes privados, no sentido da participação sustentada na materialização.

6.24 Ministro das Finanças assegura que o Governo vai financiar programa habitacional.

Jornal de Angola 14 De Abril de 2009

O ministro das Finanças, Eduardo Severim de Morais,

afirmou ontem não haver necessidade de cepticismo quanto à implementação do programa habitacional, na medida em que, sublinhou, o Governo possui mecanismos e fontes de financiamentos necessários para a execução do projecto. Severim de Morais respondia a algumas preocupações e dúvidas levantadas no painel dedicado ao financiamento do programa habitacional. "Vamos conseguir financiar o programa com todas as fontes possíveis garantiu. Acrescentou que o Ministério que tutela vai tomar medidas rígidas e 1 económicas para que o programa não seja aproveitado para a especulação pelo sector imobiliário. Num outro prisma, o presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo Angola (BESA), Álvaro Sobrinho, sugeriu a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário para possibilitar o êxito do Programa Nacional de Urbanização e Habitação. O bancário, que dissertava sobre os vil mecanismos de financiamento do programa habitacional, precisou que este fundo deve congrega várias entidades subscritoras, I nomeadamente os bancos nacionais, instituições financeiras, For investidores nacionais e internacionais além do próprio Estado. De acordo com Álvaro Sobrinho, actualmente mais de 60% do financiamento imobiliário no crédito bancário (mundo é feito pelos fundos imobiliários). Na opinião do gestor bancário, o fundo seria subscrito pelo Estado em 25 a 40% '- os bancos nacionais com 25% t J o restante distribuído por outro! ~ Investidores. O fundo, segundo - acrescentou, estaria aberto até I que se conseguisse o montante desejado. Seria gerido por uma sociedade.

"Devemos encontrar soluções conjuntas para que a banca possa participar deste importante segmento de mercado. A implementação deste programa só é possível com a experiência de todos, pois a construção de um milhão de casas, a um preço médio de USO 40 mil, implica um custo de mais USO 40 mil milhões", referiu. A fonte acrescentou ainda que a criação do Fundo de Investimento Imobiliário para o Programa Habitacional vai permitir reduzir o risco de crédito à habitação e a possibilidade de entrada de investidores que irão dar, maior reforço financeiro e maior I potencial de sucesso na captação de recursos financeiros. "O fundo vai permitir o envolvimento de investidores nacionais em projectos de desígnio nacional com rentabilidade e benefícios a fiscais atractivos" acrescentou. Por sua vez, o presidente da comissão Executiva do Banco de Fomento Angola (BFA), Emídio Pinheiro, afirmou que a criação de um fundo de garantia, cuja actividade se consubstancie na hospitalização e na aquisição de crédito mal parado, além da execução de garantias, poderia ser um instrumento eficaz de gestão de risco de crédito. Por outro lado, o presidente e da Comissão Executiva do Banco Africano de Investimentos) (BAI), José

Massano, deu ênfase à necessidade do arranque da Central de Riscos de forma a minimizar os constrangimentos inerentes ao risco de crédito habitacional e outros. A ausência de normas e de instrumentos de seguro de risco de crédito, dificuldades de execução (de garantias foram os principais I constrangimentos apontadas f pelo gestor na concessão de créditos habitação. "No nosso caso, e a ausência de regulamentação, quer sobre o promotor imobiliário, quer sobre a concessão de crédito a particulares, origina a especulação imobiliária e torna o sistema bancário permissivo a abusos e violações", sublinhou. A concretização do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação I (PNUH), que visa a construção de um milhão de casas, vai ser possível através da implementação de um mecanismo de financiamento assente em duas entidades, nomeadamente o Fundo de Fomento à Habitação (FFH) e o Instituto Financeiro de Gestão (IFG), segundo informações avançadas pelo vice-ministro das Finanças, Cruz Neto. Segundo Cruz Neto, o primeiro" (FFH) será o principal financiador dos programas de habitação social para famílias carenciadas. Vai igualmente financiar os projectos de autoconstrução com o apoio do Instituto Nacional de Habitação, para além de financiar os projectos imobiliários que tenham por alvo a habitação com preços controlados. Por seu turno, o Instituto Financeiro de Gestão (IFG) terá como missão elaborar o programa de financiamento nos mercados com base nas orientações do Governo em matéria habitacional.

6.25 Minha terra, minha casa!

Jornal de Angola 14 De Abril

A seriedade, a amplitude e a dimensão social do desafio do Governo angolano de construir um milhão de casas, até 2012, no quadro da estratégia de implementação do programa nacional de urbanismo e habitação, podem ser mensuradas a partir da I Conferência Nacional sobre a Habitação, realizada ontem, em Luanda. Prestigiado com a presença do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o encontro reuniu mais de 700 delegados dos mais diversos sectores da economia nacional tiveram algo a dizer em relação a este tão importante quanto difícil repto. Um único propósito moveu os mais variados actores, o de se esboçarem IS vias mais expeditas e menos onerosas, para a consecução daquela meta, seguramente um dos maiores desafios a que se propuseram as autoridades angolanas.»

A aposta é tão ambiciosa quanto são imensuráveis as dificuldades e carências que continuam a viver os angolanos, que, em 34 anos de independência, apenas viveram sete de paz. E, entre as imensas dificuldades da

maioria populacional angolana, o acesso a uma habitação condigna e o défice habitacional que se regista pelo país inteiro são das maiores.

A ideia de se ter uma casa própria continua uma miragem para milhares de angolanos, seja porque os preços que as imobiliárias praticam são inacessíveis para a maioria populacional, ou porque caros são também os próprios materiais? De construção, o que desencoraja quem queira avançar para a autoconstrução, ou, ainda, porque são bastante restritivas as condições de acesso aos créditos habitacionais.

A aposta é tão ambiciosa quanto são imensuráveis as dificuldades e carências que continuam a viver os angolanos, que, em 34 anos de independência, apenas viveram sete de paz. E, entre as imensas dificuldades da maioria populacional angolana, o acesso a uma habitação condigna e o défice habitacional que se regista pelo país inteiro são das maiores.

A ideia de se ter uma casa própria continua uma miragem para, milhares de angolanos, seja porque os preços que as imobiliárias praticam são inacessíveis para a maioria populacional, ou porque caros são também os próprios materiais de construção, o que desencoraja quem queira avançar para a autoconstrução, ou, ainda, porque são bastante restritivas as condições de acesso aos créditos habitacionais. Assim, ganha uma dimensão social de amplitude sem precedentes nem paralelo na história de Angola e de muitos países a aposta do Governo angolano de edificar 1 milhão de residências sociais nas cidades, vilas e aldeias de Angola, num vultuoso investimento de USD 50 mil milhões. E uma quantia astronómica, mas que, se pensar na dimensão da empreitada e dos benefícios sociais dela decorrentes, será insignificante e ficará bastante esmaecida a sua aparente extravagância. Essa soma inclui já a edificação de outras infra-estruturas ligadas à distribuição de água, energia eléctrica e de saneamento básico, bem como espaços verdes, escolas, hospitais, estradas e vias de acesso. Enfim, a instalação de toda uma gama de equipamentos adequados que conformam um espaço onde a população se possa orgulhar de habitar, no quadro dos padrões mínimos internacionalmente exigidos, mormente a nível do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat, na sigla inglesa). Este assinalou o seu Dia, a 6 de Outubro de 2008, precisamente em Luanda, como reconhecimento dos esforços dos angolanos em matéria habitacional, do ordenamento territorial e urbanístico, bem -como da defesa e preservação ambientais.

Vale dizer também que este repto das autoridades

angolanas representa uma grande oportunidade de negócios para as pequenas e médias empresas nacionais de construção, muitas delas concorrentes às empreitadas. O mesmo acontece com o segmento da indústria e do comércio de materiais utilizados nas obras, já que o Governo envolve e incentiva outros actores a participarem do desafio designadamente a iniciativa privada, organizações da sociedade civil e instituições internacionais, publicas e privadas.

Sem a pretensão de sermos exaustivos, acrescentaríamos a essas mais valias outras tão importantes, como são os casos da criação de mais empregos, o acesso a habitação condigna a preços mais baixos do que os praticados no mercado, bem como a dinamização permanente de um dos sectores da economia que mais riqueza e benefícios sociais geram. Em termos de crise, em que a diversificação ds economia é a palavra de ordem, o sector da construção habitacional é uma das saídas possíveis, que, ainda assim, consegue captar investimento directo não estrangeiro, como também interno. Por isso, mas a obra, senhores

6.26 Governadores dão apoio ao Governo na execução do programa habitacional

Jornal de Angola 15 de Abril de 2009

O Primeiro-ministro, Paulo Kassoma, reuniu ontem, em Luanda, com os governadores provinciais e membros do Governo Central, para informar sobre a criação das Comissões Provinciais de Desenvolvimento Urbano e da Promoção Habitacional, na sequência da conferência nacional sobre habitação, que decorreu segunda-feira, no Palácio dos Congressos.

No final da reunião em que se analisou igualmente o plano de implantação das regiões académicas, os governadores enaltecem a prestação do Governo na adopção de medidas executivas urgentes que permitam a boa execução do Programa Habitacional.

De acordo com um comunicado de imprensa lido pelo assessor do Primeiro-ministro para os assuntos regionais e locais, João Fernandes, há necessidade da realização de conferências provinciais sobre Habitação, e a criação de uma equipa técnica multidisciplinar que tem como missão o acompanhamento das conferências. Relativamente às regiões académicas do ensino superior, os governadores foram informados sobre o programa para a sua consolidação, com vista à expansão do ensino superior no país.

Os governadores foram igualmente informados da

necessidade de prestarem prestação uma atenção especial à concessão de facilidades e apoios que permitam assegurar a permanência dos quadros, garantindo as mínimas condições para o bom funcionamento das reitorias das seis Universidades Públicas recentemente criadas.

Os governadores assumiram o compromisso de elaborar os Planos de Desenvolvimento Institucional e enaltecem os passos que têm vindo a ser dados em relação à criação das regiões académicas com vista à sua boa instalação e acomodação dos professores.

6.27 Governo Provincial e Ministério da Cultura analisam desenvolvimento urbano de Luanda

Jornal de Angola 16 de Abril de 2009

O Governo Provincial de Luanda realiza amanhã, em parceria com o Ministério da Cultura, uma jornada de reflexão sobre a preservação da memória e desenvolvimento urbano de Luanda, na Escola Nacional da Administração (ENAD).

A jornada, que é presidida pela ministra governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo e a ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, consta do colóquio "Preservação do Centro histórico de Luanda itinerários, lugares e monumentos". Integra, igualmente, o seminário "Baixa de Luanda – princípios e directrizes para a preservação da memória e desenvolvimento urbano", a acontecer no dia 24 de Abril.

O simpósio tem como tópicos "Luanda e a sua história – os desafios da modernidade", "A evolução da cidade de Luanda do ponto de vista arquitectónico e urbano", "Preservação dos monumentos do Centro Histórico de Luanda", "Imagens e locais sagrado no quotidiano cívico", "Roteiro do imaginário da Luanda antiga: testemunhos de um munícipe" e "Palácio de Ferro: estudo do caso", tratados pela historiadora Arleth Leandro, a arquitecta Isabel Martins, e o antropólogo Ziva Domingos. O sociólogo Paulo de Carvalho, o nacionalista Amadeu Amorim e o antropólogo Samuel Aço também participam.

O seminário vai abordar os "Fundamentos e práticas da preservação do património histórico – experiências internacionais", "Perímetro e directrizes do uso e ocupação da Baixa de Luanda", "Instrumentos de gestão para a preservação da memória e desenvolvimento urbano" e "Gestão dos espaços históricos", pelos arquitectos Ciro Correia Victor, Hélder José, Alexandre Pedroso, e outros nomes a

confirmar.

A sessão plenária vai apresentar as conclusões sobre o uso e ocupação da Baixa de Luanda e instrumentos para preservar o desenvolvimento urbano.

6.28 O rosto do país

O Independente 17 de Abril de 2009

Foi esta a razão que levou o jornalista do Factual ao Namibe, para poder apreciar as dunas circundantes, o "modus vivendi das pessoas, os valores do povo mucubal e também o deserto que sempre constitui motivo para poesia, ao se relembrar a presença da rara planta e que só existe em Angola, a *Welwitschia Mirabilis*. Até hoje, ir ao Namibe implica tomar conhecimento dessa particularidade da planta local que, ao longo do tempo, vem atraindo antropólogos, biólogos e gente de ciência.

E a *Welwitschia Mirabilis*, insensível à presença humana, permanece silenciosa no deserto, o seu lar natural.

O jornalista desceu à Praia, apreciou a beleza do céu azul, mergulhou nas águas límpidas sobre as quais aves marinhas sobrevoavam visualizando o seu alimento: O peixe. E em voos picados ao mar as aves subiam trazendo no bico um peixe, batendo asas afastando-se para depois voltarem para nova "caça". E nesse vai e vem, as aves dão ao ar um sentido de paz, de acalmia, de sossego. E esse sossego é quase palpável na cidade do Namibe, tranquila e onde as pessoas circulam calmamente despreocupadas, pois a paz de há sete anos é uma realidade indesmentível, embora se saiba que o Namibe, apesar de longe do conflito, também sentiu os seus efeitos, tal como um corpo onde se doer um dente o afecta completamente.

E esta cidade, que se mantém igual, onde a vida decorre sem sobressaltos, dá a certeza de que a fome não faz morada, a pesca é dinâmica e a vontade de realizar vai acontecendo lenta, afinal não há presos porque o Namibe não foi vítima directa do conflito armado. E com razão, porque o deserto tudo cobre e uma guerra no deserto pouco resultado traz para os contendores.

Mas, apesar de tudo, é no deserto que se encontra a famosa cadeia do Bentiaba para onde são encaminhados os condenados por muitos anos de prisão e onde a fuga é impossível, pois a presença de nómadas mucubais são o sinal de desistência, porque seriam trazidos de volta para a prisão pelo uniforme que usam.

Mas é da cidade do Namibe que quero falar, pois quem a vê descobre nela um ar de mistério, pela singeleza das habitações, algumas das quais sumptuosas são o garbo dos namibenses que se dizem orgulhosos da sua "urbe", onde a rede hoteleira é incipiente dado o facto de haver poucos hotéis com esse nome. Existem restaurantes agradáveis mas no que toca ao alojamento a "porca torce o rabo".

Mas isso não é tão preocupante pois a solidariedade do povo do Namibe é quase centenária, sempre disposto a colaborar. E foi isso que aconteceu quando o jornalista do Factual chegou. Solícitos, dois Jovens proporcionaram condições para o albergue. E nessa noite, o sono foi "pesado", já que na havia a temer porque se sentia a confiança de quem garante abrigo.

Aos primeiros raios do sol, o jornalista desce à rua e vai ao centro da cidade do Namibe onde estão localizados os edifícios do Governo Provincial. Com aspecto agradável, os edifícios são o símbolo da construção de imóveis duradouros e imponentes. Mas para aí chegar foi necessário a "boleia" de uma moto-táxi, que rapidamente parte para a estrada a troco de 50 kwanzas. Aliás, é de dizer que na cidade do Namibe o meio de transporte mais comum á moto-táxi, conhecida também por kupapatas, termo generalizado em sítios onde a ausência de taxistas, vulgo candongueiros) é a palavra de ordem. E certo que um ou outro candongueiro é visto a passar mas, na verdade, quem determina o transporte público no Namibe são os "kupapatas" que, sequiosos, pululam pelas ruas à procura de clientes.

E por estranho que pareça, poucas são as pessoas que utilizam os "kupapatas", pelo facto de a pequena cidade do Namibe poder ser percorrida a pé.

Ademais, o frescor da manhã dá a oportunidade para um passeio pelas suas alcatroadas ruas e avenidas, Mas a cidade do Namibe é linda, com ruas asfaltadas sem manutenção mais ainda em bom estado ladeadas de árvores que dão um toque especial à beleza da "urbe.

"Sim, o Namibe é uma bela cidade, pois tudo ajuda, como o clima, o arvoredo, as pessoas, enfim, tudo é agradável", fizeram saber jovens sentados junto à praia apreciando o mar.

E, como eles, outras pessoas abordadas pelo Pactual convieram que o Namibe é a "menina dos olhos " do país, pela higiene, pela limpeza visível e pela marginal que neste momento está em reabilitação.

EMPREENDIMENTOS

A infra-estrutura de maior dimensão na cidade do Namibe é, sem dúvida, o porto comercial. Esse empreendimento concorre grandemente para o desalfandegamento de mercadorias para o litoral sul de Angola, nomeadamente as províncias da Huíla, do Cunene e do Kuando-Kubango.

E que o Namibe é a única região com saída pelo mar no sul do país e, por esse motivo, o trabalho no porto tem sido rápido e dinâmico. Tanto é que na altura em que o Factual esteve no porto comercial poucos navios estavam ao largo na expectativa descarregarem mercadorias.

Mas o Namibe também tem alguns programas em execução, como o complexo escolar do ensino primário e o instituto de investigação científica. Também no deserto, nas imediações do aeroporto Yuri Gagarine, está em perspectiva um pólo de desenvolvimento industrial que vai impulsionar a região.

Outros projectos em carteira aguardam por execução, sendo que a vontade política venha a ser determinante para desenvolver o Namibe.

A GENTE DO NAMIBE

O povo do Namibe é muito diversificado, mas na essência é mucubal, e ver essa gente passar faz logo lembrar o deserto e tudo o que lhe rodeia.

Gente pacífica, os namibenses fazem por levar a vida calmamente, com alguma pacatez mas não se mostram indiferentes ao dia-a-dia, caracterizado por desemprego, inexistência de fábricas onde absorver a mão-de-obra disponível, pelo que a solução é a pesca, serviços de venda na rua ou então a aquisição através da banca de empréstimos para a compra e kupapatas que, como disseram os seus proprietários, são uma forma de viver face ao momento presente, ou seja, devido ao desemprego.

Porém, essa situação não entristece os namibenses que, depois de uma boa praia, retemperam forças para um novo dia, na esperança de um recomeço positivo.

"Nós não desistimos, temos problemas, mas, como na vida, tudo tem um fim e cremos que esse fim será bom", afirmaram ao Pactual "kupapatas" em serviço postados nas suas motos depois de algumas puxadas pela cidade do Namibe.

6.29 Um milhão de habitações

Jornal Expansão 17 de Abril de 2009

O Governo deu início ao processo que pretende concretizar a promessa eleitoral, inserida no programa do Governo, de construir um milhão de fogos habitacionais até ao fim do mandato.

A primeira pedra desta que é unanimemente a mais importante proposta do Executivo foi a realização de uma Conferência Nacional sobre Habitação, que se realizou esta semana, no Palácio dos Congressos da Assembleia Nacional.

A Conferência teve honras presidenciais, com a presença da quase totalidade do Governo, sendo que a intervenção de abertura coube ao próprio presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O Presidente aproveitou a intervenção para sublinhar o necessário reenquadramento que o programa deverá ter, tendo em conta que "a grave crise económica e financeira mundial obriga a tomada de políticas adequadas em relação ao programa habitacional no País".

Ainda no uso da palavra, José Eduardo dos Santos, afirmou que "problemática da habitação deve estar relacionada com o ordenamento do território, tendo em vista a preservação do ambiente", bem como deixou o alerta aos conferencistas "da atenção especial que as províncias devem ser alvo".

O Presidente da República defendeu os planos directores que, segundo ele, "se destinam a evitar a construção desordenada e clandestina".

Por fim, coube ao chefe de Estado anunciar que o Governo está a desenvolver um conjunto de acções no que diz respeito "à optimização dos recursos disponíveis" em particular os materiais de construção, "com vista a permitir a melhoria da qualidade de vida das populações".

6.30 Modelos do tipo Zango com nota negativa

O Independente 18 De Abril de 2009

Nas casas em perspectiva, JES disse que não quer modelos de urbanização sem o mínimo de condições de habitabilidade e infra-estruturação. Para que as populações não rejeitem as habitações que lhe são atribuídas, JES defendeu que o incremento da auto-construção dirigida tem que estar baseado em projectos bem

Estruturados e devem responder às necessidades e aos factores de identidade cultural das populações.

Para os projectos em perspectiva o Governo garantiu já

a solução do problema das infra-estruturas básicas de, aneamento, de abastecimento de água e energia eléctrica, de vias de acesso e de investimento na saúde e na Educação. Muitos projectos, Como Zango e a Sapú, enfrentam alguns destes problemas desde a sua concepção, o que tem estado na base de contestações diárias de pessoas que são desalojadas dos arredores da cidade.

Tal como disse JES, é imperioso que sejam adoptadas «políticas de cidade e de habitação sérias e realistas susceptíveis de resolver paulatinamente os nossos problemas nestes domínios».

O projecto de recuperação das valas de drenagem da Samba, em Luanda, tem neste momento um diferendo com as populações visadas pelas demolições.

Os populares aceitam ser alojados num outro lugar mais seguro, mas confrontados com o local de destino rejeitaram redondamente as casas, alegando que não têm o mínimo de condições de habitabilidade e infra-estruturas.

JES terá lançado um alerta às administrações para a necessidade de ponderarem as demolições sistemáticas, ao reconhecer que os bairros suburbanos e peri-urbanos são modestas «soluções espontâneas encontradas pela população».

A preocupação revelada sobre a forma desordenada, caótica e sem as necessárias infra-estruturas e equipamentos sociais é legítima porque, tal como JES constatou, condensam no seu seio gravíssimos problemas que a longo prazo, caso não sejam resolvidos, podem dar origem a focos de instabilidade social.

6.31 Aqui só entra paga bem

A Capital 18 de Abril de 2009

Nas páginas dos classificados do Jornal de Angola não se encontram só ofertas, pedidos de emprego, perdidos e achados. Há também venda e arrendamento de apartamentos e vivendas nos mais diversos cantos da cidade, com maior ênfase para o centro da cidade e nos condomínios que vão surgindo.

Enquanto os que arrendam nos bairros da periferia oscilam entre uma média de 200 dólares norte-americanos e uma máxima de 400, os que procuram estar no centro da cidade e, agora com a tendência para os condomínios, pagam milhares, quer na compra, que no arrendamento de imóveis.

Nestes últimos, os apartamentos rondam os cinco mil e os 20 mil dólares norte-americanos. Contudo, quando a casa for arrendada por uma empresa, o preçário é um pouco mais elevado. Por exemplo, a mensalidade vai desde os 30 mil aos 700 mil dólares. Caetano, intermediário de um apartamento no prédio adjacente à ex-Oliva, disse-nos que a mensalidade do mesmo está fixada em 20 mil dólares, sem desconto. Tudo porque o imóvel luxuoso, segundo Caetano, já está mobilado. Comporta quatro quartos, três salas, varandas, garagem, inclusive, um gerador.

«Nós oferecemos, paga quem quiser ou necessitar, quem se sentir à altura», esclareceu, para acrescentar que os estrangeiros têm sido os maiores interessados em imobiliários por estes apartamentos. Enquanto isso, um apartamento localizado na

Avenida Brasil orça os três mil dólares, tais como nos disse o dono, senhor Joaquim.

O apartamento, explicou, tem três quartos, duas salas, uma cozinha espaçosa, duas varandas e está toda climatizada.

«O pagamento pode ser feito para seis meses, em caso de renovação do contrato. Mas se o interessado tiver dinheiro para um ano, é muito melhor», atestou Joaquim. Depois da Ia Conferência Nacional sobre a Habitação a expectativa dos cidadãos cresceu na esperança de desta vez, ou pelo menos nos próximos quatro anos serem bafejados pela sorte de possuírem uma casa. O que, no entanto, tem frustrado muita gente é o facto de em todas as circunstâncias como as que se adivinham no futuro, quanto a habitação, os mais abastados serem sempre os mais beneficiados.

O que a maioria dos angolanos esperam é que os critérios de acesso às futuras casas seja revisto, de forma a não penalizar mais as minorias em benefício de pessoas que hoje detêm residências em cada condomínio que se ergue, não obstante as vivendas e quintas que alguns deles já ostentam.

6.32 Falta poder de compra

A Capital 18 de Abril de 2009

Intermediário no negócio de casas, Carlos Neto adiantou à nossa reportagem que existem muitas residências, só que não são todos os interessados que têm capacidade de pagamento. Ele diz que recebe várias solicitações por dia, mas assim que tomam conhecimento dos preços ou rendas, os candidatos nem sequer chegam a conhecer a casa.

«As casas que temos estão no centro da cidade, e isto

torna a renda mais cara», esclareceu Neto, ele que quando o encontramos tinha três casas por arrendar, mas os preços afugentavam os interessados.

Duas das casas em posse de Neto se encontram na Ilha de Luanda. A que tem dois quartos, sala grande, cozinha, casa de banho e garagem, fica a mil dólares norte-americanos, mês. Já a de um quarto, sala e cozinha, frisou o intermediário, está com uma mensalidade de 350 dólares norte-americanos.

Uma casa situada na zona da Angoship, que tenha um quarto, sala, cozinha e esteja apetrechada com ar condicionado, está disponível com uma renda mensal de 500 dólares.

«Nós praticamos os preços que os proprietários indicam», justificou, acrescentando que em uma semana chega a receber 12 casas para arrendar, mas deste número só consegue despachar entre quatro a seis, na sua maioria, as mais baratas.

Quando os arrendatários procuram por uma residência, para eles, não basta que a localização da casa seja o centro da cidade, não é tudo. Muitos arrendatários procuram casas que facilita o seu trajecto de casa para o local de trabalho ou mesmo para a escola e, vice-versa.

6.33 Teremos (?) um milhão de casas em quatro anos

A Capital 18 de Abril de 2009

O evento, uma organização do Governo, ficou conhecido como la Conferência Nacional sobre Habitação, tendo o discurso da abertura cabido ao Presidente da República (PR), José Eduardo dos Santos, ele mesmo, impulsor do plano de construir um milhão de casas nos centros urbanos e áreas rurais, em quatro anos.

O PR anunciou a pretensão do gigantesco desafio habitacional durante a Conferência Nacional do MPLA, aquela que marcou a apresentação do programa eleitoral deste "partido para as eleições de Setembro do ano transacto.

«Para o período 2009-2013, o nosso (do MPLA) Programa de Governo e respectivo projecto Plano prevêem a construção de cerca de um milhão de habitações em todas as províncias, das quais mais de meio milhão serão construídas nas áreas rurais», prometeu o presidente do MPLA.

Como no momento já pairavam sobre as cabeças dos angolanos os ventos da campanha eleitoral, muitos

puseram em causa a efectivação do ambicioso plano anunciado, não obstante na altura não estarem no mínimo evidentes quaisquer hipóteses do aparecimento da crise económica mundial, nos níveis em que se apresenta hoje.

As dúvidas acentuaram-se ainda mais, quando, na mais recente reunião do Comité Central do MPLA, o seu presidente, José Eduardo dos Santos, manifestou-se preocupado com a incidência da crise, ao afirmar que ela perigava de certo modo alguns programas de governo previstos, tendo mesmo apelado para a revisão de alguns deles.

No discurso que proferiu na abertura da 1ª Conferência Nacional sobre a Habitação, José Eduardo dos Santos não deixou de mencionar a crise económica mundial, que segundo ele, impõe uma reavaliação dos pressupostos do desenvolvimento humano e habitacional «de modo a superarmos de forma mais correcta as dificuldades existentes».

Embora sectores mais cépticos considerem a Conferência «mais um exercício de charme político», por entenderem que o problema da habitação em Angola é muito mais profundo, para que a sua discussão durasse apenas um dia, a verdade é que, José Eduardo dos Santos não escondeu preocupação ante ao que chamou de especulação no mercado imobiliário.

Já no ano passado um evento realizado em Luanda se debruçou sobre o assunto. Tratou-se do nº Fórum Imobiliário, Urbanismo e Arquitectura de Angola, durante o qual, o Governo, através do vice-ministro do Urbanismo e Ambiente, Mota Liz, já havia manifestado a pretensão de, a curto prazo, criar mecanismos jurídicos que protejam os cidadãos das actuais especulações financeiras que se registam no mercado imobiliário na capital.

Com a medida, destacou, o Governo teria bases sólidas para inverter o quadro, com uma tendência cada vez mais «insustentável».

«O nível de especulação de preços dos imóveis em Luanda é bastante preocupante e toma a vida do cidadão de baixa renda mais difícil», disse Mota Liz, na altura, ao notar que, por isso, o Governo começou a desenvolver um programa de fomento habitacional para que todos os cidadãos tenham acesso a moradias condignas e a preços mais baixos.

Contudo, desta vez, o PR apelou para a «promoção de uma cultura do respeito pelo interesse público que ponha termo ao índice elevado de ocupação ilegal de

terrenos, construção desordenada e clandestina», entendendo que ao se acabar com a especulação no mercado imobiliário, conseguir-se-á estabilização do mesmo.

Luanda é a província mais populosa do país e é onde, volta e meia, populares e autoridades voltam as costas por razões relacionadas com a ocupação ou não de espaços. Os mais visados nisso têm sido pessoas de baixa renda que, pela sua condição de vida, erguem residências precárias, lá onde acham conveniente.

Nesta Conferência, entretanto, o PR afirmou ser objectivo do Governo «solucionar o problema habitacional dos grupos mais vulneráveis e criar as estruturas básicas de saneamento, abastecimento de água e energia eléctrica, vias de acesso e de investimento na saúde e na educação», e exortou o Estado a assumir o seu papel fiscalizador para tornar este mercado mais transparente e regulado.

E para se pôr termo, também, à actual especulação desenfreada no sector imobiliário, como frisou o PR, «será criado o Fundo de Fomento Habitacional que visa a promoção e o financiamento da habitação a custos controlados, estabelecendo parcerias com o sector privado e cooperativo».

«A política aprovada prevê a obtenção da casa própria pelos cidadãos de varias formas: compra a pronto pagamento ou às prestações, pagamento através da renda resolúvel, a construção com recursos próprios através de um empreiteiro, a auto-construção dirigida ou simples arrendamento», sendo necessária, para os devidos efeitos, e na óptica do presidente, a revisão da legislação em vigor sobre o inquilinato, adequando-a à realidade actual.

«O Estado está a realizar um conjunto de acções que visam inverter o quadro de carência actual, através do incentivo ao sector privado e da criação de novas unidades industriais, com a consequente redução das importações», apontou o chefe de Estado, quando recomendava o incremento de construção e auto-construção dirigida na base de projectos bem estruturados e que respondam, quer às necessidades, quer aos factores de identidade cultural, de modo a que as populações não rejeitem as habitações que lhes são atribuídas, numa alusão ao «respeito da combinação da tradição com a modernidade».

A reflexão do PR pode assentar na realidade vivida por muitos populares que, desalojados das suas residências, foram levados para moradias na zona do Zango-1, 2,3 e 4, onde as reclamações têm sempre a ver com a

inospitalidade das casas, comparativamente com aquelas de onde vieram, por eles mesmos construídas. Nessa condição, neste momento, estão, por exemplo, as populações da Kinanga.

O presidente mostrou-se convicto, embora tardiamente, de que o crescimento populacional não tem sido acompanhado do correspondente desenvolvimento habitacional.

«Em todo o país multiplicam-se os bairros suburbanos e peri-urbanos densamente povoados que surgem de forma desordenada, caótica e sem as necessárias estruturas e equipamentos sociais. São soluções espontâneas encontradas pela população, mas que condensam no seu seio gravíssimos problemas que a longo prazo, caso não sejam resolvidos, podem originar focos de instabilidade social», reconheceu José Eduardo dos Santos, para quem «impõe-se a aplicação de políticas de cidade e de habitação sérias e realistas com vista a resolução paulatina dos problemas neste domínio».

«De imediato temos de encontrar programas que possibilitem intervenções exemplares em áreas urbanas centrais e em comunidades rurais e tecidos urbanos problemáticos», enfatizou.

6.34 Urbanismo acelerada de terrenos e aposta em novas tecnologias

Semanário Angolense 11 a 18 de Abril de 2009

Na próxima segunda feira 13 o Governo promoverá, no Palácio dos Congressos, em Luanda, uma conferência sobre 2 Habitação e Urbanismo. Anunciada há pouco mais de duas semanas pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a conferência pretende constituir-se num fórum em que o Governo recolherá as opiniões dos mais variados segmentos da sociedade tendo em vista o seu grande propósito de aumentar a construção de fogos habitacionais.

A conferência de segunda-feira será a primeira de um ciclo que o Governo alargará a todo o país de modo a que os mais representativos segmentos da sociedade se pronunciem sobre o assunto.

Quem já tem opinião sobre o assunto é o Engenheiro Civil e Mestre em Ciências Técnicas, António Venâncio. Solicitado pelo Semanário Angolense para debruçar-se a propósito, ele qualifica como importantíssimo o tema da conferência «porquanto considero que após vencida a batalha da recuperação das estradas nacionais mais importantes do país, segue-se agora a agenda da habitação, outra grande batalha

que deverá envolver toda a sociedade. Ao organizar essa conferência o Governo «dá um pontapé de saída adulto e democratiza ainda mais a vida política».

Para António Venâncio o Governo, agiu com sapiência ao envolver nesse debate os especialistas, organizações profissionais, construtores e todos os demais actores interessados. «A minha convicção é a de que os desafios nesta matéria estão bem formulados. Do ponto de vista quantitativo, fala-se em 1.000.000 de fogos, e pelo eixo da qualidade, vemos um programa que prioriza a urbanização. Ou seja; o colossal número é legítimo e possível, e a urbanização vai ao encontro das maiores preocupações da população. Considero que para Angola - um país que foi alvo duma horrenda destruição - não só interessa reconstruir o que foi duramente afectado, como se deve propor a construir o novo, num exercício direccionado para a plena satisfação das necessidades dos seus habitantes. A tarefa é dupla: reconstruir fazendo renascer, e construir fazendo crescer».

António Venâncio vê também nessa conferência uma preocupação do Governo com a qualidade dos fogos que se constroem no país. «A componente qualitativa desta decisão do governo reside na acertada medida de atacar com a maior velocidade os aspectos da urbanização e do urbanismo. É também aqui que julgo concentrar-se a alma do problema. Se, por um lado, construir uma casa resolve o alojamento, por outro lado, construir uma casa envolve um engajamento. Um engajamento do Estado, que é o de garantir a cada novo morador saneamento básico, equipamentos sociais, acesso ao ensino, acesso à educação e oportunidades de emprego na área em que se circunscreve a sua nova comunidade. As casas devem estar rodeadas de infra-estruturas funcionais capazes de garantir a vida».

António Venâncio entende que o primeiro passo para a construção de 1 milhão de casas, uma aposta que o MPLA inseriu no seu programada eleitoral, começa exactamente pela urbanização. «Um milhão de casas implicam investimentos sociais importantes, e só pela via da urbanização dos terrenos seremos capazes de construir bastante». Aliás, diz ele, «as próprias populações darão um contributo directo e decisivo na construção das casas». Uma política de urbanização bem delineada daria lugar a «brutal redução dos preços por m2 de habitação, pois observar-se-á naturalmente um novo equilíbrio entre a procura e a oferta. Podemos, portanto, considerar que para o nosso país, a urbanização, afinal, é o factor decisivo no sucesso de qualquer política habitacional séria. Sem urbanização e sem urbanismo não haverá garantia de qualquer vitória

nesta histórica batalha da construção habitacional».

António Venâncio reitera que a urbanização é a pivô de qualquer estratégia habitacional que se pretenda bem-sucedido. «Uma vez preparados os loteamentos, instaladas as redes técnicas básicas para a circulação rodoviária ou pedonal; montadas as redes de drenagem de águas pluviais e residuais; construídos os sistemas de distribuição de energia eléctrica e de água potável, não só o Estado estará em condições de construir as habitações económicas e sociais de que necessita para resolver satisfatoriamente o problema, como ainda vai proporcionar uma bela oportunidade para a iniciativa privada, não só para grupos empresariais fortes que geralmente investem em projectos imobiliários para a média e alta renda, como ainda para cooperativas habitacionais de casas económicas e iniciativas afins».

António Venâncio chama a atenção para outros benefícios de uma boa política de urbanização. «O Estado criaria com esta prática a tão desejada oportunidade para o próprio cidadão beneficia rio que se vê agora na posse de terreno legalizado, infra-estruturado e pronto para receber os seus primeiros blocos de cimento e arrancar com a obra dentro das suas reais possibilidades financeiras - construir e usufruir de todos os direitos de posse latifundiária, o chamado papel da tranquilidade familiar. A terra por isso passaria a ser não só um meio para a construção, como seria também para o cidadão um bem, com o qual construiria a casa para a sua família, também a sua própria cidadania e dignidade. Fique claro: construir casa sem saneamento básico é igual a retrocesso e projecto habitacional sem urbanismo é equivalente a caos. A nossa casa sem tranquilidade nem legalidade, ao invés de resolver, cria a instabilidade. E só a urbanização e o urbanismo têm a faculdade (tecnicamente falando) de proporcionar a casa e o bem-estar através da disponibilização das condições humanas gerais e indispensáveis para uma vida socialmente apreciável». António Venâncio não esconde o seu desejo de participar de tal fórum.

«Pessoalmente, gostaria de lá estar para dizer que encaro como muito realista a meta de 1.000.000 de casas. Tenho acompanhado a introdução de novas tecnologias no nosso país; investidores privados apostaram fortemente no mercado habitacional angolano; a procura de terrenos para construir é cada vez maior; a vontade de avançar é cada vez maior e a adesão de muitos especialistas ao programa do Governo pode criar compromisso do Estado, que se aprontará a desenvolver o programa com maior responsabilidade, sobretudo no tocante à construção de habitações sociais para as populações mais vulneráveis».

O Mestre em Ciências Técnicas diz, no entanto, que as metas habitacionais do Governo só poderão ser alcançadas e ele fizer despontar uma indústria de materiais de construção pujante, capaz de responder à enorme demanda em bom tempo. «Apesar do colossal esforço financeiro necessário, estou convictos que sempre surgirão recursos financeiros para o cumprimento cabal do programa, dado que nas suas promessas eleitorais o partido no poder indicou o sector da habitação como prioridade das prioridades (agora mesmo confirmado pela gigantesca mobilização de forças vivas do país, nesta conferência, convidando-as a participar directamente na materialização deste desiderato nacional de construção de um milhão de fogos)

Para António Venâncio a construção de um milhão de fogos, se conseguida, colocaria, sem dúvida, Angola na rota das maiores realizações mundiais do século, já que não é comum que os governos apostem na construção de uma casa para cada um dos seus 10 habitantes necessitados e num intervalo de tempo tão curto, como é aquele em que o Governo angolano se propõe fazê-lo.

Porém, o especialista diz que o ambicioso desafio só será realidade se o Governo respeitar duas condições: urbanização acelerada dos terrenos identificados e a introdução de novas tecnologias, novos materiais e novos comportamentos em matéria de produção e produtividade no trabalho.

«Façamos pois este exercício em primeiro lugar: urbanizar, urbanizar e urbanizar. O resto surgirá com as maiores facilidades deste mundo. Construir, construir e construir, só deverá acontecer perante a possibilidade de assentar populações com garantias de ambiente sadio e equipamentos sociais em vias de surgimento».

6.35 Conferencia sobre urbanismo e habitação

Semanário Angolense 11 a 18 de Abril de 2009

Ponto Prévio: Fiquei deveras agradado com a excelente reflexão que a crónica «As 6 batatas para o Papa descascar» e «As Lições que o Papa levou de Angola» provocaram em S. Rev. Pe. João Fernandes. Descontando o tom um tanto ou quanto altaneiro, e o parcialismo natural de algumas passagens - afinal um pobre jornalista jamais se irá comparar com um Padre e Professor do Seminário em matérias teológicas, e este deve natural obediência à sua Hierarquia - foi bom vermos uma contribuição a todos os títulos enriquecedora de quem entende do assunto. A maior recompensa de um jornalista é precisamente trazer

temas da actualidade para reflexão da Sociedade. Vai sobretudo um muito obrigado ao Pe. Fernandes por considerar-me, mesmo sem saber, «um mwangolé de quatro costados» fiquei babado com o elogio! a que junto o convite para «voltar» às nossas páginas sempre que o desejar.

A partir de depois de amanhã, segunda-feira, começa no Palácio dos Congressos a Conferência sobre o Urbanismo e Habitação anunciada pelo Presidente da República, e na qual pretende-se «esclarecer a opinião pública sobre o que está a ser preparado para alcançar este objectivo (a construção de 1 milhão de fogos até 2012 conforme a promessa eleitoral do MPLA), quais os materiais a serem usados e as fontes de financiamento» como disse o Ministro da Comunicação Social Manuel Rabelais citado pelo Jornal de Angola de 8 de Abril de 2009.

Como certamente não serei convidado afinal não sou propriamente um especialista nesta matéria e como o assunto interessa particularmente, a mim e aos milhares de cidadãos em luta por casa própria, aproveito este espaço para debitar algumas das minhas verdades de cidadão comum.

Em primeiro lugar e salvaguardando o facto que ainda pouco se sabe sobre o programa e os temas a discutir - inquieto-me o facto que, pelos vistos, a Conferência vai «esclarecer a opinião pública» em vez de com ela reflectir sobre as estratégias mais realistas para a solução do problema habitacional de três gerações de angolanos. Ou, se quiserem, que estratégias para construir o tal milhão de casas: serão todas feitas pelo Estado, e entregues depois já prontas aos cidadãos? Serão subsidiados os materiais de construção e fomentado o crédito habitacional para possibilitar que os cidadãos com o apoio do Estado construam as próprias casas? Uma simbiose dos dois? E como fica o acesso aos terrenos de construção? Como serão controlados os seus preços, se sabemos que um de 30x20m no Benfica-Luanda fica por USD 60.000? E o preço dos materiais de construção, como controlá-los? Sabendo que o País não os produz, que isenções fiscais terão para garantir o seu acesso, não só da parte dos cidadãos mas também das empresas construtoras? É que, quanto mais caros forem estes, mais cara fica também a casa entregue ao cidadão construída por estas empresas. etc.

Qualquer das duas estratégias mencionadas acima (construção pelo Estado ou pelos cidadãos ou as duas juntas) tem vantagens e desvantagens. Ou seja, nenhuma é boa ou má «per se», O que é preciso é uma reflexão sobre cada uma delas aplicada à nossa

realidade económica, financeira, social, cultural e política. Mesmo o modelo de casas a construir já ouvi falar em torres de 14 andares para a Caála - também tem que passar por esse processo de reflexão. Se a Conferência pretende juntar a «massa cinzenta» do País para encontrar respostas para estas e outras perguntas, então ela faz sentido. Mas se visa «esclarecer» o termo em si já implica que a dita opinião pública anda às escuras - as soluções encontradas por alguns «iluminados», auguro que a montanha parirá ou um rato, ou (mais) um elefante branco, ou para nossa sorte, um nado morto.

Em segundo lugar: Um processo que se requer obrigatoriamente participativo - de elaboração de uma estratégia habitacional à escala nacional, tem necessariamente que ser protagonizado por uma massa cinzenta pluridisciplinar. Se é verdade que o arquitecto certamente não recomendará adobe artesanal ao invés de tijolo ou blocos para os solos arenosos do Cunene, o sociólogo menos o fará para prédios nos Gambos - onde a população está habituada a viver em complexos habitacionais compostos por vivendas e não há problemas de espaço. Já o Demógrafo adequará o número de fogos às famílias existentes ou desejavelmente por existir - que determinaria o economista - enquanto o geógrafo humano definirá os melhores locais para os agrupamentos humanos a promover e o jurista dará o enquadramento técnico legal a tudo isso, obedecendo às orientações políticas do Partido «dono» do programa (não nos esqueçamos que foi sufragado), mas sem exclusão dos outros. E assim por diante. Ora, será que isso está a ser levado em conta na selecção dos prelectores e participantes à Conferência? E conhecida a auto censura de alguns sectores do funcionalismo público, está-se a promover a participação de sectores mais independentes, como organizações da Sociedade Civil, incluindo Igrejas e os próprios Partidos da Oposição?

Terceiro: Qualquer que seja a política e estratégia que venham a sair dali terão que partir da situação actual.

E a situação actual é que num País que se auto atribuiu o título de «canteiro de obras» - e está a sê-lo, diga-se de passagem e doa a quem doer - os materiais de construção são dos mais caros da SADC, senão do continente e do Mundo. Quem os queira importar da Namíbia, por exemplo, leva uma surra desgraçada nos impostos alfandegários. Para se obter um crédito habitacional é preciso reunir uma pilha enorme de documentos, incluindo um avalista - coisa que não é qualquer pessoa que aceita - e os juros são, mais uma vez dos mais altos do continente, o que exclui a grande

maioria dos cidadãos. Os preços dos terrenos, num País com cerca de 15 habitantes por km², custam em média USD 2.000 por m² em Luanda e um quarto disso nas províncias. Resultado, uma casa custa cerca de USD 3.000 por m² em Luanda contra os 350 em Joanesburgo, África do Sul por exemplo. A renda mensal de uma vivenda T3 custa USD 4.500 em média contra 500 euros em Lisboa. No final das contas, isso explica que a quase totalidade da população de Angola viva em condições pouco dignas, no mínimo.

De formas que espera-se que, em vez de «esclarecer" sobre» o «que se vai fazer, com que materiais e com que fontes financeiras», o ideal seria fazer uma avaliação da situação actual o mais detalhada possível por formas a dar matéria que sirva de base às reflexões dos conferencistas, que - esses sim - teriam a tarefa de definir as políticas e estratégias de actuação para a correcção desta severa e degradante situação. Na perspectiva que, quanto mais participativo, mais hipóteses o programa terá para andar com pernas próprias, mais rapidamente ele será concluído e mais estará ele adaptado às idiosincrasias dos nossos cidadãos.

Sem contar que há milhares deles que já estão a construir as suas casas. Estão aflitos e precisam da ajuda do Estado. Ajuda no controlo dos preços dos materiais de construção, ajuda na simplificação do sistema de obtenção de crédito e da legalização dos terrenos, e ajuda na isenção total ou parcial da importação dos materiais de construção já que o País ainda não satisfaz a demanda. Com estes pressupostos salvaguardados, talvez a Conferência não produza um nado morto, nem um rato, nem um elefante branco. Talvez nasça dali o milhão de casas em que o povo votou em Setembro de 2008 e que espera receber até 2012.

6.36 A requalificação urbana do Cassenda!!!

Folha 8 18 de Abril de 2009

1. Na passada quinta feira 02 de Abril, ouvimos com muito agrado por via da sintonia da Kianda a voz da cidade capital, a notícia segundo a qual a administração municipal da Maianga faria apresentação pública do projecto de requalificação urbana do bairro do Cassenda, e que estavam a pedir o subsídio dos moradores daquele bairro de Luanda para esta empreitada.

1. Enquanto urbanista e apaixonado pelo ofício, não resistimos a tentação de poder testemunhar aquela que seria quanto a nós, uma iniciativa peregrina das

autoridades municipais da Maianga, de poderem dar mostras da gestão participativa da vida pública.

1. O outro motivo que presidiu a nossa industriosa presença naquele local, teve a ver com o nosso condão de solidariedade, até porque enquanto moradores do Bairro do Prenda não podíamos deixar passar ao lado aquela iniciativa que se augura profícua para a mudança do quadro desagradável do vizinho Cassenda.

1. Coube ao anfitrião do município fazer a apresentação do estado actual do bairro, ficamos a saber que este processo visa à reparação dos passeios, estradas, lancis, rede de esgotos e a drenagens das águas. Depois foi a vez dos representantes das empresas que estão a trabalhar no município fazerem a apresentação técnica daquilo que seria quanto a nós o motivo presidente da nossa expectativa, correspondendo em pleno ao nosso microscópico entendimento sobre os meandros duma requalificação urbana... mas qual foi o nosso espanto afinal?

1. Foi o de ouvir o anfitrião dizer que os projectos já tinham sido gizados e aprovados e que já não havia hipótese de qualquer outro de tipo de alteração. Apesar disso contavam com a colaboração dos moradores atendendo ao facto de os moradores não estarem a colaborar no processo, pelo que essa postura tinha estado a causar alguns constrangimentos na execução e cumprimento dos prazos do final das obras por parte das empresas.

1. De seguida o anfitrião, num gesto de cortesia, deu a palavra aos presentes para se pronunciarem em volta da exposição feita pelos representantes das empresas.

1. Em nome dos moradores de um dos edifícios adjacentes da sede da Administração Municipal, falou uma senhora activa, que de resto é coordenadora do referido edifício, que começou por questionar ao anfitrião sobre qual o motivo o levou a convidarem-nos quando até já foi tudo aprovado, na sequência, a senhora manifestou o seu desagrado em torno dos constrangimentos causados pela empresa a quem foi adjudicada a obra na sua área de residência.

1. Logo a seguir, ouvimos os argumentos de razão de um morador do bairro a 35, por sinal Engenheiro Civil, que manifestou o seu desagrado pela forma como o processo tem sido conduzido pelas empresas em serviço no Cassenda

1. Outro argumento quanto a nós digno de realce, foi exposto pelo responsável da EDEL, daquela zona, que apelava aos responsáveis das empresas para quando estiverem a fazer interdição das ruas deverão coordenar

com as Empresas EDEL, Angola -Telecom e EPAL, no sentido de não danificarem os equipamentos daquelas empresas, porque e no caso da EDEL, por exemplo, se eventualmente uma determinada área ficar alagada, e houver cabos eléctricos em terra, é uma perigo e pode haver transtornos. A outra questão feita pelo arauto da EDEL, no local foi a de saber se na envolvente das redes haverá iluminação pública, se for o caso, ele aconselhou que se remeta o projecto à EDEL e também a EPAL, até porque existe um deficit daqueles serviços ao nível do Cassenda em particular e da capital duma forma geral.

1. Ao que parece e salvo melhor opinião, o projecto foi aprovado pelo GATEC, um grupo técnico onde estão incluídas uma equipa multi-sectorial, podemos reter dentre outras coisas, aquela que quanto a nós terá sido a mais lapidar do pronunciamento da responsável do GATEC, naquele projecto, foi o facto dela própria e de viva voz, reconhecer que projecto teria sido melhor conduzido se aquele encontro tivesse tido lugar numa fase anterior.

1. Depois de ouvirmos aqueles depoimentos, recordamos as sábias palavras de um ilustre filósofo, quando caracterizava em três vertentes, os homens: O homem negligente, o destruidor, o modernizador que são neste âmbito, personagens de notável longevidade e dinamismo.

1. O primeiro tipo: o homem negligente é aquele que, apesar de não desejar fazer mal, deixa os monumentos ao abandono e não se preocupa com ambiente. A sua negligência não é, apenas, a do esquecimento da assistência material, mas também a da falta de devoção, as coisas nas quais " deixamos " de pensar perdem pouco e pouco a sua substância. O esquecimento" que equivale a morte. São as acções do homem negligente não é intrinsecamente mau, elas resultam da ignorância.

1. Quanto ao segundo tipo, o homem destruidor, como dizia Herculano,"... nós destruimos por ideias falsas, ou exageradas, destruimos activamente, porque a destruição é uma virtude desta época. Feliz quem isto escreve, se pudesse curar alguém da febre demolidora, salvar uma pedra, só que fosse, das mãos dos modernos hunos." Ontem, como hoje, o vandalismo destruidor desfeia, o território e transforma a cidade num espaço de incivilidade, assim subvertendo a vocação primacial da urbe – a de proteger o homem.

6.37 A guetização de Angola

A Capital 18 de Abril de 2009

Um dos grandes defeitos do Governo de José Eduardo dos Santos é essa estranha mania de agir sempre tarde demais. É uma regra que parece não ter excepção. Tem

sido assim, quando o país é assolado por algumas doenças, por catástrofes naturais ou quando fica perante fenómenos sociais de difícil solução. Agora, por exemplo, o Chefe de Estado pôs a correr todos integrantes do sistema atrás de uma questão que deveria merecer atenção tão logo se alcançou a paz: a problemática habitacional.

Só por isso vimos, no princípio da semana, representantes de várias instituições a tentarem convencer-nos de que é possível, em apenas um dia, encontrar soluções para um problema tão velho que já criou barba branca. As intervenções, ouvidas na conferência nacional sobre a habitação, não soaram convincentes. Dir-se-ia que os próprios governantes não acreditam nas garantias que passaram aos cidadãos.

Denotou-se, sobretudo, a costumeira falta de planificação. O que vai acontecer, doravante, em matéria de construção de habitações será uma correria desenfreada que em nada vai ajudar na perspectiva de criação de zonas habitacionais de elevado padrão de dignidade. Uma habitação condigna não se pode restringir às quatro paredes que a compõem, mas compreende todo um conjunto de bem feitorias sem as quais, não importa a dimensão ou a beleza da casa, não se poderá falar de qualidade de vida. Fala-se, fundamentalmente, de infra-estruturas. Desde as condições para o saneamento básico, passando por serviços como a distribuição de água potável e electricidade, até à instalação de instituições públicas, há uma série de condições imprescindíveis para que um assentamento habitacional seja considerado de qualidade. Fora disso, tratar-se-á, simplesmente, de um gueto.

Criar infra-estruturas não é tarefa fácil, e a experiência angolana comprova-o. Entre nós, o melhor exemplo de um bairro devidamente equipado é o de Talatona. Porém, esta zona testemunha como a disposição de infra-estruturas de qualidade acaba por encarecer o custo, por metro quadrado do terreno. Tentativa de implantar infraestruturas, mais barata que a de Talatona, resultaram em tremendo desastre. Os exemplos dos bairros Neves Bendinha, no Kilamba Kiaxi, e Terra Nova, no Rangel, são a prova disso. Antigas zonas populacionais de alguma qualidade foram, simplesmente, transformadas em verdadeiros guetos. A intervenção que se fez nas redes de esgoto e de água potável destruiu, por completo, a dignidade daquelas circunscricões.

A conferência sobre a habitação deixou no ar um risco deveras grande. Só o Governo sabe, e não deixou claro no evento, como vai tornar exequíveis as suas

promessas, mesmo estando, reconhecidamente, a enfrentar uma crise. Com que dinheiro se vai construir as residências ou implantar redes de esgotos, de estradas, de electricidade e de água potável numa altura de revisão, para baixo, do Orçamento Geral do Estado e, ainda, dos programas de investimento público?

É importante que as soluções existam. Mas, acima de tudo, é importante que elas não signifiquem, necessariamente, a criação de mais Panguila e de outros tantos Zangos. Não há qualidade de vida nem num, nem noutro bairro. São autênticos guetos. E espalhar, pelo país, bairros iguais seria uma guetização generalizada. Pressionado, como parece, pelas promessas eleitorais, Eduardo dos Santos deve, todavia, agir com a razão, evitando uma política habitacional contrária aos princípios de sã convivência social, onde se colocam os ricos e poderosos em sumptuosas mansões, em condomínios cercados de muros altos feitos de betão armado, e os pobres em residências completamente carentes de conforto. Se for esta a ideia da construção das tais de um milhão de casas, então não devemos aceitar esse presente envenenado.

6.38 Há défice de materiais de construção

A Capital 18 de Abril de 2009

A pensar no êxito do programa, o Governo iniciou investimentos para recuperar o universo de cerâmicas existentes no país, num projecto que inclui a construção de novas cimenteiras, bem como o reatamento da produção de ferro, para viabilizar a oferta de materiais de construção no mercado.

A revelação é do director nacional dos Materiais de construção, que diz estar o Governo, desta forma, a cumprir a parte que lhe cabe nesse aspecto, embora reconheça ser papel do sector privado investir nesse segmento de negócio.

Manuel Victor, que falou à este jornal à margem da conferência sobre problemática habitacional, justificou a intervenção do Estado com o facto de o país estar a confrontar-se com um gritante défice, no que toca à oferta de desses inputs, por força do volume de obras em curso no país.

Para relançar esta indústria, a Direcção Nacional dos Materiais de Construção, revelou, está já em fase de construção de uma série de unidades ligadas à produção de tintas e verniz, materiais ecléticos, fábrica de cimento, entre outras, num total de noventa, que a curto e médio prazos poderão contribuir para o aumento da oferta dos diferentes produtos utilizados

em obras de construção.

Presentemente, o ministério das Obras Públicas, através da sua direcção afim, controla a existência de um parque industrial constituído por 25 fábricas de materiais de construção, todavia, insuficiente para fazer face à actual demanda.

Em distintas ocasiões, a vice-ministra das Obras Públicas, Manuela Bezerra, considerou que «o nosso mercado não produz o suficiente para cobrir as necessidades locais», reconhecendo que grande parte do material de construção «vem do mercado externo», o que, segundo a governante, «influencia em grande medida o preço do metro quadrado de construção». Um estudo da responsabilidade da empresa de consultoria Proprime, por exemplo, dá razão à preocupação de Bezerra. Tal estudo apontou para preços astronómicos dos apartamentos e vivendas erguidos nos diferentes bairros de Luanda, onde os preços, por cada metro quadrado construído, chegam a situa-se na ordem dos 7 mil dólares.

De acordo com a avaliação da Proprime, um dos factores por detrás do elevado preço dos imóveis em Luanda é a desproporção entre a procura e a oferta do património habitacional.

«Esse desequilíbrio existente faz com que os promotores imobiliários, estejam interessados em satisfazer apenas aqueles que têm mais rendimentos», conforme justificou, Nelson Rego, director dessa consultora de direito angolano.

Intervenientes do mercado de construção concordam com o resultado do estudo da Proprime, todavia, referem que a razão para o encarecimento da construção decorre, fundamentalmente, da escassez de materiais de construção. O facto explica o convite formulado ao sector privado, no sentido de investir na indústria de materiais de construção.

6.39 A renda da nossa desgraça

A Capital 18 de Abril de 2009

Natália Simão, 28 anos, comerciante, é mãe de dois filhos. Como centenas de angolanos, vive com o marido numa casa de renda. Há muito nutrem o sonho da casa própria sem sucesso. O principal empecilho, é a condição financeira do casal. Entretanto, têm alguma vantagem. Possuem terreno, onde tentam levantar a casa, cuja obra iniciada há mais de dois anos se encontra agora interrompida, por causa da alta do preço de cimento, matéria-prima para quem quer erguer uma casa.

«Tivemos que parar as obras por falta de dinheiro», lamentou Natália. Durante quatro anos, o casal teve que se hospedar em casa da mãe de Natália, o único recurso possível na altura. Só que, o tempo foi passando e os planos viam-se cada vez mais frustrados. A relação na casa de acolhimentos já não era das melhores, de tal modo que o casal viu-se obrigado a optar pelo arrendamento de uma residência, modesta que fosse.

«Havia muita confusão em casa e eu, por eu ser a filha mais velha, a ter que viver lá com o meu marido e os meus filhos, era impossível», disse Natália, mas enfatiza que a procura da casa arrendada não foi fácil. Sondaram vários bairros, envolvendo amigos e parentes na procura de uma casa que não custasse os olhos da cara. Conseguiram, enfim, e é onde moram actualmente. Há cinco anos na nova casa, o casal já se depara com outros problemas. É que o senhorio pretende que a renda seja regular, ou seja, paga de oito em oito meses. Qualquer atraso implica multa.

«Não entendo o porquê deste procedimento, apesar de já termos conversado com ele. Dissemos-lhe que estamos dispostos a ficar no sítio até terminar a nossa casa, mas mesmo assim», lamentou.

Outro cidadão que padece na mesma senda é Carlos Silva. Com o crescimento da família já não era possível continuar a morar com a mãe. Pai de quatro filhos Carlos Silva, 34 anos, permaneceu em casa de sua mãe por muito tempo, porque perdeu os seus bens num incêndio que arruinou a residência de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho, onde habitava.

Das pessoas mais próximas para lhe dar acolhimento só a mãe aparecia. Foi para a lá que foi morar na companhia de sua esposa e filhos. Passado entretanto algum tempo, Silva ganhou mais um filho, o que lhe colocou numa situação melindrosa.

«Tive que dobrar os esforços para conseguir uma casa», afirmou Carlos Silva, que acrescentou não ter sido fácil, uma vez que a procura é maior do que a oferta. Conta que teve que ficar numa espécie de «lista de espera» dos intermediários do negócio de compra e arrendamento de casas.

«Aguardei cerca de um ano para ter a minha casa de renda», para a qual paga uma mensalidade equivalente a 300 dólares norte-americanos. Ainda assim, o sonho de voltar a erguer a casa própria continua ardente, até que as condições financeiras o permitam.

Mas não é tudo. Márcio Horácio, 25 anos, também procura por uma casa para arrendar e nela acomodar a

mulher, por sinal, à espera de bebé. Actualmente vivem em casa da tia que o criou desde pequeno. Receia que o nascimento do seu filho venha a criar embaraços em casa.

«Só depois de quatro meses é que consegui a casa, que ainda assim, é muito cara», disse Horácio. Mário Horácio é segurança.

O salário nestas empresas nem sempre satisfaz. É por isso que Horácio se vê algo insatisfeito com o preço praticado pelo proprietário da casa. São 200 dólares norte-americanos para um quarto e sala. Para viver ali, como conta, tem que fazer das «tripas coração», para não ter dívidas e correr o risco de regressar à casa da tia de onde saiu.

«É muito sofrimento junto, mas temos que aguentar, porque não temos outra alternativa», manifestou Horácio.

Esta é apenas uma resenha do caos vivido por vários cidadãos, um pouco por todo o país. Cada vez confrangedor é ver pessoas nas ruas atentas aos reclames colados em paredes com dizeres como: «vende-se ou arrenda-se uma casa».

Não importam as dimensões da mesma, o que importa, de facto, para os interessados, é ter um tecto que possa acolhê-lo. Alguns com mais sorte conseguem uma casa, outros continuam à espera que a sorte lhes bata à porta. Estas centenas de pessoas esperam ansiosas pela monumental promessa da construção de um milhão de casas e pela revisão da legislação atinente ao inquilinato, feita pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Uma verdade é que a crise financeira mundial que já tem reflexos na nossa vida real, pode, de acordo com sociólogos, ter consequências no negócio imobiliário, através da multiplicação de situações de despejo, por falta de cumprimento dos prazos de pagamentos das rendas, muitas vezes dependente do pagamento salarial. Nos últimos tempos, provavelmente, em função já da crise, é notório o atraso acentuado dos ordenados nas mais diferentes empresas, inclusive do Estado.

6.40 As prioridades de Luanda

Novo Jornal 24 de Abril de 2009

A Ilha de Luanda esteve na berra nos últimos dias. Duas notícias circularam quase paralelamente: as calemas destruíram as precárias habitações de centenas de pessoas, obrigando as autoridades a realojá-las em áreas mais seguras; ao mesmo tempo, foi anunciado que

esse conhecido ponto turístico de Luanda será requalificado e, dentro de dois anos, estará outro (espero que os autores do projecto sejam efectivamente originais e não se limitem a fazer uma réplica do Dubai ou de qualquer outro "paraíso turístico" internacional).

Não sei qual das duas notícias começou a circular primeiro. Não importa. As mesmas correspondem a duas realidades que ninguém, em sã consciência, deverá questionar. Por um lado, o Estado tem o dever de assegurar novas condições de alojamento para os cidadãos que eventualmente residam em zonas de risco; por outro, a ilha de Luanda precisa realmente de uma boa requalificação. Não me considero propriamente um velho do Restelo.

Não, não vou dar uma de desconfiado profissional, apressando-me a estabelecer alguma ligação invisível entre as duas notícias. Alguns poderão achar que a coincidência entre ambas obedece, eventualmente, a alguma estratégia de comunicação. Eu não. Anoto, entretanto, a preocupação das autoridades em informar os seus planos em relação à ilha, promovendo, inclusive, reuniões com a comunidade local. Se não é trabalho de assessoria, parece. Mas é de elogiar.

A minha preocupação estritamente objectiva, julgo eu é outra: a requalificação da ilha é a principal prioridade de Luanda?

Não me parece. Em pior situação do que a ilha, estão bairros como o Cassenda, o Cassequel, os Mártires, o Bairro Operário, o Marçal, o Rangêl, a Terra Nova, o Bairro Popular ou o Sambizanga, que hoje estão dentro da cidade, para já não falar dos novos musseques que tomaram conta de Luanda.

Para dar outros exemplos, vias estruturantes como a Avenida Brasil ou a Estrada do Rocha Pinto reclamam hoje por uma intervenção mais urgente do que a Ilha. Há ruas no interior de bairros considerados "nobres" que o pessoal do projecto "Vias de Luanda" não perderia nada se fosse lá dar uma olhada.

O Governo Provincial (ou Central, que sei eu?) tem bufunfa para requalificar ao mesmo tempo todas as áreas das cidades que precisam disso? Se tem, óptimo. Já não está aqui quem falou. Mas desconfio que não tem. Por isso, tem de definir prioridades. Ora, no momento de fazê-lo, deveria, quanto a mim, levar em conta certos compromissos assumidos há cerca de oito meses atrás (alguém se lembra deles?).

A malta da imprensa também não ajuda. Recebem os press releases, assistem às conferências de imprensa ou

respondem aos pedidos de entrevistas e não fazem as perguntas que deveriam fazer, não questionam, não vão ao fundo dos assuntos, enfim, acabam por funcionar, conscientemente ou não, como meros relações públicas. Por isso, o público fica sem saber o que realmente se passa e os comentaristas informais, como eu, correm o risco de falar à toa.

Por exemplo, eu, se fosse jornalista, não deixaria de fazer, pelo menos, a seguinte pergunta: alguém realmente previu o que poderá acontecer quando todos os esgotos de todos os prédios que estão a ser erguidos na Ilha de Luanda começarem a funcionar ao mesmo tempo? Como não sou, qualquer dia escrevo um conto sobre isso.

6.41 Como é isto possível?

Novo Jornal 24 de Abril de 2009

Deixar os pobres habitar em zonas ricas? Olhando para o que se está a passar na Ilha de Luanda (e no Zango, há já algum tempo...) é caso para nos questionarmos sobre como é isto possível. Mas, é caso para nos perguntarmos se não haverá realmente pessoas que acreditam que as melhores zonas da cidade devem ser exclusivamente para as pessoas com mais dinheiro (independentemente desse dinheiro ser, em alguns casos, ganho de uma forma que produz os tais pobres que abundam no país). Outra possibilidade, bem mais simples, é que há quem veja oportunidades de se apropriar do que é de valor e que está nas mãos dos pobres. É inegável que os pobres têm menos possibilidades de se defenderem quando são roubados ou atacados. E é também inegável o valor comercial dos Locais onde vivem muitos dos nossos pobres urbanos. Reconhecer os direitos dessas pessoas seria uma das formas de combater a pobreza. Espoliá-los e movê-los para zonas remotas e onde não terão nem acesso a serviços nem oportunidades económicas, é uma forma de produzir pobreza e de alimentar conflitos futuros.

Se for a primeira hipótese, os que tomaram as decisões no sentido de expropriar os com menos posses, das terras valiosas onde habitam, sofrem de uma mentalidade retrógrada. É realmente retrógrado pensar que desenvolvimento é algo relacionado com a movimentação forçada da população, por razões cosméticas. Se for a segunda hipótese, estamos perante um assalto feito deliberada mente.

De onde vem o nosso insucesso? Creio que, em grande medida, da capacidade que tem havido para controlar a imagem de realidade que chega ao público. Vejamos, a esse respeito, o que aconteceu com a conferência sobre

habitação e onde parece ter havido o cuidado de evitar vozes discordantes. Outro importante elemento é a parcialidade da imprensa pública, segundo a qual a movimentação das populações da Ilha para o Zango é essencialmente uma operação de apoio a populações sinistradas devido às calemas. Tal como os que foram expulsos há uns anos da Boavista, o foram para seu próprio bem, para serem protegidos dos desmoronamentos de terras. E os que foram abatidos nessa operação eram perigosos meliantes que resistiram, de armas na mão, a serem deslocados para zonas mais seguras...

Infelizmente caímos com facilidade na situação onde a lei e a realidade são esquecidas e os discursos são polarizados em termos de interesses partidários. O que temos de começar a exigir é que a imprensa pública cubra realmente estes acontecimentos. Quantas pessoas e famílias estão a ser deslocadas? Quantos foram afectados pelas calemas? Quantos estão a mudar-se voluntariamente? Em que medida se está a respeitar o que está legislado, nacional e internacionalmente, para lidar com estas situações? Esta informação é do interesse público e é obrigação da imprensa, privada e pública, recolhê-la e divulgá-la.

Temos também de exigir que as instituições para isso vocacionados zelem pelo cumprimento da lei. É necessário não esquecer que os custos sociais e económicos destes erros serão pagos pela sociedade e não por aqueles que tiram benefícios destas operações e das zonas turísticas que elas "libertam".

6.42 Novo Panguila a crescer

O País 24 De Abril de 2009

NOS próximos meses, o bairro do Panguila, no município de Cacucaco, em Luanda, terá no seu aglomerado habitacional mais mil casas Pré-fabricadas. Neste momento já foram erguidas as primeiras 12, disse a O PAÍS o director nacional das Infra-estruturas do Ministério das Obras Públicas (MINOPU), José Silva.

A concretizar-se este projecto, Panguila terá, no total, sete mil residências de dois a três quartos, cozinha, casa de banho e quintal vasto, deu a conhecer o responsável do MINOPU.

O novo projecto habitacional em curso difere do anterior, urna vez que a qualidade dos materiais que construção e completamente diferente, tal como a empreiteira contratada.

Erguido em 2002, o projecto Panguila contemplou inicialmente mil residências de dois e três quartos, para realojar as pessoas que viviam em zonas de alto risco

no município da Samba, em Luanda.

Hoje, o Panguila, segundo a nossa fonte, tem 3.950 residências, congregando um total de 30.400 pessoas, não só as provenientes das zonas de risco, como alguns trabalhadores do MINOPU, bem como de outras instituições do Estado.

"Havia a necessidade de se fazer as obras da Via Expresso da Samba, bem como da construção da vala de drenagem. Então criou-se este projecto com o objectivo de realojar a população que se encontrava em zonas de risco", disse José Silva, que no MINOPU substituiu Jogares André, que agora é vice-ministro.

As casas inicialmente entregues à população não tinha os acabamentos necessários, o que levou os beneficiários a procederem aos acabamentos à sua maneira em função do bolso. Outros não fizeram rigorosamente nada, estando desde 2003 nas mesmas condições em que as receberam.

A qualidade das casas, bem como dos materiais de construção empregues, são agora os problemas que afligem os moradores do Panguila. Algumas delas apresentam graves fissuras, com risco de desabarem.

Sobre o assunto, José Silva diz que a zona onde estão erguidas as casas no Panguila é de "argila dispersiva, o que obriga a que as fundações tenham uma característica que se adequa ao tipo do solo"

O que acontece, explicou.

É que, às vezes, há situações em que o empreiteiro comete falhas, o que faz com que algumas casas apresentem fissuras".

Aquando da última chuva que se abateu sobre Luanda, algumas casas do Panguila foram seriamente afectadas, com a soltura das chapas e dos varões de suporte, situação que o director nacional das Infra-estruturas Públicas justificou alegando ter-se tratado de "casas inacabadas que não tinham as vigas de amarração na parte superior, o que originou a instabilidade"

Mudança arquitectónica

O Panguila erguido em 2002 não tem nada a ver com o Panguila dos nossos dias. Se algumas casas mantêm o desenho inicial, outras foram completamente transfiguradas.

Do mesmo bairro já é possível divisar casas construídas na vertical, ou seja entre dois a três andares, com terraço inclusive. Tem escolas, esquadra da Polícia

Nacional e discoteca.

As ruas já têm postes de iluminação pública, a circulação é feita em boas condições, visto que as autoridades estão a melhorar as vias do interior do bairro.

O director nacional das Infra-estruturas Públicas do MINOPU disse estarem em curso contactos para a construção de uma subestação de energia eléctrica, não só para abastecer na plenitude o Panguila, como os bairros circundantes.

Avaliado em 30 milhões de dólares, o investimento, no dizer de José Silva, implica a participação de outros agentes.

No que diz respeito à distribuição de água, que só chega a cerca de

80 Por cento dos habitantes, uma central de captação teve de ser construída.

6.43 Conferência sobre habitação não travou o preço duro do cimento

Folha 8 25 de Abril de 2009

O Cimento é um produto que os angolanos usam, frequentemente, para a construção; o Roque é uma das fontes de aquisição, do qual constatamos os preços, lucros, origem do produto e outros aspectos.

Os vendedores de cimento do mercado Roque Santeiro encontram-se à beira da estrada, tal como outros produtos comercializados naquele mercado. As vendeiras são maioritariamente mulheres.

O mercado dispõe de dois tipos de cimento; o primeiro é o da Cimangola; o segundo vem da China. Questionados pelo F8 sobre o melhor, os vendedores responderam que tudo é bom. André, de 38 anos, 15 dos quais dedicados à construção de residências, sem ter passado por uma escola senão a da vida, diferenciou os dois, afirmando que o da Cimangola era melhor.

"O cimento da Cimangola é melhor, pois seca lentamente e isso possibilita maior segurança na terra", disse, acrescentando o cimento da China secar rapidamente, mas parte como se de uma pedra se tratasse. Realça que este último é mais económico, pois onde se gasta 20 baldes de cimento da Cimangola podes gastar 16 ou 17 da China.

O cimento da Cimangola traz duas marcas, Tunga1 e 2. Este último, segundo os vendedores, escasseou, em virtude de a sua fabricação parar por causa de uma

avaria mecânica.

Os vendedores lamentam o facto de adquirirem o cimento nos armazéns ao preço de 1600 ou 1700 kwanzas, em relação a antes, adquirido da fábrica Cimangola, pois compravam por 10 USD.

Os vendedores pagam a transportação do armazém de compra ao mercado 50 ou 100 kwanzas por unidade, além da fiscalização que cobra 100 Kwanzas diariamente.

O saco é comercializado por 1800 ou 1900.00 kwanzas, ao contrário dos 1100, praticados no ano findo. De realçar que ainda neste ano, o saco chegou a ser vendido por 2500 kwanzas. Segundo os vendedores, se antes as pessoas, desde que tivessem meios financeiros, podiam comprar, hoje apenas têm acesso se for uma empresa cadastrada para tal. Uma fonte fidedigna informou ao F8 de que houve um acordo entre a Cimangola e a Soklinker, uma empresa de parceiros comerciais pertencente a Isabel dos Santos, filha do presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O acordo dá direito somente a esta empresa a comprar o cimento da Cimangola e, posteriormente, vender a outras empresas privadas.

Os vendedores retalhistas do Roque Santeiro estão a ver "navios", pois, nesta mesma empresa, só se pode comprar a partir de 700 sacos, o que, para esses retalhistas, é uma pena de morte, pois vêem-se na obrigação de adquirir através de terceiros. Com a subida do cimento, reduziu o número de clientes baixaram, pois os vendedores afirmam muitos serem os que têm obras paralisadas à espera que o preço baixe. "No ano passado, havia clientes vindo das outras províncias, mas, neste ano, não, por causa do preço que disparou", disse Eva dos Santos, 35 anos.

Os vendedores são ainda unânimes em afirmar que o pão de cada dia não falta, mas lamentam o facto de terem filhos fora do sistema normal de ensino por motivos financeiros. É o caso de Eva dos Santos, 35 anos. Os últimos dias de cada mês são os mais rentáveis ao longo do ano, sobretudo os meses de Novembro e Dezembro.

Vendedores querem lugar próprio Os vendedores querem lugar adequado, porque muitas vezes são corridos pelos agentes da Polícia, por venderem em sítio impróprio. "A Polícia afirma estarem numa posição imprópria, por causa do risco de acidente", disse um vendedor.

Os comerciantes afirmam os agentes policiais rasgarem,

muitas vezes, os sacos de cimento. Questionados se já fizeram chegar a preocupação à administração do mercado, os vendedores responderam que jamais esta a mandou esperar. A nossa equipa de reportagem tentou contactar com a direcção da Cimangola, mas sem sucesso.

6.44 Moradores do Benfica na Ilha de Luanda hoje já não lhes precisam!

Angolense 25 de Abril de 2009

Há muito que o Governo Provincial de Luanda já vinha alertando os moradores que residiam em zonas de riscos, como Chicala e Benfica, que a qualquer momento seriam desalojados daquela área e, por conseguinte, iriam para zonas mais seguras.

O certo mesmo é que, a segunda parte do acordo não aconteceu, ou seja, com a fúria do mar algumas "casas" foram fustigadas pelas calemas. Os populares daquela zona foram apanhados de surpresa, porque tinham conhecimento que as pessoas mais prejudicadas, com as calemas, seriam retiradas daquela zona.

Acontece, porém, que foram todos "arrancados" das suas casas, quer os que se encontravam em zonas de rico, como aqueles que tinham condições de vida aceitáveis. Entre o processo de retirada dos populares e a destruição das casas que muita gente construiu com o seu esforço, foi tudo muito rápido.

Ao longo da avenida Murtala Hamoamede, era bem visível os rostos tristes, de pessoas que abandonavam as suas casas, deixar para trás uma vida e recomeçar tudo do zero, sem o mínimo de condições. E era proibido arredar o pé, porque a qualquer hora os camiões chegariam para levar os novos inquilinos do Zango quatro.

"O Governo não avisou que haveria de retirar todos moradores, fomos apanhados de surpresa" afirmou Luísa Baptista, moradora da Ilha de Luanda há mais de quarenta anos. Tal como ela, muitos dos moradores demonstraram a sua dor e desespero, afinal vão ter que recomeçar do zero quando já tinham as suas vidas meio resolvidas, no que a questão de habitação diz respeito.

Em jeito de contestação e com as lágrimas que invadiam o seu rosto, Luísa disse que "Se ao menos a administradora, ou a Governadora que está a mandar demolir as casa entrasse "para ver que aqui há casa com mais de trinta anos", disse.

Luísa estava por cima de algumas das poucas coisas que

restavam, "o que está aqui é tudo quanto consegui tirar", explicou, isto porque as máquinas não permitiram aos moradores retirar tudo, conforme constatamos no local.

Mandaram-nos saírem e começaram logo a partir as casas, algumas com os nossos haveres dentro", reforçou uma das afectadas com esta situação que também ouvia a nossa entrevista. Helena Miranda, vive nesta zona há quarenta e três anos, onde teve os seus seis filhos e nasceram os seus quatro netos. A sua casa está bem colada a residência da Kianda, mas também foi forçada a abandonar a mesma.

"A minha casa é do tempo do colono, que um português deixou para a minha avô e a mesma deixou-a para minha mãe", recordou, e diz não entender as razões que a obrigam abandonar de imediato a casa quando "disseram-nos que sairiam apenas as pessoa afectadas pelas calemas.

Dona Helena diz que não arreda o seu pé daí, ainda que tive que recorrer até as últimas instâncias "Saio daqui apenas se m derem uma casa condigna e não para as tendas" acrescentou.

Joana Maria é sobrinha de dona Helena, explica que "estamos muito indignados com o Governo" – são várias as reclamações a começar pela forma como chegaram e como levaram os populares. "Levaram as pessoas em camiões de areia, como se fossem animais" disse revoltada. E tem o factor escola, porque muitas crianças foram forçadas a paralisar as aulas, "o Governo sabe que não é fácil pôr uma criança a estudar em Luanda", enfatizou.

6.45 Haja dinheiro para a auto-construção

Semanário Angolense 18 a 25 de Abril de 2009

O Governo organizou a conferência nacional sobre a habitação. Os resultados foram mais ou menos os esperados. Na verdade, o Governo fez o que deveria ter feito há muito. Bem-vinda a crise económica que permitiu que alguns dos nossos governantes voltassem a ter os pés na terra. Finalmente, o nosso Governo foi convencido pela crise de que o projecto de um milhão de casas em quatro anos só é realizável com a larga participação da sociedade.

Se 10% dos angolanos puderem construir as suas casas em quatro anos o objectivo estará cumprido e até se poderá ultrapassar essa meta de um milhão de casas. Portanto, a mobilização da sociedade é não só bem-vinda como absolutamente necessária. Compete ao

Governo mobilizar, regular, fiscalizar e criar condições para que um maior número de pessoas se possa lançar ao desafio de construir a casa própria.

A questão passa então a ser se existem condições para que tanta gente lance mãos à construção civil. O primeiro grande constrangimento é a falta de dinheiro. Numa sociedade marcada por míseros salários, por trabalho informal e por uma generalizada falta de capacidade de endividamento dos cidadãos junto dos bancos não acreditamos que se consiga encorajar tanta gente a construir casas. Os angolanos trabalham e ganham para o dia a dia. Na maior parte das casas o salário não chega sequer à segunda quinzena do mês. Não há poupanças para investir em cimento, tijolos, blocos, pedreiros, carpinteiros, água, luz e toda cadeia de necessidades. A conferência levantou, e muito bem, a questão dos materiais de construção. Por mais fábricas de tijolos que apareçam, por mais fábricas de cimento que venham os preços ao consumidor não deve baixar muito.

Ou melhor, os preços de fabrico até podem baixar mas depois, vêm as comissões, os especuladores, os revendedores, o transporte e, no final das contas, sempre faltará dinheiro. Existe um consentimento generalizado destas situações. Para construir casas, e não cubatas, num rigoroso tempo de quatro exige-se uma disciplina em toda a estrutura comercial dos materiais de construção, o que, francamente, não temos nem é previsível que venhamos a ter brevemente.

O problema, a nosso ver, não é chegar à meta de um milhão de casas. Embora seja um número alto, matematicamente é possível se a sociedade for suficientemente mobilizada para se lançar à obra. Essa mobilização é obviamente política e propagandística mas não só. O grande mobilizador é a capacidade real do mercado oferecer essa oportunidade. E aqui residem as nossas grandes dúvidas. Começa dos terrenos. Luanda, que é o grande centro populacional, está ocupada do Panguila à barra do Kwanza. Largas extensões de terra foram entregues a pessoas que não fazem nenhum uso dela, para além, claro, do muro ou do gradeamento a demarcar a propriedade privada. Os terrenos que sobram são a grande fonte de rendimento dos funcionários das administrações comunais e municipais. Custam aquilo que um cidadão honesto não tem como pagar.

As áreas para possíveis construções são distantes, de difícil acesso, sem pontos de ligação de água e energia e sem grande valor financeiro. Para essas zonas o transporte de materiais e os custos de produção são duas ou três vezes mais caros. Vai tudo dar ao mesmo:

falta de dinheiro. Muito pouca gente tem recursos financeiros para custear nesse tempo mínimo tantos gastos com a obra. Uma volta pelas obras particulares de Luanda sul deixa a nu as dificuldades dos seus proprietários. Muitas das obras arrastam-se por longos anos e há já quem esteja a vender casas inacabadas. O quadro não se vai alterar, mesmo com mais materiais no mercado. Os bancos disseram claramente na conferência que não querem nem vão correr riscos, a menos que o Governo assuma o risco por eles. Os cidadãos não têm salários nem podem apresentar os seus terrenos (mesmo valendo pouco) como garantia. Não têm outros bens valiosos para empenhar no banco. Então estamos numa situação de pescadinha com rabo na boca. É um círculo vicioso. Apesar das inúmeras ideias apresentadas durante a conferência, as soluções para os problemas subjectivos deste programa ficaram por encontrar. Ficou claro que o programa do milhão de casas é essencialmente orientado para casas sociais, o que quer dizer que os beneficiários e cidadãos convidados a aderir à autoconstrução dirigida são da classe média, baixa e pobres. Ganham menos de mil dólares. Com que dinheiro vão eles construir, pagar rendas resolúveis ou participar em cooperativas?

Algumas das recentes experiências mostram que mesmo lá onde o Governo constrói não é líquido que as casas fiquem nas mãos dos mais necessitados. Muitas das casas dos bairros sociais recentemente criados foram parar às mãos de dirigentes e quadros superiores e intermédios do Governo. Os desfavorecidos e os mais necessitados quando conseguem um tecto nesses novos bairros vão na condição de inquilinos e, mais tarde ou mais cedo acabam levantando uma barraca sua num terreno proibido à espera da demolição e posterior realojamento. Não é uma realidade que se resolva por decreto. É necessário muita disciplina, muita organização e muita fiscalização. Em nenhum destes casos somos famosos.

Algumas figuras próximas do Governo começam a dizer que pode não ser exactamente um milhão de casas. Fazem mal. O problema não é o número. O programa é ambicioso e se for criado um movimento mobilizador pode ser realizado, agora que o Governo desceu à terra e resolveu apelar à participação dos cidadãos. O essencial é facilitar a vida aos cidadãos para que cada um possa aceitar o desafio. Sendo um programa transversal vai enfermar de todos os vícios da nossa função pública. O cabritismo, o aproveitamento dos poderosos e a exploração comercial. Não é o número que aflige. Outros países conseguiram e mesmo na conferência abordaram exemplos internacionais. O que aflige é termos definida uma meta do primeiro mundo para um país com os problemas

básicos que nós temos. O que aflige é não existir na sociedade uma estrutura que nos dê a garantia de que possa liderar um programa desta natureza com lisura, transparência e em estrito e rigoroso benefício dos que pretendam construir a sua casa. Não há nenhuma confiança de que as mesmas administrações que deram os melhores terrenos a gente que nada faz com eles, tenham agora igual deferência a anónimos cidadãos que ousarem tentar. É a subjectividade toda que passou ao lado da conferência.

6.46 Empresários com práticas especulativas fazem encarecer os preços do imobiliário

Jornal de Angola 26 de Abril de 2009

O combate à especulação dos preços das casas, em Luanda, passa por um aumento de acções na fiscalização das obras e pela criação de um diploma legal que organize o sector imobiliário, afirmou a presidente da Associação de Profissionais Imobiliários de Angola.

Branca do Espírito Santo reconheceu a existência de oportunismo por parte dos investidores que, ante a crescente procura, perseguem lucros muito superiores aos investimentos aplicados.

De acordo com um estudo efectuado pela empresa de consultoria e avaliação imobiliária Proprime, os preços dos apartamentos do tipo T 4 com 580 metros quadrados, na cidade de Luanda chegam a custar cerca de três milhões de dólares.

O município da Maianga é uma das zonas de Luanda onde os preços dos apartamentos são mais elevados. Os T4 custam três milhões, os T2 de 165 metros quadrados custam 774 mil dólares e um milhão de dólares os de 220 metros quadrados.

Depois da Maianga, segue-se o município da Ingombota com apartamentos do tipo T4, com 223 metros quadrados (m2), no valor de um 1,3 milhão de dólares, enquanto os T1, com 64 m2, custam 380 mil dólares.

Em Luanda-Sul, o valor médio de um apartamento do tipo T1 é de 249 mil dólares de 57 m2 e o T4 1,08 milhão de dólares com 179 m2. Em Viana, os T1 com 56 m2 custam 206 mil dólares, e os T2 de variam entre 285 mil, os de 82 m2, e 378 mil dólares, os de 119m2.

Na zona do Camama, o valor médio de um apartamento de 60 m2 do tipo T 1 é 210 mil dólares e os apartamentos do tipo T2 variam entre os 285 mil dólares (85m2) e 365 mil (120m2).

Apartamentos são mais caros O estudo demonstra que os apartamentos chegam a ser muito mais caros do que as vivendas. No Talatona, uma moradia do tipo V3 com 385m² custa 2,1 milhões de dólares, enquanto a V4 (525m²) custa 2,4 milhões.

Em Luanda Sul, a vivenda do tipo V3 (400m²) custa perto de dois milhões de dólares e a V 4 450m²), 2.1 milhões.

O preço do metro quadrado dos apartamentos é alto. No município da Ingombota, cada metro quadrado de um apartamento chega a atingir os 5.760 dólares. A zona com valores mais baixos é a do Camama, onde o metro quadrado custa 3.300 dólares. O estudo concluiu que os valores médios do metro quadrado podem descer em função do aumento das áreas de construção.

A Associação de Profissionais Imobiliários de Angola pretende estabelecer um acordo com as autoridades governamentais no sentido de se encontrarem soluções imediatas para -que, num curto espaço de tempo, a situação ganhe outra dinâmica. Defende a necessidade da criação de fundos imobiliários, sociedades de hipotecas e cooperativas com o propósito de financiar habitação social.

O mercado ainda tem pouca oferta de habitações para cidadãos com baixos rendimentos. "A maior parte das construções está dirigida à classe média e de altos rendimentos, aumentando assim o desequilíbrio que existe entre a procura e a oferta", disse Branca do Espírito Santo.

Com vista a atender grande parte da população, o Governo tem desenvolvido algumas acções de construção de casas sociais em Luanda, como são os casos dos projectos Morar e Zango em Luanda Sul.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assumiu, em 2008,0 compromisso de serem investidos 50 mil milhões de dólares na construção de um milhão de habitações sociais nos próximos quatro anos.

A Associação de Profissionais Imobiliários de Angola foi criada em 11 de Abril de 2008, com o objectivo de organizar a classe e fazer chegar as preocupações dos associados aos órgãos competentes.

6.47 Remoção de grua preocupa população

Agora 28 de Março de 2009

De acordo com informações obtidas, o processo de remoção da grua levará uma semana, estando já no local colocadas cinco gruas auxiliares nas zonas laterais

do edifício, que facilitarão a remoção do objecto com segurança. Em consequência, a circulação na Rua Martin Luther King ficará interdita enquanto perdurar a operação.

O processo de remoção da grua decorre sob a responsabilidade da construtora portuguesa Soares da Costa que, segundo o vice-governador para a área técnica, Bento Soito, possui condições para a execução do trabalho, que requer alguns meios técnicos e apresenta um certo grau de perigosidade.

Bento Soito avançou igualmente que os moradores do edifício vão ser alojados, dentro de dez ou 12 meses num local digno e seguro, acrescentando que ainda não foi definido o local onde vão ser construídas as casas para os moradores a desalojar.

A grua a remover encontra-se no local em estado de abandono há mais de 30 anos e constitui um perigo ao prédio inacabado de dezasseis andares, bem como para os seus moradores.

As pessoas que residem nas suas redondezas temem que a remoção da grua possa causar algum acidente grave pelo facto de a base do engenho estar muito tempo submersa nas águas da lagoa.

6.48 Nasce no lugar dos canaviais uma cidade desportiva

Jornal de Angola 28 de Abril de 2009

A comuna da Catumbela foi no passado uma área reservada às plantações da cana que alimentavam um complexo industrial que, na fase inicial, produzia álcool e açúcar e, mais tarde, refinava óleo alimentar.

Com início no bairro da Luz, as plantações de cana eram visíveis em toda a extensão da estrada que liga o Lobito a Benguela, até às imediações da Nossa Senhora da Graça. Catumbela e Dombe Grande tinham grandes fábricas açucareiras, empresas que absorviam grande parte da força de trabalho nacional e emigrantes cabo-verdianos que nestas paragens procuravam melhorar a vida.

Nas áreas agrícolas da Catumbela hoje estão a nascer empresas, fábricas, escolas e projectos habitacionais. Quem sai do Lobito em direcção a Benguela, encontra no lado direito da estrada uma zona urbanizada e delimitada, onde está a ser erguido o futuro condomínio dos trabalhadores da Sonangol e todas as pessoas colectivas ou individuais que na província, se associaram ao "Projecto Cajueiro".

No lado oposto, há empresas já em funcionamento, enquanto outras se levantam, o que indica que nos próximos tempos Lobito e Benguela vão ficar unidas.

Ainda na Catumbela, podemos destacar a recente inauguração do segundo Centro de Distribuição do PRESILD, que vai abastecer as nove lojas do "Nosso Super" da região Centro e Sul do país, Benguela, Lobito, Kwanza-Sul, Huambo, Bié, Lubango, Namibe, Kuando-Kubango e Ondjiva, e também as lojas de proximidade que estão a ser abertas nos bairros mais populosos.

Também está em fase de conclusão um bairro residencial com 100 casas para os militares das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Foi recentemente inaugurado, um Instituto Médio Politécnico, com capacidade para 700 alunos, que é uma mais valia para a província no capítulo da formação técnico-profissional em várias especialidades, antevendo os desafios do futuro.

Este "canteiro de obras" é notório ao longo da estrada Lobito Benguela. A via está em remodelação e entre as obras sobressai a nova ponte da Catumbela, a linha férrea, o novo aeroporto internacional e o Estádio de Futebol de Benguela que vai acolher uma das fases do CAN-2010, que também nasceu nos antigos campos agrícolas da Açucareira 10 de Maio.

Importa realçar, que uma parte destes terrenos está reservada ao Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela (PDI C), onde vão ser instaladas novas cerâmicas, uma fábrica de cimento, uma fábrica de tubos aço e outros empreendimentos.

Produção da cana

No início da década de 90 o Conselho de Ministros decretou a paralisação da produção da cana-de-açúcar na região da Catumbela e os terrenos ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e o Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela.

O director das açucareiras da Catumbela e Dombe Grande, Samuel Orlando do Amaral, disse em entrevista ao "JA" que os projectos de modernização e urbanização do Lobito e Benguela elaborados nos últimos anos, nos quais se antevia a junção das duas cidades, deram origem à asfíxia dos campos agrícolas destinados a produção de cana-de-açúcar.

Samuel do Amaral, que é também o presidente do Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela, revelou que as duas açucareiras da província de Benguela

conheceram um crescimento gradual na década de 60 e 70, chegando a atingir a cifra das 45 mil toneladas, das quais, 30 na Catumbela e 15 no Dombe Grande.

Durante o período áureo, existiam cinco fábricas de açúcar em Angola, Bom Jesus (Bengo), Tentativa (Heróis de Caxito) Bengo, Catumbela e Dombe Grande (Benguela) e a Quissol (Malanje) que era de pequena dimensão e por não corresponder às expectativas da época, foi encerrada pouco tempo depois do seu arranque.

Orlando do Amaral disse que estudos elaborados pelo Ministério da Agricultura indicam que há condições climáticas e de solos nas regiões do Kwanza-Sul e do Cunene, prevendo-se instalar a curto prazo algumas indústrias açucareiras.

Dombe Grande muito pequeno

Em relação à comuna do Dombe Grande, os estudos efectuados concluíram que devido à existência de poucos hectares para a plantação de cana (7/10 mil), não aliciava qualquer parceria com empresas estrangeiras. A área da antiga açucareira foi reservada ao ensaio de plantação de outras culturas pela Hitergest e a ESCOM, com destaque para a banana, hortícolas e cereais, de forma a manter o potencial agrícola existente na região.

Nas condições actuais, para que uma fábrica seja viável deve possuir no mínimo cerca de 30 mil hectares disponíveis. A Açucareira 10 de Maio possuía cerca de 5 mil hectares para plantação de cana-de-açúcar, enquanto que a 4 de Fevereiro no Dombe Grande 4, perfazendo um total de 9 mil, cifra aquém de alcançar a produção que se almeja.

Para o engenheiro Samuel do Amaral, a indústria açucareira é promissora em Angola. "Basta referir, que só na região do Cunene há disponíveis cerca de 300 mil hectares, sem limitações de água. São áreas completamente virgens, onde podem ser instaladas cerca de três fábricas para suprir as necessidades do país", asseverou.

A produção da cana-de-açúcar começou na Açucareira do Bom Jesus, em 1880, para o fabrico de bebidas espirituosas. Em 1920, começou a produção de cana para fins industriais na açucareira da Catumbela e cerca de 10 anos mais tarde na comuna do Dombe Grande.

6.49 Sete edifícios para moradores estão a ser erguidos defronte à Filda pela Tecnisa

Sete edifícios com oito andares, com um total de 544 apartamentos, estão a ser erguidos pela construtora Tecnisa no quadro dos esforços com vista à redução do défice habitacional no país.

A construção está a ser feita num espaço de 40 mil metros quadrados e está localizada defronte à Feira Internacional de Luanda (Filda).

O gerente da Tecnisa, Ramon Macedo, não revelou o montante do investimento aplicado na empreitada. Disse apenas que os edifícios terão apartamentos do tipo T3 e serão habitados por 544 famílias. Estão todos a serem erguidos ao longo da linha-férrea na perspectiva de facilitar a, deslocação dos habitantes.

Além de moradias, o espaço será igualmente preenchido com estabelecimentos comerciais, uma área de lazer e um parque de estacionamento subterrâneo com uma capacidade de cerca de 600 viaturas.

150 trabalhadores

A empreitada teve início em 2008 e está a cargo de 150 trabalhadores. A primeira fase de entrega da obra aos beneficiários acontece ainda este ano, enquanto a última ocorrerá em 2011.

Um outro projecto habitacional que envolve a Tecnisa, de acordo com a fonte, é a construção de três edifícios com 144 apartamentos, centros comerciais e áreas de lazer. Os empreendimentos estão a ser erguidos no bairro Cuca, em Luanda.

Segundo Ramon Macedo, a construção dos referidos edifícios, num espaço de 20 mil metros quadrados, teve início em 2007. O seu termo está marcado para meados de 2009. A obra permitiu que mais de 100 pessoas beneficiassem de empregos directos.

Porém, a conclusão da empreitada, de acordo com o gerente, conheceu alguns incumprimentos dado ao défice de material de construção que se regista no mercado em algumas fases do ano, tendo ditado a dilatação das datas de entrega das obras.

"Chega uma fase em que o material de construção é escasso. Assim, não conseguimos cumprir com as datas e, conseqüentemente, estrangulamos os acordos entre as partes envolvidas nos projectos".

A Tecnisa, com um capital social 100% angolano, está a introduzir no mercado de construção novas tecnologias, que, segundo a fonte, são rentáveis, económicas, comparativamente com os antigos.

A tecnologia consiste na construção dos primeiros andares com estruturas de betão armado. A partir do terceiro andar, é feito em bloco de betão, a chamada "alvenaria armada". "Esta tecnologia provém do Brasil, não se usa pilares, o que dá mais velocidade à obra, poupa-se mais e a sua segurança é maior", disse.

Alargamento

A Tecnisa pretende alargar os seus projectos imobiliários para as outras províncias. Numa primeira fase, as cidades do Lobito e Lubango serão as primeiras a serem contempladas fora de Luanda. Segundo a fonte, vários empreendimentos imobiliários serão edificados nas duas urbes.

Em sua opinião, o mercado imobiliário angolano continua a ser fértil para as construtoras e refere que a crise financeira mundial não inviabilizou o curso de muitas empreitadas em Angola.

O único problema que aflige os construtores, de acordo com Ramon Macedo, tem haver com a escassez do material de construção. Os cidadãos interessados em ter às referidas habitações poderão optar pela compra directa ou aluguer, ainda de acordo com o gerente da Tecnisa.

Fábrica de cimento

Para suportar as obras sob a sua alçada, a Tecnisa é proprietária de uma fábrica de material de construção feito de cimento. Localizada no município de Viana, província de Luanda, a fábrica ocupa um espaço de 70 mil metros de área de construção.

Tem urna capacidade para produzir 120 mil blocos de cimento e igual número de betão armado diariamente. O trabalho é assegurado por um grupo de 150 trabalhadores, maioritariamente nacionais.

6.50 Construção de um milhão de casas é uma falsa

Agora 28 de Abril de 2009

O ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, que falava à imprensa na última segunda-feira, 23, deu a mão à "palmatória" ao confessar que não há condições para o cumprimento do programa que prevê a construção de um milhão de casas e alguns projectos previstos no Plano Nacional para o presente ano.

De acordo com o governante, tais projectos poderão se chumbados e transferidos para 2010.

Em Outubro do ano passado, o PR garantiu que o Executivo iria aplicar mais de cinco mil milhões de

dólares num programa de habitação que inclui a construção de um milhão de casas.

O Chefe de Estado admitiu na ocasião que não seria um exercício fácil, tendo em conta que o preço médio destas casas estava calculado em cerca de 50 mil dólares, mas que aceitava o desafio, tendo igualmente assegurando que já se estava a trabalhar nesse sentido.

Eduardo dos Santos, que discursava em Luanda na cerimónia que assinalou o Dia Mundial do Habitat, e que teve lugar no Centro de Convenções de Talatona sob iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), esclareceu igualmente que o referido programa previa criar mais 1,3 milhões de empregos.

A oposição já tinha manifestado cepticismo, face ao programa apresentado pelos camaradas na véspera das eleições legislativas, tendo dirigido críticas em protesto contra os custos astronómicos da empreitada.

O secretário-geral UNITA, Camalata Numa, desqualificou o programa tendo-o considerado de "falsa questão", na medida em que o Governo estava a importar mão-de-obra chinesa.

6.51 Governo quer especialistas no ordenamento territorial

Jornal de Angola 28 de Abril de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, solicitou ontem, em Luanda, a contribuição de peritos internacionais ligados ao sector habitacional, com vista a um melhor ordenamento do território e o desenvolvimento urbano sustentável. José Ferreira discursava na abertura do encontro que reuniu no Hotel Alvalade peritos das Nações Unidas afectos ao sector habitacional, responsáveis e técnicos do Ministério do Urbanismo e Habitação.

Os peritos estão a discutir e aperfeiçoar os programas do Ministério do Urbanismo e Habitação, que têm a ver com a Política Nacional da Habitação, o Programa Nacional de Melhoramento dos Assentamentos Precários Urbanos, Programa de Estudos e Capacitação para o Desenvolvimento Urbano Sustentável e o Sistema Nacional e Informação Territorial.

O ministro recordou que a Política Nacional de Habitação, para além de garantir o direito à habitação e promover a qualificação do território, cria também condições económicas, sociais e técnicas, para a redução do défice habitacional. Sublinhou que a discussão dos programas surge na sequência da alteração das condições dos assentamentos humanos no

país devido à guerra que causou a destruição das infra-estruturas básicas, a deslocação das populações e a ocupação desordenada das áreas suburbanas das principais cidades.

O ministro espera que da discussão dos documentos submetidos à reunião, saia a definição de prioridades e as linhas de acção que possam ser partilhadas pelo Governo e parceiros. José Ferreira defendeu a promoção da troca de experiências para a melhoria dos programas habitacionais do país.

Para a discussão dos temas agendados foram criados quatro grupos de trabalho. O encontro termina hoje com a leitura de recomendações gerais.

7 TERRA

7.1 Iniciativas para a gestão sustentável da terra

Jornal de Angola 6 De Abril de 2009

Um memorando sobre o estabelecimento de parcerias para a execução de iniciativas no âmbito da gestão sustentável de terras foi assinado este final de semana cidade do Huambo.

Rubricaram o documento o Vice-Ministro do Ambiente, Sianga Abílio, o governador da província do Huambo, Albino Malungo e o representante do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), Carlos Figueiredo.

O memorando de entendimento, que abrange o Ministério da agricultura e a Universidade Agostinho Neto, tem como objectivo estabelecer cooperação com vista a definir os termos de parceria para o apoio à execução do projecto de gestão sustentável de terras na província do Huambo.

As partes concordaram em unir esforços e manter uma relação de trabalho próximo e sistemático para o alcance dos objectivos comuns e para o cumprimento do memorando de entendimento ontem assinado.

O PNUD assegura a monitoria e avaliação do projecto e apoia a mobilização de fundos adicionais para a execução do projecto "ELISA". Também apoia a elaboração de materiais de informação e sensibilização sobre práticas sustentáveis de gestão de terras.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural é o parceiro chave na execução do projecto. Disponibiliza fundos, através da Direcção Provincial de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e

Ambiente do Governo do Huambo. Vai também fazer parte da unidade de coordenação, facilitar a assistência técnica e informação ao projecto-piloto. Ao governo do Huambo cabe a criação de um ambiente favorável e de condições de funcionamento para a execução do projecto.

A Universidade Agostinho Neto é a responsável pela formação e assistência técnica e promove a integração das actividades do projecto através da Faculdade de Ciências Agrárias

7.2 Esquecidos nos campos de acolhimento A Capital 18 de Abril de 2009

Aquilo que, para o Governo, corresponde a um projecto, para Maria é uma questão de vida ou morte. Há dois anos perdeu a casa, em consequência das fortes chuvas que, em Janeiro de 2007, fustigaram a cidade de Luanda. Vivía, então, no município do Cazenga. O Governo a retirou dos escombros da sua residência e mantém-na, até hoje, a viver com a sua família numa tenda de três metros quadrados, num dos chamados campos de acolhimento montados ao redor de Luanda.

Maria é inquilina do Campo da Poeira, um aglomerado de tendas montadas pelo Governo provincial para acolher, provisoriamente, as vítimas das enxurradas de há dois anos. O que era para ser de curta duração, leva já dois anos. E um olhar, mesmo que de soslaio, pela área ajuda entender a razão de nome Campo da Poeira. O exterior das tendas mostra-o com perfeição.

Ali vivem 590 pessoas. São várias famílias. Muitas têm de repartir uma tenda. Há casos, e Maria testemunha, em que duas famílias, pai, mãe e filhos, repartem a mesma tenda. «A minha, a nossa forma de vida, é desumana», desabafou Maria, agindo como porta-voz não autorizada dos demais ocupantes das tendas.

Mas, quem precisa de autorização para falar quando se partilha, com os demais, os mesmos sentimentos de dor, desalento e, sobretudo, desespero? São estes sentimentos que conferem à Maria legitimidade para falar pelos demais, contando, com todos os pronomes, esse sofrimento que a acompanha há dois anos.

«Só nos trocaram a tenda uma vez», queixou-se. Mania de luxo? Nem por isso. São os buracos que fazem na desejar, se não pode ter uma casa, ao menos uma tenda nova. A actual já está velha. A poeira, o vento e a humidade fizeram-na rasgar-se. Agora, se Maria e os demais foram, para ali, mandados em busca de protecção contra chuva, parecem estar encurralados. Não há escapatória. «Nesta época das chuvas, a situação é cada vez pior», explica: «A água entra nas tendas. Elas já não estão em condições, para suportarem mais chuvas».

Tem razão Maria, quando, a dado passo da conversa, desabafa: «estamos numa encruzilhada». Se, mesmo no interior dos aposentos, a chuva chega, o que dizer do calor? Este é, também, um grande problema. Para exemplificar, ela se dirige a uma banheira cheia de água.

Enche urna caneca e pede ao jornalista que a beba. Pedido aceite. A água estava quente. «É do calor que

aqui se faz», explicou.

É, pois, sem muita esperança que essa viúva o marido morreu na sequência do desabamento da residência - que ela olhou para a conferência nacional sobre a habitação realizada, pelo Governo, na passada segunda-feira. Afinal, há dois anos que aguardou por urna casa. Agora, já nem isso quer. Bastaria, apenas, urna tenda nova para albergar com mais dignidade a ela e aos seus. «Se nem tenda nova dão, quanto mais urna casa?», questionou-se.

Joaquim, outro ocupante de tendas, tem até urna lista de reclamações. «No campo não existe, pelo menos, um Posto Médico, ou urna tenda escolar onde as crianças possam aprender. Nem mesmo termos energia eléctrica», apontou. De resto, queixa-se do desespero de quem, um dia, teve casa própria para acabar, agora, nesta situação. «A viver numa tenda», apontou.

Carlota acrescenta mais problemas à lista de Joaquim. «No Campo falta de tudo», disse. «Desde as condições básicas de habitabilidade, à situação da Saúde e da Educação», notou.

«A única coisa que temos é a tranquilidade. Graças à boa colaboração da coordenação do campo com a Polícia, visto que nos arredores o índice de delinquência é elevado. De vez em quando beneficiamos de uma cisterna de água, por parte da Administração Comunal».

De idade já avançada, Carlota disse estar cansada de «viver ao relento» e deixa um apelo para quem de direito: «estamos a viver como refugiados, sem saber quando é que seremos transferidos para uma área melhor».

O insuportável, ela sabe o que é: «a vergonha de dormir com sete a 14 pessoas numa única tenda, apertados como sardinhas, mesmo sendo pessoas de famílias e culturas diferentes».

7.3 A génese da terra prometida

A Capital 18 de Abril de 2009

O problema em Camuxiba instalou-se em 2007, quando o Ministério das Obras Públicas decidiu inventariar as residências que poderiam ser afectadas pelas obras. A seguir viria o realojamento dos abrangidos.

Mas o delegado municipal das Infra-estruturas da Samba, engenheiro João António Teixeira, segundo os moradores, usou, pelo menos três vezes, a polícia. Primeiro, para forçar os populares a abandonar o local,

sem contudo definir antes o destino dos mesmos.

Mais tarde, João Teixeira, que é também o empreiteiro da obra, deu a conhecer que o Governo já tinha disponibilizado dinheiro, para indemnizar as pessoas que perderiam as suas casas, em função das obras em causa. Cada agregado deveria receber, consoante as dimensões das residências de origem, 13 e 39 mil dólares norte-americanos. Os visados rejeitaram a proposta, exigindo o valor máximo de 60 mil dólares.

O desentendimento arrastou-se até finais do ano passado, altura em que, ainda em conformidade com os moradores, se pôs termo a negociação com o Ministério das Obras Públicas.

Daí em diante, o novo interlocutor passou a ser o Ministério da Reinserção Social (MINARS), cuja missão seria realojá-los num dos projectos habitacionais em construção algures em Viana.

«Pensamos que fosse no Zango-3, onde há casas de boa qualidade», referiu António Mariano, que disse acreditar na forma como a directora provincial do MINARS, está a proceder.

Os moradores descontentes reconhecem na responsável provincial de Luanda do MINARS, a parceira privilegiada para resolver o problema. Segundo eles, ela «encarou o problema de forma séria», pois, deslocou-se ao Zango no passado dia 27 de Janeiro, onde constatou que, de facto, algumas casas daquele projecto estavam mal feitas.

Citam-na como tendo ficado «surpreendida com o tipo de casas que nos querem dar, sobretudo com o tipo de fossas e com a estrutura interna das mesmas. Prometeu pronunciar-se no prazo de 15 dias, mas até ao momento não há sinal nenhum, passados quase três meses», revelou Adolfo Fonseca.

Este morador é de opinião que os moradores da Camuxiba só abandonarão o bairro, depois de receberem novas casas. «Por isso é que não temos pressa». Enfatizou.

Apesar disso, a reportagem do A Capital constatou que o não acabamento das obras de reabilitação da vala está a criar transtornos na movimentação das pessoas, levando alguns moradores a passarem no interior dela, para atingirem as suas casas e com as chuvas, o cenário complica-se ainda mais.

7.4 Moradores da Camuxiba recusam casas no Zango-4

A Capital 18 de Abril de 2009

Os moradores dizem que as casas a eles atribuídas no Zango-4, para além de possuírem quartos com dimensões muito pequenas, apresentam fossas descartáveis feitas em bidões plásticos, com capacidade de apenas 100 litros.

Mas não é só. Outra preocupação prende-se com a falta de água, luz, escolas e hospitais, que, no entender dos queixosos, são o fulcro dos problemas que os leva a recusar o seu realojamento, «porque tudo o que é primário, para a vida do homem, não existe naquele bairro». Por isso, sugerem que as casas em causa, sejam ampliadas às mesmas dimensões que as do Zango-3, onde os seus agregados se possam sentir à vontade.

Outra sugestão destes populares pede que, tendo em conta a gritante falta de transportes, para se garantir o acesso à educação e saúde em zonas afastadas, como aquela a que estão destinados, a construção de novos perímetros residenciais seja feita, paralelamente com a construção de escolas e hospitais.

Entendem que assim se evitariam complicações nas vidas dos estudantes, ao mesmo tempo que se evitaria que muitos doentes demorem na via, sempre que precisarem de apoio médico e medicamentoso.

«Essas são condições que qualquer cidadão precisa para que se sinta, de facto, realojado», reforçou Justo Rodrigues, sublinhando, mais adiante, que as casas de onde o Governo lhes quer retirar para obras, «não estão tão mal, para se contentarem com as do Zango-4», onde vinga a norma de todas obedecerem o mesmo padrão, não sendo por isso possível muda-las de formato, com excepção do muro que pode ser levantado mediante o pagamento de 300 dólares norte-americanos à Administração local.

Negócios à parte. Outro facto que eriça os cabelos dos moradores da Camuxiba é o facto de algumas pessoas foram tiradas da zona, por alegadamente as suas casas estarem em locais de risco e levadas depois para o Zango.

Só que, algum tempo depois, nos mesmos sítios inseguros, foram erguidos prédios e até estabelecimentos comerciais. Mesmo no início da reabilitação da vala de drenagem que atravessa o bairro em direcção ao mar, houve registo de casas que foram demolidas, tendo os seus proprietários levados, uns para o Zango, outros receberam dinheiro, cujos montantes não nos foram revelados.

O certo é que os espaços que banhavam a vala, foram preenchidos com residências de carácter definitivo. Agora, o esquema abrangeu residências que, para além de terem sido construídas em lugar seguro, não estão próximas das valas e os donos das residências, segundo testemunhas, receberam dinheiro cuja origem se desconhece.

7.5 TERRAS

A capital De 20 de Abril a 2 de Maio de 2009

SE houvesse alguma comparecência, com negociações em tempo oportuno, sem arrogância e insensibilidade pelo meio, de certeza absoluta que o cenário dantesco, que mais se assemelha a um campo de refugiados, seria evitado e as coisas resolver-se-iam a contento das partes.

Mas, não foi assim que as coisas funcionaram. E Celestina Augusto chama de «sofrimento» a um cenário que é, a todos os títulos, indescritível: já lá vai mais de um mês, desde o dia 4 de Março, que viu a casa, que erguera à custa de muito suor, a vir para baixo, por força do camartelo da Administração Municipal das Ingombota.

Aquilo que lhe custou, anos e anos, a colocar de pé, bloco por bloco, dias e noites de muita transpiração, um apertar de cinto para poupar, e, claro está, muito dinheiro gasto em material para construção, estava ali diante dela transformada em escombros. Numa só - palavra, os anos de dedicação estavam ali debaixo dos seus pés, feitos pedra sobre pedra.

Ao mesmo tempo que lamenta pela desgraça que bateu a sua e a porta de centenas de famílias, a senhora esconde as lágrimas que ameaçam serpentear e inundar o rosto. «Nós que vivíamos em casas de betão armada, com a construção autorizada pela administração comunal, somos agora obrigados a viver em cubatas de chapas que, cada um à sua maneira, está a construir, consoante as suas possibilidades financeiras», lastimou.

Em Fevereiro último, no dia 14, sem qualquer aviso, começaram as palmeiras movimentações de homens dos administração municipal e comunal, de polícias fortemente armados e de máquinas pesadas, dispostos a arrasar com tudo quanto fosse casa ali ergui da.

Neste dia, recordam os moradores, cinco casas foram demolidas. Não destruíram mais, «porque o povo reagiu» energicamente. Como que em busca de soluções para albergar aquela gente, os homens e máquinas abandonaram O local, advertindo que todos,

sem excepção, tinham pouco mais de 24 horas para «arrumarem tudo e deixarem o local».

Abrangidos pela medida de demolição, os populares aguardaram por alguma solução, mas o que aconteceu pouco tempo depois foi o pesadelo, ou melhor, a tragédia de que nunca chegaram a imaginar.

No dia três de Abril, homens, armas e máquinas regressaram e, desta vez, com vontade de arrasarem com tudo o que encontrassem pela frente e, senão muito, deixar apenas cinzas. «Destruíram algumas casas. Um dia depois, isto é, no dia quatro, acabaram por destruir tudo o que sobrou, até mesmo os bens das pessoas», denunciou a moradora Celestina Augusto.

Os homens abandonaram o local, sem, ao menos, explicarem qual seria o destino daqueles populares, atirados, num assomo de poucas horas, para o abandono completo, à sorte de todas as vicissitudes decorrentes da exposição à corrente fria proveniente do mar adjacente, à chuva e ao sol tórrido de todas as manhãs.

Quando a chuva cai, molha tudo. As pessoas e o pouco dos haveres que restou dos populares na saga da demolição. Como se não bastasse, o sol não tem sido nada complacente. «Estamos a ser queimados todos os dias», afirmou, por sua vez, Baptista Alfredo, que, depois de muito sacrifício, perdeu a casa de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho.

Como ele, Engrácia Pacheco suporta a mesma dor e revolta, pois «partiram tudo, a casa e a nossa miséria, e não disseram se nos vão dar um tecto».

A aposentada, de 54 anos, perdeu também todos os documentos pessoais por força da demolição, de tal forma que complica todo o processo inerente à segurança social. «Não sei se conseguirei receber o dinheiro da reforma, depois de tudo o

que fizeram. Isto se faz com cidadãos angolanos que somos. Por que nos tratam desta forma como se fossemos animais» interrogou-se.

Como alternativa em função das várias intempéries da natureza os desalojados viram-se forçados a erguer no mesmo local onde tinham casas de construção definitiva. Minúsculos casebres de chapa de zinco para ao menos.

Conseguirem evitar os escaldantes raios de sol do frio nocturno e ainda das últimas chuvas que se abateram quase torrencialmente sobre a capital. «É uma cubata

para nos cobrir do sol para nos remediar reconheceu Fernando Pedra também atingido pelo camartelo do Governo Provincial de Luanda.

A vida apesar da incerteza não pára mas as dificuldades aumentaram significativamente. Aguardam por isso ansiosos, que uma mão amiga e a promessa da governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, venha, na realidade, a concretizar-se. «Solicitamos a intervenção da governadora e ela deu a esperança que resolveria.

Continuamos a aguardar mas estamos a ver que não conseguiremos nada» disseram E os moradores têm razões de sobra para pensarem desta forma. É que Suzana Meio, a administradora municipal das Ingombotas tem uma visão diferente da sua superior hierárquica. Francisca do Espírito Santo ao ponto de ultrapassá-la à direita. «Ela» Suzana Melo disse que não haverá indemnização para ninguém» revelaram.

E porque o futuro é insondável continuam sem saber o que ira a seguir e em contrapartida a vida essa complicou-se radicalmente de tal sorte que ate trazer refeições passou a ser um luxo para alguns dos moradores.

«Já pedimos ajuda mas ainda não vimos ninguém do governo a trazer pelo menos arroz mas somos filhos de Angola Como é que vamos criar os nossos assim na rua em cubatas mal feitas?» voltaram a interrogar-se.

E quando se fala em crianças a situação toma-se ainda mais estarecedora doenças respiratórias e diarreicas agudas começaram a fazer morada entre os mais pequenos muitos dos quais acabaram por perder o ano lectivo pelo facto de que muitos dos haveres entre vestuários e material académico desapareceram na retirada apressada antes das demolições.

O filho de Isabel Samuel de pouco mais de um ano vive a angústia de ver o filho a definhar acometido com uma forte diarreia «Há muitos mosquitos por aqui as crianças estão a ficar com paludismo e além disso estão a ficar desnutridas» contaram.

O tempo passa e a vida também mas no íntimo de cada morador sobretudo entre os chefes de família há a firme convicção de que dali não arredarão o pé. Pelo menos até que alguém lhes diga olhando olhos nos olhos, para onde irão e em que condições serão acomodados.

7.6 Demolição do bairro Benfica

Novo Jornal 24 de Abril de 2009

Segunda-Feira, 20 de Abril de 2009, Ma de Luanda, Avenida Mortala Mohamed. Eram 16 horas e 15 minutos. O sol lançava a sua luz amarela-alaranjada sobre as águas calmas do mar, que convidavam a um mergulho. No entanto, as pessoas que lá estavam tinham muito que fazer, ou pelo menos muito em que pensar. Perguntavam-se umas às outras, incertas: "Como é o Zango?", "Será que lá tem escolas, casas e discotecas?".

Perguntas que ficavam no ar nas horas de espera ao longo da estrada da Ma junto à rotunda da peixeira, zona do "Lelo", que se assemelhou, durante dias e noites a fio, a um autêntico campo de refugiados exposto aos olhares de todos os que cruzavam a Ma. Ninguém sabia nada sobre o local para onde seriam transportadas, senão que era diferente do seu bairro do Benfica, de onde desde sábado mais de 700 famílias eram consecutivamente levadas para o que alguns chamaram "o desterro do Zango".

As autoridades apressaram-se em apontar um culpado da transferência repentina dos moradores: as calemas que inundaram o musseque no último final de semana. Declarações oficiais que surgiram dois dias depois do anúncio da requalificação da via principal da ilha, sobre que a governadora de Luanda avançou que seria dada uma solução às famílias do bairro Benfica sem avançar, no entanto, que tal "solução" seria aplicada 48 horas depois. Apanhados de surpresa, os moradores desconfiam, assim, das calemas enquanto justificação para a sua transferência: "Tivemos uma reunião há duas semanas com a administração municipal, que nos disse que a saída era urgente, mas em nenhum momento nos informou de quando isso ia acontecer", realça um morador. E continua: "Nenhum de nós esperava sair já. É claro que iríamos embora, mas não agora e nestas condições".

Na última quarta-feira, no final do encontro com os moradores para a apresentação do projecto de "Revitalização da Avenida Mortala Mohamed", a administradora da Ingombota, Susana de Meio, voltou a insistir que o Governo apenas agiu em socorro dos moradores sinistrados que, depois das primeiras inundações, contactaram as autoridades clamando por ajuda; "Não obrigámos ninguém a retirar os seus bens de casa", disse a administradora. Agastado com o depoimento da responsável, um cidadão juntou-se aos jornalistas que entrevistavam Susana de Meio e protestou: "Isso é mentira! Como é que vamos permanecer em casa se vocês estão a destruir tudo?" Perante o silêncio da administradora, retirou do bolso uma câmara digital e exibiu um filme que mostrava casas a serem demolidas. Susana de Meio não reagiu.

A CAMINHO DO ZANGO Amontoadas em camiões de diversas marcas e cores, que foram perfilados em frente ao Hotel Panorama (a partir de terça-feira as autoridades disponibilizaram também vinte autocarros de passageiros), as pessoas esperavam pela hora da partida. O tempo passava, a ansiedade era cada vez mais evidente. Finalmente, a Polícia ligou a sirene e ordenou que os carros partissem. Eram 16:35. Com os rostos entristecidos e os olhos encharcados de lágrimas, os antigos habitantes do Benfica contemplavam o agora antigo bairro, olhando para trás. "Adeus Ilha!", diziam, acenando para os vizinhos e conhecidos que se encontravam à beira da estrada.

Nos primeiros instantes da viagem, feita num camião da Casa Militar, em que o NJ subiu juntamente com os populares, poucos falavam. Onze pessoas - homens, mulheres, crianças, jovens, adultos - aninhavam-se em cima de uma montanha de pedaços de camas, cestos de cozinha, embrulhos de roupa, colchões, fogões, arcas frigoríficas e todo o tipo de pertences que conseguiram tirar antes da demolição das suas casas.

Nos primeiros instantes da viagem, feita num camião da Casa Militar, em que o NJ subiu juntamente com os populares, poucos falavam. Onze pessoas - homens, mulheres, crianças, jovens, adultos - aninhavam-se em cima de uma montanha de pedaços de camas, cestos de cozinha, embrulhos de roupa, colchões, fogões, arcas frigoríficas e todo o tipo de pertences que conseguiram tirar antes da demolição das suas casas.

Foi assim que chegaram à Marginal de Luanda. Um engarrafamento ligeiro foi prontamente eliminado pela viatura da polícia que fazia a escolta. A caravana de 15 camiões prosseguiu em direcção ao Kinaxixi, passando pela Paróquia de Nazaré. Avançou pela avenida Comandante Valódia, curvou à direita desviando para a Alameda Manuel Van-Dúnem e desembocou no Largo da Independência. Stop, sinal vermelho! Os carros não pararam. Contornaram o Largo da Independência e seguiram pela Deolinda Rodrigues. Eram já 17 horas.

Do Largo da Independência à Unidade Operativa, o percurso foi rápido. Depois, tudo parou. A caravana encontrou engarrafamento nos Congolenses. Do alto dos camiões, era possível ver onde acabava a longa fila. Parados aí, no meio da estrada, durante cerca de 10 minutos os antigos moradores do Benfica foram obrigados a suportar todo o tipo de insultos: "Agora vão banhar na areia", disse alguém do meio da multidão, quando se apercebeu que a caravana vinha da Ilha de Luanda. "Não respondas", aconselhou o mais velho Laurindo, cabisbaixo, a um vizinho que respondia

às provocações.

A humilhação terminou quando a polícia abriu passagem. Às 18:47, os novos habitantes do Zango chegaram ao local, onde foram recebidos com alegria e aplausos pelos que se haviam adiantado.

No entanto, antigos moradores da zona mostravam-se receosos. "Sempre que vêm novos habitantes acontecem muitos roubos", respondeu Ema, familiar de desalojados da Boavista ali realojada, assustada com o crescente número de pessoas que chegam ao bairro.

7.7 As demolições são crime

Semanário Angolense 18 a 25 de Abril de 2009

O camartelo voltou a abater-se sobre as casas de humildes cidadãos na Kinanga. Desta vez protagonizado pela administradora da Maianga, D. Suzana de Melo numa altura em que o mais alto magistrado da Nação não só reafirma o direito inalienável de cada angolano «a uma habitação condigna», como pessoalmente engaja toda a Nação num esforço sem precedentes para a realização deste Direito. Não fosse a Ecc1ésia e a LAC, os apelos patéticos dos cidadãos «nós também somos angolanos, merecemos beneficiar das riquezas da nossa terra...» jamais chegariam aos ouvidos da opinião pública. Porque a TPA, a RNA e o JANGOLA acham que noticiar isso é ir contra o Estado...

Após a reunião do Conselho de Ministros de 15 de Abril em que se aprovou a Revitalização da Ilha de Luanda, a governadora Francisca do Espírito Santo veio a terreiro dizer três coisas em flagrante contradição com a entrevista da sua subordinada: Primeiro: «... as mamãs que são oriundas da Ilha, proprietárias das suas casas, não serão desalojadas...». Segundo: «... deveremos conservar os valores culturais típicos da Ilha, mas melhorar a estética que aquele pedaço de terra exige...», e terceiro: «... aquelas famílias que vivem no bairro Benfica, sem as mínimas condições de dignidade, serão realojadas...». A governadora não só evitou, como descartou completamente o cenário de demolições unilaterais, que deixariam homens, mulheres e sobretudo crianças em amargo e humilhante relento.

As demolições unilaterais efectuadas pelos sucessivos governos de Luanda têm todos os condimentos para serem considerados: constitucionalmente um atentado ao Estado (o Governo não é o Estado; apenas parte do poder político que por sua vez faz parte da tríade Povo, Território e Poder Político que, esses sim, compõem um Estado); juridicamente um crime; do ponto de vista ético uma desumanidade; socialmente uma falha e politicamente uma estupidez. Desenvolvamos esta tese:

Desde os primórdios da História, o Estado foi concebido para defender primariamente três coisas: a) A vida dos seus cidadãos (a que modernamente se acrescenta todos os cidadãos dentro do seu Território); b) O património colectivo que pertence a todos e por isso é gerido pelos órgãos públicos - não necessariamente sob a tutela do governo, podendo sê-lo também por órgãos judiciais, legislativos ou ainda por entidades privadas de âmbito colectivo como associações e igrejas - e c) A propriedade privada, que sendo pertencente a particulares singulares ou colectivos, também faz parte do património global do Estado-Nação. É nessa ordem que, destruir um bem pertença de um cidadão que nele investiu recursos, constitui um atentado ao Estado. Caso o (s) cidadão (s) em causa tenham tido acesso a este bem - patrimonial no caso ao arripio do que prevê a Lei, então aos tribunais se deve recorrer para dirimir a questão. Por outras palavras, o governo não tem - ou não devia ter - competência para, por iniciativa própria, demolir residências de cidadãos. Caso ache que foi lesado (por exemplo o cidadão construiu propositadamente para depois beneficiar de uma indemnização) o Governo deve apresentar queixa aos tribunais para - esses sim - corridos os trâmites previstos e caso se justifique sentenciar a demolição do imóvel. Sentença essa que - ali sim - será então executada pelos organismos competentes do Governo enquanto órgão executivo do Estado. Postas assim as coisas nem a administradora Meio, nem Job Capapinha antes dela, nem Simão Paulo antes dos dois detinha legitimidade constitucional ou mesmo jurídico-legal para demolir residências como o fizeram. Mais: faltaram ao seu juramento de tomada de posse de «... cumprir e fazer cumprir a Constituição» e atentaram contra o Estado que juraram defender.

É nessa senda que o que o Governo faz é - ou devia ser - juridicamente um crime. Da mesma maneira que o Governo, através da Polícia ou das Forças Armadas, não pode tirar por sua iniciativa a vida a um cidadão, ou destruir um monumento, ele também não pode pela mesma via demolir a residência de um cidadão. Pelo contrário, caso alguém o faça, é ao Governo que compete defender esse património, sendo por isso que um crime desses tem carácter público. Os cidadãos da Kinanga hoje, como os das Kambambas no passado, deveriam ter a possibilidade de apresentar queixa em tribunal contra o Governo - prática normal em países democráticos - e, caso assim sentenciado, este ressarcir os prejudicados. É a todos os títulos desejável que cheguemos a este patamar quanto antes.

Éticamente falando, provocar uma situação como aquelas em que vemos mulheres e crianças na rua, rodeados pelas suas imbambas, sob as chuvas intensas de Abril,

expostas ao calor, mosquitos, sol intenso, pneumonias e diarreias - não nos esqueçamos que Angola é um Estado que consagra na sua Constituição uma protecção especial à Criança - é de uma desumanidade extrema, horrível mesmo. Por quê ao menos a administradora Meio pão orientou o(a) chefe da secção municipal do MINARS para alojar temporariamente as mulheres grávidas, lactantes, os doentes e as próprias crianças, em instituições públicas de assistência social? Mulher e mãe, não se lembrou. Talvez porque a cultura da humanidade social, institucional ou mesmo política não venha na cartilha das «orientações superiores» ou então quisesse mostrar poder à boa maneira mwangolé eu ia...

Estes actos desumanos do (a)s nosso (a)s governantes - nesse caso membro até de um sexo historicamente conhecido pela recorrência à diplomacia, diálogo e resolução pacífica de conflitos, dali a sua tradição de pilar da Família lesa gravemente a imagem do Estado na arena internacional. Repare-se que os EUA não tomaram quaisquer medidas activas contra os piratas somalis até que raptaram um cidadão seu. Dali a mandar a sua Marinha de Guerra libertar o capitão refém foi um passo. Como queremos que um país desses, que movimenta as suas forças armadas para defender um dos seus cidadãos - um somente, repare-se! Tenha respeito por nós que não temos pejo em pôr seres vulneráveis como crianças ao relento, ao arrepió da nossa própria Constituição?

As demolições unilaterais do Governo são uma falha redonda das suas políticas social. Conduzido por um Partido de pendor socialista - ser ou não ser, isto já é outra questão - e cujos documentos fundadores assentam na justiça e igualdade social e defesa dos mais desfavorecidos, surpreende que esta prática não envergonhe aqueles que se mantêm fiéis aos ideais de base desse partido. Ou envergonha? É que não basta dizer pelos cantos «não foi para isso que lutámos» ou «valeu a Independência, mas...». Aí faz sentido a preocupação expressa recentemente pelo Presidente do MPLA quando apelava a uma «reidealização» desse partido. De facto, a sua praxis afasta-se assustadoramente dos ideais fundadores, muito por conta do «analfabetismo político-ideológico» de franjas importantes dos seus dirigentes e quadros.

E as demolições são politicamente - e de propósito usamos o forte termo - uma estupidez. Não trazem qualquer vantagem política, pelo contrário só acarretam prejuízos. Senão vejamos: Não resolve (ra) m o problema das construções anárquicas; ao contrário transformaram prevaricadores gananciosos em mártires e oportunistas políticos em heróis. Não trouxeram mais

respeito para com a autoridade do Estado, antes pelo contrário; deram azo a justificadas críticas da parte de sectores da sociedade civil dentro e fora do país sujando a sua imagem. Não disciplinaram nem puniram os prevaricadores ou os oportunistas como aconteceria se a decisão fosse tomada pelo Poder Judicial; pelo contrário diabolizaram o regime. E num contexto de eleições regulares, o partido governante pode pagar uma factura pesada nas próximas eleições se persistir nessa prática. Dali que isso seja, pelo menos do ponto de vista da Ciência Política, isso mesmo:

Uma tremenda estupidez...

A solução para evitar tudo isso é simples: o respeito estrito pelos direitos dos cidadãos enquanto detentores do poder máximo da soberania do Estado e dialogar, dialogar, dialogar. Mesmo quando em presença de um cenário claramente oportunista. E quando o diálogo se torne inviável, recorrer então aos tribunais enquanto os únicos detentores do poder arbitral! O Governo, enquanto braço executivo do Estado (ou o Parlamento enquanto braço legislativo) não pode por sua iniciativa atentar contra o património dos cidadãos. Fazê-lo é crime merecedor da atenção dos tribunais ou pelo menos do Provedor de Justiça.

Como nota de roda pé, é nessa senda também que ao desagendar esses factos jornalísticos nos seus serviços noticiosos, a T PA, RNA e JANGOLA na sua acção comunicacional mediadora de «agenda setting» - ou seja, daqueles que estabelecem a agenda dos assuntos merecedores da atenção da Sociedade num dado momento - acabam prestando um desserviço ao Estado-Nação a cujo serviço, enquanto órgãos públicos, era suposto estarem...

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Projecto "Água para Todos" chega a comuna da Munenga

Jornal de Angola 1 de Abril de 2009

A sede da comuna da Munenga, município do Libolo, província do Kwanza-Sul, conta desde o final da semana passada com um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

A instalação do sistema, inaugurado pelo vice-governador para a área técnica, Neto Sakongo, faz parte do projecto "Água para todos".

O complexo, que dispõe de três lavandarias e igual número de chafarizes, levou três meses a ser concluído, está avaliado em cerca de 51 milhões de kwanzas e beneficia, aproximadamente, 14.850 habitantes distribuídos em 36 aldeias.

Neto Sakongo disse à população que o projecto "Água para todos" se insere num programa da iniciativa do Presidente da República, que consiste em que todo o país disponha de água.

O vice-governador recomendou à administração comunal que crie uma comissão de mulheres que se ocupe da gestão dos chafarizes e das lavandarias, de forma a conservá-los em benefício da comunidade e anunciou a inauguração, para breve, em várias localidades da província, de outros empreendimentos de impacto social.

O administrador comunal, José Maria Silvestre, que se mostrou regozijado com a inauguração do sistema, recordou que antes as populações se abasteciam em cacimbas, cuja água não reúne as mínimas condições higiénicas, pedindo, por isso, à população que cuide bem deste património social.

No âmbito do mesmo projecto está agendada, para breve, a inauguração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água nos municípios de Porto Amboim, em Amboiva, Seles, e na comuna do Assango, Amboim.

8.2 Conduta de gasóleo rompeu na Boavista

Jornal de Angola 3 de Abril de 2009

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da

Sonangol, João Rosa Santos, afirmou que a ruptura na condução de gasóleo registada ontem de manhã, no Bairro da Boavista, não vai afectar fornecimento de combustíveis a Luanda.

Em declarações ao Jornal de Angola, no local da ruptura, João Rosa Santos disse que o rompimento, apesar de não ocorrer frequentemente, é um fenómeno normal, e foi fruto da constante circulação de veículos pesados com muitas toneladas de carga na estrada da Boavista. Ainda segundo o director da Sonangol, o tubo que rompeu já foi localizado, faltando apenas encontrar o ponto da ruptura, o que, sendo a equipa de técnicos, não deve durar mais de 48 horas. Rosa Santos declarou, igualmente, que está salvaguardada a estabilidade da distribuição de combustível.

"É normal. Com o peso dos pipelines e as recentes obras de restauro da estrada, é compreensível que rompa a condução. É uma situação que acontece, às vezes", esclareceu.

Tranquilizou os habitantes daquela zona da capital e assegurou que "a Sonangol tem a situação controlada, através de uma equipa com um número suficiente de técnicos para lidar com o assunto no mais curto espaço de tempo". Asseverou que a ruptura da condução "não traz quaisquer riscos para a saúde dos cidadãos".

De acordo com Agostinho Calameno, morador do Boavista, o gasóleo começou a jorrar entre as cinco e as seis horas da manhã de ontem, e após algumas horas, funcionários da Sonangol, acompanhados de agentes da Polícia Nacional, isolaram o local da ruptura e começaram a trabalhar para a normalização da situação.

8.3 Unidades hospitalares em Angola devem ter capacidade operacional

Jornal de Angola 8 De Abril de 2009

O representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) pediu, ontem, em Luanda, às unidades hospitalares que mantenha a capacidade operacional, salvando vidas em momentos cruciais.

Diosdado Nsue-Milang, que falava na cerimónia do Dia Mundial da Saúde realizada no Largo da Família; referiu que a OMS "pretende reconhecer e chamar a atenção para a importância de se garantir às unidades e ao pessoal" do sector protecção e operacionalidade em "situações de emergência, de crise humanitária e de conflitos militares" para que possam "prestar cuidados básicos às populações de uma ininterrupta".

"Isto assume importância especial nos países que vivem situações de conflito militar e onde as unidades e os trabalhadores da saúde muitas vezes não são poupados", disse.

Diosdado Nsue-Milang expressou solidariedade às populações do Cunene, Moxico e de outras províncias vítimas das cheias e agradeceu a todos os profissionais de saúde que, em "situações difíceis se esforçam por socorrer pessoas sinistradas, especialmente na áreas mais remotas".

"A OMS aconselha os países da nossa região a elaborarem políticas sobre unidades de saúde na perspectiva de uma maior prevenção de factores de risco, como inundações e terremotos, garantindo a protecção dos equipamentos

O director regional da Organização da Saúde, Luís Gomes Sambo, defende, numa mensagem divulgada, ontem, que o funcionamento contínuo de instituições, como dispensários, clínicas, hospitais distritais e de referência e estabelecimentos especializados, é essencial em situações de emergência, pelo que, salienta, devem estar protegidas de riscos internos e externos.

A mensagem foi divulgada por ocasião do Dia Mundial da Saúde, que se assinalou, ontem, em todo o mundo, sob o lema "Salvar vidas. Tomar os hospitais locais seguros em situações de emergência".

O texto refere, ainda, que os riscos internos incluem incêndios e a interrupção do abastecimento de água e electricidade e as situações de emergência externas são causadas por perigos naturais, biológicos, societários e tecnológicos.

Na mensagem o director regional da OMS reconhece que muitos estabelecimentos de saúde não foram construídos a pensar nas condições de segurança e capacidade de resistência, constituindo um perigo para as pessoas que se encontram no seu interior e podem deixar de funcionar em caso de emergência.

O documento refere, também, que os Estados membros devem elaborar e aplicar legislação que inclua aspectos como normas de construção capazes de proteger as unidades de saúde.

A nota diz, igualmente, que as políticas de construção, normas de segurança, leis e regulamentos devem garantir que as unidades de saúde urbanas, rurais e em zonas remotas são construídas com o intuito de resistir em riscos internos e situações de emergências externas.

Por último o documento, salienta que os países devem estabelecer um programa de hospitais seguros, como "passo importante para a protecção das unidades de saúde e garantir que estas cumprem o seu propósito em situações de emergências".

8.4 Secretário das águas visita instalações

O Independente 11 de Abril de 2009

O sistema de distribuição de água potável às populações, instalado no município de Bailundo, província do Huambo, será avaliado pelo secretário de estado das águas, Luís Filipe da Silva que, encontra-se no planalto central, em frente de uma comitiva do seu pelouro.

Durante a visita que efectua no Huambo, Luís Filipe da Silva, procedeu a inauguração do sistema de captação e tratamento de água potável da comuna da Calenga, município da Caála, no âmbito do programa de investimentos públicos.

A jornada de campo do governante angolano contemplou ainda uma visita à barragem do Ngove, na comuna de Cuima, município da Caála.

No Ngove, localizado a 120 quilómetros sul da cidade do Huambo, o governante foi informado sobre o projecto de reparação da barragem e da construção da central hidroeléctrica e respectiva subestação, uma informação que será feita pelo responsável do gabinete para administração da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene (GABHIC), Gomes da Silva.

Recorda-se que a barragem do Ngove foi construída com o objectivo de regularizar o caudal do rio Cunene. O rio tem uma bacia hidrográfica de quatro mil 667 metros cúbicos e 11 afluentes.

A central hidroeléctrica da barragem do Ngove tem uma capacidade instalada de 60 mega watts, e produzirá anualmente uma média de 150 gigawatts e vai atender as cidade do Huambo e Bié, assim que terminarem as obras e a construção da linha de transporte, previstas para finais de 2010.

Depois da barragem do Ngove, a delegação visitou o local onde será construída a futura central de captação e tratamento de água junto ao rio Cunhongamua (localizada no troço Huambo/Caála), que terá a uma capacidade de produção de 90 mil metros cúbicos/ dia.

8.5 Milhares de habitantes - recebem água canalizada

Jornal de Angola 21 de Abril de 2009

Os 23.300 habitantes do Andulo recebem água potável canalizada através de um sistema de captação, tratamento e distribuição na comuna de Cassumbi, província do Bié. O projecto custou 32 milhões de Kwanzas e consistiu no aproveitamento de água subterrânea no programa "água para todos".

A administradora municipal do Andulo, Maria Lúcia Chicapa, disse que em sete anos já muito foi feito e recordou, além deste projecto, a construção do Instituto Médio Agrário (IMA).

Este ano lectivo, o Andulo tem 1 00.506 alunos matriculados. "Agora, a principal aposta consisti em desenvolver projectos nas povoações do município para a população não se sentir isolada e não emigrar para as grandes cidades.

Com base no projecto levado ao cabo desde o ano 2002 até 2008, a província do Bié conta com 11 sistemas de abastecimento de água potável, co-financiados pelo Governo Central e inseridos no programa de melhoria de ofertas básicas à população.

Actualmente, a maioria da população do Bié é abastecida através de pontos de captação de água subterrânea, um sistema considerado antiquado, servindo até ao momento como a alternativa tendo em conta as necessidades da população.

8.6 Um problema que mata sobretudo crianças

Jornal de Angola 23 de Abril de 2009

Nos arredores do mercado informal do município de Caconda, Huíla, um adolescente, saiu do grupo de amigos e foi para trás de um arbusto defecar. As folhas do arbusto serviram de papel higiénico. Voltou para o grupo e todos juntos foram comer e beber para uma barraca. Sem lavar as mãos, ele comeu um bolo.

Os técnicos sanitários dizem que nas zonas rurais, onde há falta de latrinas e faltam também hábitos de higiene, este comportamento é normal, mas pode provocar graves problemas para a saúde pública. Defecar ao ar livre tem consequências nefastas para a vida humana, porque as moscas pousam nas fezes e são a principal causa da contaminação dos alimentos, água e outros produtos consumidos pelo homem.

Para sensibilizar a população da Huíla a evitar estes comportamentos, o Governo Provincial da Huíla, em parceria com o Ministério do Ambiente e da UNICEF, promove seminários municipais subordinados ao tema "saneamento básico e higiene". O primeiro ocorreu em Caconda.

Foram formados 130 participantes, entre sobas, representantes de igrejas e organizações da sociedade civil, para servirem de difusores de informação nas comunas, aldeias e bairros de Caconda.

A acção formativa, que abordou os temas "a importância do saneamento e higiene" e "estratégia de saneamento total liderado pela comunidade", foi testemunhada pelo coordenador da Unidade Técnica Nacional de Saneamento Ambiental, António Moreira Menezes.

"O problema de defecar ao ar livre também existe nas cidades, mas é mais crítico nas zonas rurais. Vamos conjugar esforços para diminuir este mal que tem dizimado vidas humanas", referiu António Moreira Menezes, ao intervir no encontro.

A integração dos Ministérios da Saúde e da Administração do Território, Educação e Secretaria de Estado das Águas na execução da estratégia do saneamento básico, demonstra a preocupação do Governo em relação ao problema.

Consumo de fezes

O coordenador da Subcomissão Executiva Provincial "Huíla província sem defecação ao ar livre", Abel da Costa, afirmou no município de Caconda, que estudos efectuados em muitas zonas demonstram que "o ser humano consome involuntariamente dois a três quilos de fezes por ano".

"O pior de tudo é que não sabemos sequer de quem são", alertou, acrescentando que por este afecto "o governo da Huíla declarou guerra à defecação ao ar livre".

"O governo da nossa província está empenhado no combate às más práticas do saneamento e de defecação ao ar livre. Exige a todos uma mudança de mentalidades que em nada contribuem para o bem-estar dos cidadãos", disse.

O que fazer para evitar a quantidade de dejectos ingeridos pelo homem? Abel da Costa responde: "a construção de latrinas é uma questão de vida ou de morte. Se não construirmos latrinas isso quer dizer que muita gente vai morrer. Chega de mortes provocadas pela falta de saneamento e higiene. Temos de impedir

que continuem a construir casas sem instalações sanitárias", afirmou.

Na visão do coordenador da Subcomissão Executiva Provincial, as comunidades devem tomar a iniciativa, liderando o processo de construção de latrinas. "Cada município, comuna, aldeia e bairro deve declarar combate ao lixo. Vamos transformar a Huíla numa região sem a defecação ao ar livre. Este desafio é de carácter obrigatório, porque estão em risco as vidas de três milhões de habitantes", alertou.

Caconda dá exemplo

A administração do município de Caconda vai, este ano, criar estaleiros sanitários e centros de formação e de aprendizagem, de forma a aumentar as capacidades técnicas para o tratamento de lixo e promover a mudança de hábitos, no âmbito do programa municipal de saneamento básico.

O administrador adjunto, Rodolfo Gaspar, disse que o executivo local vai também dar incentivos às vilas comunais, aldeias e bairros como forma de dinamizar as acções e motivar o alcance dos resultados.

A administração de Caconda vai financiar pequenos sistemas de saneamento solidificando o propósito ideal "Água e saneamento para todos", em carteira no município.

"Os incentivos, não são exclusivamente apoios materiais, mas essencialmente financeiros e actos de reconhecimento público das localidades. Constitui também nosso propósito inserir e garantir o saneamento e higiene em paralelo com os objectivos de abastecimentos da água, enquadrando-os no orçamento municipal", disse.

Acrescentou que Caconda vai desenvolver actividades e criar um sistema para a divulgação de informação melhorada sobre saneamento, com vista a sensibilizar os cidadãos sobre a importância da conservação do meio.

Rodolfo Gaspar defendeu que é importante envolver mais mulheres nas tarefas para que as políticas, estratégias e práticas reflectam a participação da camada feminina ao nível do saneamento básico e higiene.

O município constituiu uma Comissão Municipal denominada "Caconda sem defecação ao ar livre", integrada por responsáveis da administração local, Saúde, Educação, Energia e Águas, Agricultura, Família e promoção da Mulher, Assistência e Reinserção Social e membros de Organizações da Sociedade Civil.

Detergente eficaz

A cinza, na ausência de sabão ou outros detergentes industriais, pode ser usada para a lavagem e desinfecção das mãos e loiças. A garantia foi dada pelo estudante de geologia ambiental, Edson Baptista, quando dissertava no seminário municipal sobre saneamento e higiene.

Ao apresentar em Caconda o tema "A importância do saneamento e higiene", Edson Baptista assegurou que a cinza tem propriedades químicas que a tornam poderosa na limpeza de micro-organismos acumulados nas mãos ou em utensílios de cozinha.

"A cinza é derivada da queima de carvão ou lenhas e tem prioridades químicas consideráveis para poderemos de forma higiénica lavar as mãos e eliminar as bactérias acumuladas", garantiu.

Afirmou também, que a utilização da cinza na higiene das comunidades que se debatem com carência de detergentes, pode prevenir várias doenças. "Na falta de sabão ou qualquer detergente, podemos naturalmente utilizar este produto caseiro para desinfectar as mãos".

Responsabilidade individual

O representante da UNICEF na Região Sul, João Neves, apelou à responsabilidade individual para acabar com os problemas da defecação ao ar livre nas comunidades.

João Neves disse na ocasião que o acto de defecar ao ar livre tem um impacto negativo e lesivo para a saúde pública e sobretudo para a vida de centenas de crianças até aos cinco anos por ser a camada mais frágil da sociedade.

"Gostávamos de chamar a atenção para a responsabilidade individual. O Governo está a criar mecanismos e a promover as condições de vidas das populações visando o desenvolvimento. Mas cada um deve ter consciência dos seus actos e controlo dos seus comportamentos", disse.

Lembrou que província da Huíla tem sido, há três anos, fustigada pela cólera, e que deixa como consequências vítimas mortais. Para João Neves, os cidadãos não podem estar alheios aos esforços que o Governo desenvolve para terminar com este problema.

"Apelamos para a mudança de consciência, percebendo que às vezes um comportamento praticado inconscientemente pode ser altamente lesivo para as nossas vidas e particularmente para as crianças. Não podemos pôr em risco a nossa vida e a do próximo", exortou

8.7 Moradores reclamam a imediata recolha do lixo

Jornal de Angola 23 de Abril de 2009

Moradores da rua Olímpio Makuéria, conhecida como Estrada Nova, no Palanca, município do Kilamba Kiayi, queixam-se dos amontoados de lixo, que não é recolhido, garantem, há mais de duas semanas.

Do bairro Popular até ao Sanatório há quantidades enormes de lixo de lixo em quase todos os cruzamentos.

"Todas as casas estão cheias de moscas, já temos o problema dos buracos e da lama ao longo da via, agora é o lixo, não é possível gozar boa saúde", disse Bia, uma das moradoras da rua.

Sivy, que vende pão na berma da estrada, afirmou ao Jornal de Angola que assiste, diariamente, a "discussões entre automobilistas por causa da via que se tornou estreita por conta da lama e do lixo" e que uma "vizinha, que vende grelhados, teve que parar com o negócio por causa das moscas".

Paulo Afonso, outro morador, declarou, estupefacto, não compreender o que se passa com a empresa da recolha do lixo e que "há famílias que não conseguem ficar em casa devido ao cheiro e a invasão dos vermes". "Esperemos que venham rapidamente recolher o lixo para podermos voltar a respirar bem", acrescentou, esperançado.

Alberto Canga Zenga vive uma situação insólita, o lixo barrou-lhe, quase por completo, o portão da casa. Farto de esperar pela camioneta da recolha, remediou ele próprio, o problema:

"Mal podíamos entrar em casa, por isso deitamos fogo ao monte de lixo, disse apontando para o fumo. Tanto ele, como o pai, assegurou ao nosso jornal, já fizeram diligências junto da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, mas o melhor que tiveram como resposta foi que aguardassem.

O que lhe faz mais confusão, acrescentou, "é que se recolha o lixo no Bairro Popular e não se faça o mesmo ao longo da rua que vai até hospital Sanatório".

As críticas de Canga Zenga não são só à empresa que devia recolher o lixo. Alguns vizinhos também lhe merecem reprovação: "Dizem que o Governo é que mandou deitar o lixo aí, mas o Governo não mandou pôr nos portões"

Chuva dificulta recolha do lixo

A empresa responsável pela recolha do lixo no Olímpio Makuéria, a Kiayi Waste, justifica-se com os "enormes buracos ao longo da via", que impedem os camiões de circularem.

José Óscar, chefe-adjunto de operações da Kiayi Waste, afirmou, mesmo, que "situação só verifica no tempo chuvoso" e que o "problema da rua Olímpio Makuéria não é único naquela área, nem enfrentado apenas" pela sua empresa: "Outras operadoras encontram as mesmas dificuldades", disse, reconhecendo que na o problema na estrada Nova "é muito acentuado".

"Em determinados pontos, onde é possível, a recolha é feita por um tractor", admitindo que a "capacidade de transporte é muito limitada".

José Óscar declarou que, "há um mês, a empresa enfrentou a mesma dificuldade tendo apresentado a preocupação à concessionária, que colocou a preocupação ao governo provincial para que fosse feita intervenção na rua "Estamos à espera que se faça alguma coisa naquela rua, pelo menos para que os nossos camiões possam transitar, mas enquanto a situação se mantiver é muito difícil fazermos uma recolha efectiva", concluiu.

8.8 Abastecimento de água melhora em Saurimo

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

As obras de construção de uma Estação de Tratamento de Água - ETA, junto ao rio Chicapa, subúrbio da cidade de Saurimo, avaliadas em mais de 191- milhões de dólares, começaram ontem e devem estar prontos dentro de 15 meses.

O projecto prevê, também, o restauro da antiga estação sobre o rio Luavuri, construção de uma conduta adutora que vai do novo empreendimento ao tanque reservatório da cidade, numa distância, aproximada, de oito quilómetros ampliação da rede, ligações domiciliárias e instalação de 63 chafarizes e cinco lavandarias.

A governadora provincial da Lunda-Sul, Cândida Narciso afirmou que a construção do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água se enquadra no "programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população".

8.9 Moradores do Bairro ANDA passam vicissitudes

Os habitantes do bairro ANDA, no município do Cacucaco, vivem uma situação crítica traduzida na ausência de um centro médico e de escola condigna (os alunos estudam numa escola de chapa de zinco, sem carteiras e sem quadros).

O Factual constatou que no bairro, onde estudam 200 crianças em péssimas condições, os professores trabalham sem qualquer remuneração.

Teresa de Jesus, professora, revelou que "não temos casa e carteiras, precisamos de livros para os alunos, mas mesmo nestas condições não vamos deixar de formar os alunos.

Afonso Mingas, coordenador do bairro ANDA, sem especificar, afirmou:

"Não temos apoio da administração municipal de Cacucaco e, pela paciência dos professores, temos procurado forma de desenrascar qualquer coisa para aumentar a moral dos professores e dos alunos".

O Factual observa que o bairro ANDA não dispõe de água potável nem de energia eléctrica, recorrendo os moradores a zonas distantes para obter o precioso líquido.

A Associação Nacional de Deficientes Angolanos (ANDA), cujo presidente é o cidadão Silva Lopes Etiambulo, é uma ONG que presta assistência a pessoas carentes, nomeadamente a deficientes e às que vivem na rua.

8.10 Banco Mundial investe nas águas

Novo Jornal 24 de Abril de 2009

Luís Tavares, especialista sénior do Banco Mundial (BM), falou um pouco do projecto que lidera em Angola por ocasião de uma mesa redonda com os jornalistas angolanos. O encontro realizou-se quarta-feira, 22, na sede daquela instituição, em Luanda. Até 2015, 130 milhões de dólares serão investidos na reabilitação do circuito produtivo daquele bem essencial.

A instituição financeira mundial vai ser parceira do governo angolano no incremento da qualidade da água no país. É uma iniciativa a longo prazo, que se prevê estender até 2015. O objectivo passa por reabilitar o circuito produtivo da água, capacitando e formando profissionais que possam contribuir para um sistema sustentável.

Para além do desenvolvimento e formação profissional, Tavares realçou ainda que a iniciativa tem outros quatro vectores fundamentais:

"Acesso e segurança" dos recursos hídricos nacionais, criação de "empresas operadoras e prestadoras de serviços" no sector em análise e "reabilitação e monitorização" dos circuitos de abastecimento existentes.

Finalmente, o programa prevê "incrementar o nível de capacitação" dos gestores ligados ao sector das águas no país.

A este respeito, Luís Tavares deixou algumas considerações curiosas. Diz o especialista do BM que, actualmente, as estruturas que deveriam regular este importante sector económico e social funcionam como se "estivessem sempre em período de emergência". Ou seja, falta planeamento e organização para que "possam prestar um serviço de qualidade à população". Tavares realçou que "o Estado não está a fazer um favor às pessoas, está apenas a prestar um serviço que deve ser de qualidade ao menor preço possível". Quando isto não se verifica, "as populações devem reclamar", frisou.

No final do projecto, o BM conta que 66% das empresas criadas (que para já serão de cariz público) devem ter "rendimento e prestar um serviço de qualidade aos seus clientes" e 80% das estações de tratamento terão de "funcionar correctamente". A intenção é atingir 72 mil famílias em "áreas não urbanizadas".

Luís Tavares compromete-se mesmo a instalar ligações domiciliárias de água canalizada, tratada e de qualidade em casa destes beneficiários. "Não vamos chegar dentro de casa das pessoas, mas podemos garantir que cada uma das terá uma ligação no seu quintal, por exemplo", explicou.

8.11 Electrocussão mata quatro pessoas

Semanário Factual 17 a 24 de Abril de 2009

Segundo o corpo de bombeiros, os casos que vitimaram estas pessoas aconteceram quando as vítimas andavam pelas ruas alagadas devido à chuva que cobriu cabos de energia eléctrica.

A fonte explicou ainda que os acidentes de electrocussão tendem a ser mais frequentes durante o período chuvoso, em que fica difícil perceber os locais com cabos à solta, o que periga a vida dos transeuntes.

Cabos soltos em várias artérias de Luanda têm a ver com as obras de reabilitação em curso na capital, dado que os buracos para arruamentos se encham de água, que, porventura, é o melhor condutor de energia eléctrica.

Naturalmente que as empreiteiras são as responsáveis por esta situação, pois tractores, cavando, rompem cabos eléctricos subterrâneos, sem a preocupação de isolá-los, quando deveria de haver a intervenção da EDEL, que, afinal, conhece a rede eléctrica da cidade de Luanda.

Face à morte de pessoas por electrocussão, quem deveria assumir as despesas do óbito? A ~DEL ou as empreiteiras? E preciso reflexão porque a vida humana não tem preço!

8.12 O acesso à água é um direito fundamental

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

Uma importante discussão em tomo da água como direito humano ganhou destaque recentemente nos media internacionais. O tema foi discutido por ministros de vários países no encerramento do 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul.

Organizado pelo Conselho Mundial da Água (CMA) e pelo governo da Turquia, o fórum reuniu um número recorde de participantes: 30 mil, vindos de 192 países. Entre eles, estavam chefes de Governo, ministros de Estado, académicos, parlamentares, técnicos do sector de recursos hídricos, ONGs, o sector privado interessado no tema da água e usuários de recursos hídricos.

Sem dúvida, esse é um evento mundial sobre recursos hídricos com grande legitimidade e enorme alcance político. Portanto, não é difícil entender por que o tema água como direito humano foi o que mereceu maior atenção da imprensa. O que não está claro para a maioria das pessoas é que, no âmbito das Nações Unidas, existem dois grupos de direitos humanos: o grupo dos direitos civis e políticos e o grupo dos direitos económicos, sociais e culturais.

As implicações, especialmente em termos de implementação, para esses dois grupos são bastante diversas.

O primeiro grupo de direitos (civis e políticos) é garantido aos cidadãos simplesmente por um compromisso do governo de não intervir na sua vida. Direitos dessa natureza são, por exemplo, o direito à li-

berdade, à não discriminação quanto à raça ou a garantia de não submeter seus cidadãos à tortura. Garantir esses direitos não requer um grande orçamento nem complexos arranjos legais e institucionais. Basta vontade política.

Já os direitos económicos, sociais e culturais requerem intervenções governamentais significativas em termos legais e institucionais para desenvolvimento de políticas públicas adequadas à sua implementação. Além disso, os recursos financeiros devem ser providos de forma tempestiva para a sua concretização. Em geral, esses recursos são de grande monta.

A inserção do acesso à água potável no contexto dos direitos humanos implicaria o facto de todos os cidadãos do mundo terem esse direito. Países pobres da África e da América Latina que não detêm os recursos financeiros adequados para fazer frente a todas as suas demandas sociais nas áreas de educação, saúde e infraestrutura de energia e transportes seriam obrigados a cumprir essa meta sem ter os meios para tal.

Os grupos activistas que promovem o chamado "direito humano à água" focam somente o uso da água para o abastecimento doméstico. Além disso, não indicam como os países pobres farão frente às demandas financeiras para pôr em prática esse direito. A água é um bem público com valor económico.

Mas não significa que a água não tenha outros contornos. A água é um elemento de grande significância religiosa. Ela purifica a alma. Para o ambientalista significa vida para a flora e a fauna aquáticas. Para o engenheiro significa a oportunidade de utilizá-la na geração de energia, na navegação, no abastecimento das populações e na produção de alimentos. Assim, a água é um elemento vital, mas ao mesmo tempo é um recurso à disposição da humanidade.

Podemos dizer que a água é, ao mesmo tempo, um direito humano no contexto dos direitos económicos, sociais e culturais e também um recurso natural com valor económico. Esses dois conceitos não guardam qualquer contradição.

8.13 Comissão Europeia financeira projectos para melhoria da água e desminagem

Jornal de Angola 25 de Abril de 2009

Angola vai beneficiar de 37 milhões de euros da Comissão Europeia para financiar um projecto de apoio à qualidade da água, higiene e saneamento e outro para a desminagem.

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e o chefe da delegação da Comissão Europeia em Angola, o embaixador João Gabriel Ferreira, assinaram as convenções referentes à implementação dos dois projectos. Os financiamentos para os dois projectos enquadraram-se no décimo Fundo de Desenvolvimento Europeu, coordenado por Ana Dias Lourenço.

De acordo com um comunicado conjunto Ministério do Planeamento e Comissão Europeia, os dois projectos devem ser implementados num período de quatro anos, com início previsto para o primeiro trimestre de 2010, quando se prevê estarem concluídos os processos preparatórios para a sua execução.

O projecto de apoio à qualidade da água, higiene e saneamento tem um orçamento de 17 milhões de Euros e visa o reforço institucional do sector da água e saneamento, de forma a contribuir para uma prestação de serviços eficaz e sustentável.

O projecto vai apoiar intervenções a vários níveis, através do desenvolvimento dos recursos humanos no que respeita ao processo de descentralização da gestão da água ao nível rural, e o controlo da qualidade da água doméstica e a melhoria das condições sanitárias nas áreas peri-urbanas mais desfavoráveis.

A implementação da componente de saneamento será executada através de um acordo de contribuição com a agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A componente das águas será implementada ao nível da Secretaria de Estado das Águas e será executada através da prestação de serviços de assistência técnica à Direcção Nacional de Águas e seus órgãos descentralizados ao nível provincial e municipal.

O projecto de apoio à desminagem tem um orçamento de 20 milhões de Euros e visa contribuir para o restabelecimento das condições de vida das comunidades mais afectadas pelas minas e outros engenhos explosivos.

O projecto vai, através de intervenções ao nível da segurança da circulação rodoviária entre as áreas rurais e urbanas e da redução do risco de acidentes com minas, contribuir para a minimização do impacto dos bloqueios socio-económicos que as minas colocam à subsistência e ao desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento.

De entre as suas actividades, prevê-se o esforço da capacidade institucional da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Ajuda Humanitária

(CNIDAH), assim como o Instituto Nacional de Desminagem (INAD).

O projecto vai intervir nas áreas mais afectadas por minas anti-pessoais, nomeadamente as províncias do Moxico, Bié, Kuando-Kubango, Kwanza-Sul, Kwanza-Norte e Malanje.

Com o financiamento, os operadores e as ONG vão desenvolver projectos concretos de desminagem em áreas já identificadas, segundo referiu Rita de Jesus, chefe de departamento de Planeamento e Programação da CNIDAH. Sublinhou que existe um tipo de desminagem virado para o lado humanitário e outro para o processo de reconstrução nacional.

O chefe da delegação da Comissão Europeia disse que a assinatura dos projectos é a efectivação de um processo que se iniciou em 20 de Novembro de 2008, com a assinatura do acordo que regula a cooperação entre a União Europeia e Angola para o período 2008/2013. João Gabriel Ferreira acrescentou que o acordo tem orçamento global avaliado em 214 milhões de Euros.

Ajuda aos esforços do Governo o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, congratulou-se com a assinatura dos documentos entre o Ministério do Planeamento e a Comissão Europeia, tendo afirmado que o financiamento vai dar um grande contributo para a meta do Governo de distribuir água potável à população.

"A qualidade da água é uma das grandes preocupações e temos todos de trabalhar neste sentido", disse o secretário de Estado, referindo que se coloca "sempre a questão de saber se a qualidade da água é ou não é boa para o consumo".

"Infelizmente, temos ainda uma parte substancial da população que não consome água tratada e estamos a trabalhar no sentido de inverter esse quadro para termos assim mais pessoas com acesso à água potável", frisou.

Luís Filipe da Silva lembrou que o Governo tem feito vários investimentos no sector das águas, mas reconheceu que a cooperação internacional ou o apoio de outras instituições pode dar um contributo importante para que mais rapidamente se possa atingir o objectivo de distribuir à população água com qualidade comprovada e dentro dos parâmetros universalmente aceites.

O saneamento básico, outra vertente do primeiro

projecto, também é uma das grandes preocupações do sector dirigido por Luís Filipe da Silva. Segundo o governante, "não basta pôr água potável à disposição da população. É necessário também que as águas residuais possam ser restituídas ao meio ambiente em melhores condições para se evitar a contaminação das fontes e o surgimento de charcos e lagoas, causadoras de doenças como a malária".

8.14 Investidos milhões de dólares na reabilitação da rede eléctrica

Jornal de Angola 25 de Abril de 2009

O governo da província do Bengo investiu dez milhões de dólares na reabilitação da rede eléctrica de média e baixa tensão do município dos Dembos, 196 quilómetros a Norte da cidade de Caxito, disse o director provincial de Energia e Águas.

Aguiar dos Santos referiu que o montante, proveniente do programa de investimentos público, serve, igualmente, para reabilitar e ampliar a rede de alta tensão que está a ser montada pela empresa angolana de projectos eléctricos (Saema).

Aguiar dos Santos salientou que o governo provincial tem feito um esforço para recuperar o sistema eléctrico destruído pela guerra, de forma a fornecer electricidade às populações que consomem energia de grupos geradores. O responsável da energia e águas lembrou que o sistema eléctrico dos Dembos ficou destruído, em 1987, pela guerra que assolou o país.

O Bengo tem 16 centrais eléctricas diesel que asseguram o fornecimento de energia às sedes comunais dos oito municípios da circunscrição.

8.15 Benguela sem dinheiro para água e luz nas reservas fundiárias

Angolense 25 de Abril de 2009

Contemplada com 150 mil casas da cifra estabelecida pelo Governo do MPLA (1 milhão), a província de Benguela encontra na falta de recursos financeiros para redes técnicas nos espaços reservados à construção a primeira das várias contrariedades, em grande medida impostas pelo «furacão crise mundial», sobretudo quando em causa estiver o corte nos financiamentos para o presente exercício.

O dinheiro para 32 mil fogos habitacionais/ano espera-se que assim seja até 2012 é também um problema a

ter em conta, mas o director provincial do Urbanismo e Habitação, Miguel José Maiato, prefere centralizar, por ora, as suas atenções em infra-estruturas que assegurem água e energia nos três mil hectares de terra necessários. Garantida está já uma reserva de mil 600 Hectares nos municípios de Benguela e do Lobito, curiosamente os que mais registam casos de ocupação e venda ilegal de terrenos.

Dados fornecidos pelo responsável indicam que o montante para os nove municípios é de 414 milhões de dólares norte-americanos, sendo que 250 mil USD estão para a urbanização de um hectare. «Temos de encontrar soluções, ainda não sabemos como, mas o certo é que os programas de investimentos públicos e o específico não têm estes valores», afirmou o director, na antevisão da Conferência Nacional sobre a Habitação. Segundo Miguel José Maiato, uma das poucas certezas é que «temos de concretizar este objectivo lançado na campanha para as eleições legislativas». Aos seis municípios do interior e à Baía Farta caberá a outra parte (mil 400 hectares) dos três mil que a província necessita.

8.16 Escassez de água em Mbanza-Congo

Jornal de Angola 25 de Abril de 2009 O fornecimento de água potável a Mbanza Congo, capital da província do Zaire, está reduzido a 50 por cento devido a uma avaria no grupo gerador que garante o abastecimento de energia eléctrica, disse o chefe de secção de Licenciamento e Fiscalização de Água, da Direcção Provincial de Energia e Águas do Zaire, Diassonama Soki.

O responsável esclareceu que as bombas injectoras e eléctrica dos dois geradores, instalados nas Estações de Tratamento e Distribuição de Água (ETA) e Captação de água instaladas no rio Lueji, deixaram de funcionar assegurou que, a água consumida pela população de Mbanza Congo é de "qualidade aceitável".

Diassonama Soki lembrou que a água captada no rio Lueji é de qualidade ferruginosa, com muitas impurezas e metais.

Por isso, frisou, à "água instalada no tanque de decantação são adicionados produtos químicos", que tornam a tomam "limpida e com qualidade para consumo".

Diassonama Soki refutou afirmações, segundo os quais, o surgimento de doenças, como diarreia e febre tifóide, teriam a ver com a qualidade de água consumida.

"Esses casos verificam-se em Mbanza Congo porque muitos populares consomem água do rio Santa, de cacimbas e da chuva", disse.

8.17 Sistema de captação de água está a ser restaurado no Dundo

Jornal de Angola 27 de Abril de 2009

Reabilitação do sistema de captação e distribuição de água potável na cidade do Dundo, província da Lunda-Norte, está a validar em 16 milhões de dólares.

O chefe do Departamento de Águas e Saneamento da Direcção Nacional de Águas, António Quaresma, disse que constam do projecto a recuperação de toda a rede de distribuição domiciliar, ampliação dos sistemas de captação do Mussongué e Cazunda, construção de uma nova rede de distribuição e dos reservatórios nas localidades da Geofísica e Samacaca.

Está ainda prevista a execução das condutas adutoras entre as captações e os reservatórios e a construção de 53 chafarizes e 4 lavandarias nas áreas suburbanas da cidade do Dundo.

António Quaresma revelou que uma empresa chinesa vai executar os trabalhos em 15 meses. O director nacional de Águas, Armindo Gomes da Silva, disse que o projecto é integrado e começa com a melhoria das captações, equipamentos, reservatórios, adutores e ligações domiciliárias.

Sublinhou que a população não precisa de esperar pela conclusão do sistema para consumir água, assegurando que a distribuição prossegue durante o período experimental.

9 AMBIENTE

9.1 Cheias comprometem ano agrícola

Jornal de Angola 6 De Abril de 2009

As fortes chuvas que têm caído sobre o município da Kameia podem afectar as colheitas do presente ano agrícola, disse, no final da semana, no primeiro conselho de auscultação e concertação social, o administrador da circunscrição.

Rodrigues Chipango Sacuaha afirmou que, devido às cheias em algumas regiões da circunscrição, onde a agricultura é a principal actividade, se perspectiva uma fraca colheita.

A chuva, devido ao aumento do caudal do rio Lumeje, devastou grandes quantidades de cultivos e afectou a pesca artesanal, lembrou.

Os elevados custos do transporte do combustível foram, disse, a principal causa para as faltas de energia e de água canalizada na vila de Lumeje, na sede Município.

A reunião recomendou, entre outros aspectos, a conservação das reservas fundiárias, que se encontram no Sul e Norte do município, designadas reservas do Estado.

O município da Kameia tem cerca de 38 mil habitantes, na sua maioria camponeses, e 28.667 quilómetros quadrados.

9.2 Critérios de avaliação do impacto ambiental

Jornal de Angola 10 de Abril de 2009

O Ministério do Ambiente promoveu em Ondjiva, província do Cunene, um encontro com membros do Governo e empreiteiros, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto-Lei de "Avaliação de Impacto Ambiental e Licenciamento dos Projectos Sociais".

A reunião contou com a presença do vice-governador local para a Esfera Económica, Jerónimo Haleinge, e foi orientado pela chefe da Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Ambiental do Ministério, Sandra Nascimento.

Segundo Sandra Nascimento, o Decreto-Lei tem o objectivo de reavaliar projectos sociais desde os

pequenos, médios e grandes, tendo em conta a sua efectivação no que concerne ao impacto ambiental, negativo ou positivo são do Ministério do Ambiente difundir a informação necessária do Decreto-Lei, no sentido da sociedade em geral ter o domínio deste diploma jurídico-legal para salvaguarda do meio ambiente.

9.3 Chuvas destroem casas e inundam as estradas

Jornal de Angola 23 de Abril de 2009

Chuvas torrenciais que se abateram sobre a comuna de Mangue Grande destruíram 12 casas. Dezenas de pessoas ficaram desalojadas na comuna, 85 quilómetros a Sul da cidade do Soyo, província do Zaire, em consequência do desabamento das suas habitações.

As chuvas, acompanhadas de fortes rajadas de vento, que caíram dois dias consecutivos, destruíram 11 casas só no bairro Kinchia e uma em Mangue Grande.

Nos últimos dias, o município do Soyo tem registado chuvas constantes, que estão a causar a inundações nas estradas, dificultando a circulação de pessoas e bens.

As ruas da cidade do Soyo encontram-se praticamente intransitáveis, com enormes buracos e charcos resultantes das enxurradas. Algumas artérias encontram-se encerradas.

Para minimizar o sofrimento dos sinistrados da comuna de Mangue Grande, deslocou-se àquela localidade uma comissão da Protecção Civil, chefiada pelo administrador do municipal do Soyo, Manuel António, que entregou aos desalojados 300 chapas de zinco, cobertores e roupa.

De acordo com o chefe de secção municipal do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Domingos Ricardo Muinda, a visita teve também como objectivo fazer o levantamento dos sinistrados, uma vez que voltou a chover nas últimas 24 horas, disse.

9.4 Mbanza Congo tem três mil hectares de reservas fundiárias

Jornal de Angola 24 de Abril de 2009

A cidade de Mbanza Congo, capital da província do Zaire, dispõe de 3:050 hectares de reservas fundiárias para a construção de fogos habitacionais, no quadro do Programa do Governo que prevê edificar, até 2012, cerca de um milhão de moradias.

A informação foi avançada, ontem, pelo administrador municipal de Mbanza Congo, Ângelo dos Passos, no final de uma visita do vice-ministro do Urbanismo e Habitação; Joaquim Silvestre, às reservas fundiárias do Nkunda a Paza, Tuku, Bela Vista e Kiremos, arredores da cidade.

O vice-ministro salientou o papel das administrações municipais na constituição de reservas fundiárias do Estado para realizar, em todo o país, até 2012, projectos habitacionais de média e baixa renda.

"Há uma série de trabalhos que devem ser realizados, principalmente pelos administradores municipais, visto que é a autoridade que está em contacto directo com a população no domínio do território, sobretudo na cedência do espaço para que cada um possa erguer a sua habitação", referiu.

O vice-ministro referiu que "só com casa própria o cidadão se sente regozijado e desenvolve, com facilidade, os desafios que a vida impõe no dia-a-dia".

Joaquim Silvestre reafirmou o "engajamento do Governo na melhoria de condições de vida das populações", tendo em vista o seu bem-estar.

Durante a visita de dois dias a Mbanza Congo, o vice-ministro do Urbanismo e Habitação presidiu a um seminário sobre reservas fundiárias do Estado, no qual participaram os administradores municipais e técnicos ligados à urbanização e habitação do Zaire.